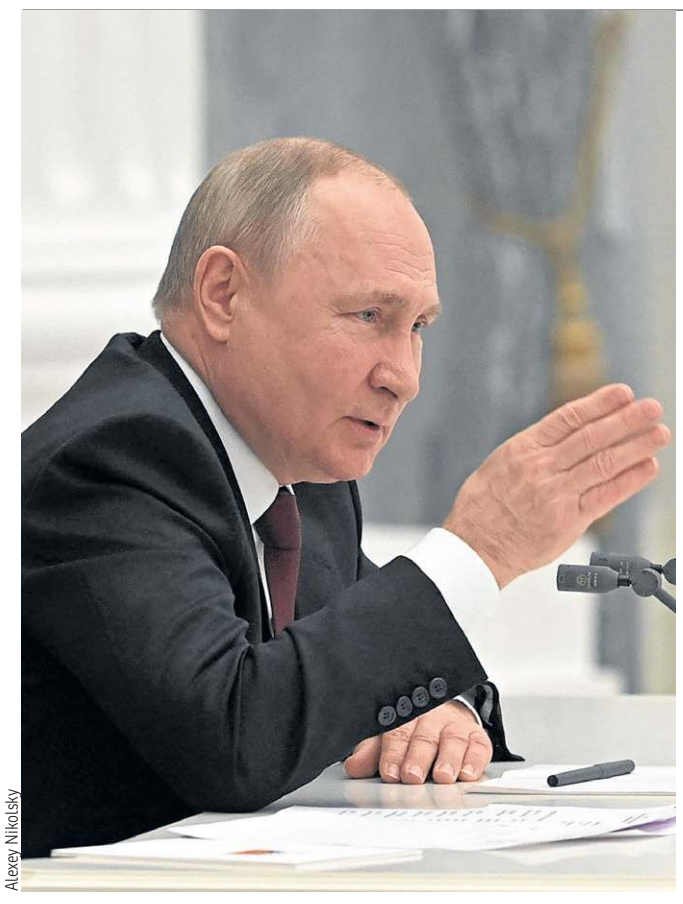
www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

# CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SÁBADO, 26 DE FEVEREIRO DE 2022

NÚMERO 21.530 • 54 PÁGINAS • R$ 3,00



Alexey Nikolsky



Vadim Ghirda/AP Photo

# Ele insiste na GUERRA

AFP




Tolga Akmen/AFP

Filippo Monteforte/AFP

# Eles querem a PAZ

Depois de invadir a Ucrânia, a Rússia de Vladimir Putin (no alto, à esquerda) ameaça agora a Finlândia e a Suécia de consequências "militares e políticas" sérias, caso os vizinhos se juntem à Otan, que decidiu reforçar o poderio bélico nos países aliados. Contrariando expectativas da comunidade internacional, a ofensiva russa esbarrou em inesperada resistência de Kiev. Sem conseguir tomar nenhuma grande cidade nos dois primeiros dias de ataque, o exército vermelho intensificou os bombardeios na manhã de hoje. Em diversas capitais, como Londres, Roma e Tbilisi, houve manifestações em defesa da paz. Em reunião do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil e 10 países condenaram a guerra deflagrada por Putin, mas a Rússia — que tem poder de veto — impediu que a moção de repúdio fosse aprovada.

**Embaixadores a Bolsonaro: "Não é hora de ficar no muro"**

**Artistas do mundo inteiro condenam ataque à Ucrânia**

**Brasileiros são chamados para ir de trem a Romênia**

**BC monta plano para conter eventual disparada do dólar**

PÁGINAS 2 A 5 E 45

## 25% a menos **de IPI**

Governo reduz imposto para a indústria. Cigarro fica de fora. PÁGINA 9

## Nova troca **na PF**

Delegado Márcio Nunes de Oliveira assume a corporação. PÁGINA 6

## Novidades **na Ceasa**

No *CB.Agro*, dirigente confirma a criação do Mercado Central. PÁGINA 42

Ana Dubeux/CB/D.A Press



## Fotografia perde a arte de Dida Sampaio

Referência para diversas gerações de jornalistas, Dida sofreu um AVC e teve morte cerebral, ontem, aos 52 anos. Um dos mais talentosos profissionais em atuação na capital, ele passou pelos principais veículos de imprensa, ganhou prêmios e fez história. PÁGINA 41

**Luiz Carlos Azedo**
O pacto que faz Bolsonaro se calar diante dos abusos de Putin. PÁGINA 6

**Carlos Alexandre de Souza**
STF começa o cerco a perfis de usuários do Telegram. PÁGINA 7

**Jéssica Eufrásio**
Após trégua, policiais do DF dão prazo para reajuste. PÁGINA 42

**Jane Godoy**
A bela festa da Língua Materna promovida pela AIC. PÁGINA 43

AFP



## Conquista na Suprema Corte

Ketanji Brown Jackson é a primeira mulher negra a ser indicada à mais alta esfera da Justiça americana. PÁGINA 8

## Maioria do STF aprova revisão de aposentadoria

Beneficiários do INSS que começaram a contribuir antes de 1994 e se aposentaram depois de 1999 poderão pedir a análise e a eventual correção dos benefícios. A medida, com aval do Supremo, dará o direito ao segurado de aproveitar no cálculo todo o tempo trabalhado na vida. PÁGINA 9

ISSN 1808-2661

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:33:11 -03'00'




CONTRARIANDO A EXPECTATIVA DA OTAN, AS TROPAS RUSSAS NÃO CONSEGUIRAM TOMAR NENHUMA GRANDE CIDADE, DEPOIS DE DOIS DIAS DE ATAQUES A INSTALAÇÕES MILITARES E DE INFRAESTRUTURA. BAIRROS DE KIEV FORAM BOMBARDEADOS

# Ucrânia **resiste sozinha**

» VINICIUS DORIA
Especial para o **Correio**

Daniel Leal/AFP



**Homem vasculha os escombros de um edifício residencial atingido por bombas na Koshytsa Street, um subúrbio residencial ao Norte de Kiev**

Quando o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, divulgou no fim da manhã de ontem um vídeo para dizer à população do país que as tropas ucranianas estão resistindo ao avanço de blindados e soldados da Rússia, o barulho de explosões já era ouvido nas cercanias do Palácio do Governo. A primeira batalha em solo para a tomada da capital já estava sendo travada em um bairro da Zona Norte de Kiev, no segundo dia da invasão russa.

"Estamos todos aqui, nossos militares estão aqui, os cidadãos, a sociedade, estamos todos aqui, defendendo nossa independência, nosso Estado", declarou Zelensky, acompanhado dos principais auxiliares do gabinete.

Do outro lado da fronteira, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, também acionava a máquina de propaganda para pressionar as Forças Armadas da Ucrânia a derrubar o governo Zelensky, por meio de um golpe de Estado. Depois de declarar que o governo ucraniano é formado por "drogados e neonazistas", Putin conclamou: "tomem o poder com suas mãos. Parece-me que será mais fácil negociar entre mim e vocês".

No front, as forças russas avançaram rapidamente em direção a Kiev e às principais cidades ucranianas. Os homens ucranianos foram convocados a não deixar o país, para reforçar as forças de defesa. Nas cidades, a população civil está recebendo armas do governo, como fuzis e pistolas, e treinamento de uso.

Quem não conseguiu deixar a capital, buscou abrigo em estações do metrô. Uma das mais procuradas é a Arsenalna, a mais profunda do mundo, mais de 100 metros abaixo do nível da rua. Os moradores levaram mantimentos, roupas e animais de estimação. Depois das 22 horas, Kiev parecia uma cidade-fantasma, com o início do toque de recolher imposto pelo governo.

Fonte do Departamento de Defesa dos Estados Unidos informou que a resistência ucraniana no acesso às principais cidades fez com que o avanço russo perdesse força, ontem. "Seu impulso, particularmente no que diz respeito a Kiev, desacelerou nas últimas 24 horas", disse o funcionário. Ele revelou também que os russos ainda não haviam conseguido controlar o espaço aéreo do país invadido, apesar da supremacia de armamento.

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Jens Stoltenberg, revelou que a aliança de defesa reforçará a presença militar no chamado "flanco Leste" (países do Leste Europeu integrados à Otan), posicionando mais soldados e aviões em bases aliadas. A Otan ativou o plano de resposta para a região e anunciou que irá distribuir mais 100 aviões de combate em 30 locais diferentes.

Genya Savilov/AFP



**Civis ucranianos recebem armas e treino para resistir aos russos**

Já o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, alertou que nenhuma "polegada de território da Otan" será cedida. O Pentágono enviará mais sete mil soldados para a Alemanha.

## Sanções

Enquanto bombas e mísseis explodiam em instalações estratégicas de infraestrutura da Ucrânia e atingiam também áreas residenciais, líderes do mundo todo passaram o dia em negociações e reuniões de análise de cenários, cada vez mais incertos por causa das declarações dos senhores da guerra da Rússia.

O ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov, por exemplo, pediu a rendição. "Estamos prontos para negociações assim que as Forças Armadas ucranianas depuserem as armas."

O Kremlin confirmou a pretensão de enviar negociadores à capital de Belarus, Minsk, para dialogar com representantes do governo Zelensky.

Até agora, os países da Otan vem concentrando as pressões sobre Putin em sanções econômicas cada vez mais severas, restringindo acesso aos mercados financeiros internacionais. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ampliou o escopo de ameaças: "Os líderes russos enfrentarão um isolamento sem precedentes".

Mas os 27 aliados da Otan não cruzaram a linha proposta, principalmente, pela França, que é a de excluir a Federação Russa do sistema bancário internacional Swift, uma exigência de Kiev. Para Zelensky, os aliados estão fazendo pouco.

"Cancelar vistos para russos? Desconexão do Swift? Isolamento total da Rússia? Expulsão de embaixadores? Embargo ao petróleo? Hoje, tudo deveria estar sobre a mesa", disse.

Pouco depois, Paris e Berlim anunciaram mais sanções, que atingem as finanças de lideranças políticas e militares da Rússia, incluindo Putin e Lavrov.

A guerra afetou eventos esportivos e culturais. A etapa de Sochi da Fórmula 1, marcada para 25 de setembro, foi cancelada. Assim como a temporada de verão do balé Bolshoi, na Royal Opera House, em Londres. E os times de futebol dos dois países não poderão disputar jogos internacionais em seus próprios territórios. A decisão da Champions League, que seria disputada em Moscou, em 28 de maio, passou para Paris. (**Leia mais nas páginas 3 a 5, e 47**)

### » Alerta de radiação em Chernobyl

A Ucrânia registrou dados preocupantes de radiação na usina nuclear de Chernobyl, que caiu nas mãos do exército russo. Moscou afirma que está tudo sob controle, "mas não podemos verificar, porque todos os funcionários foram evacuados", disse o vice-diretor do departamento ucraniano que cuida das questões de segurança em instalações nucleares, Alexander Grigorach. Igor Konashenkov, porta-voz do Ministério da Defesa russo, descartou qualquer problema com a usina, fechada desde 1986, quando o reator nuclear explodiu e provocou a maior contaminação radioativa da Europa. "A radiação na área da central nuclear está em conformidade com a norma", assegurou.

# Mais de 100 mil pessoas cruzaram a fronteira

A ONU pede "acesso livre e seguro" para quem presta ajuda humanitária na Ucrânia, invadida militarmente na quinta-feira pela Rússia. Também clama pela proteção de crianças e adolescentes, segundo informaram duas emissárias para a infância em conflitos armados e para a violência contra os menores de idade, Virginia Gamba e Najat Maalla M'jid, funcionários da organização.

Mais de 100 mil ucranianos já fugiram do país desde o início da invasão russa, na quinta-feira, segundo informou o alto comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi.

Para quem precisa ajudar quem não pode sair do país, as equipes de ajuda humanitária devem poder desfrutar de "proteção" ao levar ajuda à população "em todas as regiões da Ucrânia afetadas pelo conflito", declarou o secretário-geral adjunto para Assuntos Humanitários, Martin Griffiths.

Antes do início do conflito, a ONU prestava assistência a cerca de 3 milhões de pessoas, em particular no leste da Ucrânia, lembrou. Além disso, Griffiths esclareceu que, neste momento, todos as equipes do sistema das Nações Unidas continuam na Ucrânia, apenas o pessoal não essencial e parentes foram evacuados.

Também indicou que haverá uma solicitação de recursos em Genebra nos próximos dias para fazer frente a uma "escalada de necessidades" que deverá figurar "entre as mais altas". O impacto das sanções econômicas impostas à Rússia para o trabalho das organizações humanitárias está sendo avaliado em conjunto com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), acrescentou o funcionário.

## Proteção às crianças

Em comunicado conjunto, as emissárias da ONU Virginia Gamba e Najat Maalla M'jid lembraram a "todas as partes" envolvidas no conflito que a proteção aos civis, em especial as crianças, deve ser "a principal prioridade".

"Os 7,5 milhões de menores na Ucrânia devem ser protegidos das consequências do conflito" e "não devem ser recrutados ou utilizados", diz a nota. "Instamos todas as partes a que se abstenham de atacar infraestruturas civis, em particular, as que têm impacto para as crianças, como escolas e instalações médicas, assim como sistemas de água e saneamento."

Attila Kisbenedek/AFP




**Número de refugiados a caminho da fronteira aumenta a cada dia**




KREMLIN AMEAÇA FINLÂNDIA E SUÉCIA DE CONSEQUÊNCIAS "MILITARES E POLÍTICAS" SÉRIAS, CASO ENTREM PARA A OTAN, QUE REFORÇARÁ PRESENÇA MILITAR NOS PAÍSES ALIADOS

# Moscou mira a Escandinávia

AFP



**Manifestantes usam as cores da bandeira ucraniana, em Estocolmo**

Depois de entrar em guerra com a Ucrânia, a Rússia, agora, ameaça as vizinhas Finlândia e Suécia de "repercussões militares e políticas sérias", caso as nações escandinavas optem por se juntar à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) após a invasão de Kiev. "A Finlândia e a Suécia não devem garantir sua segurança prejudicando a de outros países", disse, em uma coletiva de imprensa, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russa, Maria Zakharova. A Aliança Atlântica anunciou que reforçará a presença militar em países membros da organização.

Segundo Zakharova, "claramente, a adesão da Finlândia e da Suécia à Otan, que é, antes de tudo, uma aliança militar, teria sérias repercussões político-militares, que exigiriam uma resposta de nosso país", destacou. Na quinta-feira, a primeira-ministra finlandesa, Sanna Marin, disse que o debate interno sobre a adesão à Otan "mudará após o início de uma guerra na Ucrânia". Tanto Marin quanto o presidente do país, Sauli Niinisto, condenaram veementemente o ataque da Rússia ao vizinho.

"Condeno veementemente as medidas militares que a Rússia iniciou na Ucrânia", tuitou Niinisto. O presidente, contudo, descartou a possibilidade de a Finlândia aderir à Otan, em resposta à guerra. "Agora, estamos ouvindo comentários sobre a inscrição e a adesão. Essas reações sensíveis são compreensíveis, mas não podem realmente funcionar no mundo real", disse ele.

A primeira-ministra sueca, Magdalena Andersson, também manifestou-se contra a invasão de Kiev pelo Twitter, dizendo que "os atos da Rússia são, também, um ataque à segurança europeia". Assim como o colega finlandês, Andersson não sinalizou para uma possível adesão à Otan.

As ameaças anunciadas pela porta-voz do Ministério das Relações Exteriores russo vieram depois de o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, confirmar que o país estava recebendo apoio de ambas as nações. "Agradecido (à Finlândia) por alocar US$ 50 milhões em ajuda. É uma contribuição efetiva para a coalizão antiguerra. Continuamos trabalhando. Precisamos aumentar as sanções e o apoio à defesa (da Ucrânia)", escreveu ele, em um tuíte. Também pela rede social, o governante informou que "a Suécia fornece assistência militar, técnica e humanitária à Ucrânia. Grato por seu apoio efetivo. Construindo juntos uma coalizão anti-Putin".

AFP




**Finlandeses protestam contra a guerra em frente à embaixada russa em Helsinque: ajuda financeira ao governo de Zelensky**

## Histórico

Essa não é a primeira vez que Moscou entra em conflito com os vizinhos escandinavos. Em 30 de novembro de 1939, durante a Segunda Guerra Mundial, a então União Soviética reivindicou a região, no que ficou conhecido como Guerra de Inverno. O conflito durou até 12 de março do ano seguinte, com a assinatura de um tratado de paz. O resultado foi considerado misto, com Helsinque concordando em ceder 10% do território e 20% da sua capacidade industrial à URSS.

Durante a Guerra Fria, embora a Suécia tenha se mantido neutra, colaborou com as nações ocidentais contra a União Soviética, infiltrando oficiais em missões que tinham Moscou como alvo. Nos anos de 1980, o país se viu ameaçado pela ronda constante de barcos e submarinos russos em suas águas, levando o então primeiro-ministro, Carl Bildt, a enviar uma nota de censura ao presidente da URSS na época, Boris Iéltsin.

A Otan terá novos reforços de militares dos EUA para auxiliar os aliados europeus. "Ordenei o envio de forças adicionais para aumentar nossas capacidades na Europa para apoiar os aliados da Otan", disse o presidente norte-americano, Joe Biden. "Como disse ontem (quinta-feira), os Estados Unidos defenderão cada centímetro do território da Otan."

Horas antes, o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, havia afirmado que a aliança incrementará as defesas no flanco leste com soldados e meios aéreos. "A Rússia lançou uma invasão contra a Ucrânia com o objetivo claro de chegar a Kiev e acabar com o governo. Mas os objetivos do Kremlin não se limitam à Ucrânia", alertou. A força da Otan é composta por 40 mil soldados.

> **"A Rússia lançou uma invasão contra a Ucrânia com o objetivo claro de chegar a Kiev e acabar com o governo. Mas os objetivos do Kremlin não se limitam à Ucrânia"**
>
> ***Jens Stoltenberg,***
> *secretário-geral da Otan*

## Bens de Putin congelados

Em ações sintonizadas, Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia decidiram, ontem, impor sanções ao presidente russo, Vladimir Putin, e a seu ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov. Inicialmente, uma ação direta contra o chefe do Kremlin estava praticamente descartada pela Casa Branca, mas, com o agravamento da ofensiva na Ucrânia, a situação mudou. A proibição de entrada em território americano está entre as medidas.

A reação de Moscou não tardou. A porta-voz da chancelaria russa, Maria Zakharova, considerou que a iniciativa mostra a "impotência" dos países do Ocidente. Ela alertou que as relações entre Moscou e as potências ocidentais estão se aproximando de um "ponto de não retorno". "Não foi nossa opção. Queríamos o diálogo, mas os anglo-saxões fecharam essas opções uma atrás da outra e começaram a agir de forma diferente", acusou a porta-voz.

Primeiro a adotar as sanções, o bloco europeu aprovou o congelamento de ativos de Putin e do chanceler, ainda pela manhã. "O presidente e o ministro das Relações Exteriores estão na lista. Haverá todo um trabalho (...) para identificar os bens a serem congelados", anunciou o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, ao fim de uma reunião de emergência.

Além de Putin e Lavrov, Borrell disse que serão alvo da ofensiva "os membros restantes da Duma russa (câmara baixa do parlamento) que apoiam essa agressão".

Em Londres, o Tesouro britânico incluiu Putin e Lavrov na lista de oligarcas russos que já tiveram suas propriedades e contas bancárias no Reino Unido congeladas.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, fez um apelo dramático para endurecer as sanções europeias à Rússia. No entanto, o principal pedido, para que o sistema financeiro russo fosse excluído do sistema interbancário Swift, não foi adotado pela UE.

## Celebridades condenam invasão

A ofensiva da Rússia contra a Ucrânia desencadeou uma forte reação de artistas do mundo inteiro contra o conflito. Cantores, atores e outras personalidades da mídia pediram a paz entre os dois países. Apesar de criticarem os atos violentos, as celebridades russas preferiram não "cruzar a linha vermelha", evitando mencionar diretamente o nome do presidente Vladimir Putin.

"Medo e dor. Não à guerra", postou em uma rede social Ivan Urgant, um famoso apresentador de um programa de televisão russo. Oxxxymiron, o rapper mais popular do país, declarou, em vídeo, que era "contra essa guerra que a Rússia está desencadeando contra a Ucrânia". Ele chamou a invasão de "uma catástrofe e um crime". Elena Tchernenko, correspondente do Kommersant, jornal considerado próximo do poder, organizou uma petição contra a guerra, assinada por uma centena de pessoas.

O mesmo tipo de posicionamento também foi assumido por Yan Nepomniachtchi, o melhor jogador de xadrez da Rússia. "A história conheceu muitos dias sombrios. Mas hoje é ainda mais sombrio", escreveu em seu perfil no twitter no dia da invasão russa.

Apesar de não atacarem o governo russo diretamente, as personalidades nacionais enfrentam consequências do posicionamento contrário ao Kremlin. Tchernenko perdeu seu credenciamento de imprensa concedido pelo Ministério das Relações Exteriores por "falta de profissionalismo", relatou a repórter no Telegram, e uma apresentação de Ivan Urgant, que seria realizada ontem, foi cancelada devido a "mudanças de grade relacionadas à situação atual", informou em um comunicado o canal público Pervy Kanal.

Celebridades de outros países, sem essa pressão, defenderam abertamente a Ucrânia. O

Divulgação/Governo da Ucrânia



**O ator americano Sean Penn, em Kiev, onde grava um documentário sobre o conflito**

ator e diretor americano Sean Penn está na capital Kiev para filmar um documentário e "dizer ao mundo a verdade sobre a invasão russa ao nosso país", informou a Presidência ucraniana. "Não podemos ficar de braços cruzados quando uma criança grande bate em uma menor", declarou o escritor norte-americano Stephen King. "Apoio à Ucrânia", tuitou o ator Ashton Kutcher, casado com a atriz Mila Kunis, nascida na Ucrânia.

Por sua vez, o ator Gérard Depardieu não se manifestou após a invasão. Há poucos dias, o francês, que ganhou a nacionalidade russa em 2013, postou no Instagram uma foto beijando o presidente Putin com a legenda "amizade".




ITAMARATY SE AFASTA DA POSTURA DE BOLSONARO E, EM TOM CAUTELOSO, EMBAIXADOR BRASILEIRO NO CONSELHO DE SEGURANÇA CRITICA ATAQUE À UCRÂNIA. RESOLUÇÃO CONTRÁRIA À INVASÃO FOI DERRUBADA PELO VOTO RUSSO

# ONU: Brasil **condena ataque**

» MICHELLE PORTELA

Numa postura descolada daquela que vem adotando o presidente Jair Bolsonaro, o Brasil condenou a invasão da Rússia à Ucrânia, durante a reunião de ontem do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). A resolução de condenação recebeu 11 votos a favor e três abstenções. A moção, porém, não foi aprovada, pois o voto de qualidade da Rússia — que é membro permanente do colegiado, e também ocupa atualmente sua presidência — foi suficiente para rejeitá-la.

A posição brasileira era muito aguardada, já que o Ministério das Relações Exteriores vem adotando uma postura alinhada com Bolsonaro — que, por ter estado há poucos dias com Putin, tem se esquivado de criticar o presidente russo. Porém, no voto lido pelo embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Costa Filho, o Brasil se colocou contra a invasão à Ucrânia e a guerra entre os dois países.

"A integridade territorial e a soberania [dos países] não são palavras vazias. É nosso dever dar significado concreto a elas. Precisamos criar condições de diálogo enquanto garantimos que a invasão no território soberano seja inaceitável", condenou.

Costa Filho alertou que o mundo vive um momento "sem precedentes" e uma "violação à Carta da ONU". Por isso, segundo o embaixador, o Brasil está "profundamente preocupado" com a operação militar russa e alertou: "uma linha foi cruzada".

Ainda que não tenha usado palavras duras como os representantes dos Estados Unidos e do Reino Unido, para o representante brasileiro é importante retomar as negociações para pôr fim ao conflito. "Precisamos buscar caminhos para a paz na Ucrânia, não recuar nas negociações diplomáticas. As vidas de milhões estão sob ameaça. No fim, a paz precisa prevalecer", defendeu.

A resolução pedia que a Rússia "retirasse imediata, completa e incondicionalmente" as forças militares da Ucrânia e "revertesse" a decisão de reconhecer a independência das províncias de Donetsk e Luhansk, uma vez que "viola a integridade territorial". Votaram pela condenação ao ataque russo Albânia, Brasil, EUA, França, Gabão, Gana, Irlanda, México, Noruega, Quênia e Reino Unido. China, Emirados Árabes Unidos e Índia se abstiveram e Rússia foi contra.

> **Integridade territorial e a soberania não são palavras vazias"**
>
> ***Trecho do voto brasileiro lido pelo embaixador Ronaldo Costa Filho***

Pelo Twitter, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, agradeceu o voto brasileiro de condenação à Rússia

## Pressão de Washington

Mais cedo, antes da votação no Conselho de Segurança, o ministro de Relações Exteriores, Carlos França, conversou por telefone com o secretário de estado norte-americano, Antony Blinken, em mais um movimento de pressão de Washington para que o Brasil assuma uma postura mais dura contra Moscou. O chanceler brasileiro escutou que os EUA consideraram insuficiente a nota emitida pelo Itamaraty, na última quinta-feira, na qual afirmava que "o Brasil não pretende contribuir para rufar os tambores da guerra".

ONU/Divulgação




**Voto lido por Ronaldo Costa Filho não foi de veemente condenação à Rússia, mas mostrou reposicionamento diplomático**

# Trem rumo à Romênia é esperança de fuga

Depois de o Ministério das Relações Exteriores anunciar, na última quinta-feira, que não teria condições de ajudar na retirada dos brasileiros residentes na Ucrânia, a embaixada em Kiev deu, ontem, uma pequena esperança àqueles que desejam deixar o país. Na página da representação diplomática, anunciou vagas no trem que liga a cidade a Chernivtsi, na fronteira com a Romênia. Porém, o fez de forma desorganizada e com poucos detalhes, segundo relatos de brasileiros que moram na Ucrânia.

Isso porque as instruções e o aviso para o embarque foram publicados, na página da embaixada no Facebook, pouco tempo antes da partida do trem. Dessa forma, somente 20 pessoas teriam conseguido as vagas para fugir da iminente invasão russa de Kiev.

De acordo com o comunicado da representação brasileira, "haverá hoje (ontem) trem que partirá às 22h (17h pelo horário de Brasília) da Estação Central de Kiev com destino à cidade de Chernivtsi". O texto traz, ainda, que "caso considerem que a situação de segurança em suas localidades o permita, cidadãos brasileiros e latino-americanos registrados junto à embaixada poderão dirigir-se à estação".

O comunicado destacou, também, que "a situação de segurança e de disponibilidade de transporte na cidade é instável e sujeita a mudanças repentinas, de modo que não é possível garantir a partida ou lugares suficientes". Segundo a representação, quem tiver interesse em ir embora da Ucrânia deve se apresentar à administração da estação — que, segundo a nota, está avisada para a chegada de brasileiros — na plataforma 5 e embarcar em qualquer vagão.

Porém, relatos de quem chegou à fronteira da Ucrânia com a Romênia — são mais de 11 horas de viagem — dão conta de que não existem locais de hospedagem. E que a fila para validar a entrada no país vizinho é grande.

As autoridades brasileira em Kiev avisaram que a prioridade é para mulheres, crianças e idosos. Mais: alertaram que não garantem a segurança dos brasileiros que decidirem fazer o trajeto rumo à fronteira romena. Isso porque os russos também estão atacando pelo ar e o trem corre o risco de ser atacado pelo ar ou ser bloqueado pelas tropas em avanço no território ucraniano.

"Os cidadãos que decidirem escolher essa viagem o farão por conta e risco próprio. A embaixada terá condições mínimas de prestar ajuda durante o trajeto até a fronteira com a Romênia", adverte a nota. **(MP com Fabio Grecchi)**

# Aviso para "descer" do muro

» LUANA PATRIOLINO

Minervino Júnior/CB/D.A Press



**Koneff deu o tom que quer de Bolsonaro: de condenação à Rússia**

Incomodados com a falta de clareza do Brasil sobre o ataque à Ucrânia, embaixadores da União Europeia, de países das Américas e do Japão cobraram, ontem, uma "condenação veemente" do presidente Jair Bolsonaro. E alertaram: "ignorar a situação" pode gerar futuras ameaças a outras nações.

Douglas Koneff, encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, não usou de meias palavras para deixar claro que a omissão de Bolsonaro é prejudicial. "Não é tempo de ficar no muro. Todos os países devem condenar o ataque. A voz do Brasil importa. Temos confiança de que o Brasil vai fazer o correto", cobrou.

A reunião entre os embaixadores precedeu um encontro deles com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE). O representante da União Europeia, Ignacio Ybañez, avisou: o Brasil, por ser membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, não pode se esconder na neutralidade. "Estamos passando uma mensagem muito clara ao governo brasileiro, que tem a responsabilidade grande por estar no Conselho de Segurança", alertou.

"Esse não é só um problema europeu, é um problema internacional. Se ignorarmos, agora, uma agressão como essa, no futuro o mesmo pode ocorrer na Ásia ou na América Latina", argumentou o embaixador japonês, Teiji Hayashi

Heiko Thoms, representante da Alemanha, foi enfático ao afirmar que Bolsonaro deve ser explícito. "Precisamos de uma condenação clara e unânime de todas as nações membros da ONU, incluindo o Brasil", cobrou.

## Sanções comerciais

Mas, nos bastidores do Itamaraty, a postura permanece sendo de condenar os ataques, mas sem fechar diálogo com Moscou. Isso porque o temor é que uma condenação veemente pode levar o presidente Vladimir Putin a mandar suspender acordos bilaterais e impor sanções às mercadorias brasileiras que fazem parte da pauta comercial entre os dois países.

Bolsonaro, porém, não deu qualquer indício de que vá abandonar a postura que adotou até agora. Sua única manifestação foi, na live da última quinta-feira, ao lado do chanceler Carlos França, uma crítica irritada com a opinião do vice-presidente Hamilton Mourão — que condenou a invasão, comparou Putin ao ditador nazista Adolf Hitler e que não basta impor sanções econômicas aos russos, mas que se deve agir militarmente contra eles.

# Agressão à democracia, diz Tkach

» TAÍSA MEDEIROS

Minervino Júnior/CB/D.A Press



**Representante da Ucrânia cobrou do Brasil sanções à Rússia**

A falta de contundência do governo do presidente Jair Bolsonaro à invasão russa recebeu, ontem, severas críticas do encarregado de Negócios da Ucrânia no Brasil, Anatoliy Tkach. Segundo ele, não se trata mais de "apoiar um país ou outro", mas de uma violação à Carta das Nações Unidas e uma agressão aos princípios democráticos.

"Estamos observando uma violação do direito internacional e a própria Carta das Nações Unidas. Isso já quer dizer que a situação não é apoiar um país ou outro. A situação é estar a favor dos valores democráticos", disse.

Na reunião com diplomatas de várias representações em Brasília, Tkach pediu para que os países mostrem solidariedade com os ucranianos impondo sanções à Rússia e ajudando na resistência ao invasor.

"Apoio à Ucrânia com armas, equipamentos de proteção, combustíveis e fornecer o apoio financeiro. Apreciamos as sanções já impostas pela União Europeia, Austrália, Canadá, especialmente as sanções muito fortes que já foram impostas por Estados Unidos e Reino Unido, que estão prejudicando severamente a economia russa. Pedimos que o mundo reforce ainda mais essas sanções", salientou.

Tkach ressaltou a importância do Brasil num processo de retomada da paz. Para ele, é preciso que o país também imponha sanções econômicas à Rússia e se una aos demais países na condenação à guerra.

Segundo Tkach, a ofensiva russa contra a capital ucraniana, Kiev, causou a morte dos quatro civis e ferimento de outras 15 pessoas. Mas, conforme disse, o ataque do invasor está sendo indiscriminado e atingindo locais que deveriam ser preservados.

"Um dos mísseis atingiu um orfanato nas proximidades de Kiev, com 50 crianças dentro. Por sorte, não tivemos informações de mortes", comentou. Tkach assegurou que os russos perderam cerca de mil soldados até agora, além de 80 tanques e 516 blindados.

O representante ucraniano também se mostrou preocupado com a tomada da área da central nuclear de Chernobyl, que em 1986 foi palco de um dos maiores desastres nucleares do século 20. Conforme Tkach, o aumento nos índices de radiação mostra que os russos praticam alguma espécie de manipulação do local. "Só podemos acreditar que o aumento do nível (da radiatividade) foi causado pelo movimento dos armamentos pesados", relatou.




AUTORIDADE MONETÁRIA AVISA AO MERCADO QUE SEPAROU UMA PARTE DAS RESERVAS INTERNACIONAIS PARA CONTER UMA EVENTUAL DISPARADA DOS PREÇOS DO DÓLAR POR CAUSA DO CONFLITO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA

# Banco Central monta seu **arsenal**

» DEBORAH HANA CARDOSO

O Banco Central avisou ao mercado que já montou seu arsenal para enfrentar uma possível turbulência no câmbio, caso a guerra entre a Rússia e a Ucrânia se prolongue e ganhe proporções ainda maiores. Em comunicado feito por intermédio do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), a autoridade monetária informou que separou uma parte das reservas internacionais do país, que chegam a US$ 357 bilhões, para conter a disparada do dólar. A moeda norte-americana tem forte influência na inflação brasileira, por ditar dos preços do pãozinho francês aos valores dos combustíveis nas bombas.

A estratégia do BC inclui, ainda, a taxa básica da economia (Selic), que está em 10,75% ao ano. O Comitê de Política Monetária (Copom) já avisou que continuará aumentando os juros até que o aperto faça com que a inflação convirja para a meta deste ano, de 3,5%, podendo oscilar 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima. Por enquanto, a ideia da instituição é não pisar mais no acelerador, uma vez que a Selic saiu de 2%, no início do ano passado, para o nível atual. A alta de 8,75 pontos é a maior desde que o regime de metas foi adotado, em 1999.

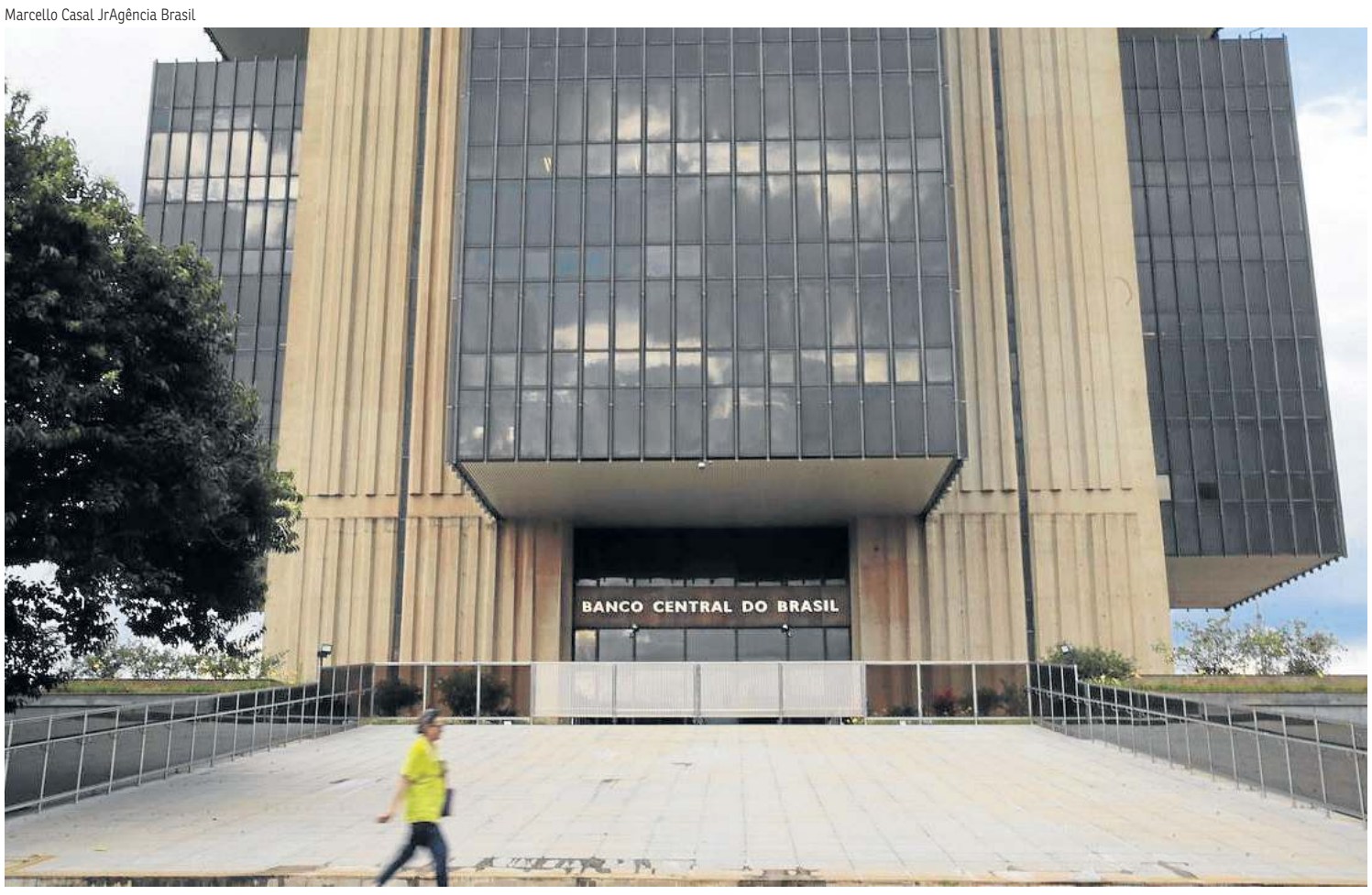
## Commodities

Segundo Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central, é natural que a autoridade monetária se prepare para tempos de incertezas, como os atuais. "O Brasil tem centenas de bilhões de reservas, e é para isso que estão lá, para eventos incertos", disse. Ele ressaltou que o conflito armado no Leste Europeu tende a ser inflacionário, por impactar as cotações das commodities, em especial do petróleo. "No horizonte de 12 meses, não há perspectiva de diminuição dos juros, eles continuarão em um patamar elevado. Isso não depende só da nossa economia, mas dos rumos da economia global", explicou.

Para o economista Roberto Luiz Troster, o BC está corretíssimo em se preparar para intervir no câmbio em caso de aumentos expressivos do dólar, uma vez que a inflação já está muito alta no país — mais de 10% ao ano. "A medida é boa, oportuna. Não dá para se concentrar apenas na política de juros", frisou. Na avaliação de Eduardo Velho, da JF Trust, as reservas internacionais do país estão acima do nível ótimo. E serão fundamentais casos outros conflitos ocorram no mundo, como a invasão de Taiwan pela China. "O BC precisa mostrar suas armas, até para deixar claro ao mercado", assinalou.

Analista de renda variável da Ouro Preto Investimentos, Bruno Komura afirmou que o BC deve conter todos os movimentos especulativos no câmbio, para dar mais previsibilidade aos agentes econômicos. No entender dele, a venda de moeda norte-americana no mercado à vista é a melhor estratégia para evitar volatilidade extrema. Ele destacou ainda que a inflação continuará no radar dos investidores, especialmente por causa do petróleo, que voltou para a casa dos US$ 100 o barril.

Marcello Casal JrAgência Brasil




**Economistas veem como boa a decisão da autoridade monetária de intervir no câmbio quando necessário. Juros vão subir mais**

> **O Brasil tem centenas de bilhões de reservas, e é para isso que estão lá, para eventos incertos"**
>
> *Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central*

## Brasil sofrerá bastante

A economia brasileira sentirá o peso do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, acredita a economista sênior da LCA Consultores, Thaís Zara. Segundo ela, a guerra chega em um momento complexo para o país, de desaceleração da atividade, por um lado, e de pressões inflacionárias, por outro. Dependendo do tempo que se prolongar a guerra, o Brasil será impactado pelo gargalo de oferta nas cadeias produtivas, uma vez que boa parte dos insumos industrializados passa pela região conflagrada.

"O prolongamento dos gargalos de oferta nas cadeias produtivas e as pressões sobre preços tendem a agravar o quadro inflacionário doméstico, que já terá de lidar com as incertezas internas relativas ao ciclo eleitoral que se aproxima. Isso tende a turvar ainda mais as perspectivas para a economia brasileira, tanto do ponto de vista de crescimento quanto de inflação", afirmou. Ela destacou que é importante entender quais são as possíveis implicações econômicas do conflito.

Para Thaís, o principal receio é de perturbações prolongadas na oferta global de matérias primas — em especial trigo, petróleo e gás natural — das quais tanto a Ucrânia quanto a Rússia são importantes exportadores. "Um aumento duradouro dos preços desses produtos agravaria as dificuldades globais para lidar com a forte alta recente da inflação. E, assim, o crescimento global também seria prejudicado. Não é só. "A tensão geopolítica também leva à maior aversão ao risco global, o que costuma ser desfavorável a economias emergentes.

## Guedes busca investidores

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vai aproveitar o carnaval para se reunir com investidores estrangeiros a fim de convencê-los de que o Brasil está preparado para enfrentar toda a turbulência internacional, no caso de prolongamento da guerra entre Rússia e Ucrânia. Ele pretende conversar com bancos e investidores institucionais dos Estados Unidos. Guedes levará aos donos do dinheiro o repetitivo discurso de que o "Brasil está condenado a crescer" e que tem hoje pelo menos R$ 825 bilhões em projetos contratados, cifra que pode ir a R$ 1,3 trilhão até o fim do ano. Não será fácil para o ministro reverter o pessimismo com o governo de Jair Bolsonaro, considerado uma fonte constante de crises.

Ontem, depois de muito nervosismo, houve um certo respiro nos mercados. O Ibovespa, principal índice de lucratividade da Bolsa de Valores de São Paulo, registrou alta de 1,39%, nos 113.142 pontos. Os investidores viram oportunidades de compras depois de dois dias de tombo. Já o dólar, visto como um ativo de proteção em períodos de incertezas, avançou 1,25%, para R$ 5,17. "Vínhamos de duas quedas seguidas na Bolsa, mas, ontem, o impulso de entrada de estrangeiros salvou o dia. O saldo do mês de recursos vindos de fora para a Bolsa ficou em R$ 24 bilhões", disse Fabrício Gonçalves, CEO da Box Asset Management.

O quadro de incertezas, porém, continua latente, ressaltou o CEO da Top Gain, Alisson Correia. Para ele, a calmaria que se viu ontem tem a ver com a percepção dos investidores de que não se espera uma retaliação com armas de países do Ocidente contra a Rússia. A tendência é de que toda as ações em direção ao país de Vladimir Putin se deem por meio de sanções econômicas. "Vamos ver como tudo irá se desenrolar nos próximos dias", frisou.

**Conexão diplomática**



*silvioqueiroz.df@gmail.com*

# E o Itamaraty falou mais alto

A expectativa que cercou a definição do voto do Brasil na reunião extraordinária de ontem do Conselho de Segurança da ONU, sobre a guerra na Ucrânia, teve um desfecho que, à primeira vista, parece dizer que prevaleceu a linha de intervenção defendida pelo corpo profissional da diplomacia. Ainda que o presidente Jair Bolsonaro não tivesse feito um pronunciamento claro sobre a crise — depois de ter visitado Moscou e se declarado "solidário" ao colega Vladimir Putin — o representante do país no Conselho endossou o projeto de resolução apresentado pelos EUA, condenando como uma "agressão" a ofensiva da Rússia contra o vizinho.

Desde o avanço das tropas russas, na madrugada de quinta-feira, aguardava-se um pronunciamento do governo brasileiro — o Planalto mantinha silêncio até ontem. O Itamaraty divulgou nota no fim da manhã, na qual exercitou um difícil equilíbrio entre a pressão externa por uma condenação expressa ao uso da força por um Estado contra outro e a reticência do presidente a se indispor com um parceitro a quem acabava de prestigiar com uma visita, bem em meio à escalada de tensões.

Entre as conveniências do Planalto e os parâmetros adotados pelo Itamaraty, o voto favorável à resolução proposta por Washington representou tempo diplomático para que o Brasil tente se acomodar entre pressões contraditórias que incidem sobre um governo que, além de tudo, olha com atenção máxima para a eleição de outubro, quando o presidente disputará a reeleição.

## Corda-bamba

Por dois dias, o governo Bolsonaro se viu sob pressão interna e externa para tomar posição clara na crise ucraniana. De um lado, Bolsonaro foi desafiado a escolher entre uma afinidade pessoal com o colega russo e uma política, anunciada ainda em campanha eleitoral, de realinhar o Brasil com a diplomacia de Washington.

Inspirada pelo entusiasmo do presidente com as linhas de ação de Donald Trump, na Casa Branca, essa linha-mestra da política externa nos primeiros dois anos de mandato foi posta em xeque com a derrota do presidente americano para o desafiante democrata Joe Biden, em 2020.

O voto alinhado aos EUA, na crítica reunião de ontem, pode ter dissipado uma das áreas de turbulência, mas resta para o Planalto e o Itamaraty lidarem com os desdobramentos da opção, feita nos últimos dias, de subestimar os riscos de guerra. Com a Ucrânia sufocada pelo avanço russo e virtualmente isolada do exterior, o governo pena para elaborar um plano eficaz para a retirada de cerca de 500 brasileiros até ontem retidos em território ucraniano.

Até a véspera do ataque russo, a orientação da embaixada brasileira em Kiev era para que os cidadãos se mantivessem em casa. Nenhum plano de retirada foi colocado em prática até que a situação real tornasse inviável qualquer iniciativa prática.

## Ao pé da letra

E, como o diabo mora nos detalhes, nessa crise da Ucrânia ele pode estar em uma letrinha apenas. Porque o nome que se dá a um lugar em disputa pode implicar a tomada de partido — consciente ou não. É o que acontece com uma dessas duas regiões separatistas que a Rússia reconheceu como Estados soberanos.

Luhansk é como vemos grafado (e pronunciado) por aqui, em linha com o padrão adotado pela mídia ocidental. Assim, com "h" (aspirado), é como se fala em ucraniano. Em russo, que é a língua de dois terços da população local, se escreve e se fala Lugansk (é o mesmo com "herói", que, em russo, é escrito e pronunciado "guerói"). Como se vê, "h" ou "g", nesse caso, é bem mais do que uma questão de fonética...

## Muro de Berlim

Por fora da questão diretamente entre Rússia-Ucrânia-Otan, interessante acompanhar a Alemanha. A ministra de Relações Exteriores, Annalena Baerbock, é dos Verdes, o partido ecopacifista surgido nos anos 1980 — com uma das raízes nos protestos em massa contra a instalação de mísseis nucleares da Otan no território alemão.

Nessas quatro décadas, os Verdes foram tradicionalmente adversários da participação do país em missões militares externas. Acontece que, na reunificaçao alemã, em 1989/90, a legenda incorporou os movimentos que combateram o regime socialista da hoje finada Alemanha Oriental. E, com eles, internalizou um pronunciado viés antirrusso.

Agora, Annalena Baerbock se coloca em tom bem mais próximo ao dos EUA e da Otan que o chanceler (chefe de governo), o social-democrata Olaf Scholtz — que, como ex-ministro da Economia e realpolitiker, sabe do lugar central que a Rússia ocupa na política externa alemã, mais ainda nessas três décadas de pós-Guerra Fria.

## Terceira Guerra

O desenrolar da crise no Leste Europeu reconfirma a máxima de que "a vida imita a arte". Na virada dos anos 1970 para os 1980, momento decisivo para a disputa entre EUA e URSS, o general britânico sir John Hackett, que chegou a integrar o comando da Otan, lançou o livro *Terceira Guerra Mundial/1985*. A trama se baseia, em grande parte, nos estudos estratégicos da aliança ocidental em torno dos cenários militares de uma ofensiva do Pacto de Varsóvia — a réplica do bloco pró-soviético à Otan.

Curiosamente, mas não de todo surpreendente, o episódio que serve como estopim para o conflito se relaciona ao nacionalismo na Ucrânia — na época, uma das repúblicas que formavam a União Soviética.

## Jovem Guarda

Como subsídio para entender como a crise na Ucrânia remete a substratos profundos da psique coletiva, vale a leitura de um romance da prolífica literatura soviética ambientada na 2ª Guerra Mundial. *A Jovem Guarda*, de Alexander Fadeyev, tem no centro do enredo um grupo de jovens da região do Donbass — a mesma que é pivô do conflito atual — na resistência à ocupação nazista.

**Editor:** Carlos Alexandre de Souza
*carlosalexandre.df@dabr.com.br*
**3214-1292** / 1104 (Brasil/Política)

PODER

# Alta rotatividade no comando da PF

Delegado Márcio Nunes de Oliveira assume como quarto diretor-geral da corporação no governo Bolsonaro. Ele substitui Paulo Maiurino

» MICHELLE PORTELA

Tom Costa/MJSP




**Márcio Nunes de Oliveira foi superintendente da Polícia Federal no Distrito Federal e é respeitado dentro da instituição**

O presidente Jair Bolsonaro trocou, mais uma vez, o diretor-geral da Polícia Federal. O delegado Márcio Nunes de Oliveira será o quarto chefe da corporação neste governo. Até então secretário-executivo do Ministério da Justiça, ele substitui Paulo Maiurino, que estava na função desde abril do ano passado.

A troca foi publicada na edição extra do *Diário Oficial da União* (*DOU*) de ontem. A decisão foi assinada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão, base de apoio do governo.

Em postagem nas redes sociais, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, anunciou as mudanças. Maiurino assumirá o comando da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad).

"Ao dr. Maiurino, meu reconhecimento pelo trabalho diário de reforçar o papel da Polícia Federal como instituição autônoma, sim, mas com respeito a preceitos fundamentais da corporação, como hierarquia e disciplina. Sua experiência profissional será fundamental à frente da Senad", escreveu o ministro no Twitter.

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol) ressaltaram, em nota, que Márcio Nunes de Oliveira "possuiu vasta experiência na corporação e currículo condizente com as responsabilidades e desafios do cargo que agora passa a ocupar". As entidades, no entanto, mostraram preocupação com mais uma mudança na cúpula da corporação. "Sucessivas trocas no comando da instituição geram consequências administrativas e de gestão, que podem prejudicar a celeridade e a continuidade do trabalho de excelência apresentado pela PF", enfatizaram.

### Cargo da insegurança

Veja quem já ocupou a cadeira número 1 da PF no governo Bolsonaro e por quanto tempo

- **Maurício Valeixo:** 1 ano e três meses
- **Rolando de Souza**: 11 meses
- **Paulo Maiurino**: 10 meses

## Investigação

Eventos ocorridos nos últimos meses podem ter contribuído para a movimentação na Polícia Federal. No início de fevereiro, a corporação entregou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o relatório da investigação contra Bolsonaro na qual concluiu que o presidente cometeu crime ao divulgar informações sigilosas de inquérito sobre ataque hacker aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O chefe do Executivo não foi indiciado, porém, sob justificativa de foro privilegiado, conforme sustentou a delegada Denisse Ribeiro, responsável pelo caso e que assina o documento.

Na quinta-feira, o Ministério da Justiça nomeou Cristiano Barbosa Sampaio para exercer o cargo de coordenador-geral de pesquisa e inovação da Secretaria Nacional de Segurança Pública. A portaria foi assinada por Márcio Nunes de Oliveira.

Sampaio é investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) por suposta participação em organização criminosa que atuaria obstruindo e vazando informações a investigados pela Polícia Federal em Tocantins.

No ano passado, ele foi alvo da operação que afastou o governador de Tocantins, Mauro Carlesse (PSL), do cargo.

Por meio de nota, o Ministério da Justiça explicou que "o inquérito está em andamento, não havendo nenhuma conclusão sobre as suspeitas levantadas". "Por outro lado, o delegado de Polícia Federal Cristiano Barbosa Sampaio apresenta elevada experiência profissional e tem muito a contribuir com o Ministério da Justiça e Segurança Pública" completou o comunicado.

## Gestão com muitas rusgas

Nos bastidores da Polícia Federal, delegados comentam que, quando Paulo Maiurino assumiu a Direção-Geral da corporação, foi por uma indicação interna, aceita pelo ministro da Justiça, Anderson Torres. Mas há relatos divergentes sobre o relacionamento entre os dois: parte dos delegados diz que eles eram bem alinhados, outra parte afirma que não tinham uma relação próxima.

O novo diretor-geral, porém, é afinado com Anderson Torres. Márcio Nunes de Oliveira foi superintendente da Polícia Federal no Distrito Federal e é respeitado dentro da instituição.

A gestão de Paulo Maiurino na Polícia Federal ficará marcada por desentendimentos com delegados. Ele demitiu, por exemplo, o delegado Hugo de Barros Correia um dia após ficar sabendo, de última hora, da realização de uma operação que envolvia aliados bolsonaristas.

Os peritos criminais federais, importante braço da PF que cuida exclusivamente da análise de documentos e outras provas que abastecem os inquéritos de polícia judiciária, receberam com "preocupação" mais uma troca no topo da instituição.

O presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Marcos Camargo, ressaltou que mudanças frequentes na chefia da PF fragilizam a instituição. "A prerrogativa de mudar a direção da PF não deve ser confundida com uma espécie de carta branca para destituir, em períodos tão curtos e sem apresentação de critérios objetivos, os dirigentes máximos do órgão", ressaltou, em nota.

NAS ENTRELINHAS



**Por Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br

# Existe muita empatia entre Putin e Bolsonaro

*Todos os homens do Kremlin — os bastidores do poder na Rússia de Vladimir Putin,* de Mikhail Zygar (Vestígio), é um livro-reportagem com detalhes reveladores sobre o círculo íntimo de Putin e sua longa permanência no poder. É a história de um líder ardiloso e perigoso, mas também de um grupo que assumiu o controle da Federação Russa. Putin "se tornou rei por acaso", levado ao poder por oligarcas e políticos regionais, que o acolheram ao mesmo tempo em que manipulavam seus medos e ambições. Com o tempo, demonstrou uma habilidade incomum para se manter no poder e assumir o controle do grupo com mão de ferro, em meio a intrigas, conspirações e muita corrupção.

Putin assumiu com apoio do grupo de Boris Yeltsin, que promoveu reformas liberalizantes radicais, contra os comunistas, que ainda eram fortes no Parlamento, cujo candidato era Ievgeni Primakov, um antiamericano radical e revanchista. Ataques terroristas em Moscou e o conflito na Chechênia catapultaram a candidatura do ex-diretor da FSB, a antiga KGB. A imagem de líder jovem e modernizador, que seduziu o público doméstico, não convenceu o Ocidente. Seu projeto inicial de integração da Federação Russa à União Europeia, inclusive à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), foi rejeitado pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e pela primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel.

Essa rejeição, que considerou uma humilhação, e a ambição de se perpetuar no poder levaram Putin à guinada nacionalista e autoritária que vem marcando sua trajetória, inicialmente alternando a Presidência e o cargo de primeiro-ministro com Dmitry Medvedev, que presidiu a Rússia entre 2008 e 2012. A consolidação de seu poder se deu em razão do apoio popular à ideia de restabelecer o status de potência mundial da Rússia e à agenda conservadora dos costumes, da aliança com os militares e com a Igreja Ortodoxa, e do controle dos meios de comunicação, dos órgãos de segurança, do Ministério Público e do Judiciário.

É aí que nasce a empatia entre Putin e Jair Bolsonaro, que ficou evidente na recente visita do presidente brasileiro à Rússia. Há um terreno fértil para essa aliança política pessoal. Bolsonaro não tinha um projeto político claro quando foi eleito, bafejado muito mais pela sorte do que em razão de suas virtudes. Tem o mesmo discurso nacionalista, a

O VERDADEIRO TEOR DA CONVERSA PRIVADA ENTRE OS DOIS EM MOSCOU É UM ICEBERG, NÃO FICOU RESTRITA À VENDA DE CARNE E À COMPRA DE FERTILIZANTES

agenda conservadora, uma aliança religiosa fundamentalista, o apoio de setores militares e do sistema de segurança, porém não controla os meios de comunicação e o Judiciário.

O isolamento de Bolsonaro no Ocidente, antipatizado pela opinião pública e em litígio com os principais líderes mundiais, inclusive o presidente norte-americano, Joe Biden, faria de Putin um parceiro natural de Bolsonaro na cena mundial, após a viagem a Moscou, não fosse a crise da Ucrânia ter virado uma guerra quente. O verdadeiro teor da conversa privada entre Bolsonaro e Putin é um iceberg ainda, não ficou restrita à venda de carne e à compra de fertilizantes, estratégica para os dois países. Houve conversas no âmbito da cooperação tecnológica e militar, na qual a Rússia, sim, pode vir a fazer diferença. E, para a oposição, existe o fantasma da interferência de hackers russos nas eleições.

## Cooperação

O silêncio de Bolsonaro em relação à guerra na Ucrânia é um sinal de que há, de fato, um pacto entre ambos, mal dissimulado pela atuação do Itamaraty e do chanceler, Carlos França, durante a crise. Na quinta-feira, Bolsonaro desautorizou o vice-presidente Hamilton Mourão, que condenou o ataque russo por desrespeitar a soberania da Ucrânia. A nota do Itamaraty pedindo a suspensão das "hostilidades" na Ucrânia, porém, não condenou a invasão. O Itamaraty disse apenas que acompanha as operações militares "com grave preocupação".

A invasão da Ucrânia é o maior ataque de um país europeu contra outro do mesmo continente desde a Segunda Guerra. Putin ameaçou com "consequências nunca experimentadas na história" para quem interferisse, o que pode fazer escalar o conflito, ainda mais com a reação da Polônia, da Lituânia e da Suécia, que também têm históricas relações com o povo ucraniano. É uma reação sem precedentes contra a Rússia, desde o fim da antiga União Soviética. Entretanto, os países do G7 — Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Canadá, Japão e Estados Unidos — exigiram que o governo brasileiro condenasse a invasão da Rússia à Ucrânia sem subterfúgios. No Conselho de Segurança da ONU, o Brasil votou a favor da condenação.

Na viagem a Moscou, Bolsonaro havia agradecido a Putin pela histórica oposição da Rússia à internacionalização da Amazônia. Esse é um tema sensível para as Forças Armadas, principalmente o Exército. Mas qual a razão de o vice-presidente Hamilton Mourão ter sido tão enfático na condenação à invasão da Ucrânia, mesmo correndo risco de ser desautorizado, como foi, pelo presidente Bolsonaro? Sem dúvida, devido ao alinhamento do Alto Comando do Exército com o Ocidente nesta crise da Ucrânia. Entretanto, existe outra fronteira de cooperação entre os dois países no âmbito militar: a venda de equipamentos e transferência de tecnologia em áreas estratégicas para a nossa indústria de Defesa.

# Brasília-DF



**CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA**
carlosalexandre.df@dabr.com.br

## Quem avisa...

Há poucas semanas, o então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, enviou um alerta à empresa fundada na Rússia. "O Brasil não é casa da sogra para ter aplicativos que façam apologia ao nazismo, ao terrorismo, que vendam armas ou que sejam sede de ataques à democracia que a nossa geração lutou tanto para construir", disse, em entrevista ao *O Globo*.

## É caro, mas pode

O Supremo Tribunal Federal decidiu que o Poder Judiciário não pode proibir aumento de tarifa telefônica acima da inflação, se foi autorizado por uma agência reguladora. A maioria do plenário acompanhou o voto do ministro relator, Marco Aurélio (aposentado), segundo o qual uma interferência do Judiciário em ato autorizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) contraria o princípio constitucional de separação dos Poderes.

## Missão cumprida

O embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, anunciou ontem que está encerrando o seu ciclo no país. "Os três anos que passei neste nobre país foram uma experiência valiosa na minha carreira diplomática, uma oportunidade pela qual me sinto profundamente honrado e orgulhoso", escreveu o diplomata nas redes sociais.

# STF reage à guerra eleitoral no Telegram

Uma semana depois de o Tribunal Superior Eleitoral firmar parceria com plataformas digitais a fim de evitar a desinformação durante a campanha das eleições, o futuro presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes, jogou duro com uma das empresas ausentes na assinatura do acordo. Moraes determinou que a plataforma Telegram suspenda, em até 24 horas, alguns perfis de usuários. Caso descumpra a ordem judicial, a plataforma pode sofrer multa e bloqueio por um período inicial de 48 horas. A decisão de Moraes mira um personagem que acumula embates frequentes com a Corte máxima de Justiça no Brasil: o blogueiro Allan dos Santos.

Segundo Moraes, o jornalista utilizou três perfis no Telegram para a "propagação de ataques ao Estado Democrático de Direito" e a diferentes instituições da República, dentres as quais o Supremo. O ministro também se manifestou especificamente à rede social que se tornou a coqueluche dos bolsonaristas. "Efetivamente, o uso do Telegram se revela como mais um dos artifícios utilizados pelo investigado para reproduzir o conteúdo que já foi objeto de bloqueio nestes autos, burlando decisão judicial, o que pode caracterizar, inclusive, o crime de desobediência a decisão judicial", disse o ministro.




Com regras de funcionamento menos rígidas, o Telegram atrai extremistas banidos de redes como Facebook, Twitter e YouTube. É por meio da plataforma que o blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça, se comunica diariamente com seus apoiadores. Mais de 121 mil pessoas o acompanham na rede.

## Má recordação

Wanming também enfrentou dissabores em Brasília. Em março de 2020, respondeu de forma ríspida ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (União Brasil-SP), que acusou a China de omitir ao mundo a gravidade do novo coronavírus. O embaixador classificou as palavras do 03 de "insulto maléfico contra a China", exigiu retratação imediata e disse que o parlamentar havia contraído um "vírus mental".

## Promessa é dívida

Fonte de preocupação de dez entre dez governadores, a mobilização de policiais por melhores salários provocou uma crise em Minas Gerais. "O problema da revolta não é a greve, é a mentira. Eu concordo com o governador. Se não tem dinheiro, não pague, porque não tem dinheiro. E principalmente: não prometa. Não pode prometer", afirmou Kalil. "Quem provocou essa confusão foi o governo (Zema) que prometeu 40%. Não foi a polícia nem as forças de segurança", disse. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais determinou que policiais civis e penais do estado, duas das dez categorias das forças de segurança em greve, voltem ao trabalho.

**Guerra só não é a mais sórdida de todas as palavras porque perde para o nome de quem a inicia"**

***Carlos Ayres Britto,*** *ex-presidente do STF*

**PODER**

# Insatisfação no Republicanos

Integrante do Centrão, o partido está descontente com o tratamento que tem recebido do Planalto e pode deixar a base do governo

» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

Integrantes do Republicanos estão descontentes com o tratamento recebido por parte do governo Jair Bolsonaro e já há rumores de que o partido pode deixar a base do governo.

"Os membros estão indo, em sua maioria, ao PL, em detrimento do Republicanos. Nós não estamos sendo tratados com o mesmo tipo de posicionamento dado aos demais partidos", reclamou o deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP). Ele frisou que a legenda tem sido leal ao governo.

Um interlocutor do partido disse ao **Correio** que o motivo da eventual saída da base de governo são as próprias atitudes do presidente. "A partir do momento em que a gente começou a conhecer mais de perto as ações do mandato de Bolsonaro, que são as mesmas da época de deputado federal, a coisa ficou difícil", afirmou, sob a condição de anonimato. "A gente esperou para ver se a coisa ia melhorar. Ferir menos a imprensa, aglomerar menos, falar menos. Não foi nada daquilo. Quem está ficando com ele é só por interesse."

Um parlamentar afirmou, também sob sigilo, que o maior descontentamento ocorreu quando Bolsonaro, supostamente, orientou o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas; e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a não se filiarem ao Republicanos e, sim, à sua legenda, o PL. "Ele quer fazer uma política partidária apenas com o PL e com o PP. Não acredito que a gente fique neutro. Vamos definir, mais em abril, o caminho que o partido irá seguir", comentou.

Para o deputado Celso Russomano (PRB-SP), porém, não há possibilidade de a sigla deixar a base do governo. "Há alguns deputados que têm um viés mais voltado para o centro, a esquerda... Eles ficam plantando isso. Essa vontade interna não é da maioria", assegurou.

Na quarta-feira, o presidente da sigla, Marcos Pereira, disse que Bolsonaro "só atrapalha" as negociações para que a legenda atraia nomes na janela partidária. "Está caminhando bem a vinda de novos parlamentares. A gente vai sair um pouco maior do que é, sem a ajuda do presidente, porque, até agora, ele só atrapalhou", disparou.

### Mourão

A data prevista para a filiação do vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB-RS) ao Republicanos é 16 de março. Segundo interlocutores, o general vai concorrer a uma vaga no Senado. A chegada do vice ao partido poderá ser uma maneira de "acalmar os ânimos".

### Elogios de Moro

**O pré-candidato à Presidência Sergio Moro (Podemos) fez questão de parabenizar o vice-presidente Hamilton Mourão pelo anúncio de sua filiação ao Republicanos. Em publicação, na noite de quinta-feira, nas redes sociais, o presidenciável descreveu o general como "uma voz sensata na República" e aproveitou para fazer um aceno ao presidente da legenda, Marcos Pereira. Com a relação estremecida do Republicanos com o Planalto, o ex-ministro vê espaço para tentar estreitar sua relação com o partido, que é ligado à Igreja Universal.**

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



**Carvalho reclamou que Bolsonaro não dispensa ao partido o mesmo tratamento dado a outras siglas**

### » Propaganda partidária começa hoje

A veiculação da propaganda partidária gratuita em emissoras de rádio e televisão tem início hoje. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na modalidade de inserções nacionais, o PSol será a primeira legenda a levar ao ar o anúncio. A divulgação será das 19h30 às 22h30, às terças, quintas e sábados. Diferentemente da propaganda eleitoral, que propõe, de fato, conquistar o voto do eleitor e deve começar em agosto, a propaganda partidária tem como objetivo mostrar a execução do programa da legenda e divulgar as atividades do partido.

# Frente evangélica revoltada com governo

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS
» TAINÁ ANDRADE

A aprovação na Câmara do PL 442/91, que regulariza os jogos de azar no Brasil, causou revolta entre os deputados da Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Apesar das traições dentro do próprio grupo — em que 15 dos 196 deputados votaram a favor —, o sentimento de indignação foi direcionado a outros dois alvos: o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), um dos caciques do Centrão; e o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR). Na avaliação de deputados, o governo não trabalhou para conter a proposta.

O aval ao projeto também causou uma espécie de ruptura velada com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entusiasta da matéria. De forma reservada, um deputado da Frente disse que houve desgaste na imagem do político alagoano entre os evangélicos da Casa. Ele acredita que haverá impacto no apoio à reeleição do parlamentar ao comando da Câmara.

Responsável por articular o movimento contrário à votação do projeto e autor do requerimento de retirada da pauta, o líder da bancada evangélica, Sóstenes Cavalcante (União-RJ), acredita que houve pressão de líderes de partidos.

"O que nos deixou mais incomodados foi a atitude da liderança em liberar a votação. Arthur Lira e Ciro Nogueira, assim como Ricardo Barros, são interessados nessa liberação, que é uma antiga meta do PP. Os três estão totalmente divorciados do pensamento ideológico do presidente Jair Bolsonaro (PL) e usaram a Casa Civil para aprovar", declarou.

Mesmo com ameaças de retaliações, não há consenso na ala evangélica. Deputados defendem os dogmas da igreja, mas enfatizam os benefícios que a regulamentação trará ao país. Apesar de ter votado contra, Celso Russomano (PRB-SP) destacou que a mudança pode ter benefícios na área econômica. "O lado ruim (dos jogos) é que as pessoas perdem o controle, mas tem o lado bom. Vamos parar de ver o jogo sendo presente na vida das pessoas, mas não presente na arrecadação do Estado", disse.

Representante de um dos estados com maior potencial de lucro com a legalização, o deputado federal Aluísio Mendes (PSC-MA) frisou os ganhos para a economia e reforçou que o jogo já existe no Brasil, mas o lucro acaba indo para outros países, como no caso dos jogos on-line.

"Eu acho um pouco de hipocrisia dizer que jogo no Brasil não acontece. Acontece em várias modalidades. Além da arrecadação, o jogo vai fomentar a criação de empregos", opinou.

**Editor:** Carlos Alexandre de Souza
*carlosalexandre.df@dabr.com.br*
**3214-1292** / 1104 (Brasil/Política)

# Autotestes chegam no início de março

Ao menos dois fabricantes que tiveram o registro autorizado pela Anvisa prometem entregar o produto para venda após o carnaval. Kits ainda não têm preço definido. Em Nova York, Marcelo Queiroga fala na "liberdade" do brasileiro de se vacinar

» MARIA EDUARDA CARDIM

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o registro de mais dois autotestes para covid-19. Um deles é o primeiro a detectar a infecção pelo novo coronavírus a partir de uma amostra de saliva do paciente, em vez de secreção do nariz. Ao todo, quatro autotestes obtiveram o registro aprovado pelo órgão e já podem ser vendidos no Brasil. Mas os consumidores só devem encontrar os exames nas gôndolas das farmácias na próxima semana.

Essa é a previsão feita pela primeira empresa que obteve o registro do autoteste de covid-19 no Brasil, a CPMH Comércio e Indústria de Produtos Médicos-Hospitalares e Odontológicos. Com sede em Brasília, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), a CPMH indicou que o primeiro lote dos autotestes estará disponível para a população brasileira somente na próxima semana. O lote inicial previsto para farmácias, lojas de artigos médicos e respectivos e-commerces é composto por 20 milhões de unidades de exames.

A empresa atende a todo Brasil e informou que a quantidade dos próximos lotes ainda está sendo definida com as farmácias. A CPMH Produtos Hospitalares não indicou uma estimativa de preço que será cobrado pelo produto. "Ainda não há uma expectativa oficial sobre o preço dos autotestes, produzidos pela empresa chinesa Bioscience (Tianjin) Diagnostic Technology Co.,Ltd", disse em comunicado. O preço final depende da política comercial das farmácias e lojas que irão realizar a venda.

Quem também prevê autotestes disponíveis para os consumidores no início de março é a empresa Eco Diagnóstica. O fabricante teve aprovado o registro de dois autotestes. Um deles é o exame que utiliza a saliva para detectar a infecção, aprovado ontem pela Anvisa. A coleta do material requer que o usuário deposite a saliva em um copo. O kit possui o item para que a pessoa produza a quantidade certa de secreção bucal para o exame.

O outro autoteste da Eco Diagnóstica aprovado pela agência reguladora utiliza o swab (cotonete) nasal, mais comum entre os exames realizados pelo próprio paciente. Os dois tipos serão produzidos no Brasil, e o que coleta a amostra nasal já teve a produção iniciada na quarta (23), na fábrica em Corinto (MG).

Ontem, a Anvisa aprovou o autoexame da empresa Kovalent do Brasil. O kit também será produzido em território nacional e estará disponível nas farmácias em versões com um, dois e cinco testes em uma mesma embalagem. O primeiro registro de autoteste foi concedido pela Anvisa na última semana, em 17 de fevereiro.

O aval do registro ocorreu 20 dias após a diretoria colegiada da agência aprovar, por unanimidade, a venda desse tipo de exame no Brasil, atendendo o pedido feito pelo Ministério da Saúde. Atualmente, 81 pedidos de registro desse tipo de exame já foram feitos à Anvisa, que reprovou 13 solicitações.

> **Reiteramos o compromisso do Brasil com o acesso justo e equitativo às vacinas contra a covid-19. Nesse sentido, já doamos mais de 5,6 milhões de doses em ações bilaterais e por meio da iniciativa Covax Facility"**
>
> ***Marcelo Queiroga,*** *ministro da Saúde, em discurso na ONU*

## Ministro na ONU

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, voltou a falar, ontem, na doação de vacinas contra a covid-19 por parte do Brasil. Em discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o ministro reiterou o apoio do Brasil ao acesso justo e igualitário às vacinas contra a covid-19 e ressaltou ainda que, este ano, o país terá oportunidade de doar um número maior de vacinas do que o ofertado no ano passado.

"Reiteramos o compromisso do Brasil com o acesso justo e equitativo às vacinas contra a covid-19. Nesse sentido, já doamos mais de 5,6 milhões de doses em ações bilaterais e por meio da iniciativa Covax Facility. Ao longo de 2022, é possível aumentar esse número, em linha com a meta estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS)", afirmou.

Nesta semana, Queiroga indicou que, com a produção de vacinas contra covid-19 em território nacional, já realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Brasil poderá exportar a vacina e ampliar o acesso global aos imunizantes. A Fiocruz já deu início ao processo de pré-qualificação para exportação da vacina covid-19 (recombinante) na OMS. Para ser exportada, a vacina produzida no Brasil precisa obter o registro emergencial perante a organização.

"Neste momento, a Fiocruz está dando início ao processo de pré-qualificação para exportação da vacina covid-19 (recombinante) na Organização Mundial de Saúde (OMS) e avaliando, junto à AstraZeneca e à Opas (Organização Pan-Americana da Saúde), a melhor estratégia para contribuir com o esforço global de vacinação contra a covid-19", disse a fundação em nota.

Durante o discurso, Queiroga voltou a expressar a opinião contrária à obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19, citando a liberdade dada aos cidadãos brasileiros como causa do sucesso da campanha de imunização no país. "O sucesso da Política Nacional de Imunizações, criada em 1976, decorre da forte cultura vacinal da população brasileira, que tem como princípio a liberdade que cada brasileiro tem de acessar as mais de 38 mil salas de vacinação do nosso país", disse. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 70% da população do país está com o ciclo vacinal completo e 25% recebeu a dose de reforço.

Queiroga reforçou que uma das prioridades do governo brasileiro é o fortalecimento do complexo industrial da saúde. "O setor privado vem investindo em novas plantas no Brasil. Recentemente, a OMS selecionou o país como hub de desenvolvimento e produção de vacinas de plataforma RNA", destacou. O ministro da Saúde permanece em agenda nos Estados Unidos até amanhã, quando deve retornar ao Brasil. Hoje, ele se encontra com o presidente e diretor executivo da Fundação de Pesquisa Cardiovascular da Universidade de Columbia, dr. Juan F. Granada.

## *Como fazer o autoteste de covid-19*




1 Lave as mãos antes de começar o teste

2 Colete a amostra nasal ou de saliva (dependendo do teste utilizado) com o swab (cotonete)

3 Insira o swab com amostra coletada no tubo com a solução diluente, gire e depois remova o swab e o descarte. Mantenha o tubo com a mistura da solução diluente + amostra

4 Aplique quatro gotas da mistura da solução diluente + amostra no dispositivo de teste

5 Espere 15 minutos e leia o resultado

***Explicação resumida e baseada no vídeo do autoteste da Eco Diagnóstica. Leia a bula e o guia explicativo do exame quando for realizá-lo

### Veja o panorama do registro de autotestes no Brasil

**4** autotestes possuem registro da Anvisa e podem ser vendidos no Brasil

**13** pedidos de registros de autotestes foram negados pela Anvisa

**64** pedidos estão em alguma etapa da análise pela Anvisa

**Fique atento!**
**A partir do resultado positivo de um autoteste, é necessária a confirmação do diagnóstico para que a notificação do caso seja feita. O indivíduo deve procurar uma unidade de atendimento de saúde (ou teleatendimento) para que um profissional da saúde realize a confirmação e notificação**

Fontes: Ministério da Saúde, Anvisa e Eco Diagnóstica

## SOCIEDADE

# Uma negra para fazer justiça

SAUL LOEB

Assim como no Brasil, a escravidão deixou marcas profundas na sociedade norte-americana. Ontem, o país que elegeu Barack Obama por duas vezes como presidente dos Estados Unidos, mas também foi palco do assassinato de George Floyd, deu mais um passo em direção à igualdade racial.

O presidente Joe Biden confirmou o nome de Ketanji Brown Jackson, de 51 anos, como a primeira mulher negra na história dos EUA a ser indicada para a Suprema Corte. "Ela é uma das nossas mentes jurídicas mais brilhantes e será uma juíza excepcional", disse o chefe da Casa Branca.

Mas, em outra semelhança entre Brasil e os EUA, a indicação de Jackson à mais alta instância da Justiça norte-americana está marcada pela luta política. Dada a forte polarização entre republicanos e democratas, a audiência de confirmação de Jackson no Senado provavelmente será tempestuosa.

Alguns parlamentares já reagiram negativamente. "A juíza Jackson foi a opção preferida dos interesses financeiros obscuros da extrema-esquerda", criticou o líder da bancada republicana no Senado, Mitch McConnell.

O governo Biden ressaltou a qualificação da candidata à Suprema Corte. "A juíza Jackson é extraordinariamente qualificada e é uma indicação histórica", afirmou a Casa Branca em nota.

O ex-presidente Barack Obama se manifestou prontamente. "Já é uma fonte de inspiração para mulheres negras, como minhas filhas, permitindo a elas que sonhem mais alto", aplaudiu.

Mãe de duas filhas, Ketanji Brown Jackson cresceu na Flórida e é casada com um cirurgião. Formou-se na Harvard University Law School.

A indicação à Suprema Corte, a primeira feita por Biden, não mudará o equilíbrio de poder no tribunal de nove magistrados de maioria conservadora que velam pela constitucionalidade das leis americanas. Em 232 anos de existência, o tribunal teve apenas dois juízes negros. Um deles, Clarence Thomas, foi nomeado por George Bush pai e ainda atua.



**Ketanji Jackson após a nomeação por Biden: primeira negra na Suprema Corte em 232 anos**

**Bolsas**
Na sexta-feira
1,39% São Paulo
2,51% Nova York

**Pontuação B3**
Ibovespa nos últimos dias
111.725 → 113.142
22/2 23/2 24/2 25/2

**Salário mínimo**
R$ 1.212

**Dólar**
Na sexta-feira
R$ 5,156
(+0,99%)

Últimas cotações (em R$)

| | |
|---|---|
| 21/fevereiro | 5,107 |
| 22/fevereiro | 5,052 |
| 23/fevereiro | 5,004 |
| 24/fevereiro | 5,105 |

**Euro**
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,808

**Capital de giro**
Na sexta-feira
6,76%

**CDB**
Prefixado 30 dias (ao ano)
11,13%

**Inflação**
IPCA do IBGE (em %)

| | |
|---|---|
| Setembro/2021 | 1,16 |
| Outubro/2021 | 1,25 |
| Novembro/2021 | 0,95 |
| Dezembro/2021 | 0,73 |
| Janeiro/2022 | 0,54 |

PREVIDÊNCIA

# STF aprova revisão de aposentadorias

Decisão pode beneficiar segurados que começaram a contribuir para o INSS antes de 1994 e se aposentaram depois de 1999

» FERNANDA STRICKLAND
» LUANA PATRIOLINO

Rosinei Coutinho/SCO/STF



**Alexandre de Moraes deu o voto decisivo para formar a decisão da Corte. Governo não tem mais possibilidade de recurso**

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para que aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tenham direito à chamada "revisão da vida toda". A revisão de aposentadorias levando em consideração todo o tempo trabalhado permite o recálculo do valor do benefício.

A revisão poderá ser pedida pelos trabalhadores que começaram a contribuir para o INSS antes de 1994 e que se aposentaram depois de 1999. Nesse último ano, o cálculo do valor dos benefícios começou a ser feito considerando apenas as constribuições recolhidas depois da criação do Plano Real. Ou seja, para calcular a média dos salários que servirá como base de pagamento da aposentadoria, o instituto usa apenas os pagamentos em reais.

Para o governo, segundo uma fonte, a decisão é um "desastre para as contas públicas". Estimativas mostram que o impacto para a Previdência será de, ao menos, R$ 46 bilhões até 2029, considerando revisões e concessões. De acordo com interlocutores do governo, o INSS não possui o mecanismo e o fluxo financeiro para uma revisão dessa espécie. A fila de requerimentos está com 1,7 milhão de pedidos e a tendência é de que cresça ainda mais.

A Advocacia-Geral da União (AGU) deve aguardar a proclamação do resultado final do julgamento para se manifestar. A advogada Gabriela Sabino, especialista em direito previdenciário, destaca que todas as contribuições dos segurados anteriores a julho de 1994 eram desconsideradas no cálculo do valor das aposentadorias. "Isso fazia com que segurados que recebiam altos salários, antes desse período, no auge dos seus 30, 40 anos de idade, não tivessem esses altos salários considerados no valor do benefício", frisou.

"Ou seja, muitos acabaram se aposentando com o salário mínimo ou um pouco mais, porque o valor do benefício era calculado apenas com as contribuições realizadas a partir de julho de 1994 — quando houve a conversão do real", completou Gabriela.

O voto do ministro do STF Alexandre de Moraes definiu o julgamento, que terminou com seis votos favoráveis contra cinco contrários. A decisão pode ser aplicada para todos os processos sobre o tema na Justiça brasileira.

Não cabe mais recurso ao INSS, só embargo de declaração, mas isso não deve mudar o resultado do julgamento. Ainda é preciso, porém, aguardar a publicação da decisão, pois a ação no plenário virtual da Corte está prevista para ser encerrada até 8 de março.

## Impacto

O advogado previdenciário Wanderson Farias de Camargos explicou que a medida não beneficiará todos os aposentados. Para quem tinha, antes de 1994, ganhos menores do que os considerados na aposentadoria, o pedido de revisão não é interessante.

O especialista concordou com a análise a respeito do impacto financeiro. "Terá o poder de causar um desastre aos cofres públicos, tendo em vista a limitação em sua aplicabilidade aos segurados do INSS", disse.

Segundo a economista Catharina Sacerdote, o maior impacto será no déficit previdenciário, com reflexo de gastos de outros recursos para cobri-lo. "Em uma comparação simplificada com um orçamento doméstico, é preciso retirar recursos que poderiam estar destinados para investimentos para pagar esses custos", afirmou.

### Fique atento

**Veja o que é preciso para ter direito à revisão:**

Ter aposentadoria com data de início entre 29/11/1999 e 12/11/2019. Neste caso, a média salarial calculada pelo INSS tomou como base os 80% maiores salários desde julho de 1994, quando o Plano Real entrou em vigor;

Ter se aposentado antes da reforma de 2019, que mudou novamente as regras de cálculo.

Ter começado a contribuir com o INSS antes de julho de 1994.

IMPOSTOS

# Governo anuncia corte de 25% no IPI

» ROSANA HESSEL

O governo reduziu em 25% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a maioria dos produtos, como automóveis, geladeiras, freezers, máquinas de lavar roupa e secadoras. A exceção foi o cigarro. A estimativa do Ministério da Economia é de que a medida gere uma perda de receita de R$ 19,6 bilhões.

O decreto presidencial que reduz o imposto foi publicado, ontem, em edição extra do *Diário Oficial da União*. A medida passa a ter validade imediata e não depende de aprovação do Congresso Nacional. Em nota, o ministério explicou que, no caso de automóveis, em razão de políticas de incentivo fiscal vigentes, as alíquotas serão reduzidas em 18,5%.

Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, a redução das alíquotas deve ter impacto na inflação no curto prazo, mas o objetivo da medida é fortalecer a indústria. "Tem um impacto de curto prazo, sim, no IPCA, mas é uma medida de política industrial e não de política inflacionária", frisou.

Guedes disse, ainda, que a redução do IPI abre espaço para uma nova redução do Imposto sobre Importação sobre bens industrializados, que já tiveram um corte de 10% no fim do ano passado. "Não é a nossa intenção, mas pode haver uma nova rodada neste ano", avisou. O ministro ponderou, no entanto, que seria injusto com o setor industrial abrir mais o mercado sem, antes, aliviar a situação das empresas.

De acordo com o Ministério da Economia, a redução do IPI possibilitará um incremento de R$ 467 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) em 15 anos viabilizará R$ R$ 314 bilhões em investimentos nesse mesmo período.

Segundo comunicado do ministério, a redução tributária ocorre "após a elevação da arrecadação dos tributos federais observada ao longo do ano passado, e não afetará a solvência da dívida pública e o compromisso do governo com a consolidação fiscal".

A arrecadação federal com o IPI, em 2021, somou R$ 67,6 bilhões, dos quais R$ 5,2 bilhões foram da tributação sobre o fumo. Metade desses recursos são repassados para estados e municípios e, portanto, os entes federativos também sofrerão perda de receita. Por conta disso, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), criticou a medida. "O novo benefício fiscal ao IPI causa prejuízo ao financiamento de serviços públicos estaduais e municipais", disse o órgão, em nota.

O governo queria anunciar a redução do IPI antes de um pacote de R$ 100 bilhões de estímulo ao crédito que promete para depois do carnaval. O objetivo é turbinar o consumo, já que as perspectivas do mercado para a economia neste ano não são animadoras e preveem crescimento de apenas 0,3% do PIB.

Comunicado divulgado pela Secretaria-Geral da Presidência da República sobre o corte do IPI afirma que "por se tratar de tributo extrafiscal, de natureza regulatória, é dispensada a apresentação de medidas de compensação, como autorizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal".

Ed Alves/CB



**Segundo Paulo Guedes, medida visa fortalecer a indústria**

# Imóveis: mudança no ITBI

» GABRIELA BERNARDES*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, ontem, que o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), cobrado pelos municípios na compra e venda de imóveis, deve ser calculado com base no valor de mercado — ou seja, no que foi realmente pago no negócio.

Hoje, a base de cálculo do tributo é o valor fixado pelas prefeituras para definir o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Em geral, esse valor costuma ser menor do que os preços de mercado, ou seja, a tendência seria de elevação do imposto. No entanto, especialistas afirmam que é comum ocorrer o contrário, isto é, as prefeituras fixarem valores de referência mais elevados que os de mercado.

Para Hiram David, CEO da Elo Imóveis e vice-presidente do Sindicato da Habitação do Distrito Federal (Secovi-DF), a decisão do STJ vem para "resguardar os direitos da parte mais fraca, que é a sociedade civil". "São recorrentes as avaliações pelas prefeituras e secretarias de fazenda que extrapolam o valor de mercado. O consumidor se via obrigado a recorrer administrativamente, que normalmente era negado, e acabava por absorver o ônus, visto que o ajuizamento de demanda contra o Estado, além de moroso, é oneroso e muitas vezes não compensava. Ademais, com as transações eletrônicas, sempre monitoradas, é praticamente impossível declarar valor inferior ao efetivamente negociado", disse.

Na avaliação de David, a medida deve incentivar, ou ao menos facilitar, a compra de imóveis. "O ITBI é um alto custo para quem compra imóvel. Pagar imposto sobre valor presumido pelo Estado, e ainda superior ao efetivo, é um desestímulo. O custo do imposto é importante na decisão de aquisição, basta observar quanto a redução para 1% do valor do ITBI (de janeiro a março deste ano ), ativou o mercado imobiliário de Brasília", detalhou.

A opinião de Leonardo Vasconcellos, da Imobiliária Aguiar de Vasconcellos, também é de que a medida pode favorecer o consumidor. "É mais justo porque nem sempre o valor é condizente. Por exemplo, quando comprei um apartamento, há 9 anos, o valor que o governo distrital calculou e me cobrou foi bem maior que o valor que eu de fato fechei a operação", explicou.

***Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo**

CAIXA Consórcio

**XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**
**CNPJ 40.011.095/0001-63**

# Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
A Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA") em 23 de agosto de 2021 conforme o acordo de distribuição firmado em 30/03/2021 entre os acionistas de suas controladoras diretas, CNP Assurances Participações Ltda. e Caixa Seguridade Participações S.A..
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 75% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal. Não houve provisionamento de dividendos no período em virtude da aferição do prejuízo de prejuízo de R$ 12,505 milhões no período.
O patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2021 atingiu R$ 363,36 milhões.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. agradece o apoio e a confiança das acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pelo Banco Central do Brasil (BCB) à regulação do setor e, em particular, aos nossos colaboradores e aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Brasília, 23 de fevereiro de 2022.

**A Administração**

## Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVO | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 Não auditado |
|---|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | **83.207** | **1.400** |
| **Disponibilidade** | | **209** | **1.400** |
| **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** | **5** | **80.495** | **–** |
| Carteira própria | | 80.495 | – |
| **Outros créditos** | | **2.441** | **–** |
| Diversos | 6.1 | 2.441 | – |
| **Outros valores e bens** | | **62** | **–** |
| Despesas antecipadas | | 62 | – |
| **Ativo realizável a longo prazo** | | **49.409** | **–** |
| **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** | **5** | **42.453** | **–** |
| Carteira própria | | 42.453 | – |
| **Outros créditos** | | **6.956** | **–** |
| Diversos | 6.1 | 6.956 | – |
| **Permanente** | | **240.700** | **–** |
| **Imobilizado de uso** | | **75** | |
| Outras imobilizações de uso | | 78 | – |
| Depreciações acumuladas | | (3) | **–** |
| **Intangível** | | **240.625** | **–** |
| Ativos intangíveis | 7 | 250.000 | – |
| Amortização acumulada | | (9.375) | – |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **373.316** | **1.400** |

| PASSIVO | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 Não auditado |
|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | **9.960** | **–** |
| **Outras obrigações** | **8** | **9.960** | **–** |
| Sociais e estatutárias | 8.a | 496 | – |
| Fiscais e previdenciárias | 8.b | 961 | – |
| Diversas | 8.c | 8.503 | – |
| **Patrimônio líquido** | **9** | **363.356** | **1.400** |
| Capital | | 126.867 | 1.400 |
| De domiciliados no país | 9.a | 126.867 | 1.400 |
| Reservas de capital | 9.b | 250.000 | – |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (1.006) | – |
| Prejuízos acumulados | | (12.505) | – |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **373.316** | **1.400** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| Receitas da intermediação financeira | 11 | **4.259** | **5.186** |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 4.259 | 5.186 |
| **Resultado bruto da intermediação financeira** | | **4.259** | **5.186** |
| Outras receitas/despesas operacionais | | **(20.312)** | **(23.484)** |
| Receitas de prestação de serviços | 12 | 3.282 | 3.282 |
| Despesas de pessoal | 13 | (5.574) | (5.574) |
| Outras despesas administrativas | 14 | (16.636) | (19.765) |
| Despesas tributárias | 15 | (668) | (711) |
| Outras receitas operacionais | 16 | 2 | 2 |
| Outras despesas operacionais | 16 | (718) | (718) |
| **Resultado operacional** | | **(16.053)** | **(18.298)** |
| **Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações** | | **(16.053)** | **(18.298)** |
| Imposto de renda e contribuição social | 17 | 5.675 | 6.438 |
| Provisão para imposto de renda | | 461 | 461 |
| Provisão para contribuição social | | 166 | 166 |
| Ativo fiscal diferido | | 5.048 | 5.811 |
| Participações estatutárias no lucro | | (645) | (645) |
| **Prejuízo do semestre/exercício** | | **(11.023)** | **(12.505)** |
| **Quantidade de ações** | | **2.999.528** | **2.999.528** |
| **Prejuízo por ação em Reais** | | **(3,68)** | **(4,17)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Descrição | Capital Social | Aumento de Capital em Aprovação | Reservas Capital | Ganhos/Perdas não Realizados com T.V.M. | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** |
| Capital de constituição conforme escritura pública em 12/12/2020 | 1.400 | – | – | – | – | **1.400** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (não auditado)** | **1.400** | **–** | **–** | **–** | **–** | **1.400** |
| Aumento de capital AGE em 30/03/2021 | – | 125.467 | – | – | – | **125.467** |
| Aumento de reserva de capital AGE em 30/03/2021 | – | – | 250.000 | – | – | **250.000** |
| Aprovação do aumento de capital | 125.467 | (125.467) | – | – | – | **–** |
| Prejuízo do exercício | – | – | – | – | (12.505) | **(12.505)** |
| Títulos e valores mobiliários | – | – | – | (1.006) | – | **(1.006)** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021** | **126.867** | **–** | **250.000** | **(1.006)** | **(12.505)** | **363.356** |
| **SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021** | **1.400** | **125.467** | **250.000** | **–** | **(1.482)** | **375.385** |
| Aprovação do aumento de capital | 125.467 | (125.467) | – | – | – | **–** |
| Prejuízo do exercício | – | – | – | – | (11.023) | **(11.023)** |
| Títulos e valores mobiliários | – | – | – | (1.006) | – | **(1.006)** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021** | **126.867** | **–** | **250.000** | **(1.006)** | **(12.505)** | **363.356** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| **Prejuízo do semestre/exercício** | **(11.023)** | **(12.505)** |
| **Outros lucros abrangentes** | **(1.006)** | **(1.006)** |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | (1.524) | (1.524) |
| Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários | 518 | 518 |
| **Total dos prejuízos abrangentes para o semestre/exercício** | **(12.029)** | **(13.511)** |
| **Quantidade de ações** | **2.999.528** | **2.999.528** |
| **Prejuízo por ação em Reais** | **(4,01)** | **(4,50)** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 Não auditado |
|---|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | | |
| **Lucro líquido do semestre/exercício antes do IR/CS** | **(11.023)** | **(12.505)** | **–** |
| **Ajustes para:** | | | |
| Depreciação e amortizações | 6.252 | 9.378 | – |
| **Variação nas contas patrimoniais:** | | | |
| Ativos financeiros | 2.630 | (123.954) | – |
| Créditos fiscais e previdenciários | (5.639) | (6.611) | – |
| Ativo fiscal diferido | (1.145) | (1.145) | – |
| Despesas antecipadas | 123 | (62) | – |
| Outros ativos | (1.642) | (1.642) | – |
| Impostos e contribuições | 944 | 960 | – |
| Outras contas a pagar | 3.179 | 3.180 | – |
| Outros passivos | 5.828 | 5.828 | – |
| **Caixa (consumido) pelas operações** | **(493)** | **(126.573)** | **–** |
| Juros pagos | (7) | (7) | – |
| **Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais** | **(500)** | **(126.580)** | **–** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | | |
| **Pagamento pela compra:** | **(78)** | **(250.078)** | **–** |
| Imobilizado | (78) | (78) | – |
| Intangível | – | (250.000) | – |
| **Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos** | **(78)** | **(250.078)** | **–** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** | | | |
| Aumento de capital | – | 375.467 | 1.400 |
| **Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos** | **–** | **375.467** | **1.400** |
| **Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa** | **(578)** | **(1.191)** | **1.400** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício** | **787** | **1.400** | **–** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício** | **209** | **209** | **1.400** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | |
| **Circulante** | | **9.229** | **9.229** |
| **Disponibilidades** | | **211** | **211** |
| Depósitos bancários | | 211 | 211 |
| **Aplicações interfinanceiras de liquidez** | **19** | **4.779** | **4.779** |
| Disponibilidade do grupo | | 765 | 765 |
| Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC | | 4.014 | 4.014 |
| **Outros créditos** | | **4.239** | **4.239** |
| Direitos junto a consorciados contemplados - normais | | 4.239 | 4.239 |
| **Compensação** | | **1.270.802** | **1.270.802** |
| Previsão mensal receitas a receber de consorciados | | 2.134 | 2.134 |
| Contribuições devidas ao grupo | | 643.373 | 643.373 |
| Valor dos bens ou serviços a contemplar | | 625.295 | 625.295 |
| **TOTAL GERAL DO ATIVO** | | **1.280.031** | **1.280.031** |
| **PASSIVO** | | | |
| **Circulante** | | **9.229** | **9.229** |
| Obrigações com consorciados | | 4.697 | 4.697 |
| Valores a repassar | | 166 | 166 |
| Obrigações por contemplações a entregar | | 4.014 | 4.014 |
| Recursos a devolver a consorciados | | 33 | 33 |
| Recursos do grupo | | 319 | 319 |
| **Compensação** | | **1.270.802** | **1.270.802** |
| Recursos mensais a receber de consorciados | | 2.134 | 2.134 |
| Obrigações do grupo por contribuições | | 643.373 | 643.373 |
| Bens ou serviços a contemplar | | 625.295 | 625.295 |
| **TOTAL GERAL DO PASSIVO** | | **1.280.031** | **1.280.031** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/12/2021 |
|---|---|
| **Disponibilidades no início do período** | **–** |
| **(+) Recursos coletados** | **9.060** |
| Contribuições para aquisição de bem | 2.912 |
| Taxa de administração | 2.058 |
| Contribuições ao fundo de reserva | 139 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 22 |
| Multas e juros moratórios | 4 |
| Prêmios de seguros | 18 |
| Outros | 3.907 |
| **(–) Recursos utilizados** | **4.070** |
| Aquisição de bens | 702 |
| Taxa de administração | 3.282 |
| Multas e juros moratórios | 2 |
| Devolução a consorciados desligados | 3 |
| Outros | 81 |
| **Disponibilidades no final do período** | **4.990** |
| Depósitos bancários | 211 |
| Aplicações financeiras - grupos | 765 |
| Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações | 4.014 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A XS5 Administradora de Consórcios S.A., doravante referida também como "Companhia", iniciou suas atividades em 03/12/2020, com autorização de funcionamento por parte do Banco Central do Brasil em 12/03/2021, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, é uma sociedade por ações, de capital fechado, e uma *Joint Venture* cujos controladores são a Caixa Seguridade Participações S.A.(controlada pela Caixa Econômica Federal) e a CNP Assurrances Participações Ltda. (controlada pela CNP Assurrances S.A.).
A Companhia tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis e serviços, conforme definido na legislação em vigor, sendo a Caixa Econômica Federal - CAIXA sua principal parceira na comercialização de seus produtos.
A Companhia obteve autorização para funcionamento por parte do regulador em 12/03/2021, sendo que o regulador concedeu a homologação da nova estrutura acionária e administrativa em 26/07/2021. Dessa forma foram cumpridas todas as condições necessárias para o começo das operações.

**1.1 Acordo de acionistas para comercialização no Balcão CAIXA**

A XS5 Administradora de Consórcios S.A. foi constituída de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa. O acordo entre os acionistas foi efetivado em 30 de março de 2021 com o aporte de capital de R$375.465, sendo que o montante aportado pela CNP Assurances S.A. de R$250.000 foi registrado como reserva de capital e o restante como aumento de capital. No mesmo dia, a Companhia pagou o montante de R$250.000 à Caixa Econômica Federal, em troca do direito de acesso exclusivo, pela Companhia, à rede de distribuição da Caixa Econômica Federal para a comercialização dos produtos de consórcios pelo período de 20 anos.
Em 23/08/2021, a Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"), conforme o acordo de distribuição firmado em 30/03/2021 entre os acionistas de suas controladoras diretas, CNP Assurances Participações Ltda. e Caixa Seguridade Participações S.A.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 4.
Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS).
As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.
Conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2022.

### 3. Principais práticas contábeis da Administradora

**a. Moeda funcional e de apresentação**
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.
**b. Disponibilidades**
A Companhia considera como caixa e bancos e os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.
**c. Ativos e passivos circulantes**
Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
**d. Títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
O registro e a avaliação da carteira própria de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração, sendo a carteira própria alocada em títulos para negociação (a valor justo por meio do resultado), disponíveis para venda e mantidos até o vencimento:
- Títulos mantidos para negociação: os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda: nessa categoria os títulos são ajustados ao valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações são levadas aos resultados, quando das realizações dos respectivos títulos.
- Títulos mantidos até o vencimento: a Companhia mantém nessa categoria os títulos que foram adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.
**e. Imobilizado de uso e intangível**
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.
O intangível refere-se à aquisição do direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (veja nota 1.1).
A amortização é realizada pelo método linear durante o prazo do contrato de direito de uso, de 20 anos, a partir de 30/03/2021.
**f. *Impairment* de ativos não financeiros**
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com aquisição de direito de uso, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
**g. Provisões, ativos e passivos contingentes**
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.
Até o momento a Companhia não apresenta registros de provisões para ativos e passivos contingentes.
**h. Apuração do resultado**
A apuração do resultado obedece ao regime de competência, exceto pela taxa de administração, que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento. As despesas relacionadas à utilização do balcão da CAIXA são reconhecidas por ocasião da venda das cotas de consórcios e as de formalização de garantia e custo de contemplação por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.
**i. Provisão para imposto de renda e contribuição social**
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.
**j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**
Novas normas contábeis que entraram em vigor ainda não foram aprovadas pelo órgão regulador e a que pode gerar um efeito relevante encontra-se a IFRS 9 e a IFRS 16. Tendo em vista que tais alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros.
**IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:** Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.
**IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.
A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.
**k. Gerenciamento de riscos**
O Gerenciamento de Riscos segue a política de riscos adotada na estrutura do Grupo CNP Seguros. Neste contexto, os riscos que foram mapeados e aplicáveis à operação de Consórcios são: Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional. Contudo não observamos exposição significativa da Companhia.

### 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
§ Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários - TVM

### 5. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os fundos de investimentos exclusivos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

| Descrição | Valor de Mercado | 31/12/2021 Valor do Custo Atualizado | Sem Vencimento | 31/12/2021 Entre 01 e 05 anos |
|---|---|---|---|---|
| **Títulos para negociação** | | | | |
| Fundos de investimento | 80.495 | 80.495 | 80.495 | – |
| **Total** | **80.495** | **80.495** | **80.495** | **–** |
| **Disponível para venda** | | | | |
| Letras do tesouro nacional | 42.453 | 43.977 | – | 42.453 |
| **Total** | **42.453** | **43.977** | **–** | **42.453** |

**5.1. Movimentação das aplicações**
A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

| | 31/12/2021 |
|---|---|
| **Saldo inicial** | **–** |
| Aplicações | 170.080 |
| Resgates | (50.794) |
| Rendimentos | 5.186 |
| Ajustes TVM | (1.524) |
| **Saldo final** | **122.948** |

**5.2. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**
**a. Abertura por hierarquia**
• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
• Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

| | 31/12/2021 Nível 1 | Total |
|---|---|---|
| **Títulos para negociação** | | |
| Fundos de investimento | 80.495 | **80.495** |
| **Total** | **80.495** | **80.495** |
| **Disponíveis para a venda** | | |
| Letras do tesouro nacional | 42.453 | **42.453** |
| **Total** | **42.453** | **42.453** |

### 6. Outros créditos - Administradora

**6.1 Créditos diversos**
Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

| Outros créditos - diversos | 31/12/2021 |
|---|---|
| Créditos tributários (nota 6.2) | 7.755 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 23 |
| Títulos e créditos a receber s/característica de concessão crédito | 1.612 |
| Outros valores | 7 |
| **Total dos outros créditos - diversos** | **9.397** |

**6.2 Créditos Tributários**
A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:
**a. Composição**

| | 31/12/2021 Contribuição Social | Imposto de Renda | | |
|---|---|---|---|---|
| | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | Total |
| A compensar | – | 799 | – | 799 |
| Adições temporárias | 166 | – | 461 | 627 |
| Tributos diferidos - TVM | 137 | – | 381 | 518 |
| Base Negativa/Prejuízo fiscal | 1.538 | – | 4.273 | 5.811 |
| **Total** | **1.841** | **799** | **5.115** | **7.755** |

**b. Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários**

| | Diferenças Temporárias | | Ajustes TVM | | Base negativa/Prejuízo fiscal | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano de Realização | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| **2022** | 627 | 100% | – | 0% | – | 0% |
| **2023** | – | 0% | 518 | 100% | 5.811 | 100% |
| **Total** | **627** | **100%** | **518** | **100%** | **5.811** | **100%** |

**c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido**

| | 31/12/2021 Contribuição Social | Imposto de Renda | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo inicial dos Créditos Tributários** | – | – | – |
| **Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias** | | | |
| Outras provisões | 166 | 461 | 627 |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 1.538 | 4.273 | 5.811 |
| Ajuste de títulos a valor justo - TVM | 137 | 381 | 518 |
| **Saldo Atual dos Créditos Tributários** | **1.841** | **5.115** | **6.956** |
| Efeito no resultado das constituições e realizações | (1.704) | (4.734) | (6.438) |

### 7. Intangível

O intangível refere-se ao direito de uso do balcão ("Balcão CAIXA") para comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal, sendo sua amortização linear pelo prazo do contrato de direito de uso de 20 anos.

| Intangível | Saldo em 31/12/2020 | Movimentações Aquisição | Amortização do período | Amortização acumulada | Valor Líquido em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Direito de uso - Balcão Caixa | – | 250.000 | (9.375) | (9.375) | 240.625 |
| **Total** | **–** | **250.000** | **(9.375)** | **(9.375)** | **240.625** |

### 8. Outras obrigações - Administradora

**a. Obrigações sociais e estatutárias**
As obrigações sociais e estatutárias estão representadas integralmente por gratificações e participações. Saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 496.

continua—☆

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:35:20 -03'00'

CAIXA Consórcio

**XS5 ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**
**CNPJ 40.011.095/0001-63**

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

**b. Obrigações fiscais e previdenciárias**
Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

| | 31/12/2021 |
|---|---|
| Impostos retidos | 743 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 218 |
| **Total** | **961** |

**c. Outras obrigações - diversas**
Os valores que compõem as outras obrigações diversas podem ser assim apresentadas:

| | 31/12/2021 |
|---|---|
| Fornecedores | 177 |
| Despesas de pessoal | 1.394 |
| Arrendamento de balcão | 1.877 |
| Comissões a pagar | 2.711 |
| Serviços de terceiros - operacional | 417 |
| Ressarcimento de custos a pagar *(i)* | 1.158 |
| Outros valores | 769 |
| **Total** | **8.503** |

*(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo prestado pela Caixa Seguradora e Caixa Consórcios.*

### 9. Patrimônio líquido - Administradora

**a. Capital social**
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 2.999.528 ações, sendo 1.499.764 ações ordinárias e 1.499.764 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus.
**b. Reservas**
i. A Reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada semestre até atingir 20% do capital. A reserva não possuía saldo em 31 de dezembro de 2021.
ii. Reserva de retenção de lucros é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do semestre após considerar o dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. A reserva não possuía saldo em 31 de dezembro de 2021.
iii. Reserva de capital formada pela parcela de contribuição do subscritor, que não foi destinada ao capital da Companhia, correspondendo ao montante de R$250.000 em 31 de dezembro de 2021.
**c. Dividendos**
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 75% sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal. Não houve provisionamento de dividendos no período.

### 10. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas da Companhia: suas controladoras diretas CNP Participações Ltda. e Caixa Seguridade Participações S.A., Caixa Econômica Federal - CAIXA, empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.
Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

| | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| | Ativos | (Passivos) | Receitas | (Despesas) |
| **Disponibilidades** | | | | |
| Caixa Econômica Federal | 209 | – | – | – |
| **Contribuições para plano de previdência privada** | | | | |
| Caixa Vida e Previdência S.A. | – | – | – | (99) |
| **Prestação de serviços e reembolsos** | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. *(i)* | – | (902) | – | (1.277) |
| Caixa Consórcios S.A. *(i)* | – | (256) | – | – |
| Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. *(ii)* | – | (4.587) | – | (8.153) |
| **Operações de seguros** | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. | – | – | – | 4 |
| **Remuneração do pessoal chave da administração** | | | | |
| Remuneração e benefícios de curto prazo | – | – | – | (153) |

*(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo e operacional;*
*(ii) Custos e despesas referentes à comercialização dos produtos;*
Além das transações demonstradas na tabela acima a Companhia realizou em 30.03.2021 o pagamento de R$ 250.000 referente à aquisição de direto de uso do balcão para distribuição dos produtos de consórcios à Caixa Econômica Federal (vide notas 1.1 e 7).
A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

### 11. Receitas da intermediação financeira

A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida como segue:

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Receita com títulos de renda fixa | 1.273 | 1.272 |
| Receita com fundos de investimento | 2.986 | 3.914 |
| Total | **4.259** | **5.186** |

### 12. Receitas de prestação de serviços - Administradora

São representadas integralmente por taxa de administração recebida de consorciados.

### 13. Despesas de pessoal - Administradora

A composição das despesas de pessoal pode ser resumida como segue:

| **Despesas de Pessoal** | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Benefícios | (827) | (827) |
| Encargos sociais | (850) | (850) |
| Proventos | (3.160) | (3.160) |
| Despesas compartilhadas | (724) | (724) |
| Outras despesas de pessoal | (13) | (13) |
| **Total** | **(5.574)** | **(5.574)** |

### 14. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

| **Outras despesas administrativas** | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Serviços de terceiros | (1.038) | (1.038) |
| Localização e funcionamento | (6.767) | (9.892) |
| Publicidade e propaganda | (533) | (533) |
| Comissões | (3.895) | (3.895) |
| Arrendamento de balcão | (4.258) | (4.258) |
| Outras despesas administrativas | (145) | (149) |
| **Total** | **(16.636)** | **(19.765)** |

### 15. Despesas tributárias - Administradora

A composição das despesas tributárias pode ser resumida como segue:

| **Despesas tributárias** | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| ISS | (166) | (166) |
| PIS e COFINS | (502) | (545) |
| **Total** | **(668)** | **(711)** |

### 16. Outras receitas e (despesas) operacionais - Administradora

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

| **Outras receitas e despesas operacionais** | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| Outras receitas | 3 | 3 |
| Formalização e custo de contemplação | (28) | (28) |
| Serviços de terceiros | (419) | (419) |
| Outras despesas operacionais | (269) | (269) |
| **Total** | **(716)** | **(716)** |

### 17. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

| | | 31/12/2021 |
|---|---|---|
| | Contribuição Social | Imposto de Renda |
| Resultado antes dos tributos e após participações | (18.943) | (18.943) |
| **Base de cálculo** | **(18.943)** | **(18.943)** |
| Taxa nominal do tributo | 9% | 25% |
| **Tributos calculado a taxa nominal** | **1.705** | **4.736** |
| Ajustes do lucro real | 1.852 | 1.852 |
| Ajustes temporários diferidos | (1.843) | (1.843) |
| **Total dos ajustes a base de cálculo** | **9** | **9** |
| **Tributos sobre os ajustes** | **(1)** | **(2)** |
| **Tributo contabilizado** | **1.704** | **4.734** |
| **Taxa efetiva** | **9,00%** | **24,99%** |

### 18. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios

**a. Ativo circulante**
**i. Aplicações interfinanceiras de liquidez**
Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.
O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.
Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.
**ii. Direitos junto a consorciados contemplados**
Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.
**b. Passivo circulante**
**i. Obrigações com consorciados**
Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.
**ii. Valores a repassar**
Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.
**iii. Obrigações por contemplações a entregar**
Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.
**iv. Recursos a devolver a consorciados**
Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.
**v. Recursos do grupo**
Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.
**c. Compensação**
**i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados**
Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.
**ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições**
Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.
**iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar**
Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.
**d. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos**
Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.
**i. Recursos coletados**
Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.
O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebido dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.
O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.
**ii. Recursos utilizados**
Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.
A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.
**e. Resumo das operações de consórcios**
As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

| | Quantidades |
|---|---|
| **Operações de consórcios:** | **31/12/2021** |
| Grupos em andamento | 12 |
| Consorciados ativos | 3.494 |
| Consorciados desistente ou excluídos - total [1] | 96 |
| Consorciados desistente ou excluídos - no período | 96 |
| Consorciados contemplados | 36 |
| Bens pendentes de entrega | 34 |
| Bens entregues - total [2] | 2 |
| Bens entregues - no período | 2 |
| Taxa média de inadimplência dos contemplados [3] | 0,00% |

*[1] Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;*
*[2] Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;*
*[3] A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.*

### 19. Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) estão integralmente representadas por Quotas de fundo de investimento, o saldo do 2° semestre de 2021 e em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 4.779.

### 20. Provisões

A Companhia não constitui provisão para causas cíveis em grupos por entender que os valores pleiteados pelos consorciados já se encontram provisionados, nas rubricas de: i) obrigações com consorciados; ii) recursos a devolver a consorciados.

## Conselho de Administração

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Pedro Duarte Guimarães**<br>Presidente do Conselho de Administração | **Stéphane Marie Christian Abel Dedeyan**<br>Vice-Presidente do Conselho de Administração | **Camila de Freitas Aichinger**<br>Membro do Conselho de Administração | **Laurent Pierre Jean François Jumelle**<br>Membro do Conselho de Administração | **Xavier Larnaudie-Eiffel**<br>Membro do Conselho de Administração |

## Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da KPMG, os membros do Conselho Fiscal da XS5 Administradora de Consórcios S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

## Conselho Fiscal

| | | | |
|---|---|---|---|
| **José Francisco da Conceição**<br>Presidente do Conselho Fiscal | **Sérgio Ruffoni Guedes**<br>Membro titular do Conselho Fiscal | **Marcos Vinícius e Silva**<br>Membro titular do Conselho Fiscal | **Mateus de Mendonça Marques**<br>Membro titular do Conselho Fiscal |

## Diretoria Executiva

| | | |
|---|---|---|
| **Maximiliano Alejandro Villanueva**<br>Diretor Presidente | **Elerson Leris**<br>Diretor de Operações e Tecnologia | **Vanessa Regina Gobi Cattinne**<br>Diretora Comercial/Diretora Financeira |

## Contadora

**Ana Paula Rodrigues Coelho**
CRC PE - 020428/O-0 T-DF

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da XS5 Administradora de Consórcios S.A. - Brasília - DF

**Opinião**
Examinamos as demonstrações financeiras da XS5 Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XS5 Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios para o semestre e exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
**Base para opinião**
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
**Outros assuntos**
**Exercício anterior não auditado**
Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Administradora em 31 de dezembro de 2020 ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.
**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**
A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
**Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras**
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2022

KPMG

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC SP-014428/O-6F-DF

**Érika Carvalho Ramos**
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

**COMBUSTÍVEIS**

# Consumidores em alerta

Perspectiva de novo aumento dos preços da gasolina, devido à invasão da Ucrânia pela Rússia, tira o sono de motoristas

» GABRIELA BERNARDES*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

Com a invasão da Ucrânia por tropas russas, os combustíveis podem ter aumento significativo de preços. A gasolina e o diesel, inclusive, já estavam com defasagem de R$ 0,50 e R$ 0,30, respectivamente, em relação ao mercado internacional, segundo analistas. Agora, com um conflito armado envolvendo dois países que são grandes fornecedores no setor de energia, a situação pode ficar ainda mais difícil para os consumidores.

Morador de Águas Claras, o servidor público Anderson Sena, 43 anos, afirmou que uma nova alta da gasolina deve complicar o orçamento. "Se aumentar, vai ficar bem pesado. Minha esposa trabalha no Sudoeste e, todo dia, tenho que trazê-la e levá-la, além de buscar meu filho, que estuda no Sudoeste também", explicou.

Na última quinta-feira, o barril do petróleo Brent chegou a passar dos US$ 105, o maior nível desde 2014. Ontem, o insumo fechou em US$ 97,93. O WTI, dos Estados Unidos, terminou o dia em US$ 95,64. Os valores são importantes porque ditam o preço em que os derivados vão chegar à população.

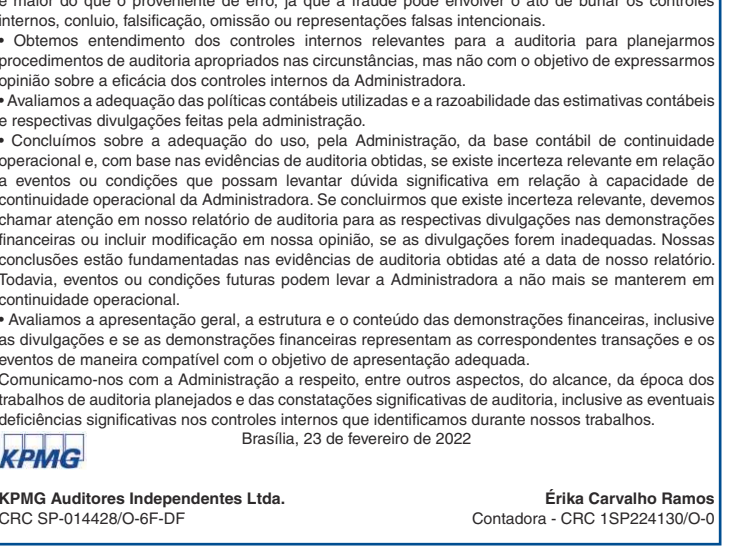
Na opinião da analista do Sebrae Luciana Borges, 36, "a tendência é piorar". A profissional se desloca todos os dias da Asa Sul para o SIA (Setor de Indústria e Abastecimento) para trabalhar. Para ela, se o combustível subir, "vai ficar mais difícil a situação financeira de todo mundo". "Está complicado manter um carro. Acho que aumentar o combustível mais do que isso é insustentável", afirmou.

Borges também contou que, recentemente, trocou de carro e optou por um veículo mais econômico. "Já está pesado para mim, que tenho um carro econômico. Eu fico pensando nos que não são tão econômicos. Está complicado", completou.

Christopher Horta, 29, técnico de TI, diz que, caso os preços subam, pode recorrer à bicicleta para se deslocar no dia a dia. "Como moro perto do trabalho, iria de bicicleta. Não aderiria ao transporte público, até porque tenho receio da covid. Com mais um aumento na gasolina — que já está cara — não tem condição de andar de carro", justificou.

*** Estagiárias sob a supervisão de Odail Figueiredo**

Maria Eduarda Angeli/Esp.CB/D.A Press



**Christopher Horta diz que pode optar pela bicicleta**

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:36:22 -03'00'

VISÃO DO CORREIO

## A obrigação de repúdio à Rússia

Não podia ser diferente. Apesar do silêncio contundente do presidente Jair Bolsonaro em relação à invasão da Ucrânia pela Rússia, o representante do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), embaixador Ronaldo Costa Filho, não só votou a favor da resolução por ações contundentes contra o país de Vladimir Putin, como deixou claro o quanto o conflito provocado pelos russos está colocando em risco o equilíbrio global. Nas palavras dele, o mundo vive uma situação sem precedentes de ameaça à ordem internacional. "As preocupações de segurança manifestadas pela Federação Russa nos últimos anos, particularmente em relação ao equilíbrio estratégico na Europa, não dão à Rússia o direito de ameaçar a integridade territorial e a soberania de outro Estado", disse.

O embaixador acrescentou: "À medida que ouvimos relatos de crescentes baixas civis, medo e devastação na Ucrânia, um cenário que qualquer guerra inevitavelmente gera, nosso principal objetivo, agora, é interromper imediatamente as hostilidades em andamento. Como devemos fazer isso? Primeiro, o Conselho de Segurança deve reagir rapidamente ao uso da força contra a integridade territorial de um Estado-membro. Uma linha foi cruzada, e este Conselho não pode ficar calado". Para ele, o mundo não pode chegar ao ponto de não retorno. Infelizmente, o Brasil e outros 10 países que votaram a favor de ações contra a Rússia, que tinha poder de veto, foram derrotados.

A pressão por um posicionamento claro do Brasil contra a Rússia é enorme. Pouco antes de Costa Filho falar no Conselho de Segurança da ONU, deu-se um movimento inédito em Brasília. Embaixadores dos sete países que compõe o G7, o grupo das sete economias mais industrializadas do planeta, foram pessoalmente ao Itamaraty cobrar a condenação do ataque à Ucrânia. O Brasil se meteu nessa enrascada, que certamente lhe custará caro, com a visita de Bolsonaro a Putin pouco antes da deflagração do conflito armado no Lesta Europeu. No encontro, o presidente brasileiro afirmou que o país era solidário à Rússia. Com essa declaração, em vez de ganhos econômicos, o chefe do Executivo trouxe na bagagem o repúdio da comunidade internacional.

A postura de Costa Filho no Conselho de Segurança foi um grande avanço, mas o estrago provocado por Bolsonaro, que se colocou ao lado de um ditador, só será revertido quando ele assumir, publicamente, que repudia o genocídio que está sendo cometido na Ucrânia. Não é possível que ele fique do lado errado da história, ao endossar ações violentas que agridem a soberania e a integridade territorial de um país. A Rússia é uma agressora, que manchou de sangue a Carta da ONU que prega a paz e o respeito às nações. Muitos se perguntam se o presidente brasileiro, que calou seu vice, vê como normal Putin agora ameaçar a Suécia e a Finlândia.

O mundo, ao menos sua parcela civilizada, tem pressa pela retirada efetiva da Rússia da Ucrânia. É inaceitável que crianças, jovens, mulheres, homens, idosos sejam mortos sem piedade ou retirados de suas casas, de seu país, pelo desejo de um único ser desprezível com sede de poder. As cenas exibidas para o mundo são chocantes demais. Interromper os massacres é mais do que urgente. Um país inteiro, a Ucrânia, foi colocado de joelhos. Seus cidadãos que não conseguiram fugir terão de se submeter a uma ditadura cruel. Quantos mais invasões, bombardeios, mortes ainda teremos de assistir impotentes? Que os governantes do lado bom da história evitem a barbárie. Todos estão em risco.




**MARCOS PAULO LIMA**
*marcospaulo.df@dabr.com.br*


## O futebol explica a guerra

Rússia e Ucrânia só se enfrentaram duas vezes depois da extinção da União Soviética (URSS). Ambas no fim do século passado, pelo Grupo 4 das Eliminatórias da Euro-2000. Os ucranianos venceram por 3 x 2, em 5 de setembro de 1998, em Kiev. Houve empate por 1 X 1, em Moscou. Daquele 9 de outubro de 1999 em diante, os países em guerra desde a última quinta-feira viraram fardos controversos para a Fifa e a Uefa.

Enquanto as entidades máximas do futebol mundial e europeu agiam diplomaticamente nos bastidores com sorteios dirigidos, a fim de evitar que as seleções e os clubes dos dois países se encontrassem, dirigentes das ligas nacionais das duas nações articulavam explicitamente a fusão dos campeonatos russo e ucraniano. A Crise da Crimeia, em 2014, abortou o plano embrionário.

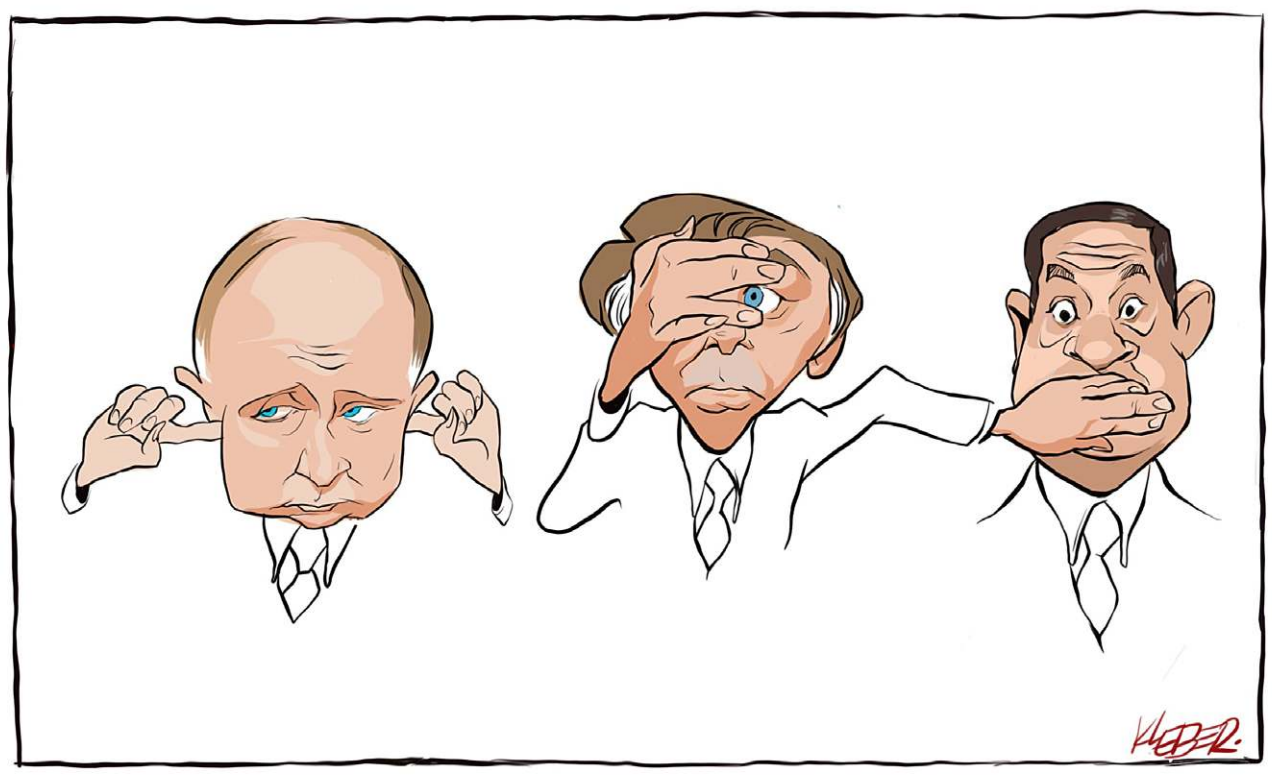
A Revolução Ucraniana engatinhava quando os campeões e os respectivos vices das duas ligas nacionais disputavam, em Petah-Tikva, Israel, a Supercopa Unificada. Shakhtar Donetsk e Metalist representavam a Ucrânia. A Rússia competia com CSKA Moscou e Zenit São Petersburgo. Na última rodada, o Metalist derrotou o Zenit; e o Shakhtar venceu o CSKA. Era fevereiro de 2014.

Aqueles duelos foram os últimos entre times dos dois países. Um mês depois, a Rússia anexou a Crimeia, região ucraniana pró-Moscou. Na sequência, houve prolongado conflito armado na região de Donbass — onde fica Donetsk. O estádio do Shakhtar foi bombardeado e o time virou sem teto. Passou a mandar jogos em Lviv e Kiev.

Protótipo de uma liga nacional unificada, a Supercopa disputada em Israel distribuía premiação de 1 milhão de euros, mas era considerada pirata. Não havia aval das respectivas federações. Muito menos da Uefa e da Fifa. O evento era influenciado pelo ex-jogador e técnico russo Valery Gazzaev, turbinado pela gigante russa Gazprom.

Uma Supercopa unificada disputada em Israel, país neutro, explica a guerra entre Rússia e Ucrânia. À época, um dirigente que pediu anonimato praticamente implodiu a fusão das ligas nacionais. "Nossa posição sempre foi e é claramente negativa. A tentativa de realizar o Torneio Unificado, assim como a tentativa de criar um campeonato conjunto, é considerada um passo puramente político, uma traição aos interesses nacionais de ambos os países."

Mais uma prova do jogo ideológico: em 17 de agosto de 1969, o Karpat Lviv, da Ucrânia, venceu o SKA Rostov por 2 X 1 na final da Copa da União Soviética. Os torneios eram unificados, mas havia sentimento separatista. Ingressos dos jogos do Karpaty eram fornecidos a agentes da KGB. O serviço secreto soviético flagrava, na arena, gritos de conotação política. Pois naquela decisão, os torcedores do Karpaty entoaram canções ucranianas no Estádio Luzhnik, em Moscou. O povo de Lviv chorou ao escutar seu idioma ecoar na capital russa. O futebol explica a guerra.



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail: sredat.df@dabr.com.br**

### Boas-vidas

Esta parece ser uma cidade dos boas-vidas: ao contrário do resto do mundo, o comércio de rua abre às 9h, os shoppings, às 10h, e os bancos, às 11h. Quanto a esses últimos "privilégios", nem o Banco Central, com toda a sua austeridade e competência, dá jeito. Certa vez, conversando com um líder do governo, da época, sobre essa absurda discrepância em relação às demais agências bancárias do país, ele me respondeu, orgulhosamente, que "o horário de Brasília era diferente dos outros por que o sindicato daqui era mais forte que os demais". Que tal?

» **Lauro A. C. Pinheiro,**
Asa Sul

### Conflito

O caótico e preocupante estado de guerra entre Rússia e Ucrânia, sugere que por lá urubu está voando de costas, diria Stanislaw Ponte Preta, criação do sábio Sérgio Porto. O quadro é tão grave ao ponto dos terroristas do Talibã pedirem, imaginem, diálogo entre os envolvidos.

» **Vicente Limongi Netto,**
Lago Norte

### Afinidade

Os veículos de comunicação cobram do presidente Bolsonaro, assim como a Embaixada dos Estados Unidos, uma condenação à invasão russa na Ucrânia, uma guerra criada com base em inverdades de Vladimir Putin. A pressão é legítima para expor o alinhamento de Bolsonaro a violência e a negação da neutralidade. Aliás, ser neutro destoa das regras internacionais, das quais o Brasil é signatário. Mas o presidente não vai condenar o desatino medieval de Putin. Pelo contrário, ele concorda com a descabida violência em pleno século 21, pois a truculência faz parte do seu DNA despótico. Quando desautorizou o vice-presidente, Hamilton Mourão, a criticar a ação russa, reafirmou, nas entrelinhas, a sua concordância com a guerra deflagrada pela Rússia contra o governo ucraniano. Diferentemente do que afirmou na tradicional live das quinta-feiras, o Brasil pode ser da paz — o que é uma meia-verdade —, mas o presidente é da truculência e do descaso em relação à vida.

» **Leonora Lima,**
Núcleo Bandeirante

### Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Rússia avança de forma avassaladora sobre a Ucrânia. Triste pelo povo ucraniano. Tempos difíceis.

**José Matias-Pereira** — Lago Sul

Tite disse que vai deixar o comando da seleção brasileira depois da Copa do Catar. Ele poderia entregar o cargo há muito tempo.

**Sebastião Machado Aragão** — Asa Sul

A bancada religiosa apostou contra o projeto que legaliza cassinos e jogos. Deu azar!...

**Vital Ramos de V. Júnior** — Jardim Botânico

Bolsonaro afirmou que o futuro do país depende da escolha dos eleitores. Deu a deixa para outubro e, assim vai se despedir do Planalto Central.

**Joaquim Honório** — Asa Sul

Evangélicos indignados com a aprovação do projeto que legaliza os jogos de azar. O senador Flávio Bolsonaro, por sua vez, comemora a decisão dos deputados.

**Marco Antônio de Assis** — Águas Claras

### Czar da Rússia

É hora de o Brasil assumir o seu ponto de independência em relação ao mundo. O que a Rússia está fazendo em relação a Ucrânia é uma vergonha para dizer o mínimo. Nessa hora é de se perguntar para que serve a Organização das Nações Unidas (ONU). Pelo visto, não tem poder nenhum para sanar e resolver os conflitos no mundo. A Organização do Atlântico Norte (Otan) parece ter mais força e determinação do que a ONU, criada no final da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de evitar as guerras e conflitos mundiais. Nada disso está acontecendo. Por fim, como Bolsonarista, entendo que o presidente da República foi muito radical com o seu vice. Queira, ou não, essas atitudes só o prejudica. Voltando à Rússia, eles são obcecados por querer ser melhores do que os outros. Lembre-se de o Pedro, o Grande; sem falar no czar da Rússia.

» **José Bonifácio,**
Plano Piloto

### Crises

Governos em crise política e econômica profunda não caem por ruins, incompetentes ou corruptos. Governos caem quando um presidente da República se torna altamente impopular e perde o apoio no Congresso. No parlamentarismo, a queda de um gabinete é ainda mais natural, sem traumas e não deixa sequelas. Está fora do jogo o primeiro-ministro que vê escapar a maioria da casa ou, simplesmente, perder a confiança do próprio partido. O presidente Jair Bolsonaro reúne atualmente as condições que, à luz da história democrática, é necessária para minar e reforçar sua reeleição: reúne maciçamente o povo, sem ter a necessidade de oferecer pão com mortadela. Em contrapartida, pasmem, alguns meios de comunicação citam que aquele cidadão compulsivo da aguardente e ex-recluso da carceragem da Polícia Federal tem 46% de intenções de votos e Bolsonaro 23%. Qual fórmula de cálculo foi utilizada? O sapo barbudo como Brizola o chamava, vive enclausurado em casa com sua nova companheira e, nas poucas vezes que saiu para fora do seu ninho para contactar com seus militantes, não reúne mais que dois times de futebol. Infelizmente, esses índices são manipulados, são os legítimos fakes, divulgados por "canetas" iradas e nefastas.

» **Renato Mendes Prestes,**
Águas Claras


**CORREIO BRAZILIENSE**

*"Na quarta parte nova os campos ara*
*E se mais mundo houvera, lá chegara"*
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA
**Diretor Presidente**

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
**Vice-Presidente executivo**

Ana Dubeux
**Diretora de Redação**

Paulo Cesar Marques
**Diretor de Comercialização e Marketing**

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
**Diretor Financeiro**

Plácido Fernandes Vieira e Vicente Nunes
**Editores executivos**

CORPORATIVO
Josemar Gimenez
**Vice-presidente de Negócios Corporativos**

**S.A. CORREIO BRAZILIENSE –** Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214-1211; Fax. (61) 3214.1205 - **Sucursal São Paulo**: End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar – Jardim Paulista – CEP: 01403-000 – São Paulo/ SP, Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associadossp@uaigiga.com.br. **Sucursal Rio de Janeiro**: End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar – São Cristóvão – CEP: 20940-200 – Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. **REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo** – Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 – Barro Preto – CEP: 30.180-070 – Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiabrasilcomunicacao.com.br. **Região Sul** – HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 – Menino Deus – CEP: 90.160-240 – Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hrm@hrmmultimidia.com.br. **Regiões Nordeste e Centro Oeste – Goiânia:** Êxito Representações — Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C 2, Jardim Planalto — CEP: 74333-140, Goiânia-GO — Telefones:62 3085-4770 e 62 98142-6119. **Brasília:** Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D – 15º andar – Ed. Oscar Niemeyer – salas 1502/3 – CEP: 70.316-900 – Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. **Região Norte** – Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K – Ed Embassy Tower, salas 701/2 – CEP: 73.340-000 – Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Noticiosa Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e D.A Press, Tel: (61) 3214-1131.

**COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO**
Assinante/leitor/ classificados: **3342-1000**

**VENDA AVULSA**

| Localidade | SEG/SÁB | DOM |
|---|---|---|
| DF/GO | **R$ 3,00** | **R$ 5,00** |

**ASSINATURAS ***
SEG a DOM
**R$ 837,27**
360 EDIÇÕES
(promocional)

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

**D.A Press Multimídia**
**Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:** SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

DIÁRIOS ASSOCIADOS

**Atendimento para venda de conteúdo:**
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

D.A LOG
Agenciamento de Publicidade

# Da gênese da humanidade ao apocalipse da sociedade por meio do racismo

» LEILA NEGALAIZE LOPES
*Jornalista, produtora cultural, ativista afrolésbica da rede Sapatá, integrante da Coalizão Negra por Direitos*




Para os iorubás, tudo que há no mundo visível e invisível é dotado de uma força que o sustenta e o faz existir. Essa força se encontra em toda parte, é vida e energia. Força que fica fora da experiência dos olhos do corpo, ainda que continuamente experimentada. É misteriosa e mantida por um sistema invisível de força e energias. É essa força, chamada "axé" na língua nagô ou iorubá, que assegura a existência dinâmica, permitindo o acontecer e o devir.

Sem axé, a existência ficaria paralisada, desprovida de toda possibilidade de realização. Ela é o princípio que torna possível o processo vital. O que isso tem a ver com a gênesis da humanidade e o apocalipse da sociedade? Ora, se paleontólogos, arqueólogos, antropólogos, entre outros cientistas, quase todos brancos, buscam respostas diferentes para a gênese da humanidade, e todas essas respostas os levam para o continente africano. Portanto, África é o berço da humanidade!

Segundo declara Laurent Duret, cientista atuante na França (Lyon): "Ainda que o DNA das mulheres negras de hoje não tenha "todas as variações [genéticas] possíveis para cada tipo de ser humano" na Terra e que o 'Eve gene' não exista, o DNA mitocondrial de cada ser humano descende de uma mulher africana que viveu há cerca de 200 mil anos. Além disso, como a espécie se originou na África antes de migrar para outras regiões, as populações desse continente têm a maior diversidade genética".

Assim, a afirmativa de Angela Davis se confirma: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". Tendo isto "escurecido" seguimos. Onde quero chegar com essa "escrevivência" (como define Conceição Evaristo)?

No Brasil, o que temos vivido é uma constante violência racial, onde apenas por sermos negros/as já nos colocam como alvo das mais diversas violações dos direitos humanos; do reconhecimento facial ao linchamento público por reivindicar o pagamento de salário atrasado ou por cobrar por um serviço que não foi pago via app. Morremos baleados na porta de casa, em frente à esposa e aos filhos, no mercado, nas periferias, o que nos coube no direito à cidade.

Desde o nutricídio (expressão que tem como sinônimo o genocídio alimentar), criada pelo norte-americano Llaila Afrika. Ele nos alerta que o agronegócio determina a nossa alimentação, à precariedade de acesso a políticas públicas básicas. Promovem o flagelo da extrema pobreza e dos salários baixos e, assim, a população negra e periférica, por meio da insegurança alimentar, desenvolve muitas comorbidades. Alinhada a essa necropolítica alimentar, social e territorial, ainda temos que lidar com a usurpação de nossos conhecimentos em fitoterápicos e alimentos que ainda são preservados nos terreiros de matriz africana que sofrem com depredações. Uma constante e exaustiva investida em apagar nossas memórias e contribuições históricas; estratégias para o apagamento de nossa identidade.

E, com tudo isso, tem a "cara de gente branca" dizendo que nós negras e negros só falamos de racismo. Não! O que estamos falando é que somos seres humanos, que movemos esta sociedade e que somos guardiões de um mundo que está sendo destruído em nome do desenvolvimento neoliberal, antagônico a nossa filosofia do bem viver. O racismo ambiental não está apenas nos exterminando, está exterminando a todos; com a Terra devastada, não existirá seres humanos, nem negros e nem brancos.

"Tudo que nós tem é nós!", canta Emicida. Já não acreditamos mais em um caminho apontado por quem não respeita nossa cultura, nossa arte, nossa fé; estamos nos recuperando mesmo que na "dororidade", segundo Vilma Piedade; mas ainda no amor pela vida universal. Resistimos com a força invisível, sagrada de toda divindade, chamada Axé.

Seguimos nos organizando em uma coalizão negra denunciando que, com racismo, não há democracia, não há natureza, não há mundo. Portanto, se somos a gênese, o apocalipse do racismo está próximo de ser exterminado, em nome de Zumbi, Dandara, Marielle, Moïse e tantas e tantos heróis e heroínas que tombaram abrindo caminhos para que uma nova geração possa recomeçar uma sociedade igualitária, sem racismo. Com a força do Axé, as sementes germinarão com o poder de salvaguardar o que mais temos de precioso, a vida humana. O vento é o devir!

# Lição a aprender

» JOSÉ HORTA MANZANO
*Empresário e blogueiro*

Na quinta-feira em que escrevo, a Europa acordou sobressaltada. A ameaça em que ninguém queria acreditar se realizou. O pesadelo virou realidade. Já de manhã, jornais e tuítes confirmam: estão acontecendo coisas que a gente imaginava que tivessem ficado nos livros de história. Estourou uma guerra no continente. E não é uma guerra fria como a que durou de 1945 até o desmanche da União Soviética. A que estalou hoje é quente, com aviões, mísseis e tanques em movimento.

Imagine o distinto leitor, por um instante, que instalações industriais estivessem sendo alvo de mísseis em Salvador, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, no Rio, ou em São Paulo. Imagine que bases aéreas como as de Anápolis e Santa Cruz estivessem sendo destruídas por bombas vindas não se sabe de onde, tudo ao mesmo tempo. Imagine que os principais aeroportos do país estivessem sofrendo o mesmo destino. É o que está acontecendo, no momento em que escrevo, na Ucrânia — país tão longe do mundo e tão perto da Rússia.

É a primeira vez, desde o fim da última guerra, que um grande país está sendo atacado por uma potência nuclear. Na Europa, em extensão territorial, a Ucrânia fica em segundo lugar, só perdendo para a própria Rússia. De 1945 para cá, houve, sim, incursão de potências nucleares em pequenos países. Em 1983, os EUA invadiram Granada, minúsculo país caribenho. Em 2008, a própria Rússia interveio na Ossétia do Sul, pequenina fração da Geórgia. Que um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU ataque militarmente um país de área maior que a de 25 países europeus reunidos é pesadelo que, até poucas semanas atrás, não estava nos radares.

Curiosamente, essa Rússia gigantesca que mostra os músculos e assusta o mundo tem um PIB menor que o do Brasil. O PIB russo equivale, grosso modo, ao da Espanha. Isso demonstra o esforço especial que o governo tem feito em favor da despesa militar. A aritmética não falha: quando se investe demasiado aqui, há de faltar ali. Não há milagre. Os serviços públicos essenciais do país — educação, saúde, transporte, segurança pública, infraestrutura — hão de sentir o baque.

Os acontecimentos desta madrugada nos dão interessantes informações. A insistência de Biden, que, há semanas, vinha reafirmando vigorosamente que o ataque da Rússia era iminente, prova que os serviços americanos de espionagem funcionam. É de crer que haja infiltração de informantes no entourage próximo de Putin.

Será interessante observar agora a reação da China. Manterá o apoio a Moscou? De olho em Taiwan, ilha considerada "província rebelde", Pequim há de estar anotando cada detalhe da reação mundial ao ataque russo. Do que acontecer nas próximas semanas, dependerá a decisão de invadir Taiwan num futuro próximo.

Todos os países europeus, com a notável exceção de uma Bielo-Rússia enfeudada a Moscou, condenaram a invasão militar da Ucrânia nos termos mais vigorosos permitidos pela linguagem diplomática. Será interessante acompanhar a reação do governo brasileiro, que não se manifestou até o momento em que escrevo.

Há que ter em mente a intempestiva viagem de Bolsonaro à Rússia semana passada. Mais que isso, é preciso levar em consideração sua irresponsável afirmação de solidariedade para com aquele país. À vista disso, o Itamaraty está, como se costuma dizer, metido numa saia justa. Estamos do lado errado da História. Como pode o Brasil condenar a agressão militar russa à Ucrânia se, apenas uma semana antes, nosso presidente se declarava solidário à causa russa? Para contornar a situação, será preciso um contorcionismo verbal.

Vladimir Putin tornou-se dirigente da Rússia há 22 anos. Sua permanência no topo não teria sido possível sem ampla cooptação da intelligentsia do país e da oligarquia enriquecida na esteira do desmonte da União Soviética. O sistema é vertical e funciona em circuito fechado. Putin depende da elite cooptada, e esta só sobrevive graças a ele.

Embora mais tênue, o risco de instauração de semelhante sistema existe entre nós. Temos, no poder, um candidato a ditador autocrata. É bom tomar cuidado. Se bobear, o bicho pode pegar.

## Visto, lido e ouvido

**Desde 1960**

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

# Erros históricos

Erros históricos são aqueles que, por suas dimensões e efeitos negativos ao longo do tempo, ficam registrados para sempre, marcando seus personagens em episódios que obscurecem não só a imagem de seus autores como a do país que representam, prejudicando ambos indistintamente. A história da humanidade está repleta de exemplos, bastando ao interessado consultar os registros do passado.

No Brasil, alguns dos muitos erros históricos cometidos no passado nos conduziram para o que somos hoje como país e nação. Dos erros históricos mais significativos e que levaram a nos distanciar de países, como os Estados Unidos, colonizados no mesmo período, destacam-se a perpetuação do regime da escravidão, a manutenção dos latifúndios, a monocultura de produtos para a exportação e a exploração, além da depredação da colônia, exaurida e renegada a ser apenas uma economia complementar à metrópole.

Um erro histórico e contemporâneo imenso, capaz de empurrar todo o país para uma crise institucional que desembocaria na desventura do regime militar, foi a renúncia, até hoje mal explicada, do presidente Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Os efeitos deletérios desses cometimentos impensados marcam e afetam o país, o que mostra, com clareza, que nossas autoridades em todo o tempo e lugar, sempre desprezaram as lições do passado. Não é por outra razão que repetia o filósofo de Mondubim: "Quem não aprende com a história, está condenado a repeti-la".

Deixando de lado os muitos e repetidos erros históricos cometidos durante a década petista e que nos levaram à mais profunda brutal recessão que experimentamos, todos eles decorrentes de um misto entre má gestão e corrupção sistêmica, chama a atenção a recente visita feita pelo atual presidente Bolsonaro à Rússia. Não bastasse a presença do chefe do Executivo ao Kremlin, num momento absolutamente inoportuno, contrariando todas as recomendações de assessores que lidam profissionalmente e no dia a dia com as relações internacionais.

O presidente, sob o pretexto de que trataria de assuntos relativos ao fornecimento de insumos agrícolas, ainda cometeu o erro histórico de afirmar, com todas as letras e no plural: "Somos solidários à Rússia".

Com isso, falando em nome do Estado que representa, colocou todo o Brasil e sua população ao lado do fratricídio que vem sendo cometido pelo atual Napoleão de hospício, na figura do ditador russo. São não só uma vergonha para todos nós que fatos como esses tenham acontecido e registrados em vídeo para a posteridade, como continuem a ser confirmados pela tibieza de nossos representantes na Organização as Nações Unidas (ONU).

Errar historicamente é persistir no erro, quer por voluntarismo, quer por total falta de senso ou razão. Não satisfeito com essa gafe internacional, o chefe do Executivo, em pronunciamento durante essas costumeiras e patéticas lives, condenou o pronunciamento do seu vice-presidente, general Hamilton Mourão, que defendeu reprimenda dura às ações de Putin, se posicionando ao lado da soberania dos países e da democracia.

Os Estados Unidos e seus aliados deixaram entender que as nações que, agora, apoiam as atrocidades desse Napoleão de hospício russo ficarão marcadas como inimigas da democracia. Ir contra a corrente internacional, passou a ser, desde 2018, o que nosso país tem feito. Questões como o aquecimento global, a preservação do meio ambiente, a vacinação, entre outras, mostram que seguimos à deriva, sem um norte, guiados por um néscio.

## » A frase que foi pronunciada

"A guerra é um lugar onde jovens, que não se conhecem e não se odeiam, se matam, por decisões de velhos que se conhecem e se odeiam, mas não se matam."

Erich Hartman

### Sina

» Tem sido a sina de todos os grandes ditadores e tiranos deixarem, atrás de si, um gigantesco cemitério com milhares de vítimas e uma paisagem de escombros e cinzas, que testemunham sua passagem ruinosa entre os humanos.

### Ditadores

» Um dos mais antigos e utilizados estratagemas que ditadores de hospício, como o russo e outros ao longo da história humana, sempre recorreram para manterem-se em evidência e, com isso, desviar a atenção do cidadão comum, é eleger um inimigo externo, debitando a ele todas as causas, agruras e infortúnios experimentados pela população. Esse inimigo da nação devem ser monopolizados toda a força do país para derrotá-lo, obviamente sob o comando supremo do chefe ou, comumente, como preferem, o "pai da pátria".

## » História de Brasília

*A W-4, também, está um encanto. A agressividade do conjunto arquitetônico, com côr única e linhas retas, teve a monotonia quebrada com os jardins, que estão dando mais beleza para a vista. (***Publicada em 18/2/1962***)*

**Editora:** Ana Paula Macedo
*anapaula.df@dabr.com.br*
**3214-1195 • 3214-1172**



# Drogas redirecionadas para evitar a covid

Medicamentos contra diabetes, hepatite e até o HIV podem enfraquecer a ação do Sars-CoV-2 em células humanas, reduzindo sua capacidade de infecção. Efeito constatado por cientistas dos EUA abre as portas para o surgimento de nova classe de vacinas

Diversos medicamentos aprovados pelo órgão regulatório dos EUA, a Food and Drug Administration (FDA), incluindo para diabetes tipo 2, hepatite C e HIV, reduzem significativamente a capacidade da variante delta do Sars-CoV-2 de se espalhar pelo corpo humano. Uma equipe liderada por cientistas da Universidade de Penn State descobriu que esses remédios inibem enzimas virais chamadas proteases, que são essenciais para a replicação do coronavírus nas células.

"As vacinas para Sars-CoV-2 têm como alvo a spike, mas essa proteína está sob forte pressão de seleção e, como vimos com a ômicron, pode sofrer mutações significativas. Permanece uma necessidade urgente ter agentes terapêuticos que tenham como alvo partes do vírus, além da proteína spike, que não são tão prováveis de evoluir", afirma Joyce Jose, professora-assistente de bioquímica e biologia molecular da Penn State e uma das autoras do estudo, publicado na revista *Communications Biology*.

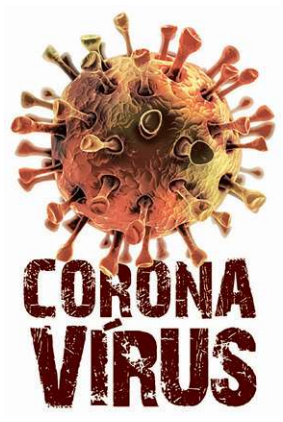
Pesquisas anteriores demonstraram que duas proteases do Sars-CoV-2 — a Mpro e a Plpro — são alvos promissores para o desenvolvimento de antivirais. Segundo Joyce José, essas enzimas são relativamente estáveis. Portanto, é improvável que desenvolvam mutações resistentes aos remédios rapidamente. O medicamento para covid-19 da Pfizer, o Paxlovid, por exemplo, tem como alvo a Mpro.

Katsuhiko Murakami, professor de bioquímica e biologia molecular da Penn State, explica que, devido à capacidade de clivar ou cortar proteínas, as proteases são essenciais para a replicação do Sars-CoV-2 em células infectadas. "O coronavírus produz proteínas longas de seu genoma de RNA, as poliproteínas, que, de maneira ordenada, devem ser clivadas em proteínas individuais por essas proteases, levando à formação de enzimas e proteínas virais funcionais para iniciar a replicação do vírus assim que ele entra na célula", detalha. "Se você inibir uma dessas proteases, a disseminação do Sars-CoV-2 na pessoa infectada pode ser interrompida."

Niaid/Divulgação



**Coronavírus (amarelo) ataca células humanas: busca por abordagens em partes estáveis do vírus**




## Testes

Em busca desse efeito, a equipe projetou um ensaio para identificar rapidamente os inibidores das proteases Mpro e PLpro em células humanas vivas, o que os permitiu avaliar, também, toxicidade de possíveis inibidores. Para isso, testaram uma biblioteca de 64 compostos — incluindo inibidores das proteases do HIV e da hepatite C, proteases de cisteína, que ocorrem em certos parasitas protozoários, e dipeptidil peptidase, uma enzima humana envolvida no diabetes tipo 2 — pela capacidade deles de inibir a Mpro ou a PLpro.

Dos 64 compostos, a equipe identificou 11 que afetaram a atividade de Mpro e cinco que afetaram a atividade de Plpro, tendo como base um corte de 50% de redução na atividade de protease com 90% de viabilidade celular. Em seguida, avaliou-se a atividade antiviral desses 16 inibidores contra o Sars-CoV-2 em células humanas vivas. "Descobrimos que, quando as células foram pré-tratadas com os inibidores selecionados, apenas o MG-101 afetou a entrada do vírus nas células", conta Anoop Narayanan, professor-associado de pesquisa de bioquímica e biologia molecular da universidade americana.

## Variantes

Ao investigar mais a fundo o mecanismo pelo qual o MG-101 inibe a atividade da Mpro, os cientistas descobriram que esse inibidor imita a poliproteína e se liga de maneira semelhante à protease, bloqueando, assim, a sua ligação. "Ao entender como o MG-101 se liga ao sítio ativo, podemos projetar novos compostos que podem ser ainda mais eficazes", aposta Murakami. Agora, a equipe está no processo de projetar novos compostos com base nas estruturas descobertas. Eles também planejam testar as drogas combinadas que já demonstraram ser eficazes em testes in vitro e em camundongos.

Embora os cientistas tenham estudado a variante delta, eles enfatizam que os medicamentos provavelmente serão eficazes contra a ômicron e cepas futuras, porque visam partes do vírus que, provavelmente, não sofrerão mutações significativas. "O desenvolvimento de medicamentos antivirais de amplo espectro contra uma gama extensa de coronavírus é a estratégia final de tratamento para infecções circulantes e emergentes por esse vírus", enfatiza Joyce José. "Nossa pesquisa mostra que o redirecionamento de certos medicamentos aprovados pelo FDA que demonstram eficácia na inibição das atividades de Mpro e PLpro pode ser uma estratégia útil na luta contra o Sars-CoV-2."

## Queda na eficácia

Um estudo divulgado no *The Lancet Respiratory Medicine* pela Providence, um dos maiores sistemas de saúde dos Estados Unidos, confirma a eficácia geral das vacinas na prevenção de infecções graves resultantes de hospitalização por covid-19, mas também mostra um declínio substancial na proteção após seis meses. Concluído por uma equipe de médicos e cientistas da Providence Research Network, a pesquisa examinou dados de quase 50 mil internações hospitalares entre abril e novembro de 2021, descobrindo que as vacinas foram 94% eficazes na prevenção da hospitalização de 50 a 100 dias após o recebimento da injeção, mas a efetividade caiu para 80,4% entre 200 e 250 dias, com declínios ainda mais rápido, acima desse prazo.

## » Tubo de ensaio | Fatos científicos da semana

### Segunda-feira, 21

## DAS PROFUNDEZAS DO GELO

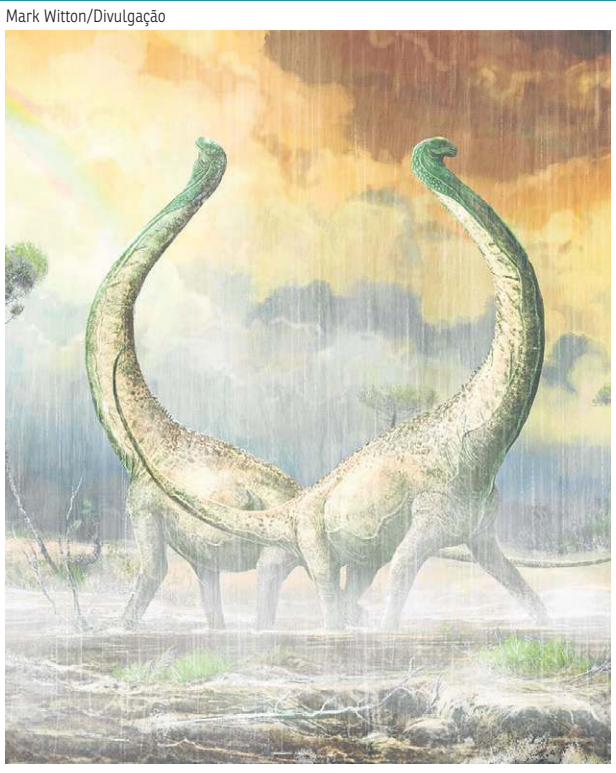
Pesquisadores britânicos anunciaram que a primeira fase de perfuração do gelo profundo e mais antigo da Antártida foi bem-sucedida. A missão, realizada na remota Dome Circe, em uma altitude de 3.233 metros, tem como objetivo descobrir informações sobre a evolução das temperaturas, além de desvendar segredos relacionados à composição da atmosfera e ao ciclo do carbono nos últimos 1,5 milhão de anos. Os especialistas anunciaram que já perfuraram cerca de 130 metros, mas a meta é atingir uma profundidade bem maior: 2,7 mil metros. A campanha é um esforço inédito em estudos de paleoclimatologia e trará dados novos sobre o clima do passado e os gases de efeito estufa que estavam na atmosfera durante a Transição do Pleistoceno Médio (MPT), entre 900 mil e 1,2 milhão de anos atrás.

### Terça-feira, 22

## FIM DAS TRANSFUSÕES

Mais de 90% dos pacientes com talassemia, uma doença hereditária do sangue, não precisaram mais de transfusões sanguíneas regulares anos após receberem terapia genética, de acordo com um ensaio clínico internacional de fase 3, que incluiu, pela primeira vez, crianças com menos de 12 anos. Pessoas com a enfermidade não produzem hemoglobina funcional suficiente em seus glóbulos vermelhos, o que interfere no oxigênio distribuído a todas as partes do corpo. Aquelas com o tipo mais grave da doença precisam de transfusões de glóbulos vermelhos todos os meses para sobreviver. Quando frequentes, no entanto, esses procedimentos podem causar sérias complicações devido à sobrecarga de ferro e a infecções, especialmente quando o baço é removido.

Mark Witton/Divulgação



### Quarta-feira, 23

## ÚLTIMO DIA DOS DINOS

O asteroide que matou quase todos os dinossauros atingiu a Terra durante a primavera. Essa conclusão foi tirada por uma equipe internacional de pesquisadores depois de examinar seções finas, varreduras de raio X síncrotron de alta resolução e registros de isótopos de carbono dos ossos de peixes que morreram menos de 60 minutos após o impacto do asteroide. O choque abalou a placa continental e causou enormes ondas estacionárias em corpos d'água. Esses mobilizaram enormes volumes de sedimentos que engoliram os peixes e os enterraram vivos enquanto as esferas choviam do céu. Uma linha adicional de evidência foi fornecida pela distribuição, pelas formas e pelos tamanhos das células ósseas, que também flutuam com as estações do ano, afirmaram os pesquisadores.

## PEGANDO FOGO

As mudanças climáticas e o uso da terra devem tornar os incêndios florestais mais frequentes e intensos, com um aumento global de fenômenos extremos de 14% até 2030, 30% até o fim de 2050, e 50% no fim do século, de acordo com um novo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O documento pede uma revisão radical nos gastos dos governos com incêndios florestais, mudando os investimentos de reação e a resposta para prevenção e preparação. O relatório encontra um risco elevado mesmo para o Ártico e outras regiões anteriormente não afetadas por ocorrências do tipo.

JOSH EDELSON



### Quinta-feira, 24

## MEIO AMBIENTE E TDAH

Crianças que vivem em áreas com maior poluição do ar devido a partículas de PM 2,5 e níveis muito baixos de espaço verde podem ter um risco até 62% maior de desenvolver transtorno de deficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Ao contrário, as que moram em regiões arborizadas e menos poluídas têm um risco 50% menor de apresentar o problema. Essas são as conclusões de um artigo canadense com dados de 37 mil meninos e meninas. Os resultados são consistentes com estudos anteriores que encontraram associações entre espaço verde e poluição do ar com TDAH. No entanto, a maioria das pesquisas realizadas até agora se concentrou na avaliação de exposições únicas e raramente avaliou os efeitos conjuntos de múltiplas exposições ambientais, disseram os autores.

cnpbrasil.com.br
cnpbrasil

CNP Seguros holding | Brasil




## BALANÇO PATRIMONIAL 2021

Números dizem muito, mas não dizem tudo. Por isso, se há uma palavra capaz de complementar a história refletida em nosso Balanço Patrimonial 2021, ela é PARCERIA. Nós, da CNP Seguros Holding Brasil, fazemos parte da CNP Assurances, uma empresa francesa com mais de 170 anos no mercado mundial de seguros e que atua no Brasil há 21 anos, em parceria com a Caixa. Foi fazendo assim, lado a lado, que crescemos juntos e rentabilizamos cada oportunidade, gerando lucros e bons negócios para todos de forma sustentável, social e ambientalmente. No ano em que completamos duas décadas no País, ampliamos nossa rede de parceiros usando nossa expertise para atender às necessidades de ainda mais brasileiros. Desse modo, divulgar os dados a seguir é mais que mostrar ao mercado a força da CNP Seguros Holding Brasil, é uma forma de comemorar, juntos, ótimos resultados com nossos acionistas, parceiros, clientes e colaboradores.

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:38:12 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

# Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A. (anteriormente designada CAIXA SEGUROS HOLDING S.A.) ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
A Companhia foi constituída com a finalidade de controlar, direta e indiretamente, as seguintes empresas: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios, CNP Seguradora Especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda, CNP Participações Securitárias Brasil Ltda, Companhia de Seguros Previdência do Sul – Previsul, Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. e Youse Seguradora S.A., além de deter participação societária na Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A..

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA**

Ao final do exercício de 2021, a Companhia registrou um resultado de R$ 963,7 milhões, gerando assim uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio em 2021 de 22,4%. As receitas com equivalência patrimonial nas investidas em 2021 totalizaram R$ 1.003,2 milhões, uma redução de 59,6% em relação ao valor alcançado em 2020, sendo este fato explicado pela reestruturação societária ocorrida no final de 2020, onde as operações de (i) seguros de vida e prestamista e (ii) previdência foram transferidas para um novo grupo.
A Companhia terminou o ano de 2021 com um total de R$ 328,9 milhões em ativos financeiros livres e obteve ao longo do exercício de 2021 um resultado financeiro de R$ 28,4 milhões. O patrimônio líquido, em 2021, totalizou R$ 3.830,0 milhões, o que representa uma redução de 19,8% em relação ao patrimônio líquido final do exercício de 2020, sendo esta redução explicada principalmente pela distribuição de dividendos e pela variação negativa da reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda.
Com relação ao processo de apuração interna independente instaurado pela Companhia para apuração das denúncias da 13º fase da Operação Descarte (denominada Canal Seguro), informamos que a investigação, conduzida pela Companhia, com o acompanhamento dos auditores independentes, foi concluída sem que fossem encontradas evidências de atos ilícitos na base de dados da Companhia.

**DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos – a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício.

**REESTRUTURAÇÃO E NOVA MARCA**

Como resultado das mudanças societárias, a Companhia diversificou seu modelo de negócios, que passou a ter foco maior na construção de parcerias sólidas e duradouras para a distribuição de produtos completos para cuidar do patrimônio, da família e do futuro dos brasileiros. Para acompanhar o novo momento de reestruturação, lançamos uma nova marca proprietária, a CNP Brasil, que será apresentada ao mercado ao longo de 2022.

**IMPACTOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

Um fato relevante do exercício de 2021 foi o aumento das indenizações por sinistros ocorridos em consequência da Covid-19. O valor pago pelas sociedades supervisionadas investidas em indenizações passou de R$ 137 milhões, em 2020, para R$ 552 milhões, em 2021, o que impactou o resultado consolidado da Companhia. Além das mortes, a pandemia continuou impactando o cenário macroeconômico. Apesar da retomada do PIB, com crescimento estimado em 4,7%, houve aumento das pressões inflacionárias e o IPCA fechou o ano com crescimento acima de 10%, o que levou o Banco Central a iniciar um novo ciclo de alta dos juros.

**CRITÉRIOS ESG**

A Companhia tem avançado cada vez mais nas práticas de integração dos aspectos ambientais, sociais e de governança - ESG - em todas as etapas do seu negócio. No exercício de 2021, a Companhia buscou identificar possíveis riscos socioambientais, mitigar seus efeitos e propor soluções sustentáveis, como a possibilidade de inserir produtos mais inclusivos em seu portfólio. Sempre alinhado com as melhores práticas do mercado, o Grupo criou novas áreas de controle e conformidade, garantindo governança transparente e alinhada à conduta ética. Para o próximo biênio (2022-2024), a Companhia firmou o compromisso de realizar três metas socioambientais: aderir à Política de Plástico Zero, de sua acionista francesa CNP Assurances; aumentar em 30% o uso de energia de origem solar na sede da Companhia; e implementar seu Programa de Diversidade. Em 2022, o Instituto Social CNP Brasil se prepara para lançar seu novo posicionamento social estratégico, que terá como foco a educação.

**Considerações Finais e Agradecimentos**

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Assurances S.A., CAIXA Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances Latam Holding Ltda.
A Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representada pela figura da CAIXA Seguridade Participações S.A., e de novos parceiros, além, é claro, do corpo funcional de todas as empresas da Holding.
O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

**A Administração**

## Balanço Patrimonial
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **ATIVO** | | | | | |
| **CIRCULANTE** | | **569.109** | **845.387** | **4.289.273** | **5.446.502** |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 206 | 411 | 23.190 | 18.468 |
| **Ativos financeiros** | **5** | **328.923** | **297.545** | **2.603.136** | **3.593.429** |
| Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado | | 328.923 | 297.545 | 2.094.091 | 2.050.254 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | – | – | 509.045 | 1.406.897 |
| Ativos financeiros mantidos até o vencimento | | – | – | – | 136.278 |
| **Créditos das operações com seguros** | **6** | **3.674** | **1.443** | **1.490.785** | **1.423.885** |
| Prêmios a receber de segurados | 6.1 | – | – | 798.972 | 826.339 |
| Títulos e créditos a receber | 6.2 | 3.674 | 1.443 | 691.813 | 597.546 |
| Ativos de resseguro | 8 | – | – | 30.796 | 36.062 |
| Ativo fiscal corrente | 9 | 12.287 | 121.428 | 41.396 | 238.992 |
| Despesas de comercialização diferidas | 10 | – | – | 64.176 | 97.915 |
| Dividendos a receber | 11 | 224.019 | 424.238 | – | – |
| Outros ativos | | – | 322 | 35.794 | 37.751 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **3.549.387** | **4.032.118** | **10.661.185** | **11.182.052** |
| **Ativos financeiros** | **5** | **–** | **266.836** | **5.630.005** | **6.634.005** |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | | – | 266.836 | 5.630.005 | 6.634.005 |
| **Créditos das operações com seguros** | **6** | **–** | **–** | **1.029.397** | **913.187** |
| Prêmios a receber de segurados | 6.1 | – | – | 188.624 | 113.541 |
| Títulos e créditos a receber | 6.2 | – | – | 840.773 | 799.646 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 7 | – | – | 1.749.270 | 1.681.291 |
| Ativos de resseguro | 8 | – | – | 41.319 | 54.421 |
| Ativo fiscal diferido | 9 | 107.330 | 16.706 | 1.279.972 | 864.050 |
| Despesas de comercialização diferidas | 10 | – | – | 295.321 | 351.754 |
| Outros ativos | | – | – | 1.418 | 1.541 |
| Investimentos em controladas e coligadas | 12 | 3.434.167 | 3.739.928 | 108.174 | 107.328 |
| Propriedades para investimento | | – | – | 108.692 | 118.623 |
| Imobilizado | 13 | 3.191 | 2.479 | 223.837 | 222.142 |
| Intangível | | 4.699 | 6.169 | 193.780 | 233.710 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **4.118.496** | **4.877.505** | **14.950.458** | **16.628.554** |

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **PASSIVO** | | | | | |
| **CIRCULANTE** | | **287.872** | **94.216** | **6.146.309** | **6.853.069** |
| Passivos financeiros e de seguros | 14 | – | – | 4.071.558 | 5.047.966 |
| Débitos de operações de seguro e resseguro | 16 | – | – | 570.038 | 602.565 |
| Débitos de operações de capitalização | 17 | – | – | 10.836 | 11.652 |
| Débitos de outras operações | 18 | – | – | 35.830 | 40.965 |
| Dividendos e JSCP a pagar | 19 | 228.887 | 43.220 | 241.398 | 56.266 |
| Passivo fiscal corrente | 20 | 11.368 | 10.026 | 560.778 | 377.669 |
| Outros passivos | 23 | 47.617 | 40.970 | 655.871 | 715.986 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **584** | **6.680** | **4.784.718** | **4.716.605** |
| Passivos financeiros e de seguros | 14 | – | – | 1.410.795 | 1.352.769 |
| Passivo fiscal diferido | 20 | – | 6.680 | 1.326 | 55.788 |
| Provisões para processos judiciais | 22 | – | – | 3.361.735 | 3.308.048 |
| Outros passivos | 23 | 584 | – | 10.862 | – |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **24** | **3.830.040** | **4.776.609** | **4.019.431** | **5.058.880** |
| Capital social | 24.1 | 2.675.000 | 2.675.000 | 2.675.000 | 2.675.000 |
| Reservas | 24.2 | 1.366.128 | 1.953.067 | 1.349.262 | 1.940.819 |
| Ajuste com títulos e valores mobiliários | | (181.573) | 166.516 | (181.573) | 166.516 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | (29.515) | (17.974) | (29.514) | (17.974) |
| Participação dos acionistas não controladores | | – | – | 206.256 | 294.519 |
| **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **4.118.496** | **4.877.505** | **14.950.458** | **16.628.554** |
| **Patrimônio atribuível aos** | | | | | |
| Acionistas controladores | | | | 3.813.175 | 4.764.361 |
| Acionistas não controladores | | | | 206.256 | 294.519 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações do Resultado
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | NOTA | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Operações Continuadas** | | | | | |
| Receitas da operação | 26.1 | – | – | 4.398.714 | 4.694.226 |
| Custos/Despesas da operação | 26.2 | – | – | (2.337.147) | (2.457.135) |
| **Lucro Bruto** | | **–** | **–** | **2.061.567** | **2.237.091** |
| Despesas administrativas | 26.3 | (82.519) | (19.946) | (546.611) | (645.104) |
| Despesas com tributos | 26.4 | (3.939) | (8.554) | (210.357) | (226.386) |
| Resultado patrimonial | 26.6 | 1.002.443 | 1.051.518 | 67.884 | 18.285 |
| Ganhos ou perdas com ativos não correntes | 26.7 | (3) | (30.701) | (51.118) | (137.976) |
| **Resultado antes do resultado financeiro e impostos** | | **915.982** | **992.317** | **1.321.365** | **1.245.910** |
| Resultado financeiro | 26.5 | 28.401 | 67.767 | 353.722 | 579.124 |
| **Resultado antes dos impostos** | | **944.383** | **1.060.084** | **1.675.087** | **1.825.034** |
| Imposto de renda | 27 | 14.217 | 2.547 | (394.180) | (447.706) |
| Contribuição social | 27 | 5.135 | 908 | (263.316) | (262.471) |
| **Lucro líquido das operações continuadas** | | **963.735** | **1.063.539** | **1.017.591** | **1.114.857** |
| **Operações Descontinuadas** | | | | | |
| **Lucro líquido das operações descontinuadas** | 31 | **–** | **1.441.268** | **–** | **1.441.268** |
| **Lucro líquido do exercício** | | **963.735** | **2.504.807** | **1.017.591** | **2.556.125** |
| **Atribuível aos** | | | | | |
| **Acionistas controladores** | | **–** | **–** | **959.118** | **2.500.653** |
| Lucro líquido das operações continuadas | | – | – | 959.118 | 1.059.385 |
| Lucro líquido das operações descontinuadas | | – | – | – | 1.441.268 |
| **Acionistas não controladores** | | **–** | **–** | **58.473** | **55.473** |
| Lucro líquido das operações continuadas | | – | – | 58.473 | 55.473 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado Abrangente
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **Lucro líquido do exercício atribuível ao** | | | | |
| Acionistas controladores | 963.735 | 2.504.807 | 959.118 | 2.500.653 |
| Acionistas não controladores | – | – | 58.473 | 55.473 |
| **Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado** | | | | |
| **Outros resultados abrangentes** | **(348.089)** | **(129.716)** | **(436.951)** | **(129.120)** |
| Disponíveis para venda | (584.519) | (224.691) | (732.623) | (223.698) |
| Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários | 236.430 | 94.975 | 295.672 | 94.578 |
| **Total dos resultados abrangentes para o exercício** | **615.646** | **2.375.091** | **580.640** | **2.427.006** |
| **Atribuível aos** | | | | |
| Acionistas controladores | 615.646 | 2.375.091 | 611.029 | 2.370.938 |
| Acionistas não controladores | – | – | (30.389) | 56.068 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Descrição | Capital Social | Reservas: Lucros | Reservas: Legal | Reservas: Capital | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Ganhos não realizados com T.V.M. | Lucros acumulados | Total atribuível aos acionistas controladores | Ajustes de consolidação | Participação dos não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **3.370.000** | **4.972.414** | **113.702** | **16.210** | **(17.974)** | **302.099** | **–** | **8.756.451** | **(11.847)** | **227.091** | **8.971.695** |
| Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020 | – | (532.048) | – | – | – | – | – | (532.048) | – | (61.767) | (593.815) |
| Aumento de Capital: AGOE de 27.04.2020 | 595.000 | (481.298) | (113.702) | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Dividendos intermediários: AGE 03.09.2020 | – | (2.650.000) | – | – | – | – | – | (2.650.000) | – | – | (2.650.000) |
| Dividendos intermediários: AGE 04.12.2020 | – | (700.000) | – | – | – | – | – | (700.000) | – | – | (700.000) |
| Cisão parcial - conforme AGE de 17.12.2020 | (1.290.000) | (476.174) | – | – | – | (108.146) | – | (1.874.320) | – | – | (1.874.320) |
| Ajustes de Títulos e valores Mobiliários | – | – | – | – | – | (27.437) | – | (27.437) | – | 596 | (26.841) |
| Efeito da Cisão de acervo líquido | – | – | – | – | – | – | – | – | 3.753 | 86.172 | 89.925 |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | – | 2.504.807 | 2.504.807 | (4.154) | 55.472 | 2.556.125 |
| Dividendos intercalares: AGE de 17.12.2020 | – | – | – | – | – | – | (650.000) | (650.000) | – | – | (650.000) |
| **Proposta de destinação do lucro líquido:** | | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | – | – | 125.240 | – | – | – | (125.240) | – | – | – | – |
| Reserva de retenção de lucros | – | 1.678.723 | – | – | – | – | (1.678.723) | – | – | – | – |
| Dividendos | – | – | – | – | – | – | – | – | – | (13.045) | (13.045) |
| Juros sobre o capital próprio propostos - R$ 10,76 por lote de mil ações | – | – | – | – | – | – | (50.844) | (50.844) | – | – | (50.844) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **2.675.000** | **1.811.617** | **125.240** | **16.210** | **(17.974)** | **166.516** | **–** | **4.776.609** | **(12.248)** | **294.519** | **5.058.880** |
| Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021 | – | (1.321.788) | – | – | – | – | – | (1.321.788) | – | (39.138) | (1.360.926) |
| Títulos e valores Mobiliários | – | – | – | – | – | (348.089) | – | (348.089) | – | (88.862) | (436.951) |
| Avaliação patrimonial investida | – | – | – | – | (11.541) | – | – | (11.540) | – | (6.225) | (17.765) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | – | 963.735 | 963.735 | (4.617) | 58.473 | 1.017.591 |
| **Proposta de destinação do lucro líquido:** | | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | – | – | 48.187 | – | – | – | (48.187) | – | – | – | – |
| Reserva de retenção de lucros | – | 686.662 | – | – | – | – | (686.661) | – | – | – | – |
| Dividendos - R$ 48,42 por lote de mil ações | – | – | – | – | – | – | (228.887) | (228.887) | – | (12.511) | (241.398) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **2.675.000** | **1.176.491** | **173.427** | **16.210** | **(29.515)** | **(181.573)** | **–** | **3.830.040** | **(16.865)** | **206.256** | **4.019.431** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Fluxo de Caixa
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | | | |
| **Lucro líquido do exercício incluindo operações descontinuadas** | **963.735** | **2.504.807** | **1.017.591** | **2.556.125** |
| ***Ajustes para:*** | | | | |
| Depreciação e amortizações | 1.682 | 1.263 | 92.421 | 81.291 |
| Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos | – | (74.440) | 5.506 | (37.908) |
| Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16 | 51 | – | 9.533 | – |
| Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível | 3 | – | 10.945 | 43.088 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial e JSCP | (1.003.191) | (2.485.517) | (36.734) | (58.941) |
| Outros Ajustes - diversos | 645 | 98.384 | 996 | 100.263 |
| Ajuste de prescrição e penalidades de títulos | – | – | (55.588) | (19.141) |
| Custos de Aquisição Diferidos | – | – | 91.822 | (523.194) |
| Variação de Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros | – | – | (89.101) | 1.787.015 |
| ***Variação nas contas patrimoniais:*** | | | | |
| Ativos financeiros | 224.118 | 494.163 | 1.560.268 | (13.211.593) |
| Créditos das operações | – | – | (19.944) | (193.229) |
| Créditos das operações de previdência complementar | – | – | – | 104 |
| Ativos de resseguro | – | – | 15.440 | 61.323 |
| Créditos fiscais e previdenciários | 80.499 | 38.799 | 167.902 | 62.078 |
| Ativo fiscal diferido | (61.982) | (4.266) | (386.229) | 45.355 |
| Depósitos judiciais e fiscais | – | – | (67.980) | (326.895) |
| Despesas antecipadas | 322 | 688 | 2.484 | (1.543) |
| Custos de aquisição diferidos | – | – | (1.650) | (96.504) |
| Outros ativos | (4.266) | (7.540) | (158.432) | (72.542) |
| Impostos e contribuições | (3.578) | 1.192 | 637.230 | 1.406.771 |
| Outras contas a pagar | 6.082 | 729 | (101.046) | 169.160 |
| Débitos de operações | – | – | (32.527) | 180.591 |
| Débitos de operações com previdência complementar | – | – | – | 3.775 |
| Débitos de operações com capitalização | – | – | (815) | (2.941) |
| Depósitos de terceiros | – | – | 29.630 | (160.963) |
| Provisões técnicas | – | – | (708.704) | 14.592.806 |
| Provisões técnicas - previdência complementar | – | – | – | 5.740 |
| Passivos financeiros | – | – | (62.062) | 322.380 |
| Provisões para contingências | – | – | 53.686 | 372.046 |
| Outros passivos | 146 | 791 | (38.916) | 33.343 |
| **Caixa gerado/(consumido) pelas operações** | **204.266** | **569.053** | **1.935.726** | **7.117.860** |
| Juros pagos | – | (1) | (720) | (967) |
| Juros recebidos | 2.086 | 6.593 | 6.804 | 10.368 |
| Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio | 1.160.881 | 3.546.744 | 24.368 | 30.329 |
| Imposto sobre o lucro pagos | (1.759) | (50) | (482.488) | (1.783.674) |
| **Caixa líquido gerado nas atividades operacionais** | **1.365.474** | **4.122.339** | **1.483.690** | **5.373.916** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | | | |
| ***Recebimento pela Venda:*** | **–** | **–** | **3.209** | **16.819** |
| Investimentos | – | – | 2.207 | 171 |
| Imobilizado | – | – | 142 | 16.260 |
| Intangível | – | – | 860 | 388 |
| ***Pagamento pela Compra:*** | **(385)** | **–** | **(35.396)** | **(56.880)** |
| Investimentos | – | – | – | (837) |
| Imobilizado | (385) | – | (2.432) | (5.095) |
| Intangível | – | – | (32.964) | (50.948) |
| ***Outros*** | **–** | **950.000** | **–** | **(389.007)** |
| Outros fluxos de investimento (nota 1.1.c) e (nota 1.1.d) | – | 950.000 | – | (389.007) |
| **Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos** | **(385)** | **950.000** | **(32.187)** | **(429.068)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** | | | | |
| Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio | (1.365.005) | (5.072.133) | (1.417.189) | (5.154.490) |
| Outros | (289) | – | (29.592) | – |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos** | **(1.365.294)** | **(5.072.133)** | **(1.446.781)** | **(5.154.490)** |
| **Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa** | **(205)** | **206** | **4.722** | **(209.642)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | 411 | 205 | 18.468 | 228.110 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | 206 | 411 | 23.190 | 18.468 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional e informações gerais

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e a CNP Seguros Holding Brasil S.A. e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") está sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050. Sendo controlada pelo grupo francês Caisse des Dépôts.
A Companhia tem por objeto social a participação, como acionista, ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram: i) atividade de seguros em todos os ramos, incluindo saúde e dental; ii) segmento de capitalização; iii) administração de consórcio; iv) atividades correlatas ou complementares às atividades descritas anteriormente.

**1.1. Restruturação societária**

**a. Acordo de acionistas para comercialização no Balcão da CAIXA**

No dia 29 de agosto de 2018, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que é a controladora indireta da Caixa Seguradora S.A. e Caixa Vida e Previdência S.A., firmaram um acordo para a formação de uma nova sociedade que explorará conjuntamente, até fevereiro de 2041, os ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"). Os negócios da nova sociedade serão desenvolvidos por um novo veículo societário. Em 19 de setembro de 2019 foi assinado aditivo ao referido acordo, estendendo o prazo da parceria para 2046. A referida operação foi concluída e implementada em 30 de dezembro de 2020.

**b. Restruturações internas do Grupo**

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade S.A., mencionado na nota 1.1.a acima, foram realizadas duas operações societárias de cisão dentro do Grupo, conforme descrito a seguir.
No dia 01 de julho de 2020, foi realizada a cisão parcial da Caixa Seguradora S.A. para a Caixa Vida e Previdência S.A., tendo como objeto de acervo cindido, os ativos e passivos vinculados às carteiras dos segmentos de vida e prestamista. Tendo em vista que é uma operação interna do Grupo, ela foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro no Grupo, tampouco para os clientes dessas carteiras.
No dia 31 de julho de 2020, foi realizada a cisão parcial da CNP Seguros Participações Securitárias Ltda. para a CNP Seguros Holding Brasil S.A., sendo o acervo cindido dessa cisão composto pela totalidade de ações representativas do capital social da Caixa Vida e Previdência S.A., de forma que CNP Seguros Holding Brasil S.A. passou a ser a controladora direta da Caixa Vida e Previdência S.A.. Neste caso também, por se tratar de uma operação interna do Grupo, a mesma foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro no Grupo, tampouco para os clientes da Caixa Vida e Previdência S.A..

**c. Cisão do investimento na Caixa Vida e Previdência S.A.**

No dia 30 de dezembro de 2020, foi realizada a cisão parcial do investimento da Companhia para a Holding XS 1 S.A., passando a totalidade das ações representativas do capital social da Caixa Vida e Previdência S.A., para a nova holding, em conexão com o acordo entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, conforme destacado na nota 1.1a. O controle acionário da Holding XS1 S.A. é detido pelo grupo CNP Assurances com participação 51% das ações ordinárias e de 40% no total geral das ações, sendo que a Caixa Seguridade detém 49% das ações ordinárias e 60% no total geral das ações.

**d. Redução de capital social da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.**

Em reunião dos acionistas das Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., em 09 de julho de 2020, foi deliberado pela redução de parte do excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades Anônimas, no montante de R$950.000, mediante a restituição de à única Acionista da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações do capital social da Companhia.

**e. Acordo de acionistas para comercialização do ramo de Consórcios**

A Caixa Seguridade, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de consórcios, firmou, em 13 de agosto de 2020, com a CNP Assurances para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo Consórcios no Balcão CAIXA.
A Companhia obteve autorização para funcionamento por parte do regulador em 12/03/2021, sendo que a homologação da nova estrutura acionária e administrativa ocorreu no dia 26/07/2021. Dessa forma foram cumpridas todas as condições necessárias para o começo das operações.
Em 23/08/2021, a Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA").

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.
Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes de práticas contábeis são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento ao CPC 18 e 36/IAS 28 e IFRS 10.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de fevereiro de 2022.

**2.1. Consolidação**

**2.1.1. Controladas**

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.
As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados são eliminados.
As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.
Destacamos as principais Companhias e fundos de investimento exclusivos, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas de 2021 e 2020.
Companhias com controle integral, salvo quando indicado de outra forma:
**a. CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.** (Anteriormente denominada Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
**b. Caixa Seguradora S.A.** - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de ramos elementares e vida.
**c. Caixa Capitalização S.A.** - Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., (51% das ações), e tem como objeto social a comercialização de produtos de capitalização.
**d. Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios -** Controlada da Companhia, tem como objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
**e. Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.** - Controlada da Companhia, tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde.
**f. Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.** Controlada da Companhia, tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.
**g. Companhia de Seguros Previdência do Sul (Previsul) -** Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de pessoas.
**h. Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.** - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades.
**i. Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. -** Controlada da Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., tem como objeto social a atuação como operadora especializada em planos odontológicos.
**j. Youse Seguradora S.A.** - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas.
Fundos de investimentos exclusivos:

| | Percentual de participação | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2021 | | 2020 | |
| **Fundos controlados** | **Direto** | **Indireto** | **Direto** | **Indireto** |
| FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ANGICO | 75% | 0% | 75% | 0% |
| FI CAIXA MARFIM RF | 100% | 0% | 100% | 0% |
| FI CAIXA ANGELIN RF | 100% | 0% | 100% | 0% |
| FI EXCLUSIVO CAIXA JEQUITIBÁ RF LP | 100% | 0% | 100% | 0% |
| MARUPÁ FIRF CRÉDITO PRIVADO | 100% | 0% | 100% | 0% |
| FI EXCLUSIVO CAIXA NOGUEIRA RF | 100% | 0% | 100% | 0% |
| BNP PARIBAS ARAUCÁRIA FIC FIM CRED PRIV | 100% | 0% | 100% | 0% |
| FI CAIXA MOGNO | 100% | 0% | 100% | 0% |
| ANDIROBA FI RF REFERENCIADO DI | 100% | 0% | 100% | 0% |
| IMBUIA FIC FIM CRÉD PRIV INVEST NO EXT | 100% | 0% | 100% | 0% |
| PEROBA FIC FIM CRÉD PRIV INVEST NO EXT | 100% | 0% | 100% | 0% |
| EBANO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO | 100% | 0% | 100% | 0% |
| BNP PARIBAS ACAIACÁ FIC FIM | 100% | 0% | 100% | 0% |

**2.1.2. Participações de acionistas não controladores**

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

**2.1.3. Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados.

**2.1.4. Fundos imobiliários exclusivos**

Ajustes de consolidação relacionados a imóveis em fundos imobiliários exclusivos, quando aplicável, são realizados para refletir depreciações não reconhecidas nestes fundos, bem como a eliminação de ajustes a valor de mercado dos referidos imóveis.

**2.2. Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o Real a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Foram considerados, como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

**2.4. Ativos financeiros**

**2.4.1. Classificação e reconhecimento**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento**

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.
Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são registrados inicialmente ao valor justo, e consequentemente, pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.
Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.
Os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

**b. Créditos das operações de seguros**
Esse ativos financeiros são representados por prêmios a receber, ativos de resseguro e outros créditos operacionais (créditos do SFH). Esses créditos são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

**2.4.2. Mensuração**
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações abaixo:
**a.** Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
**b.** Ações: com base nas cotações de preço médio divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.
**c.** Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificados de depósitos bancários, letras financeiras, letras de crédito imobiliário e letras de crédito do agronegócio: com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

**2.4.3. Instrumentos financeiros derivativos**
A política de utilização de instrumentos derivativos ocorre na gestão dos fundos de investimento, de acordo com os limites estabelecidos em seu o regulamento com foco na proteção, sem operação de *hedge*.
O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo gestor de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

***2.5. Impairment***

**2.5.1. *Impairment* de ativos financeiros**

**a. Ativos mensurados ao custo amortizado**
O Grupo avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.
Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.
O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*:
• A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros e resseguros é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os prêmios vencidos há mais de 60 dias e 180 dias respectivamente, líquidos de recuperações e cessões, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
• Para cálculo da provisão para risco de crédito dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia específica que está descrita na nota 6.2.1;
• Demais operações: constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.
Mediante avaliações, o Grupo entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas, conforme regra do CPC 38.

**b. Ativos classificados como disponíveis para venda**
O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada no patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

***2.5.2. Impairment de ativos não financeiros***
Os ativos compostos pelos gastos com *software*, são registrados ao preço de custo, estão sujeitos à amortização (20% ao ano) e são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

**2.6. Ativos relacionados à resseguros**
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

**2.7. Imobilizado e intangível**
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pelo Grupo são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.. Além do imobilizado descrito acima, a Companhia detém ativos de direitos de uso conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, vide notas 2.14 e 13.b.
O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pelo Grupo é predominantemente de 20% a.a.

**2.8. Contratos de seguros e contratos de investimento**
Em linha com o CPC 11, a Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco significativo de seguro, risco financeiro ou ambos.
Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.
Os contratos classificados como contratos de investimento são relacionados aos produtos de capitalização, um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro que não transfere risco de seguro significativo.

**2.9. Provisões técnicas de contratos de seguros**
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

**2.9.1. Segmento de seguros de pessoas e danos**

**Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e parcela de Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)**
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço.
A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses.

**Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**
A provisão é constituída (e atualizada monetariamente nos termos da legislação) para a cobertura dos valores que a Administração estima serem necessários para arcar com os pagamentos futuros de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por provável, possível, remota.

**Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)**
A provisão é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço.
Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 4 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 16 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 8 trimestres para o Automóvel, observações de 12 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 24 trimestres para Habitacional (Fora do SFH) para a Caixa Seguradora S.A.. Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*, com observações de 4 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.

**Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR)**
A provisão é constituída para cobrir as reavaliações dos valores de indenização dos sinistros realizadas posteriormente à constituição inicial da PSL, reavaliações estas que poderão se dar ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 8 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.

**Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)**
A provisão é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros/eventos já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a Administração ainda constitui uma parcela de PDR relativa a despesas de sinistros/eventos e a ocorrer. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.

**Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**
A provisão é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP).

**2.9.2. Segmento de saúde e odonto**

**Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas (PPCNG)**
A provisão é constituída para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, apurando a parcela de prêmio/contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco.

**Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL)**
A provisão é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, bruto de qualquer operação de resseguro.

**Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)**
A provisão é constituída mensalmente, considerando o total de eventos indenizáveis.

**Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS)**
A provisão é constituída mensalmente, considerando o total de eventos indenizáveis provenientes do SUS.

**Provisão para Remissão**
A provisão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência saúde, firmadas com o beneficiário, calculada mensalmente.

**2.9.3. Segmento de capitalização**

**Provisão Matemática para Capitalização (PMC)**
A provisão é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto de Capitalização.

**Provisão para Resgate (PR)**
A provisão contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contados a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto de Capitalização.

**Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)**
A provisão é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano de capitalização. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela TR e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto de Capitalização.

**Provisão de Sorteios a Pagar (PSP)**
A provisão é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela TR desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

**Provisão para Despesas Administrativas (PDA)**
A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, observadas as regulamentações específicas vigentes.

**2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros**

**a. Passivos de contratos de seguros**
Os contratos que transferem risco significativo de seguro para o Grupo são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. Em linha com a legislação vigente, a Companhia utilizou as regras do CPC 11 para avaliação destes contratos. Essas regras preveem uma isenção que permite que uma Seguradora utilize suas políticas contábeis anteriores a adoção do CPC 11, utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro.
Além da utilização desta importante isenção, o Grupo aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro ou, Teste de Adequação de Passivo (TAP); i) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro; ii) identificação de derivativos embutidos.

**b. Custos incorridos na aquisição de contratos de seguros**
O Grupo registra como um ativo os gastos que são diretamente incrementais e que possam ser avaliados com confiabilidade, relacionados à origem ou renovação de contratos de seguro, à emissão de títulos de capitalização e à aquisição de cotas de consórcios. Esses gastos são representados principalmente por comissões e arrendamento de balcão. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. A amortização deste ativo ocorre de acordo com o período de vigência dos contratos, seu prazo médio de vigência dos contratos em 2021 foi de 36 meses (49 em 31 de dezembro de 2020).

**c. Teste de adequação dos passivos (TAP)**
Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.
Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os ramos por riscos similares.
No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:
a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP;
b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:
• Automóvel: 61,5%;
• Patrimonial: 25,3%;
• Pessoas Caixa Seguradora: 29,6%;
• Pessoas Previsul: 30,5%;
• Habitacional Danos: 3,9%;
• Odonto: 29,6;
• Crédito Previsul: 58,8%.
c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada produto que compõe os grupos testados;
d) Despesas: as estimativas das despesas foram segregadas em despesas administrativas, despesas com tributos e despesas operacionais, considerando a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido;
Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.
Como conclusão dos testes realizados, não foram identificadas insuficiências nos agrupamentos realizados.

**2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes**
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

**2.12. Apuração do resultado**
**a.** Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices e ajustados, com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura.
**b.** As receitas de seguros de vida com cobertura de sobrevivência, são reconhecidas no momento do seu efetivo recebimento que coincidem com o regime de competência. Os custos relacionados são apropriados por meio da constituição de provisões técnicas. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão da apólice ou contrato e apropriados aos resultados, pela vigência do contrato.
**c.** A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado a partir da data de emissão do título, ou momento de solicitação dos resgates. No caso dos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos, o fato gerador do registro da receita será emissão do título para a primeira parcela, e para as demais parcelas a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor.
**d.** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem. Já a taxa de administração de grupos de consórcios é reconhecida como receita quando do efetivo recebimento pela Administradora de consórcios, conforme o estabelecido na circular vigente e exigido pelo órgão regulador.
**e.** As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos de assistência à saúde e odonto são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. O resultado das transações é apurado pelo regime de competência de exercícios.
**f.** As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.
**g.** As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

**2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social**
A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. São reconhecidos no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A alíquota de contribuição social sobre o lucro foi de 15% até junho de 2021 e 20% para o segundo semestre de 2021 para as Controladas equiparadas a financeiras e 9% para as demais Controladas e Controladora, conforme legislação em vigor.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas na rubrica de impostos e contribuições no passivo circulante.
Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas Controladas individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

**2.14. Operações de arrendamento**
No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.
Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.
O reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.
Os ativos de direito de uso (contrato de aluguel de imóvel) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa de juros de mercado.
O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**2.14.1. Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17**
Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.
Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:
Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.
A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

**2.15. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**
As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:
**IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros**: Com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, a adoção do CPC 48/IFRS 9, que substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos financeiros, tem entre outras diretrizes a alteração das classificações de ativos financeiros. As três classificações de ativos financeiros previstas pela norma são: mensurados ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR).
A classificação dos ativos financeiros no alcance do CPC 48/IFRS 9 nas categorias acima citadas se baseia no modelo de negócios o qual um ativo financeiro é gerenciado e as características dos seus fluxos de caixa. Assim, o CPC 48/IFRS 9 elimina as classificações de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda previstas no CPC 38/IAS 39.
Adicionalmente, derivativos embutidos não são separados de um contrato principal se este for um instrumento financeiro no escopo do CPC 48/IFRS 9, em vez disso o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.
Outra mudança relevante está na avaliação de perda ao valor recuperável *(impairment).* O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39 para um modelo que considera informações prospectivas de perdas esperadas. O novo modelo se aplica a instrumentos mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívidas mensurados ao VJORA e recebíveis de contratos de arrendamento. Consequentemente, o modelo de perdas esperadas reconhece as perdas de crédito de maneira antecipada ao modelo de perdas incorridas.
Ainda, no CPC 48/IFRS 9 a contabilidade de *hedge* deve ser alinhada com os objetivos e estratégias de gestão de risco da entidade, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade de *hedge*. Entretanto na aplicação inicial da norma, a entidade pode como escolha de política contábil continuar adotando os requerimentos de contabilidade de *hedge* do CPC 38/IAS 39.
Conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9 a entidade não é obrigada a reapresentar períodos anteriores para refletir a aplicação das alterações aqui descritas.
A Administração concluiu que as atividades da Companhia estavam até 2020 predominantemente relacionadas com seguro, com base nos critérios estabelecidos nos itens 20b a 20k pela Revisão de pronunciamentos nº 12 aprovada em 1 de dezembro de 2017 (*amendments* do IFRS 4), diante disso, optou pelo benefício da isenção temporária do CPC 48/IFRS 9, permitida pela Revisão, e aplicou o CPC 38/IAS 39 para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021, adotando o referido pronunciamento a partir de 01 de janeiro de 2022.
**IFRS 17 - Contratos de seguro**: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4/CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.
Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor, cuja data prevista é para 1º de janeiro de 2023.
Os principais modelos de mensuração dos passivos de contratos de seguros estabelecidos pela norma são o *Building Block Approach* (BBA), que é o modelo padrão, e o *Premium Allocation Approach* (PAA), que é o modelo simplificado de mensuração que pode ser adotado caso sejam atendidos alguns critérios como por exemplo, os limites dos contratos não excedem 12 meses da data de emissão. Adicionalmente há a abordagem de *Variable Fee Approach* (VFA) que não é opcional e sim obrigatório se forem atendidos os requisitos da norma, ele considera o impacto da participação do segurado no resultado financeiro de determinados ativos. Também, segundo a norma, os contratos considerados como onerosos na sua emissão, terão o valor total da perda mensurada reconhecido no resultado na data de reconhecimento inicial.
Como ponto de partida, antes de definir o modelo de mensuração, o Grupo deve avaliar o nível de agregação dos contratos, bem como se há componentes contidos nesses contratos que não se caracterizem como seguros e, portanto, deveriam ser mensurados de acordo com outra norma (por exemplo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ou CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes).
O Grupo está em fase de implementação sendo os principais destaques, no momento:
• Agrupamento - Os portfolios IFRS 17 foram estabelecidos considerando riscos homogêneos gerenciados em conjunto. Sob essa premissa entre as duas entidades subsidiárias teremos a princípio oito portfólios. Para cada portfólio teremos os valores dos passivos separados por safra e por carimbo de rentabilidade, que é o nível de granularidade exigido pela norma.
• Modelos de mensuração - Os portfólios de seguros (vida, prestamista etc.) serão classificados no modelo BBA (*Building Block Approach*). Já os produtos de previdência (por exemplo PGBL/VGBL) estarão no modelo VFA (*Variable Fee Approach*);
• A data de transição será 31 de dezembro de 2021 e em 1º de janeiro de 2022 será feito o balanço de abertura para poder ter, no ano 2023, o comparativo com 2022. A metodologia para boa parte do perímetro será MRA (*Modified Retrospective Approach*);
• Estão sendo feitos exercícios de simulação tanto da transição como de fechamento contábil com o intuito de testar ferramentas, processos e dados e que servem como referência para os desenvolvimentos da implementação que continua em curso.

**2.16. Reapresentação de saldos comparativos**
Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de:
(i) compensação de ativos e passivos correntes e diferidos, conforme CPC 32.
(ii) reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial.
Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados abaixo:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos anteriormente apresentados | Reclassificado | Saldos reapresentados | Saldos anteriormente apresentados | Reclassificado | Saldos reapresentados |
| **CIRCULANTE** | **845.428** | **(41)** | **845.387** | **6.206.662** | **(760.160)** | **5.446.502** |
| Ativos de resseguro | – | – | – | 85.060 | (48.998) | 36.062 |
| Ativo fiscal corrente | 121.469 | (41) | 121.428 | 950.154 | (711.162) | 238.992 |
| Outros | 723.959 | – | 723.959 | 5.171.448 | – | 5.171.448 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **4.032.118** | **–** | **4.032.118** | **11.228.706** | **(46.654)** | **11.182.052** |
| Ativos de resseguro | – | – | – | 5.423 | 48.998 | 54.421 |
| Ativo fiscal diferido | 16.706 | – | 16.706 | 959.702 | (95.652) | 864.050 |
| Outros | 4.015.412 | – | 4.015.412 | 10.263.581 | – | 10.263.581 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **4.877.546** | **(41)** | **4.877.505** | **17.435.368** | **(806.814)** | **16.628.554** |
| **CIRCULANTE** | **94.257** | **(41)** | **94.216** | **8.463.570** | **(1.610.501)** | **6.853.069** |
| Provisões técnicas de seguros e saúde | – | – | – | 5.947.305 | (899.339) | 5.047.966 |
| Passivo fiscal corrente | 10.067 | (41) | 10.026 | 1.088.831 | (711.162) | 377.669 |
| Outros | 84.190 | – | 84.190 | 1.427.434 | – | 1.427.434 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **6.680** | **–** | **6.680** | **3.912.918** | **803.687** | **4.716.605** |
| Provisões técnicas de seguros e saúde | – | – | – | 453.430 | 899.339 | 1.352.769 |
| Passivo fiscal diferido | 6.680 | – | 6.680 | 151.440 | (95.652) | 55.788 |
| Outros | – | – | – | 3.308.048 | – | 3.308.048 |
| **PATIMÔNIO LÍQUIDO** | **4.776.609** | **–** | **4.776.609** | **5.058.880** | **–** | **5.058.880** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **4.877.546** | **(41)** | **4.877.505** | **17.435.368** | **(806.814)** | **16.628.554** |

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:40:18 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

• Notas 2.9,2.10.b e 14.3 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
• Nota 5 - Ativos Financeiros; e
• Nota 22 - Provisões para processos judiciais.

## 4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA) exige a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos. As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

• Definir a visão estratégica do *Risk Appetite*;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, e operacionais, socioambientais e de *Compliance*;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as políticas definidas pela Direção Geral do Grupo e monitorar sua implementação dentro de Unidades de Negócios;
• Gerar Alertas para as gerências quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
• Implementar todos os pilares dos normativos Solvência II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
• Certificar todo o monitoramento e a eficácia dos dispositivos existentes para acompanhamento dos riscos em todas as operações do Grupo;
• Promover o risco na cultura do Grupo para a tomada de decisões, de acordo com as políticas do Grupo;
• Garantir a aplicação de controles em todas as subsidiárias do Grupo.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado de modo integrado, dentro de um processo, e apoiado na sua estrutura de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de Seguro, Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

O Grupo conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, o Grupo vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

### 4.1. Risco de seguro

#### 4.1.1. Riscos inerentes

Risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros capazes de comprometer uma atividade.

O Grupo dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, saúde e odonto para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente, os riscos inerentes às atividades do Grupo são:

**a. Risco estratégico** - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

**b. Risco atuarial** - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarifação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

#### 4.1.2. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

#### 4.1.3. Estratégia de subscrição

A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

#### 4.1.4. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro do Grupo é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, negociados caso a caso. Qualquer que seja o tipo de contrato, o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência. O programa de resseguro reflete a posição estratégica estabelecida pelo Comitê de Governança de Riscos, priorizando a retenção de prêmios pela seguradora. Há casos, também, em que a parceria com um ou mais resseguradores se destina mormente à aquisição de conhecimento e sua correspondente solidificação dentro do Grupo.

O Grupo adota uma postura bastante prudente e conservadora na linha dos chamados riscos especiais, onde não atua como líder. Os riscos especiais abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos, de modo a resguardar a seguradora não somente no aspecto financeiro, mas também quanto ao risco de imagem.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

| CONTRATO DE RESSEGURO | CARTEIRA | RESSEGURADORES | PARTICIPAÇÃO | RATING(1) | CONDIÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| Garantia | Riscos Financeiros | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 40,0% | A- | LOCAL |
| | | TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY | 60,0% | A+ | ADMITIDO |
| Excesso de Danos Patrimonial por Risco | Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Habitacional (DFI) | MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A | 50,0% | A+ | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 20,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A- | LOCAL |
| | | LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472 | 10,0% | A | ADMITIDO |
| Catástrofe De Riscos Patrimoniais | Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Automóvel, Habitacional (DFI) | MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A | 65,0% | A+ | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 15,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 10,0% | A- | LOCAL |
| | | LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472 | 10,0% | A | ADMITIDO |
| Catástrofe Umbrella | Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Automóvel, Habitacional (Mip/DFI), Vida Individual | MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A | 48,0% | A+ | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 25,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A- | LOCAL |
| | | AWAC LLOYD'S 2232 | 7,0% | A | ADMITIDO |
| Catástrofe de Riscos Pessoais | Habitacional (MIP), Vida Individual | HANNOVER RE | 20,0% | A+ | ADMITIDO |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 60,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A- | LOCAL |
| Excesso de Danos por Risco em Seguros de Pessoas | Habitacional (MIP), Vida Individual | AUSTRAL RESSEGURADORA S/A | 20,0% | B+ | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 60,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A- | LOCAL |
| Belo Monte | Risco de Engenharia | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 28,0% | A- | LOCAL |
| | | MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A | 19,4% | A+ | LOCAL |
| | | MUNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GE | 6,5% | A+ | EVENTUAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 1,1% | A | LOCAL |
| | | ALLIANZ GLOBAL CORP & SPEC SE | 5,2% | A+ | ADMITIDO |
| | | QBE UNDERWRITING LIMITED (LLOYD'S) | 2,7% | A | ADMITIDO |
| | | CANOPIUS MANAGING AGENTS LTD (LLOYD'S) | 1,0% | A | ADMITIDO |
| | | ACE PROPERTY & CASUALTY INSURANCE CO. | 2,0% | A++ | EVENTUAL |
| | | FEDERAL INSURANCE COMPANY | 6,7% | A++ | ADMITIDO |
| | | HDI - GERLING WELT SERVICE AG | 1,3% | A | ADMITIDO |
| | | CHUBB MANAGING AGENCY LTD (LLOYD'S) | 2,1% | A | ADMITIDO |
| | | TORUS (LLOYD'S SYNDICATE 1301) | 1,1% | A | ADMITIDO |
| | | STARR (LLOYD'S) | 3,1% | A | ADMITIDO |
| | | TOKIO MARINE GLOBAL (LLOYD'S) | 1,9% | A | ADMITIDO |
| | | VALIDUS REASEGUROS, INC (LLOYD'S) | 2,4% | A | ADMITIDO |
| | | XL INSURANCE COMPANY SE | 5,7% | A+ | ADMITIDO |
| | | ZURICH INSURANCE COMPANY | 8,8% | A+ | ADMITIDO |
| | | MARLBOROUGH RE (LLOYD'S) | 1,0% | A | ADMITIDO |
| Facultativo Empresarial CEF | Empresarial (Patrimônio da Caixa Econômica Federal) | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 50,0% | A- | LOCAL |
| | | SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A+ | LOCAL |
| | | CHUBB RESSEGURADORA DO BRASIL S/A (2) | 20,0% | AA | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 10,0% | A | LOCAL |

*(1) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou locais de origem estrangeira)*
*(2) Ratings pela agência Fitch*

#### 4.1.5. Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos de uma seguradora é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management (ALM)*. Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerenciais de ALM para as carteiras da Seguradora, Capitalização, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM.

#### 4.1.6. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade do Grupo considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
| Sensibilidade | Bruto de resseguro | Líquido de resseguro | Bruto de resseguro | Líquido de resseguro | Bruto de resseguro | Líquido de resseguro | Bruto de resseguro | Líquido de resseguro |
| Taxa +1% | 0,00% | 0,00% | -1,83% | -1,83% | -1,04% | -1,04% | -1,63% | -1,63% |
| Taxa -1% | 0,00% | 0,00% | 1,91% | 1,91% | 1,06% | 1,06% | 1,70% | 1,70% |
| Sobrevivência +10% | NA | NA | 0,00% | 0,00% | NA | NA | 0,00% | 0,00% |
| Sobrevivência -10% | NA | NA | 0,00% | 0,00% | NA | NA | 0,00% | 0,00% |
| Mortalidade/Sinistralidade +5% | NA | NA | NA | NA | 5,15% | 5,17% | -3,31% | 2,27% |
| Mortalidade/Sinistralidade -5% | NA | NA | NA | NA | -5,15% | -5,17% | -3,31% | -2,27% |
| Inflação +1% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,01% | 0,01% |
| Inflação -1% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | -0,01% | -0,01% |

**Notas:**

**a)** A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 *basis points* para cima e para baixo;

**b)** Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sobrevivência, consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

IMPACTO % = *Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações - 1;*

**c)** O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação;

### 4.2. Risco de crédito

Representa a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são:

i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

O Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que se encontra descrita na Nota 5.4).

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
| Composição dos ativos | BB | Sem Rating | Total | BB | Sem Rating | Total |
| **Valor justo por meio do resultado** | **79.863** | **249.060** | **328.923** | **29.531** | **268.014** | **297.545** |
| Fundos de investimentos | – | 248.381 | 248.381 | – | 268.815 | 268.815 |
| Letras financeiras do tesouro | 29.782 | – | 29.782 | 8.000 | – | 8.000 |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 330 | – | 330 |
| Operações compromissadas | 50.081 | – | 50.081 | 21.201 | – | 21.201 |
| Outros valores | – | 679 | 679 | – | (801) | (801) |
| **Disponíveis para venda** | **–** | **–** | **–** | **266.836** | **–** | **266.836** |
| Letras do tesouro nacional | – | – | – | 155.085 | – | 155.085 |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 111.751 | – | 111.751 |
| **Títulos e créditos a receber** | – | 3.674 | 3.674 | – | 1.443 | 1.443 |
| **Exposição máxima** | **79.863** | **252.734** | **332.597** | **296.367** | **269.457** | **565.824** |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| Composição dos ativos | AA+ | BB | Sem Rating | Total | AA+ | BB | Sem Rating | Total |
| **Valor justo por meio do resultado** | **–** | **1.337.845** | **756.245** | **2.094.090** | **–** | **467.481** | **1.582.773** | **2.050.254** |
| Ações | – | – | 55.135 | 55.135 | – | – | 92.149 | 92.149 |
| Fundos de investimentos | – | – | 701.110 | 701.110 | – | – | 1.490.624 | 1.490.624 |
| Letras financeiras do tesouro | – | 333.902 | – | 333.902 | – | 110.852 | – | 110.852 |
| Notas do tesouro nacional | – | 9.465 | – | 9.465 | – | 3.179 | – | 3.179 |
| Operações compromissadas | – | 994.478 | – | 994.478 | – | 353.450 | – | 353.450 |
| **Disponíveis para venda** | **–** | **6.139.051** | **–** | **6.139.051** | **–** | **7.907.048** | **133.854** | **8.040.902** |
| Letras do tesouro nacional | – | 3.278.191 | – | 3.278.191 | – | 4.316.923 | – | 4.316.923 |
| Notas do tesouro nacional | – | 2.860.860 | – | 2.860.860 | – | 3.561.077 | – | 3.561.077 |
| Letras financeiras | – | – | – | – | – | – | 131.660 | 131.660 |
| Outros valores | – | – | – | – | – | 29.048 | 2.194 | 31.242 |
| **Mantidos até o vencimento** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **136.333** | **–** | **136.333** |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | – | – | 136.333 | – | 136.333 |
| **Prêmios de seguros** | – | – | 987.596 | 987.596 | – | – | 939.880 | 939.880 |
| **Títulos e créditos a receber (*)** | 1.214.277 | – | 318.309 | 1.532.586 | 1.168.957 | – | 228.235 | 1.397.192 |
| **Ativos de resseguro** | – | – | 72.115 | 72.115 | – | – | 90.483 | 90.483 |
| **Exposição máxima** | **1.214.277** | **7.476.896** | **2.134.265** | **10.825.438** | **1.168.957** | **8.510.862** | **2.975.225** | **12.655.044** |

(*) AA+ - Refere-se a contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o *rating* do risco Brasil (tesouro nacional).

### 4.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

| | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Até 1 ano | Mais de 1 ano até 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | 1.751.846 | 235.529 | 106.716 | 2.094.091 |
| Ativos financeiros disponíveis para a venda | 509.045 | 5.629.245 | 760 | 6.139.050 |
| Prêmios a receber de segurados | 798.972 | 188.624 | – | 987.596 |
| Títulos e créditos a receber/créditos das operações | 691.813 | 840.773 | – | 1.532.586 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | 28.954 | 45.991 | 1.910 | 76.855 |
| **Total dos ativos financeiros** | **3.777.645** | **6.940.162** | **109.386** | **10.827.193** |
| Provisões técnicas | 605.890 | 1.210.512 | 37.374 | 1.853.776 |
| Passivos financeiros - capitalização | 1.167.221 | 1.868.748 | – | 3.035.969 |
| Passivos financeiros | 1.739.257 | 106.284 | – | 1.845.541 |
| **Total dos passivos financeiros** | **3.512.368** | **3.185.544** | **37.374** | **3.735.286** |

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

### 4.4. Risco de mercado

**a. Gerenciamento de risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras do Grupo de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, e risco de derivativos.

**b. Controle do risco de mercado**

A metodologia utilizada pelo Grupo para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros utilizados são os mesmos definidos pelo CPC 38, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

• Modelo não-paramétrico;
• Intervalo de confiança de 99%;
• Horizonte temporal de um dia; e
• Volatilidade sob o critério EWMA.

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

**c. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco**

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

• Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
• Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
• Acompanhar diariamente os limites de risco de cada fundo, verificando seu enquadramento;
• Produzir os relatórios de risco de mercado do Grupo, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pelo Grupo.

Cabe à área de controle de risco do Grupo:

• Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
• Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
• Informar aos gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
• Solicitar aos gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
• Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
• Informar mensalmente o *VaR* dos ativos aos reguladores das entidades controladas.

### 4.5. Risco operacional

**a. Gerenciamento do risco operacional**

O processo de gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades de uma organização em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e, ainda, em função da globalização dos negócios.

Os principais pontos de partida para desenvolvimento de uma boa gestão de riscos envolvem:

• Conhecer, controlar e mitigar o impacto dos eventos negativos;
• Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
• Criar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor agregado;
• Estabelecer, alinhar e divulgar o apetite de risco da companhia com as estratégias adotadas;
• Prover melhorias competitivas de alocação de capital.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

O sistema de controles internos é baseado na metodologia e princípios do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados, constituem uma base integrada de riscos ERM - *Enterprise Risk Management*, visando dar suporte à companhia para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuária e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, elas trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

Essa estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos operacionais sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e mitigados de maneira unificada.

**b. Gestão do risco operacional**

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a singularidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno, o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos e de tratamento de ocorrências operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:

• Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
• Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
• Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
• Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
• Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
• Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os *managers* além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

• Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
• Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
• Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos;
• Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico, com formação nas áreas de finanças, controladoria, auditoria, controles internos, tecnologia, jurídica, gestão de riscos e contabilidade.

A Diretoria Executiva define políticas que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:41:33 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

## 5. Ativos financeiros

### 5.1. Resumo da classificação

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Sem Vencimento** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos** | **Acima de 05 anos** |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | | | |
| Fundos de investimento | 248.381 | 248.381 | 268.815 | 268.815 | 248.381 | – | – | – |
| Letras financeiras do tesouro | 29.782 | 29.770 | 8.000 | 7.972 | – | – | 14.481 | 15.301 |
| Notas do tesouro nacional | – | – | 330 | 331 | – | – | – | – |
| Operações compromissadas (*i*) | 50.081 | 50.081 | 21.201 | 21.201 | – | 50.081 | – | – |
| Outros valores | 679 | 679 | (801) | (802) | 679 | – | – | – |
| **Total** | **328.923** | **328.911** | **297.545** | **297.517** | **249.060** | **50.081** | **14.481** | **15.301** |

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Sem Vencimento** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos** | **Acima de 05 anos** |
| **Disponível para venda** | | | | | | | | |
| Letras do tesouro nacional | – | – | 155.085 | 144.195 | – | – | – | – |
| Notas do tesouro nacional | – | – | 111.751 | 104.620 | – | – | – | – |
| **Total Global** | **–** | **–** | **266.836** | **248.815** | **–** | **–** | **–** | **–** |

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Sem Vencimento** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos** | **Acima de 05 anos** |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | | | |
| Ações | 55.135 | 54.758 | 92.149 | 78.733 | 55.134 | 1 | – | – |
| Fundos de investimento | 701.110 | 701.110 | 1.490.624 | 1.490.624 | 701.110 | – | – | – |
| Letras financeiras do tesouro | 333.902 | 334.186 | 110.852 | 111.860 | – | 1.123 | 230.861 | 101.918 |
| Letras do tesouro nacional | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Notas do tesouro nacional | 9.465 | 10.351 | 3.179 | 3.182 | – | – | 4.667 | 4.798 |
| Operações compromissadas (*i*) | 994.478 | 994.478 | 353.450 | 353.450 | – | 994.478 | – | – |
| **Total** | **2.094.090** | **2.094.883** | **2.050.254** | **2.037.849** | **756.244** | **995.602** | **235.528** | **106.716** |

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Sem Vencimento** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos** | **Acima de 05 anos** |
| **Disponível para venda** | | | | | | | | |
| Letras financeiras do tesouro | – | – | 29.048 | 29.052 | – | – | – | – |
| Letras do tesouro nacional | 3.278.191 | 3.460.701 | 4.316.923 | 4.098.670 | – | 509.045 | 2.769.146 | – |
| Notas do tesouro nacional | 2.860.860 | 3.045.845 | 3.561.077 | 3.413.417 | – | – | 2.860.100 | 760 |
| Letras financeiras | – | – | 131.660 | 132.441 | – | – | – | – |
| Outros investimentos | – | – | 2.194 | 2.194 | – | – | – | – |
| **Total** | **6.139.051** | **6.506.546** | **8.040.902** | **7.675.774** | **–** | **509.045** | **5.629.246** | **760** |

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Sem Vencimento** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos** | **Acima de 05 anos** |
| **Mantidos até o vencimento** | | | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional | – | – | 136.333 | 136.278 | – | – | – | – |
| **Total** | **–** | **–** | **136.333** | **136.278** | **–** | **–** | **–** | **–** |

*(i)* Operações compromissadas tem rendimento atrelado diretamente ao CDI, em média rendendo 98% deste, e tem liquidez D+.

Os empréstimos e recebíveis, compostos de prêmios a receber e títulos e créditos a receber, estão descritos na Nota 6.

### 5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

| | **Controladora** | **Consolidado** |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2021** |
| **Saldo inicial** | **564.381** | **10.227.434** |
| Aplicações | 594.313 | 6.926.517 |
| Resgates | (837.994) | (8.823.462) |
| Rendimentos | 26.243 | 635.276 |
| Ajustes TVM | (18.020) | (732.624) |
| **Saldo final** | **328.923** | **8.233.141** |

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

### 5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

**a. Abertura por hierarquia**

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

| | | | | | | **Controladora** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor justo por meio do resultado** | | | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 |
| **Descrição** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** |
| Fundos de investimento | 248.381 | – | 248.381 | 268.815 | – | 268.815 |
| Letras financeiras do tesouro | 29.782 | – | 29.782 | 8.000 | – | 8.000 |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 330 | – | 330 |
| Operações compromissadas | – | 50.081 | 50.081 | – | 21.201 | 21.201 |
| Outros valores | 679 | – | 679 | (801) | – | (801) |
| **Total** | **278.842** | **50.081** | **328.923** | **276.344** | **21.201** | **297.545** |
| **Disponível para venda** | | | | | | |
| **Descrição** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** |
| Letras do tesouro nacional | – | – | – | 155.085 | – | 155.085 |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 111.751 | – | 111.751 |
| **Total** | **–** | **–** | **–** | **266.836** | **–** | **266.836** |

| | | | | | | | **Consolidado** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor justo por meio do resultado** | | | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 |
| **Descrição** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** | **Total** |
| Ações | 55.135 | – | 55.135 | 92.149 | – | – | 92.149 |
| Fundos de investimento | 701.110 | – | 701.110 | 1.490.624 | – | – | 1.490.624 |
| Letras financeiras do tesouro | 333.902 | – | 333.902 | 110.852 | – | – | 110.852 |
| Notas do tesouro nacional | 9.465 | – | 9.465 | 3.179 | – | – | 3.179 |
| Operações compromissadas | – | 994.478 | 994.478 | – | 353.450 | – | 353.450 |
| **Total** | **1.099.612** | **994.478** | **2.094.090** | **1.696.804** | **353.450** | **–** | **2.050.254** |
| **Disponível para venda** | | | | | | | |
| **Descrição** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** | **Total** |
| Letras financeiras do tesouro | – | – | – | 29.048 | – | – | 29.048 |
| Letras do tesouro nacional | 3.278.191 | – | 3.278.191 | 4.316.923 | – | – | 4.316.923 |
| Notas do tesouro nacional | 2.860.860 | – | 2.860.860 | 3.561.077 | – | – | 3.561.077 |
| Letras financeiras | – | – | – | – | 131.660 | – | 131.660 |
| Outros investimentos | – | – | – | – | – | 2.194 | 2.194 |
| **Total** | **6.139.051** | **–** | **6.139.051** | **7.907.048** | **131.660** | **2.194** | **8.040.902** |
| **Mantidos até o vencimento** | | | | | | | |
| **Descrição** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** | **Total** |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 136.333 | – | – | 136.333 |
| **Total** | **–** | **–** | **–** | **136.333** | **–** | **–** | **136.333** |

### 5.4. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos derivativos ocorre na gestão dos fundos de investimentos, de acordo com o regulamento do fundo, com foco em proteção de carteira.

As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros. A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme quadros abaixo:

| | | | | | **Vencimento** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos** | **Acima de 05 anos** |
| DI - Compromissos/Venda | | | | | |
| Valor de referência | – | 95 | – | – | – |
| Valor justo | – | 95 | – | – | – |
| Resultado acumulado | – | 58 | – | – | – |

| | | | | | **Vencimento** |
|---|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos** | **Acima de 05 anos** |
| **DI - Compromissos/Compra** | | | | | |
| Valor de referência | – | 20.985.628 | – | – | – |
| Valor justo | – | 20.985.628 | – | – | – |
| Resultado acumulado | – | (526.454) | – | – | – |
| **DI - Compromissos/Venda** | | | | | |
| Valor de referência | – | 783 | – | – | – |
| Valor justo | – | 783 | – | – | – |
| Resultado acumulado | (20) | 155 | (33) | 50 | (37) |

### 5.5. Análise de sensibilidade

**a. Carteira de ativos**

A carteira de investimentos do Grupo possui ativos classificados como: títulos Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, disponível para venda e mantidos até o vencimento.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos do Grupo é o de *Stress Test*, o qual é feito para essa classificação disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras utilizando-se o choque de 1 ponto-base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

| | **Consolidado** | |
|---|---|---|
| **Fatores de Risco** | **Value-at-Risk** | **DV-1** |
| Moeda | 1 | – |
| Ações | 79 | – |
| Fundos | 307 | – |
| Juros Pré | 20.791 | (74.044) |
| LFT | – | (109) |
| NTNB | 164 | (11.578) |
| **Total** | **21.341** | **(85.731)** |

**b. Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada**

O Grupo contabiliza parte de sua carteira de ativos com taxa de juros pré e pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, mas não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório impactará o resultado do Grupo.

| **Consolidado** | **Resultado do Exercício** | | **Patrimônio líquido, líquido de impostos** | |
|---|---|---|---|---|
| | **100pb aumento** | **100pb diminuição** | **100pb aumento** | **100pb diminuição** |
| **31 de dezembro de 2021** | | | | |
| Instrumentos com taxa de juros pós-fixada | – | – | (227.876) | 240.459 |
| **31 de dezembro de 2020** | | | | |
| Instrumentos com taxa de juros pós-fixada | – | – | (271.045) | 282.685 |

**c. Carteira de derivativos**

A carteira de derivativos do Grupo possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma queda na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

A exposição em derivativos do Grupo e nas subsidiárias consecutivamente está concentrada na modalidade DI- Compromisso - Compra, o risco assumido é de alta de juros e os valores em cada cenário estão assim distribuídos:

| **Controladora** | | | | **31/12/2020** |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição/Tipo** | **Risco** | **Cenário Provável** | **Cenário Possível** | **Cenário Remoto** |
| DI - Compromissos/Compra | Alta de Juros | 21.870 | 22.893 | 23.319 |
| **Total** | | **21.870** | **22.893** | **23.319** |

| **Consolidado** | | | | **31/12/2020** |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição/Tipo** | **Risco** | **Cenário Provável** | **Cenário Possível** | **Cenário Remoto** |
| DI - Compromissos/Compra | Alta de Juros | (21.717) | (21.900) | (22.302) |
| **Total** | | **(21.717)** | **(21.900)** | **(22.302)** |

A Companhia não possuía operações com derivativos em 31.12.2021.

Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.

Ressaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

## 6. Créditos das operações de seguros

### 6.1. Prêmios a receber de segurados

**a. Prêmios a receber e provisão para redução ao valor recuperável por ramo**

| **Consolidado** | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ramo** | **Prêmios a receber de segurados** | **Provisão para risco de crédito** | **Prêmios a receber líquido** | **Prêmios a receber de segurados** | **Provisão para risco de crédito** | **Prêmios a receber líquido** |
| Habitacional | 386.015 | (880) | 385.135 | 390.261 | (669) | 389.592 |
| Vida em grupo | 10.719 | (972) | 9.747 | 5.701 | (518) | 5.183 |
| Prestamista | 2.546 | (87) | 2.459 | 10.862 | (61) | 10.801 |
| Riscos de engenharia | 107 | – | 107 | 1.085 | – | 1.085 |
| Acidentes pessoais | 18.129 | (1.635) | 16.494 | 7.375 | (642) | 6.733 |
| Automóvel | 315.887 | (2.402) | 313.485 | 262.264 | (811) | 261.453 |
| Responsabilidade civil - veículos | 73.149 | (525) | 72.624 | 58.127 | (155) | 57.972 |
| Outras coberturas - veículos | 936 | (18) | 918 | 12.560 | (17) | 12.543 |
| Compreensivo residencial | 84.508 | (8.472) | 76.036 | 170.121 | (8.929) | 161.192 |
| Compreensivo empresarial | 90.798 | (1.288) | 89.510 | 19.497 | (1.405) | 18.092 |
| Demais ramos | 24.387 | (3.306) | 21.081 | 30.309 | (15.075) | 15.234 |
| **Total** | **1.007.181** | **(19.585)** | **987.596** | **968.162** | **(28.282)** | **939.880** |

O Grupo opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2021 era de 08 meses (31 de dezembro de 2020 - 08 meses).

**b. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável**

| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **939.880** | **1.065.326** |
| Prêmios emitidos | 4.399.003 | 10.341.310 |
| IOF | 2.280 | 3.293 |
| Adicional de fracionamento | 54 | 214 |
| Prêmios cancelados | (594.950) | (569.561) |
| Recebimentos | (3.773.541) | (9.635.524) |
| Constituição/(reversão) de provisão para perda | – | (6.782) |
| Prêmios de RVNE | 6.823 | 8.447 |
| Outras constituições e reversões | (650) | 293 |
| Baixa de cisão parcial*(i)* | – | (251.900) |
| **Saldo final** | **978.899** | **955.116** |
| **Constituição/(reversão) de provisão para perda** | 8.697 | (15.236) |
| **Saldo total** | **987.596** | **939.880** |

*(i)* refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

### 6.2. Títulos e créditos a receber

| | **Controladora** | | **Consolidado** | |
|---|---|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| FESA (i) | – | – | 1.214.275 | 1.168.956 |
| Ressarcimentos - crédito interno | – | – | 71.358 | 49.283 |
| Adiantamentos para funcionários | 22 | – | 3.824 | 3.009 |
| Disponibilidades com bloqueio judicial | 169 | 169 | 66.229 | 70.900 |
| Outros títulos e créditos a receber | 3.483 | 1.274 | 176.900 | 105.044 |
| **Total** | **3.674** | **1.443** | **1.532.586** | **1.397.192** |

**6.2.1 Créditos decorrentes do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH**

| | **Consolidado** | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Créditos a receber do FESA *(i)* | 1.346.094 | 1.289.354 |
| Valores recuperáveis *(ii)* | (131.819) | (120.398) |
| Outros créditos | – | 11 |
| **Total** | **1.214.276** | **1.168.967** |

*(i)* É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Cia. realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

*(ii)* Representa a provisão para risco de crédito dos valores a receber do FCVS. Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por diversos motivos, como por exemplo: (i) ausência de comprovação de vínculo; e (ii) ausência de documentos relacionados ao processo. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde à estimativa dos montantes que serão efetivamente glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

**6.2.2 Apresentamos a movimentação dos créditos a receber do FCVS:**

| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **1.168.957** | **1.068.834** |
| Adições - Pagamentos realizados | 88.645 | 149.014 |
| Baixas - Por recebimentos | (31.905) | (45.399) |
| Recuperação ao valor recuperável | (11.421) | (3.492) |
| **Saldo final** | **1.214.276** | **1.168.957** |

## 7. Depósitos judiciais e fiscais

| | **Consolidado** | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Natureza cível | 63.645 | 58.983 |
| Natureza trabalhista | 19.079 | 17.473 |
| Natureza fiscal - contingências | 2.754 | 1.898 |
| Natureza fiscal - obrigações legais | 1.663.792 | 1.602.937 |
| **Total** | **1.749.270** | **1.681.291** |

## 8. Ativos de resseguro

| | **Consolidado** | |
|---|---|---|
| | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Sinistros a recuperar pendentes de pagamento | 51.491 | 66.628 |
| Sinistros pagos a recuperar | 553 | 809 |
| Prêmios de resseguro | 16.321 | 18.723 |
| IBNR | 1.809 | 796 |
| Outros | 1.941 | 3.527 |
| **Total** | **72.115** | **90.483** |

## 9. Ativo fiscal corrente e diferido

### 9.1. Créditos tributários e previdenciários

A composição dos créditos tributários e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

**a. Composição dos créditos tributários e previdenciários**

| | | | | | | | **31/12/2021** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | **Contribuição Social** | | **Imposto de Renda** | | **Outros Tributos** | **Outros Tributos** | |
| | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Total** |
| Antecipações | 430 | – | 1.188 | – | – | – | 1.618 |
| A compensar | – | 817 | 10.199 | 57.807 | 470 | – | 69.293 |
| Adições temporárias | – | 5.311 | – | 14.753 | – | – | 20.064 |
| Base negativa/Prejuízo fiscal | – | 7.594 | – | 21.048 | – | – | 28.642 |
| **Total** | **430** | **13.722** | **11.387** | **93.608** | **470** | **–** | **119.617** |

| | | | | | | | **31/12/2020** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Controladora** | **Contribuição Social** | | **Imposto de Renda** | | **Outros Tributos** | **Outros Tributos** | |
| | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Total** |
| A compensar | 1.900 | – | 106.411 | – | 470 | – | 108.781 |
| Adições temporárias | – | 4.422 | – | 12.284 | – | – | 16.706 |
| Base negativa/Prejuízo fiscal | 3.348 | – | 9.299 | – | – | – | 12.647 |
| **Total** | **5.248** | **4.422** | **115.710** | **12.284** | **470** | **–** | **138.134** |

| | | | | | | | **31/12/2021** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | **Contribuição Social** | | **Imposto de Renda** | | **Outros Tributos** | **Outros Tributos** | |
| | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Total** |
| Antecipações | 508 | – | 1.298 | – | – | – | 1.806 |
| A compensar | 6.722 | 5.939 | 27.866 | 122.467 | 6.285 | 9.141 | 178.420 |
| Adições temporárias | – | 354.384 | – | 597.098 | – | – | 951.482 |
| Tributos diferidos - TVM | (1.283) | 54.328 | – | 91.451 | – | – | 144.496 |
| Base Negativa/Prejuízo fiscal | – | 13.401 | – | 30.728 | – | – | 44.129 |
| Outros créditos | – | 388 | – | 647 | – | – | 1.035 |
| **Total** | **5.947** | **428.440** | **29.164** | **842.391** | **6.285** | **9.141** | **1.321.368** |

| | | | | | | | **31/12/2020** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | **Contribuição Social** | | **Imposto de Renda** | | **Outros Tributos** | **Outros Tributos** | |
| | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** | **Total** |
| Antecipações | 1.669 | – | 2.737 | – | – | – | 4.406 |
| A compensar | 11.828 | – | 194.140 | 190 | 16.058 | 585 | 222.801 |
| Adições temporárias | – | 342.236 | – | 580.492 | – | – | 922.728 |
| Tributos diferidos - TVM | – | (22.770) | (87) | (40.825) | – | – | (63.682) |
| Base Negativa/Prejuízo fiscal | 3.348 | – | 9.299 | – | – | – | 12.647 |
| Outros créditos | – | 1.553 | – | 2.589 | – | – | 4.142 |
| **Total** | **16.845** | **321.019** | **206.089** | **542.446** | **16.058** | **585** | **1.103.042** |

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:42:45 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

**b. Expectativa de efetiva realização**

| | Controladora | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Diferenças Temporárias | | Base negativa/Prejuízo fiscal | | Total | |
| Ano de Realização | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| 2022 | 8.043 | 40% | 28.642 | 100% | 36.685 | 75% |
| 2023 | 7.893 | 39% | – | 0% | 7.893 | 16% |
| 2024 | 1.546 | 8% | – | 0% | 1.546 | 3% |
| 2025 | 1.546 | 8% | – | 0% | 1.546 | 3% |
| 2026 | 1 | 0% | – | 0% | 1 | 0% |
| A partir 2027 | 1.035 | 5% | – | 0% | 1.035 | 2% |
| Total | 20.064 | 100% | 28.642 | 100% | 48.706 | 100% |

| | Consolidado | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Diferenças Temporárias | | Ajustes TVM | | Base negativa/Prejuízo fiscal | | Outros | | Total | |
| Ano de Realização | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| 2022 | 63.930 | 7% | 3.288 | 2% | 28.641 | 65% | 1.035 | 100% | 96.894 | 8% |
| 2023 | 496.049 | 52% | 33.298 | 23% | 2.352 | 5% | – | 0% | 531.699 | 47% |
| 2024 | 49.972 | 5% | 47.259 | 33% | 4.794 | 11% | – | 0% | 102.025 | 9% |
| 2025 | 42.566 | 4% | 58.588 | 41% | 6.740 | 15% | – | 0% | 107.894 | 9% |
| 2026 | 27.537 | 3% | 1.997 | 1% | 1.602 | 4% | – | 0% | 31.136 | 3% |
| A partir 2027 | 271.428 | 29% | 66 | 0% | – | 0% | – | 0% | 271.494 | 24% |
| Total | 951.482 | 100% | 144.496 | 100% | 44.129 | 100% | 1.035 | 100% | 1.141.142 | 100% |

**c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | 31/12/2021 | |
| | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda |
| **Saldo inicial de Créditos/Débitos Tributários** | **7.770** | **21.583** | **313.994** | **534.553** |
| **Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias** | | | | |
| Contingências tributárias | – | – | 3.263 | 5.439 |
| Contingências cíveis | – | – | (3.744) | (6.544) |
| Contingências trabalhistas | – | – | (66) | 6 |
| Provisão para risco de crédito | – | – | 5.631 | 8.300 |
| Provisão para participações nos lucros | – | – | (491) | (809) |
| Operações de arrendamento - CPC 06 | 2 | 5 | 612 | 1.021 |
| Outras provisões | 887 | 2.464 | (7.708) | (12.639) |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 4.246 | 11.749 | 10.054 | 21.428 |
| Ágio incorporação | – | – | (1.165) | (1.942) |
| Tributos diferidos - TVM | – | – | 100.840 | 171.110 |
| **Saldo Atual dos Créditos/Débitos Tributários** | **12.905** | **35.801** | **421.218** | **719.924** |
| Efeito no resultado das constituições e realizações | (5.135) | (14.218) | (7.545) | (16.498) |

**9.2. Créditos fiscais não reconhecidos**

Apresentamos a seguir os valores de créditos fiscais não reconhecidos no balanço patrimonial de controladas que não possuem expectativa de resultado futuro que absorva os referidos créditos:

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Odonto Empresas | Caixa Saúde | Total | Odonto Empresas | Caixa Saúde | Total |
| Adições temporárias | 22.312 | 57.986 | **80.298** | 22.610 | 57.188 | **79.798** |
| Prejuízo fiscal | 3.654 | 3.208 | **6.862** | 4.827 | 7.789 | **12.616** |
| **Total** | **25.966** | **61.194** | **87.160** | **27.437** | **64.977** | **92.414** |

## 10. Despesa de comercialização diferida (DCD)

**10.1. Abertura por ramo/operação**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ramos | Despesas de comercialização diferidas | Despesas de comercialização diferidas |
| Vida em grupo | 485 | 820 |
| Assistência de bens em geral | 1.141 | 1.980 |
| Responsabilidade civil de veiculos | 1.603 | 1.071 |
| Garantia segurada | 3.921 | 4.348 |
| Riscos de engenharia | 991 | 1.669 |
| Acidentes pessoais coletivos | 1.495 | 2.951 |
| Automóvel | 5.155 | 5.029 |
| Prestamista | 780 | 422 |
| Compreensivo residencial | 62.570 | 123.547 |
| Compreensivo empresarial | 12.976 | 10.893 |
| Consórcio | 241.482 | 250.717 |
| Demais ramos | 26.898 | 46.222 |
| **Total** | **359.497** | **449.669** |

O prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2021 era de 36 meses e 31 de dezembro de 2020 era de 49 meses.

## 11. Dividendos a receber

Os dividendos a receber registrados estão demonstrados a seguir:

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Caixa Seguros Participações Ltda. | 195.704 | 402.944 |
| Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios | 28.315 | 21.294 |
| **Total** | **224.019** | **424.238** |

## 12. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos são formados preponderantemente pelas participações societárias de controladas e coligadas, conforme a seguir:

**12.1. Participações societárias**

**a. Composição**

Demonstramos a seguir a composição das participações societárias da Controladora:

| | | | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | CNP Participações Securitárias Brasil | Youse Tecnologia e Assistência em Seguros | Caixa Consórcios | Caixa Seguros Saúde | Caixa Seguros Participações em Saúde | Total |
| Capital social integralizado | 1.265.000 | 15.600 | 105.000 | 192.000 | 146.750 | |
| **Patrimônio líquido societário individual** | **2.644.651** | **39.215** | **286.942** | **131.447** | **23.038** | |
| Ajuste para fins de consolidação | – | – | 159.378 | – | – | |
| **Patrimônio líquido individual do consolidado** | **2.644.651** | **39.215** | **446.319** | **131.447** | **23.038** | |
| Lucro líquido do período | 824.017 | 14.496 | 119.222 | 9.727 | 4.635 | |
| **Participação no capital social** | **100%** | **100%** | **100%** | **100%** | **100%** | |
| **Quantidade de ações** | **1.967.070.753** | **15.600.000** | **7.711.637** | **1.142.000.000** | **146.750.100** | |
| Equivalência patrimonial | 824.017 | 14.496 | 119.222 | 9.727 | 5.090 | 972.552 |
| Equivalência patrimonial - Ajuste de prática contábil | – | – | (6.095) | – | – | (6.095) |
| Equivalência patrimonial das Coligadas | – | – | – | – | – | 36.734 |
| **Total da equivalência patrimonial** | – | – | – | – | – | **1.003.191** |
| **Total das participações societárias** | **2.644.651** | **39.215** | **446.319** | **131.447** | **23.038** | **3.284.670** |
| Investimento em empresas não consolidadas | | | | | | 149.707 |
| Agio + Aj vl mercado - Incorporação PREVISUL | | | | | | (210) |
| **Total das participações societárias** | | | | | | **3.434.167** |

| | | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | CNP Participações Securitárias Brasil | Youse Tecnologia e Assistência em Seguros | Caixa Consórcios | Caixa Seguros Saúde | Caixa Seguros Participações em Saúde | Total |
| Capital social integralizado | 1.265.000 | 15.600 | 100.000 | 192.000 | 146.750 | |
| **Patrimônio líquido societário individual** | **2.979.114** | **32.532** | **267.964** | **128.252** | **18.403** | |
| Ajuste para fins de consolidação | – | – | 165.473 | – | – | |
| **Patrimônio líquido individual do consolidado** | **2.979.114** | **32.532** | **433.437** | **128.252** | **18.403** | |
| Lucro líquido do exercício | 1.696.608 | 8.225 | 89.658 | 53.930 | 3.589 | |
| **Participação no capital social** | **100%** | **100%** | **100%** | **100%** | **100%** | |
| **Quantidade de ações** | **1.743.070.753** | **15.600.000** | **7.711.637** | **1.142.000.000** | **146.750.100** | |
| Equivalência patrimonial societária individual | 1.696.608 | 8.225 | 89.658 | 53.930 | 3.134 | 1.851.555 |
| Equivalência patrimonial - Ajuste de prática contábil | – | – | 21.709 | (8.723) | – | 12.986 |
| Equivalência patrimonial das Coligadas | – | – | – | – | – | 620.976 |
| **Total da equivalência patrimonial** | – | – | – | – | – | **2.485.517** |
| **Investimento em controladas** | **2.979.114** | **32.532** | **433.437** | **128.252** | **18.403** | **3.591.738** |
| Investimento em empresas não consolidadas | | | | | | **148.855** |
| Agio + Aj vl mercado - Incorporação PREVISUL | | | | | | **(211)** |
| Redução ao valor recuperável - CNPX SAS | | | | | | **(455)** |
| **Total das participações societárias** | | | | | | **3.739.928** |

**b. Movimentação**

Demonstramos a seguir a movimentação ocorrida nas participações societárias da Controladora:

| | | | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | CNP Participações Securitárias Brasil | Youse Tecnologia e Assistência em Seguros | Caixa Consórcios | Caixa Seguros Saúde | Caixa Seguros Participações em Saúde | Total |
| **Saldo inicial dos investimentos** | **2.979.114** | **32.532** | **433.437** | **128.252** | **18.403** | **3.591.738** |
| Equivalência patrimonial | 824.017 | 14.497 | 119.222 | 9.727 | 4.635 | 972.098 |
| Dividendos destacados ou recebidos | (837.191) | (7.814) | (91.315) | – | – | (936.320) |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | (321.289) | – | (8.930) | (6.532) | – | (336.751) |
| Ajuste de consolidação desp comerc diferidas | – | – | (6.095) | – | – | (6.095) |
| **Saldo final dos investimentos** | **2.644.651** | **39.215** | **446.319** | **131.447** | **23.038** | **3.284.670** |
| Investimento em empresas não consolidadas | – | – | – | – | – | 149.497 |
| **Saldo total das participações acionárias** | **2.644.651** | **39.215** | **446.319** | **131.447** | **23.038** | **3.434.167** |

| | | | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CNP Participações Securitárias Brasil | Youse Tecnologia e Assistência em Seguros | Caixa Consórcios | Caixa Seguros Saúde | Caixa Seguros Participações em Saúde | CNPX SAS | Total |
| **Saldo inicial dos investimentos** | **5.891.382** | **24.307** | **356.942** | **1.116.750** | **14.814** | **86.905** | **7.491.100** |
| Aumento/(Redução) de capital | (2.190.609) | – | – | (950.000) | – | (86.905) | (3.227.514) |
| Equivalência patrimonial | 1.696.608 | 8.225 | 89.657 | 53.930 | 3.134 | – | 1.851.555 |
| Dividendos destacados ou recebidos | (2.312.577) | – | (34.098) | – | – | – | (2.346.675) |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | (105.690) | – | (773) | (21.255) | – | – | (127.718) |
| Ajuste de consolidação créd. tributário | – | – | – | (71.173) | – | – | (71.173) |
| Ajuste de consolidação desp. comerc. diferidas | – | – | 21.709 | – | – | – | 21.709 |
| **Saldo final dos investimentos** | **2.979.114** | **32.532** | **433.437** | **128.252** | **17.948** | **–** | **3.591.284** |
| Investimento em empresas não consolidadas | – | – | – | – | – | – | 148.644 |
| **Saldo total das participações acionárias** | **2.979.114** | **32.532** | **433.437** | **128.252** | **17.948** | **–** | **3.739.928** |

## 13. Imobilizado

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Controladora | Custo | Depreciação/ amortização acumulada | Total | Custo | Depreciação/ amortização acumulada | Total |
| Equipamentos | 247 | (247) | – | 247 | (247) | – |
| Veículos | 385 | (51) | 334 | – | – | – |
| Ativo de direito de uso | 1.187 | (260) | 927 | – | – | – |
| Outros | 3.822 | (1.892) | 1.930 | 3.829 | (1.350) | 2.479 |
| **Total** | **5.641** | **(2.450)** | **3.191** | **4.076** | **(1.597)** | **2.479** |

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Consolidado | Custo | Depreciação/ amortização acumulada | Total | Custo | Depreciação/ amortização acumulada | Total |
| Terrenos | 50.457 | – | 50.457 | 50.457 | – | 50.457 |
| Terrenos e edificações | 187.031 | (55.218) | 131.813 | 187.031 | (45.674) | 141.357 |
| Equipamentos | 18.311 | (14.835) | 3.476 | 17.892 | (13.061) | 4.831 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 27.517 | (17.604) | 9.913 | 28.375 | (15.653) | 12.722 |
| Veículos | 6.009 | (3.627) | 2.382 | 6.222 | (2.858) | 3.364 |
| Sistemas e aplicativos | 786 | (782) | 4 | 786 | (780) | 6 |
| Ativo de direito de uso | 25.214 | (8.305) | 16.909 | – | – | – |
| Outros | 13.795 | (4.912) | 8.883 | 12.684 | (3.279) | 9.405 |
| **Total** | **329.120** | **(105.283)** | **223.837** | **303.447** | **(81.305)** | **222.142** |

**a. Movimentação do imobilizado**

| Controladora | Saldo em 30/12/2020 | Aquisições | Amortização/ depreciação do período | Vendas | Baixas | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Veículos | – | 385 | (51) | – | – | 334 |
| Ativo de direito de uso | – | 1.187 | (260) | – | – | 927 |
| Outros | 2.479 | – | (546) | – | (3) | 1.930 |
| **Total** | **2.479** | **1.572** | **(857)** | **–** | **(3)** | **3.191** |

| Consolidado | Saldo em 30/12/2020 | Aquisições | Amortização/ depreciação do período | Vendas | Baixas | Saldo em 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos | 50.457 | – | – | – | – | 50.457 |
| Edificações | 141.357 | – | (9.544) | – | – | 131.813 |
| Equipamentos | 4.831 | 693 | (1.955) | – | (93) | 3.476 |
| Móveis, máquinas e utensílios | 12.722 | 22 | (2.551) | – | (280) | 9.913 |
| Veículos | 3.364 | 592 | (1.233) | (59) | (282) | 2.382 |
| Sistemas e aplicativos | 6 | – | (2) | – | – | 4 |
| Ativo de direito de uso | – | 25.294 | (8.305) | – | (80) | 16.909 |
| Outros | 9.405 | 1.124 | (1.637) | – | (9) | 8.883 |
| **Total** | **222.142** | **27.725** | **(25.227)** | **(59)** | **(744)** | **223.837** |

**b. Ativo de direito de uso**

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

| | | | | | Controladora | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Direito de uso | Saldo em 01/01/2021 | Novos contratos | Alterações/cancelamentos de contratos | Despesa de depreciação do período | Custo | Depreciação acumulada | Valor Líquido |
| Imóveis | **695** | 707 | (216) | (260) | 1.186 | (260) | **927** |
| **Total** | **695** | **707** | **(216)** | **(260)** | **1.186** | **(260)** | **927** |

| | | | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Direito de uso | Saldo em 01/01/2021 | Novos contratos | Alterações/cancelamentos de contratos | Despesa de depreciação do período | Custo | Depreciação acumulada | Valor Líquido |
| Imóveis | **8.523** | 9.233 | (3.584) | (3.343) | 14.172 | (3.343) | **10.830** |
| Máquinas e Equipamentos | **10.037** | 1.005 | – | (4.963) | 11.041 | (4.963) | **6.079** |
| **Total** | **18.560** | **10.238** | **(3.584)** | **(8.305)** | **25.214** | **(8.305)** | **16.909** |

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja vista que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/CPC 06 (R2).

Controladora: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 31,49% a.a. em 31 de dezembro de 2021;

Consolidado: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 17,08% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

## 14. Passivos financeiros e de seguros

**14.1. Composição**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Provisão para resgates | 2.978.115 | 3.093.572 |
| Provisão para sorteio | 37.481 | 38.849 |
| Outras provisões | 16.142 | 13.323 |
| **Passivos financeiros** | **3.031.738** | **3.145.744** |
| Provisão de prêmios não ganhos | 781.554 | 901.542 |
| Provisão de sinistros a liquidar administrativo | 283.656 | 934.879 |
| Provisão de sinistros a liquidar judicial | 848.440 | 774.050 |
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados | 441.412 | 509.390 |
| Provisão de despesas relacionadas | 2.459 | 16.883 |
| Outras provisões | 93.094 | 118.247 |
| **Passivos de seguros** | **2.450.615** | **3.254.991** |
| **Total dos passivos financeiros e de seguros** | **5.482.353** | **6.400.735** |

**14.2. Garantia das provisões técnicas**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Passivos financeiros | 3.031.738 | 3.145.744 |
| Passivos de seguros | 2.450.615 | 3.254.991 |
| **Total dos passivos financeiros e de seguros** | **5.482.353** | **6.400.735** |
| **Ajuste do TAP** | **131.151** | **87.487** |
| **Total das exclusões** | **592.608** | **1.376.657** |
| Provisões técnicas - Resseguro | 60.484 | 78.008 |
| Direito creditórios | 465.424 | 398.496 |
| Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG | 47.052 | 79.869 |
| Depósitos Judiciais | 19.648 | 15.039 |
| Provisões do Consórcio DPVAT | – | 805.245 |
| **Total a ser coberto** | **4.889.745** | **5.024.078** |
| **Total dos ativos garantidores:** | **7.398.536** | **8.417.473** |
| Títulos da dívida pública | 5.888.026 | 7.467.955 |
| Letra Financeira | – | 131.660 |
| Quotas de outros fundos financeiros | 1.510.510 | 817.858 |
| **Suficiência/(insuficiência) de cobertura** | **2.508.791** | **3.393.395** |

## 15. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

**15.1. Sinistros brutos de resseguro *(i)***

| **Conciliação** | **31/12/2021** |
|---|---|
| Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros | 1.124.639 |
| PSL Retrocessão | 167 |
| Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL | (3.070) |
| **Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** | **1.121.736** |

| Data de Aviso | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| No ano do aviso | 44.424 | 51.333 | 450.457 | 541.548 | 628.541 | 695.915 | 803.397 | 883.287 | 836.830 | 1.612.243 | |
| 1 ano depois | 45.512 | 120.232 | 533.092 | 638.253 | 757.109 | 795.546 | 914.195 | 1.067.764 | 1.073.936 | – | |
| 2 anos depois | 53.265 | 135.032 | 544.008 | 650.035 | 777.684 | 819.890 | 939.765 | 1.182.583 | – | – | |
| 3 anos depois | 60.578 | 143.357 | 550.960 | 657.540 | 792.674 | 833.878 | 1.029.649 | – | – | – | |
| 4 anos depois | 65.826 | 146.276 | 553.975 | 663.542 | 799.904 | 930.100 | – | – | – | – | |
| 5 anos depois | 67.946 | 148.838 | 555.655 | 667.397 | 904.640 | – | – | – | – | – | |
| 6 anos depois | 69.493 | 149.871 | 558.582 | 724.852 | – | – | – | – | – | – | |
| 7 anos depois | 70.391 | 151.747 | 602.995 | – | – | – | – | – | – | – | |
| 8 anos depois | 72.954 | 191.925 | – | – | – | – | – | – | – | – | |
| 9 anos depois | 119.781 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | |
| Estimativa corrente | 119.781 | 191.925 | 602.995 | 724.852 | 904.640 | 930.100 | 1.029.649 | 1.182.583 | 1.073.936 | 1.612.243 | 8.372.704 |
| Pagamentos acumulados até a data-base | 73.730 | 152.896 | 560.476 | 670.717 | 806.642 | 836.773 | 947.512 | 1.081.978 | 971.988 | 1.346.416 | 7.449.128 |
| Passivo reconhecido no balanço | 46.051 | 39.029 | 42.519 | 54.135 | 97.999 | 93.326 | 82.137 | 100.605 | 101.947 | 265.827 | 923.575 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2012 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 168.967 |
| PSL de Retrocessão | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 39.338 |
| Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 73.186 |
| **Total do passivo incluso no balanço** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **1.124.639** |

**15.2. Sinistros líquidos de resseguro *(i)***

| **Conciliação** | **31/12/2021** |
|---|---|
| Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros | 1.075.439 |
| PSL de resseguro referente a contratos na modalidade não-proporcional | 1.524 |
| PSL Retrocessão | 167 |
| Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL | (3.070) |
| **Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** | **1.074.060** |

| Data de Aviso | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| No ano do aviso | 40.760 | 48.295 | 449.711 | 540.443 | 627.774 | 694.903 | 800.356 | 878.657 | 827.317 | 1.602.822 | |
| 1 ano depois | 42.192 | 117.163 | 532.347 | 637.211 | 755.404 | 792.664 | 901.474 | 997.242 | 1.050.205 | – | |
| 2 anos depois | 49.798 | 131.875 | 543.255 | 648.923 | 775.559 | 816.164 | 924.685 | 1.083.488 | – | – | |
| 3 anos depois | 56.905 | 140.059 | 550.190 | 656.443 | 789.167 | 828.020 | 1.010.513 | – | – | – | |
| 4 anos depois | 62.242 | 142.909 | 552.217 | 661.306 | 796.030 | 911.460 | – | – | – | – | |
| 5 anos depois | 64.340 | 145.730 | 553.484 | 665.157 | 891.355 | – | – | – | – | – | |
| 6 anos depois | 66.061 | 146.694 | 556.411 | 720.429 | – | – | – | – | – | – | |
| 7 anos depois | 66.810 | 148.570 | 600.652 | – | – | – | – | – | – | – | |
| 8 anos depois | 69.373 | 187.837 | – | – | – | – | – | – | – | – | |
| 9 anos depois | 115.993 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | |
| Estimativa corrente | 115.993 | 187.837 | 600.652 | 720.429 | 891.355 | 911.460 | 1.010.513 | 1.083.488 | 1.050.205 | 1.602.822 | 8.174.754 |
| Pagamentos acumulados até a data-base | 70.150 | 149.719 | 558.304 | 668.477 | 802.633 | 828.010 | 930.728 | 986.654 | 954.577 | 1.339.428 | 7.288.680 |
| Passivo reconhecido no balanço | 45.843 | 38.117 | 42.348 | 51.952 | 88.723 | 83.450 | 79.785 | 96.834 | 95.628 | 263.394 | 886.074 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2012 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 157.266 |
| PSL de Retrocessão | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 7.037 |
| Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | (7.239) |
| Ajuste Atuarial de PSL (IBNER) | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 32.301 |
| **Total do passivo incluso no balanço** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | 1.075.439 |

***Notas:***

*(i) Os valores informados nos itens (15.1) e (15.2) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência;*

*(ii) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistro os montantes relativos à Provisão de sinistro a liquidar das controladas Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. e Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.*

## 16. Débitos de operações de seguro e resseguro

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| Consolidado | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Prêmios a restituir | 412.378 | 408.954 |
| Operações com seguradoras | 12.098 | 39.079 |
| Operações com resseguradoras | 104.648 | 57.109 |
| Corretores de seguros e resseguros | (8.581) | 6.444 |
| Contas a pagar - DPVAT | – | 14.435 |
| Custos de comercialização a pagar | 49.642 | 75.741 |
| Comissão e juros sobre prêmios | (1.060) | (386) |
| Outros débitos | 913 | 1.189 |
| **Total** | **570.038** | **602.565** |

## 17. Débitos de operações de capitalização

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| Consolidado | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Comissões de corretagem a pagar | 9.523 | 9.523 |
| Custos de comercialização a pagar | 114 | 1.027 |
| Mensalidades a devolver | 1.199 | 1.102 |
| **Total** | **10.836** | **11.652** |

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:43:42 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

### 18. Débitos de outras operações

| Consolidado | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Comissões de corretagem a pagar | 26.874 | 30.080 |
| Custos de comercialização a pagar | 2.488 | 3.838 |
| Outros débitos | 6.468 | 7.047 |
| **Total** | **35.830** | **40.965** |

### 19. Dividendos a pagar

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| CNP Assurances | 116.160 | 21.935 | 116.160 | 21.935 |
| Caixa Seguridade Participações S.A. | 110.438 | 20.836 | 110.438 | 20.836 |
| CNP Assurances Brasil Holding Ltda. | 2.289 | 432 | 2.289 | 432 |
| INSS - Instituto Nacional do Seguro Social | – | 17 | – | 17 |
| Icatu Capitalização S.A. | – | – | 12.511 | 13.046 |
| **Total** | **228.887** | **43.220** | **241.398** | **56.266** |

### 20. Passivo fiscal corrente e diferido

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| IRRF | 229 | 533 | 20.184 | 6.584 |
| ISS | 7 | – | 1.687 | 1.914 |
| IOF | – | – | 43.008 | 40.841 |
| INSS e FGTS | (56) | 142 | 9.093 | 9.740 |
| PIS, COFINS e CSLL retidos | 510 | 17 | 1.891 | 2.085 |
| IRPJ e CSLL | – | 519 | 385.088 | 214.762 |
| PIS e COFINS | 370 | 365 | 24.300 | 18.111 |
| Tributos sobre ajustes TVM | – | 6.680 | 4 | 54.245 |
| IRPJ e CSLL - PPA | – | – | 1.322 | 1.722 |
| Outros impostos e contribuições | 10.308 | 8.450 | 75.527 | 83.453 |
| **Total** | **11.368** | **16.706** | **562.104** | **433.457** |

### 21. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

| | | | Controladora |
|---|---|---|---|
| | Passivo de arrendamento | Juros a transcorrer de contratos de arrendamento | Passivo de arrendamento líquido |
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | **794** | **(98)** | **695** |
| Apropriação de juros transcorridos | – | 59 | 59 |
| Constituições/reavaliações de contratos | 768 | (60) | 708 |
| Pagamentos | (289) | – | (289) |
| Outras/Baixas | (244) | 20 | (224) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **1.029** | **(80)** | **949** |
| **Circulante** | **412** | **(48)** | **365** |
| **Não circulante** | **616** | **(32)** | **584** |

| | | | Consolidado |
|---|---|---|---|
| | Passivo de arrendamento | Juros a transcorrer de contratos de arrendamento | Passivo de arrendamento líquido |
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | **20.108** | **(1.549)** | **18.560** |
| Apropriação de juros transcorridos | – | 1.284 | 1.284 |
| Constituições/reavaliações de contratos | 10.825 | (1.412) | 9.413 |
| Pagamentos | (8.974) | – | (8.974) |
| Outras/Baixas | (2.108) | 200 | (1.908) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **19.851** | **(1.477)** | **18.374** |
| **Circulante** | **8.336** | **(823)** | **7.512** |
| **Não circulante** | **11.516** | **(654)** | **10.862** |

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja vista que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/CPC 06 (R2).

Controladora: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,35% a.a. em 31 de dezembro de 2021;

Consolidada: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

### 22. Provisões para processos judiciais

**22.1. Composição**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ações judiciais cíveis | 641.118 | 627.060 |
| Ações judiciais trabalhistas | 24.184 | 24.160 |
| Ações judiciais fiscais | 1.392 | 2.075 |
| Obrigações legais - fiscal | 2.692.588 | 2.650.992 |
| Outras Obrigações | 2.453 | 3.761 |
| **Totais** | **3.361.735** | **3.308.048** |

***Cíveis***

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.370 (2020 - 7.525) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 422.534 (R$ 391.032 em 31 de dezembro de 2020).

***Trabalhistas***

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

***Fiscais***

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 12/2014. Valor total provisionado R$ 1.114.858 (R$ 1.093.310 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) Aumento da alíquota da CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. Período discutido a partir de 01/2009. A probabilidade de perda é provável. No entanto, temos uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Capitalização em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, com isso, não tendo mais como recorrer, optamos por desistir do processo. As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Valor total provisionado R$ 1.542.749 (R$ 1.522.701 em 31 de dezembro de 2020);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração da Caixa Capitalização. Período de 09/2015 a 12/2018 - Valor total provisionado R$ 34.812 (R$ 34.812 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos saldos acima, ainda temos discussões que foram integralmente provisionadas e recolhidas. Caso a decisão seja favorável, as Controladas obterão direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 07/2007. Valor discutido - R$ 234.429;

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso da Caixa Seguradora. Valor discutido - R$ 148.517;

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo da Caixa Seguradora. Período de 09/2015 a 12/2018. Valor discutido R$ 385.515;

(iv) Discussão COFINS da empresa PREVISUL que não se encontra provisionada pois além a probabilidade de perda ser remota temos uma decisão judicial favorável que reconhece a impossibilidade de revogação da isenção da COFINS prevista na Lei Complementar nº 70/91, art. 11, parágrafo único, pela Lei nº 9.718/98. Apesar da União ter apresentado agravo interno na Ação Rescisória, em 2021 foi publicado o acórdão que negou provimento ao agravo interno da União, confirmando a decisão monocrática da Relatora, que havia extinguido a Ação Rescisória nº 4596, com base na aplicação da Súmula nº 343 do STF. Os valores atualizados, incluindo multa e juros, relativos à isenção da COFINS, relativos ao período de maio de 1999 até 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 170.630. Parte substancial dos valores foram objeto de autos de infração por parte das autoridades fiscais;

(v) Mandado de Segurança -Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. “STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito.” O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF. Todas as empresas do grupo estão discutindo a causa. O valor total discutido é R$ 35.338.

**22.2. Segregação em função da probabilidade de perda**

Nos saldos demonstrados a seguir está incluído o valor de R$ 50.503 referente a ação de natureza fiscal com classificação de probabilidade de perda considerada possível, onde a Controladora é parte solidária:

| | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | **Remota** | **Possível** | **Provável** | **Total** |
| Ações judiciais cíveis | 202.749 | 117.883 | 641.118 | 961.750 |
| Ações judiciais trabalhistas | 1.258 | 30.829 | 24.184 | 56.271 |
| Ações judiciais fiscais | 249.331 | 100.742 | 1.392 | 351.465 |
| Obrigações legais - fiscal | – | 1.115.027 | 1.577.561 | 2.692.588 |
| Outras Obrigações | 2.958 | 387 | 2.453 | 5.798 |
| | **456.296** | **1.364.868** | **2.246.708** | **4.067.872** |

| | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Consolidado** | **Remota** | **Possível** | **Provável** | **Total** |
| Ações judiciais cíveis | 252.435 | 101.138 | 627.060 | 980.633 |
| Ações judiciais trabalhistas | 1.401 | 17.101 | 24.160 | 42.662 |
| Ações judiciais fiscais | 75.660 | 258.889 | 2.075 | 336.624 |
| Obrigações legais - fiscal | – | 1.128.282 | 1.522.710 | 2.650.992 |
| Outras Obrigações | 2.315 | 772 | 3.761 | 6.848 |
| | **331.811** | **1.506.182** | **2.179.766** | **4.017.759** |

**22.3. Movimentação das ações judiciais**

| | Saldo 31/12/2020 | Reversões | Baixas | Adições/atualizações monetárias | Saldo 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Natureza cível | **627.060** | (67.642) | (12.340) | 94.040 | **641.118** |
| Natureza trabalhista | **24.160** | (2.440) | (3.176) | 5.640 | **24.184** |
| Provisões judiciais fiscais | **2.075** | (51) | (383) | (249) | **1.392** |
| Obrigações legais - fiscais | **2.650.992** | (919) | – | 42.515 | **2.692.588** |
| Outras obrigações | **3.761** | (935) | (1.224) | 851 | **2.453** |
| **Totais** | **3.308.048** | **(71.987)** | **(17.123)** | **142.797** | **3.361.735** |

### 23. Outros passivos

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Fornecedores | 220 | 252 | 11.520 | 18.226 |
| Honorários e remunerações a Pagar | 298 | 1.640 | 58.363 | 65.434 |
| CNP Assurances | 27.322 | 21.439 | 27.322 | 21.439 |
| Depósitos de terceiros *(i)* | – | – | 193.337 | 165.116 |
| Provisão de férias e 13º a pagar | 1.014 | 858 | 20.356 | 17.901 |
| Recursos não procurados de grupos encerrados | – | – | 130.396 | 133.705 |
| Contas a pagar despesas operacionais | – | – | 30.548 | 70.382 |
| Contas a pagar despesas administrativas | 18.177 | 16.527 | 155.213 | 190.132 |
| Passivo de arrendamento | 949 | – | 18.374 | – |
| Outras obrigações a pagar | 221 | 254 | 21.304 | 33.651 |
| **Total** | **48.201** | **40.970** | **666.733** | **715.986** |

*(i) Valores ainda em fase de identificação e aceitação do risco*

### 24. Patrimônio líquido

**24.1. Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é representado por 4.726.868 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

**24.2. Gestão do capital**

A Gestão de capital é realizada de forma corporativa e busca assegurar que o Grupo mantenha uma sólida base de capital para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para isso, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas.

**24.3. Reservas de lucros**

**a. Reserva legal -** é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 173.427 (31 de dezembro de 2020 - R$ 125.240).

**b. Reserva de retenção de lucros** - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 1.176.490 (31 de dezembro de 2020 - R$ 1.811.617).

**c. Reserva de Capital -** é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e poderá ser utilizada conforme os fins previstos na referida lei. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era de R$ 16.210.

**24.4. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente. Os montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 963.735 | 2.504.807 |
| (–) Reserva Legal | (48.187) | (125.240) |
| **Base de cálculo de dividendos** | **915.548** | **2.379.567** |
| Dividendo mínimo - 25% | 228.887 | 594.892 |
| Juros sobre o capital próprio bruto | – | 50.844 |
| IR retido de juros sobre o capital próprio pagos | – | (7.623) |
| Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos | – | 43.220 |
| Dividendos propostos | 228.887 | – |
| **Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de IR** | **228.887** | **43.220** |

**24.5. Juros sobre o capital próprio**

A seguir apresentamos a demonstração de cálculo dos juros sobre o capital próprio:

| | 31/12/2020 |
|---|---|
| **Patrimônio líquido no início do ano** | **8.756.451** |
| Ajustes na distribuição de dividendos | (532.048) |
| Parcela não realizada de TVM | (302.100) |
| Ajuste positivo de exercício anterior | 17.974 |
| Reserva de ágio | (16.212) |
| Realização de reserva de reavaliação tributada | 1 |
| **Base de cálculo de JCP** | **7.924.066** |
| Taxa de juros de longo prazo do período (TJLP) | 4,84% |
| **Máximo de juros sobre o capital próprio a ser provisionado** | **383.525** |
| **Juros sobre o capital próprio proposto** | **50.843** |
| Imposto de renda retido na fonte | (7.623) |
| **Juros sobre o capital próprio a pagar** | **43.220** |

### 25. Resultado operacional segregado por operação

Demonstramos abaixo a abertura do resultado operacional do Grupo, segregado por tipo de operação:

| | | | | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Seguros | Capitalização | Consórcio | Saúde | Odonto | Outros | Total |
| Prêmios retidos | 3.288.466 | – | – | 885 | 60.551 | – | 3.349.902 |
| Variação das provisões técnicas | (1.503.014) | – | – | (7.837) | 388 | – | (1.510.463) |
| Resultado com títulos de capitalização | – | 145.726 | – | – | – | – | 145.726 |
| Despesas de comercialização | (208.650) | (26.984) | (213.825) | (24) | (11.643) | – | (461.126) |
| Receitas de contribuições e prêmios | 247.440 | – | – | – | – | – | 247.440 |
| Benefícios e sinistros | 136.547 | – | – | (5.624) | (21.023) | – | 109.900 |
| Receita liquida com título de capitalização | 544 | – | – | – | – | 7.016 | 7.560 |
| Despesa com títulos resgatados e sorteados | – | (39.699) | – | – | – | – | (39.699) |
| Receitas de outras operações | – | – | 500.842 | – | – | – | 500.842 |
| Operações de resseguros | (2.683) | – | – | – | – | – | (2.683) |
| Outras receitas e despesas operacionais | (312.271) | (5.127) | (5.581) | 15.370 | (1.343) | 23.120 | (285.832) |
| **Margem operacional** | **1.646.379** | **73.916** | **281.436** | **2.770** | **26.930** | **30.136** | **2.061.567** |
| Resultado administrativo | (403.629) | (52.042) | (131.095) | (4.420) | (22.009) | (143.773) | (756.968) |
| Resultado financeiro | 135.530 | 150.778 | 22.019 | 11.075 | 1.068 | 33.252 | 353.722 |
| Resultado patrimonial | (21.027) | (891) | (1.336) | – | – | 91.138 | 67.884 |
| **Resultado operacional** | **1.357.253** | **171.761** | **171.024** | **9.425** | **5.989** | **10.753** | **1.726.205** |

| | | | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Seguros | Capitalização | Consórcio | Saúde | Odonto | Outros | Total |
| Prêmios retidos | 4.471.841 | – | – | 1.430 | 66.991 | – | 4.540.262 |
| Variação das provisões técnicas | (1.699.403) | – | – | 7.682 | (263) | – | (1.691.984) |
| Resultado com títulos de capitalização | – | 228.332 | – | – | – | – | 228.332 |
| Despesas de comercialização | (223.706) | (45.271) | (180.957) | 4.799 | (13.846) | – | (458.981) |
| Receitas de contribuições e prêmios | 240.744 | – | – | – | – | – | 240.744 |
| Benefícios e sinistros | 597.916 | – | – | (7.595) | (20.384) | – | 569.937 |
| Receita liquida título de capitalização | 4.102 | – | – | – | – | 693 | 4.795 |
| Despesa títulos resgatados e sorteados | – | (58.252) | – | – | – | – | (58.252) |
| Receitas de outras operações | (938.462) | – | 514.693 | – | – | – | (423.769) |
| Outras receitas e despesas | (647.292) | (20.498) | (44.360) | (13.723) | (1.634) | 13.514 | (713.993) |
| **Margem operacional** | **1.805.740** | **104.311** | **289.376** | **(7.407)** | **30.864** | **14.207** | **2.237.091** |
| Resultado administrativo | (565.599) | (61.228) | (132.974) | (4.803) | (25.345) | (81.541) | (871.490) |
| Resultado financeiro | 262.450 | 139.404 | 13.989 | 92.067 | (630) | 71.844 | 579.124 |
| Resultado patrimonial | (21.024) | (891) | (1.336) | – | – | 41.536 | 18.285 |
| **Resultado operacional** | **1.481.567** | **181.596** | **169.055** | **79.857** | **4.889** | **46.046** | **1.963.010** |

### 26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

Demonstramos abaixo a abertura dos principais grupos de contas do resultado:

**26.1. Receitas da operação**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Operações de Seguros Pessoas e Danos | 3.572.970 | 3.782.395 |
| Operações de Capitalização | 145.726 | 228.332 |
| Operações de Consórcio | 595.535 | 600.921 |
| Operações de Saúde e Odonto | 60.597 | 68.552 |
| Outras operações | 23.886 | 14.026 |
| **Total** | **4.398.714** | **4.694.226** |

**26.2. Custos/Despesas da operação**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Operações de Seguros Pessoas e Danos | (1.927.135) | (1.984.978) |
| Operações de Capitalização | (63.340) | (115.005) |
| Operações de Consórcio | (314.099) | (311.545) |
| Operações de Saúde e Odonto | (31.806) | (45.095) |
| Outras operações | (767) | (512) |
| **Total** | **(2.337.147)** | **(2.457.135)** |

**26.3. Despesas administrativas**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Pessoal próprio | (2.159) | (6.116) | (218.430) | (234.262) |
| Serviços de terceiros | (77.553) | (11.769) | (151.090) | (219.106) |
| Localização | (2.238) | (1.812) | (84.869) | (126.625) |
| Publicidade e propaganda | (3) | (5) | (55.271) | (45.310) |
| Outras despesas administrativas | (566) | (244) | (36.951) | (19.801) |
| **Total** | **(82.519)** | **(19.946)** | **(546.611)** | **(645.104)** |

**26.4. Despesas com tributos**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| IPTU e ISS | (350) | (723) | (15.889) | (907) |
| PIS/COFINS | (2.822) | (6.019) | (184.770) | (225.052) |
| Outras despesas com tributos | (767) | (1.812) | (9.698) | (427) |
| **Total** | **(3.939)** | **(8.554)** | **(210.357)** | **(226.386)** |

**26.5. Resultado financeiro**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Receita com Título público de renda fixa | 11.086 | 32.820 | 530.461 | 859.137 |
| Despesa com Título público de renda fixa | – | – | 221 | (6.038) |
| Receita Título privado de renda fixa | – | – | 8.181 | 34.190 |
| Despesa Título privado de renda fixa | (2.342) | (6.265) | (2.337) | (18.947) |
| Receita com Fundos de investimento | 25.811 | 67.298 | 162.048 | 11.598.662 |
| Despesa Fundos de investimento | (8.312) | (27.854) | (83.555) | (11.385.484) |
| Encargos sobre impostos | – | – | (21.792) | (24.883) |
| Depósitos e fundos retidos | – | – | 165 | 215 |
| Receita das operações de seguros | – | – | 11 | (244.250) |
| Despesa das operações de seguros | – | – | (137.433) | (84.472) |
| Receita das operações de previdência | – | – | 296 | 1.686.570 |
| Despesa das operações de previdência | – | – | – | (1.686.418) |
| Despesa das operações de capitalização | – | – | (110.230) | (108.909) |
| Outras receitas financeiras | 6.171 | 8.942 | 22.148 | 24.348 |
| Outras despesas financeiras | (4.013) | (7.174) | (14.462) | (64.597) |
| **Total** | **28.401** | **67.767** | **353.722** | **579.124** |

**26.6. Resultado patrimonial**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 1.003.191 | 1.044.249 | 36.734 | 59.395 |
| Receita de aluguel com imóveis de renda | – | – | 33.278 | 32.469 |
| Perda com ativos não correntes | (103) | 7.914 | (103) | (70.661) |
| Outros resultados patrimoniais | (645) | (645) | (2.025) | (2.918) |
| **Total** | **1.002.443** | **1.051.518** | **67.884** | **18.285** |

**26.7. Ganhos ou perdas com ativos não correntes**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Redução ao valor recuperável *(i)* | – | (30.701) | (11.547) | (34.194) |
| Outras despesas não correntes *(ii)* | – | – | (31.502) | (66.535) |
| Outras despesas | (3) | – | (8.069) | (37.247) |
| **Total** | **(3)** | **(30.701)** | **(51.118)** | **(137.976)** |

*(i) Os valores de redução ao valor recuperável referem-se à reversão da provisão para perda de créditos a recuperar junto ao SH/SFH.*

*(ii) Substancialmente a constituição de provisão para riscos de demandas judiciais do SH/SFH, vide nota 22.1.*

### 27. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

| | | | | Controladora |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
| **Descrição** | **Contribuição Social** | **Imposto de Renda** | **Contribuição Social** | **Imposto de Renda** |
| Resultado antes dos tributos e após participações | 944.383 | 944.383 | 2.501.352 | 2.501.352 |
| (–) Juros sobre o capital próprio | – | – | (50.844) | (50.844) |
| (–) Resultado de equivalência patrimonial | (1.003.191) | (1.003.191) | (2.485.517) | (2.485.517) |
| (–) Outras variações | – | – | 23.432 | 23.432 |
| **Base de cálculo** | **(58.808)** | **(58.808)** | **(11.577)** | **(11.577)** |
| Taxa nominal do tributo | 9,00% | 25,00% | 9,00% | 25,00% |
| **Tributos calculados à taxa nominal** | **5.293** | **14.701** | **1.042** | **2.894** |
| Ajustes do lucro real | 11.631 | 11.813 | 14.771 | 14.771 |
| Ajustes temporários diferidos | (9.877) | (9.877) | (12.546) | (12.546) |
| Aproveitamento/Const. Prejuízo fiscal | – | – | (737) | (737) |
| **Total ajustes do lucro real** | **1.755** | **1.937** | **1.487** | **1.487** |
| **Tributos sobre os ajustes** | **(158)** | **(484)** | **(134)** | **(372)** |
| **Incentivos fiscais** | – | – | – | 25 |
| **Despesa contabilizada** | **5.135** | **14.217** | **908** | **2.547** |
| **Taxa efetiva** | **8,73%** | **24,18%** | **7,84%** | **22,00%** |

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:44:45 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021
## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
| **Descrição** | **Contribuição Social** | **Imposto de Renda** | **Contribuição Social** | **Imposto de Renda** |
| Resultado antes dos tributos e após participações | 1.675.087 | 1.675.087 | 1.825.034 | 1.825.034 |
| (–) Juros sobre o capital próprio | (96.000) | (96.000) | (50.844) | (50.844) |
| (–) Resultado de equivalência patrimonial | (1.774.968) | (1.774.968) | (4.185.859) | (4.185.859) |
| (–) Outras variações | (876) | (876) | (5.264) | (5.264) |
| **Base de cálculo** | **(196.757)** | **(196.757)** | **(2.416.933)** | **(2.416.933)** |
| Taxa nominal do tributo | 9,00% | 25,00% | 9,00% | 25,00% |
| **Tributos calculados à taxa nominal** | **(305.814)** | **(412.455)** | **(616.414)** | **(1.041.270)** |
| Ajustes do lucro real | (33.999) | (32.472) | 339.280 | 338.960 |
| Benefícios incentivados | (10.108) | (10.108) | 32.892 | 32.892 |
| Ajustes temporários diferidos | 13.848 | 20.539 | (308.302) | (308.302) |
| Prejuízo fiscal | – | – | (737) | (737) |
| Ajuste de exercício anterior | 16.516 | (8.825) | – | – |
| Efeito do diferencial de alíquota até jun/21 | (198.011) | – | – | – |
| **Total ajustes do lucro real** | **(211.756)** | **(30.867)** | **63.133** | **62.813** |
| **Tributos sobre os ajustes** | **42.498** | **15.328** | **353.943** | **587.586** |
| **Incentivos fiscais** | – | 2.948 | – | 5.978 |
| **Despesa contabilizada** | **(263.316)** | **(394.180)** | **(262.471)** | **(447.706)** |

### 28. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo: sua controladora CNP Assurances S.A., suas acionistas Caixa Seguridade Participações S.A., INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e CNP Assurances Brasil Holding Ltda., suas Controladas e Coligada, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

O Grupo atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

| | Controladora | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** |
| **Disponibilidades:** | | | | | | | | |
| Caixa Econômica Federal | 104 | – | – | – | 198 | – | – | – |
| **Dividendos** | | | | | | | | |
| Caixa Consórcios S.A. | 28.315 | – | – | – | 21.294 | – | – | – |
| CNP Assurances Latam Holding Ltda. | – | (2.289) | – | – | – | – | – | – |
| CNP Assurances | – | (116.160) | – | – | – | – | – | – |
| Caixa Seguridade Participações S.A. | – | (110.438) | – | – | – | – | – | – |
| CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. | 195.704 | – | – | – | 402.944 | – | – | – |
| **Juros sobre capital próprio** | | | | | | | | |
| CNP Assurances Latam Holding Ltda. | – | – | – | – | – | (432) | – | – |
| CNP Assurances | – | – | – | – | – | (21.935) | – | – |
| Caixa Seguridade Participações S.A. | – | – | – | – | – | (20.836) | – | – |
| INSS - Instituto Nacional do Seguro Social | – | – | – | – | – | (17) | – | – |
| **Contribuições para plano de previdência privada** | | | | | | | | |
| Caixa Vida e Previdência S.A. | – | – | – | (233) | – | – | – | (371) |
| **Prestação de serviços e reembolsos:** | | | | | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. | – | – | – | – | – | – | – | (32) |
| Caixa Consórcios S.A. | 83 | – | – | – | 545 | – | – | – |
| CNP Assurances | – | (27.322) | – | (6.114) | – | (21.439) | – | (6.403) |
| Caixa Seguros Saúde | – | – | – | – | 218 | – | – | – |
| **Operações de seguros** | | | | | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. | – | – | – | (1) | – | – | – | (1) |
| **Remuneração do pessoal** | | | | | | | | |
| Remuneração e benefícios de curto prazo | – | – | – | (1.959) | – | – | – | (2.391) |

| | Consolidado | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
| | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** |
| **Disponibilidades:** | | | | | | | | |
| Caixa Econômica Federal | 11.001 | – | – | – | 5.468 | – | – | – |
| **Dividendos** | | | | | | | | |
| CNP Assurances Latam Holding Ltda. | – | (2.289) | – | – | – | – | – | – |
| CNP Assurances | – | (116.160) | – | – | – | – | – | – |
| Caixa Seguridade Participações S.A. | – | (110.438) | – | – | – | – | – | – |
| Icatu Seguros S.A. | – | (12.511) | – | – | – | (13.046) | – | – |
| **Juros sobre capital próprio** | | | | | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. | 81.600 | – | – | – | – | – | – | – |
| CNP Assurances Latam Holding Ltda. | – | – | – | – | – | (432) | – | – |
| CNP Assurances | – | – | – | – | – | (21.935) | – | – |
| Caixa Seguridade Participações S.A. | – | – | – | – | – | (20.836) | – | – |
| INSS - Instituto Nacional do Seguro Social | – | – | – | – | – | (17) | – | – |
| CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. | – | (81.600) | – | – | – | – | – | – |
| **Contribuições para plano de previdência privada** | | | | | | | | |
| **Prestação de serviços e reembolsos:** *(i)* | | | | | | | | |
| CNP Holding do Brasil | 1.624 | – | – | – | 132 | – | – | – |
| CNP Assurances | – | (27.322) | – | (6.114) | – | (21.439) | – | (6.403) |
| Caixa Econômica Federal | – | (10.647) | – | (171.755) | – | (19.060) | – | (1.087.415) |
| Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(ii)* | – | (300) | – | (143.297) | – | (9.641) | – | (942.374) |
| **Operações de seguros** | | | | | | | | |
| Caixa Econômica Federal *(iii)* | 105 | (12.213) | 6.200 | (3.130) | 105 | (9.850) | 631 | (574) |
| Seguradora Líder - DPVAT | 954 | – | 1.203 | – | 1.861 | – | 410 | (1.279) |
| **Remuneração do pessoal** | | | | | | | | |
| Remuneração e benefícios de curto prazo | – | – | – | (15.190) | – | – | – | (12.608) |

*(i) Compreendem as receitas e despesas relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas, além da remuneração à Caixa Econômica Federal, decorrente do uso do balcão na comercialização dos produtos;*
*(ii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;*
*(iii) Refere-se a contratos ativos de seguros contratados, sendo os valores apresentado os prêmios e sinistros dessas apólices.*

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

### 29. Plano de previdência patrocinado

Suas controladas são co-patrocinadoras de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de previdência aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo de 2021, o Grupo efetuou contribuições no montante de R$ 17.206 (31 de dezembro de 2020 - R$ 19.608).

### 30. Impairment ativos não financeiros

**Baixa de crédito tributário**

Em junho de 2020, foi realizado a baixa da totalidade do crédito tributário da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., em função da revisão de expectativa de rentabilidade futura, que permitiria a sua compensação, no montante de R$ 62.450.

### 31. Operações descontinuadas

Conforme mencionado na nota 1.1, em 30 de dezembro de 2020 foi concluída a operação de restruturação societária o que resultou na cisão do investimento da Caixa Vida e Previdência para constituição do novo grupo societário (Holding XS1 S.A.), o valor do acervo líquido cindido foi de R$ 1.874.320, que representou a totalidade da participação societária na Caixa Vida e Previdência.

A seguir apresentamos o resultado das operações descontinuadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020:

| **Operações Descontinuadas** | **31/12/2020** |
|---|---|
| Receitas da operação | 30.742.582 |
| Custos/despesas da operação | (28.313.393) |
| **Margem operacional** | **2.429.189** |
| Despesas administrativas | (189.399) |
| Despesas com tributos | (220.516) |
| Resultado financeiro | 388.860 |
| **Resultado operacional** | **2.408.134** |
| Ganhos ou perdas com ativos não correntes | (3.866) |
| **Resultado antes dos impostos e participações** | **2.404.268** |
| Imposto de renda | (601.875) |
| Contribuição social | (361.125) |
| **Lucro líquido das operações descontinuadas** | **1.441.268** |
| **Lucro por ação das operações descontinuadas** | |
| Básico | 304,91 |
| Diluído | 304,91 |

Os fluxos de caixas líquidos das operações descontinuadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 eram:

| | **31/12/2020** |
|---|---|
| Atividades operacionais | 2.898.075 |
| Atividades de investimentos | (3.346) |
| Atividades de financiamentos | (2.343.054) |
| **Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **551.674** |

### 32. Outras informações

**a) Informações complementares - investigação Canal Seguro:**

Em 26/11/2020, foi deflagrada uma nova fase da operação Descarte (13a) - Canal Seguro pela Polícia Federal ("Operação Canal Seguro"), que investiga um esquema pelo qual haveria a simulação e/ou superfaturamento de prestação de serviços para a Caixa Seguradora S.A., dentre outras empresas não pertencentes ao seu Grupo CNP Seguros Holding Brasil S.A.

É importante ressaltar que dentre as empresas do Grupo, somente a Caixa Seguradora S.A. foi mencionada nas peças do Inquérito Penal, instaurado para investigar os fatos relatados na Operação Canal Seguro.

Diante desse contexto, a Administração da CNP Seguros Holding Brasil S.A., determinou a constituição de um Comitê de Investigação e tomou várias medidas para lidar com a situação, como: criação de um Comitê de Crise; afastamento temporário das atividades dos profissionais que poderiam estar envolvidos no alegado esquema; contratação de empresas especializadas para assessoramento nesse processo, tendo sendo iniciado o processo de investigação interna conduzido pelo Comitê de Investigação constituído por auditor externo independente, escritório de advocacia especializado e um consultor independente.

Em 14/02/2022, o Relatório de Investigação, resultado da investigação conduzida pela Companhia, foi concluído e apresentado ao Presidente do Conselho de Administração, sem qualquer apontamento de violação de lei, bem como não foram identificados e apontados atos ou condutas ilícitas cometidas pela Companhia ou seus administradores anteriores ou atuais. Nesse contexto, frente à ausência de apontamento de violação de lei ou prática de atos ilícitos pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e/ou seus administradores, os trabalhos de investigação foram dados como concluídos e encerrados.

## Conselho de Administração

**Xavier Larnaudie-Eiffel** - Presidente
**Véronique Denise Andreé Weill**
**Hervé Remi Marcel Thoumyre**
**Stephane Dedeyan**
**Michel Patrick Dubernet**
**Marco Antônio da Silva Barros**
**Camila de Freitas Aichinger**
**Jair Luis Mahl**
**Asma Zidani Ep Baccar**
**Pedro Duarte Guimarães**

## Diretoria Executiva

**Asma Zidani Ep Baccar**
Diretora Presidente

**Paulo Otavio Silva Câmara**
Diretor de Operações Centralizadas

**Eduardo Fabiano Alves da Silva**
Diretor Financeiro

## Contador

**Marco Antonio Barbosa Pires**
Contador - CRC DF 014151/O-6

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Para o exercício de sua missão institucional, o Comitê realiza reuniões periódicas, de acordo com seu Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas no período estão registradas em atas, cobrem o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

**Principais Atividades**

O Comitê de Auditoria realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente e de Diretores Executivos do Grupo, dos Auditores Independentes, de representantes da Auditoria Interna, da Conformidade, do Controle de Riscos, da Governança Corporativa e da Ouvidoria. Referidas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

Ao longo de 2021, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 da CNP Seguros Holding Brasil S.A. e das seguintes controladas: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul, Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.. e Youse Seguradora S.A., também revisou as notas explicativas, o Relatório da Administração e os relatórios dos Auditores Independentes.

**Conclusões:**

Com base em suas avaliações ao longo do período e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

Não foram constadas evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP n.º 321/15.

A auditoria contábil externa foi efetiva e realizou suas atividades de forma objetiva e independente. As informações fornecidas pela KPMG constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.

A auditoria interna foi efetiva, concluiu o conjunto de trabalhos ajustados com o Coaud para o exercício e desempenhou suas funções com independência e objetividade.

O sistema de controles internos mostrou-se adequado e preparado para os desafios que o Grupo está enfrentando, em razão da reorganização societária e das reestruturações internas.

Não foram constatadas evidências de falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares pertinentes que possam colocar em risco a continuidade do negócio.

As práticas contábeis relevantes utilizadas pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e empresas controladas, na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas aos princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira e às demais normas aplicáveis.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022
Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da**
**CNP Seguros Holding Brasil S.A.**
*Brasília - DF*

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CNP Seguros Holding Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior**

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.16, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

**Érika Carvalho Ramos**
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:45:57 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

# Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia, uma das empresas mais rentáveis do mercado segurador, apresentou no último exercício uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 33,2%, encerrando o exercício com o lucro líquido de R$ 827,2 milhões. A Companhia registrou prêmios ganhos de R$ 3.449,1 milhões no exercício de 2021, já seu resultado financeiro foi de R$ 133,1 milhões.

Os ativos financeiros alcançaram o patamar de R$ 4.069,8 milhões e as provisões técnicas fecharam o exercício de 2021 em R$ 2.297,7 milhões, o que representa reduções de 11,3% e 2,1%, respectivamente, em relação aos saldos do ano de 2020.

O saldo do patrimônio líquido da Companhia ao final do exercício de 2021 foi de R$ 2.342,2 milhões, inferior ao valor de R$ 2.638,4 milhões alcançado em 2020, sendo essa redução justificada principalmente pela distribuição de dividendos e pela variação negativa da reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda.

Priorizando a continuidade de negócios, a Companhia continua administrando as apólices que foram assinadas antes da mudança societária. E o principal ramo nessa modalidade é o Seguro Habitacional, no qual a Companhia é líder absoluta, com quase 60% de participação de mercado.

**Distribuição de Dividendos**

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 648/21, serão mantidos até o vencimento.

Com relação ao processo de apuração interna independente instaurada pelo Conselho de Administração de sua controladora para apuração das denúncias sobre a 13º fase da Operação Descartes (denominada Canal Seguro), informamos que a investigação, conduzida pela Companhia, com o acompanhamento dos auditores independentes, foi concluída sem que fossem encontradas evidências de atos ilícitos na base de dados da Companhia.

**Considerações Finais e Agradecimentos**

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal.

Agradecemos também o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da CNSEG, dos corretores e, em especial, agradecemos os nossos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

**A Administração**

## Balanço Patrimonial
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVO | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **2.551.788** | **2.676.574** |
| **Disponível** | | **9.648** | **3.898** |
| Caixa e bancos | | 2.451 | 3.898 |
| **Equivalente de caixa** | | 7.197 | – |
| **Aplicações** | **5** | **1.062.619** | **1.154.025** |
| **Créditos das operações com seguros e resseguros** | | **775.090** | **827.188** |
| Prêmios a receber | 6.1 | 757.469 | 796.717 |
| Operações com seguradoras | | 11.171 | 15.640 |
| Operações com resseguradoras | 7 | 6.450 | 14.831 |
| **Outros créditos operacionais** | **6.2** | **373.682** | **369.850** |
| **Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas** | **7** | **26.724** | **32.122** |
| **Títulos e créditos a receber** | **9** | **217.038** | **171.780** |
| Títulos e créditos a receber | 9.1 | 145.245 | 74.082 |
| Créditos tributários e previdenciários | 9.2 | 3.986 | 25.766 |
| Outros créditos | 9.3 | 67.807 | 71.932 |
| **Outros valores e bens** | **8** | **18.161** | **19.043** |
| Bens a venda | | 14.869 | 15.476 |
| Outros valores | | 3.292 | 3.567 |
| **Despesas antecipadas** | | **12.418** | **12.280** |
| **Custos de aquisições diferidos** | **10** | **56.408** | **86.388** |
| Seguros | | 56.408 | 86.388 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **6.801.876** | **6.869.267** |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | **6.645.578** | **6.674.821** |
| **Aplicações** | **5** | **3.007.213** | **3.434.879** |
| **Créditos das operações com seguros e resseguros** | | **188.624** | **113.541** |
| Prêmios a receber | 6.1 | 188.624 | 113.541 |
| **Outros créditos operacionais** | **6.2** | **503.082** | **503.082** |
| **Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas** | **7** | **41.198** | **54.421** |
| **Títulos e créditos a receber** | **9** | **2.759.993** | **2.504.836** |
| Créditos tributários e previdenciários | 9.2 | 987.010 | 828.208 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 16 | 1.435.471 | 1.380.593 |
| Outros créditos | 6.2 | 337.512 | 296.035 |
| **Outros valores e bens** | **8** | **112.896** | **36** |
| **Custos de aquisição diferidos** | **10** | **32.572** | **64.026** |
| Seguros | | 32.572 | 64.026 |
| **Investimentos** | | **221** | **2.078** |
| Participações societárias | | – | 1.851 |
| Outros Investimentos | | 221 | 227 |
| **Imobilizado** | **2.8** | **18.802** | **22.941** |
| Bens móveis | | 13.674 | 18.336 |
| Outras imobilizações | | 5.128 | 4.605 |
| **Intangível** | **2.8** | **137.275** | **169.427** |
| Outros intangíveis | | 137.275 | 169.427 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **9.353.664** | **9.545.841** |

| PASSIVO | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | | **2.452.831** | **2.544.462** |
| **Contas a pagar** | **13** | **819.103** | **822.687** |
| Obrigações a pagar | 13.1 | 254.183 | 359.963 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | | 69.102 | 53.859 |
| Encargos trabalhistas | | 16.718 | 13.050 |
| Impostos e contribuições | 13.2 | 316.236 | 179.748 |
| Outras contas a pagar | 13.3 | 162.864 | 216.067 |
| **Débitos de operações com seguros e resseguros** | **17** | **552.337** | **584.122** |
| Prêmios a restituir | 17.1 | 412.222 | 407.936 |
| Operações com seguradoras | | 10.612 | 30.215 |
| Operações com resseguradoras | | 67.517 | 31.726 |
| Corretores de seguros e resseguros | | 10.770 | 29.324 |
| Outros débitos operacionais | 17.2 | 51.216 | 84.921 |
| **Depósitos de terceiros** | **15** | **166.680** | **140.805** |
| **Provisões técnicas - seguros** | **10.3** | **895.895** | **996.848** |
| Danos | | 435.948 | 536.901 |
| Pessoas | | 458.052 | 459.357 |
| Vida individual | | 1.895 | 590 |
| **Outros débitos** | | **18.816** | **–** |
| Débitos diversos | 14 | 18.816 | – |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **4.558.674** | **4.362.946** |
| **Contas a pagar** | **13** | **4** | **7.441** |
| Tributos diferidos | 13.4 | 4 | 7.441 |
| **Provisões técnicas - seguros** | **10.3** | **1.401.838** | **1.350.697** |
| Danos | | 855.687 | 1.049.339 |
| Pessoas | | 545.876 | 301.113 |
| Vida individual | | 275 | 245 |
| **Outros débitos** | | **3.059.491** | **3.004.808** |
| Provisões judiciais | 16 | 3.059.491 | 3.004.808 |
| **Débitos diversos** | **14** | 97.341 | – |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **18** | **2.342.159** | **2.638.433** |
| Capital social | 18.1 | 1.081.350 | 1.081.350 |
| Reservas de lucros | 18.2 | 1.386.315 | 1.466.003 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | (125.506) | 91.080 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **9.353.664** | **9.545.841** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | NOTA | Exercício findo 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Prêmios emitidos | | 3.333.042 | 5.222.799 |
| Variações das provisões técnicas de prêmios | | 116.098 | (371.370) |
| **Prêmios ganhos** | **25** | **3.449.140** | **4.851.429** |
| Sinistros ocorridos | 21.a | (1.329.213) | (1.328.894) |
| Custos de aquisição | 21.b | (350.327) | (844.496) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 21.c | (76.491) | (262.471) |
| **Resultado com resseguro** | | **(55.230)** | **(19.989)** |
| Receita com resseguro | | 11.228 | 25.201 |
| Despesa com resseguro | | (66.745) | (45.635) |
| Outros resultados com resseguro | | 287 | 445 |
| Despesas administrativas | 21.d | (231.793) | (437.495) |
| Despesas com tributos | 21.e | (111.085) | (196.531) |
| Resultado financeiro | 21.f | 133.115 | 431.215 |
| Resultado patrimonial | | (897) | – |
| **Resultado operacional** | | **1.427.219** | **2.192.768** |
| Ganhos ou perdas com ativos não correntes | 21.g | (50.266) | (111.999) |
| **Resultado antes dos impostos e participações** | | **1.376.953** | **2.080.769** |
| Imposto de renda | 22 | (304.072) | (512.573) |
| Contribuição social | 22 | (215.883) | (308.839) |
| Participações sobre o resultado | | (29.847) | (38.322) |
| **Lucro líquido do exercício** | | **827.151** | **1.221.035** |
| **Quantidade de ações** | | **8.465.054** | **8.465.054** |
| **Lucro líquido por ação em R$** | | **97,71** | **144,24** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado Abrangente
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Exercício findo 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **827.151** | **1.221.035** |
| **Outros lucros abrangentes** | **(216.586)** | **(106.887)** |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | (368.414) | (186.891) |
| Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários | 151.828 | 80.004 |
| **Total dos lucros abrangentes para o exercício** | **610.565** | **1.114.148** |
| **Quantidade de ações** | **8.465.054** | **8.465.054** |
| **Lucro líquido por ação em R$** | **72,13** | **131,62** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Discriminação | Capital Social | Reservas de Lucros | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **1.410.000** | **2.644.485** | **197.967** | **–** | **4.252.452** |
| Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020 | – | (384.521) | – | – | (384.521) |
| Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 392 de 12.06.2020 | 425.000 | (425.000) | – | – | – |
| Redução de capital por cisão parcial - Ata AGE 01.07.2020 | (753.650) | – | (133.713) | – | (887.363) |
| Dividendos intermediários: AGE de 03.09.2020 | – | (800.000) | – | – | (800.000) |
| Títulos e valores mobiliários | – | – | 26.826 | – | 26.826 |
| Dividendos complementares: AGOE de 07.12.2020 | – | (500.000) | – | – | (500.000) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 1.221.035 | 1.221.035 |
| **Proposta para distribuição do resultado:** | | | | | |
| Reserva legal | – | 61.051 | – | (61.051) | – |
| Reserva de lucros | – | 869.988 | – | (869.988) | – |
| Dividendos | – | – | – | (289.996) | (289.996) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **1.081.350** | **1.466.003** | **91.080** | **–** | **2.638.433** |
| Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021 | – | (695.990) | – | – | (695.990) |
| Títulos e valores mobiliários | – | – | (216.586) | – | (216.586) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 827.151 | 827.151 |
| **Proposta para distribuição do resultado:** | | | | | |
| Reserva legal | – | 41.358 | – | (41.358) | – |
| Reserva de lucros | – | 574.944 | – | (574.944) | – |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio | – | – | – | (210.849) | (210.849) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **1.081.350** | **1.386.315** | **(125.506)** | **–** | **2.342.159** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **827.151** | **1.221.035** |
| **Ajustes para:** | | |
| Depreciação e amortizações | 79.369 | 67.972 |
| Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos | 4.760 | 31.548 |
| Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16 | 8.817 | – |
| Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível | 9.369 | 42.338 |
| Custos de Aquisição Diferidos | 61.434 | (87.750) |
| Variação de Provisões Técnicas - Seguros | (116.858) | 513.994 |
| **Variação nas contas patrimoniais:** | | |
| Ativos financeiros | 302.486 | 1.483.782 |
| Créditos das operações de seguros e resseguros | (20.155) | (155.848) |
| Ativos de Resseguro | 15.364 | 62.140 |
| Créditos fiscais e previdenciários | 21.778 | 2.984 |
| Ativo fiscal diferido | (158.802) | (39.108) |
| Depósitos judiciais e fiscais | (54.878) | (235.835) |
| Despesas antecipadas | (137) | 1.956 |
| Custos de Aquisição Diferidos | – | (11.052) |
| Outros Ativos | (111.880) | (98.968) |
| Impostos e contribuições | 501.615 | 741.241 |
| Outras contas a pagar | (79.835) | 88.870 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | (24.177) | 46.785 |
| Depósitos de terceiros | 25.875 | (14.405) |
| Provisões técnicas - seguros e resseguros | 70.302 | (499.105) |
| Provisões para contingências | 54.683 | 239.100 |
| Outros passivos | (12.734) | (3.795) |
| **Caixa gerado pelas operações** | **1.403.547** | **3.397.879** |
| Juros pagos | (23) | (17) |
| Juros recebidos | 786 | 659 |
| Imposto sobre o lucro pagos | (357.320) | (1.294.289) |
| **Caixa líquido gerado nas atividades operacionais** | **1.046.990** | **2.104.232** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | |
| **Recebimento pela venda:** | **2.793** | **610** |
| Investimentos | 1.857 | – |
| Imobilizado | 76 | 234 |
| Intangível | 860 | 376 |
| **Pagamento pela compra:** | **(31.538)** | **(45.423)** |
| Investimentos | – | (772) |
| Imobilizado | (2.014) | (4.215) |
| Intangível | (29.524) | (40.436) |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos** | **(28.745)** | **(44.813)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** | | |
| Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio | (985.986) | (2.069.043) |
| Pagamentos de passivos de arrendamentos | (26.509) | – |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos** | **(1.012.495)** | **(2.069.043)** |
| **Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa** | **5.750** | **(9.624)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | **3.898** | **13.522** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | **9.648** | **3.898** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Caixa Seguradora S.A., com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. Anteriormente atuava em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional na rede de distribuição da CAIXA ("Balcão CAIXA").

A Companhia deixou de comercializar em 1 de julho de 2020 os produtos do ramo de vida e prestamista, e em meados de fevereiro de 2021 cessou as vendas dos produtos do ramo habitacional, de acordo com a reestruturação da rede de distribuição da CAIXA, conforme explicado no item 1.1. Ainda assim, a Companhia auferirá receita até o fim da vigência do estoque dos contratos já firmados.

Além disso, a Companhia continuará comercializando os produtos dos ramos de automóvel e empresarial no Balcão CAIXA e estuda novas parcerias para distribuição dos seus produtos.

**1.1. Cisão da carteira Vida e Prestamista**

A Caixa Seguridade S.A., em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros, firmou em 29 de agosto de 2018, o acordo com a CNP Assurances, acionista controladora da CNP Seguros Holding Brasil S.A., para a formação de um novo grupo societário (Holding XS1 S.A.) que explorará, até fevereiro de 2041, os ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"). Em 19 de setembro de 2019 foi assinado aditivo ao referido acordo, estendendo o prazo da parceria até 2046, sendo que todos os trâmites operacionais e legais foram concluídos em 30 de dezembro de 2020.

A seguir as restruturações ocorridas que possibilitaram a implementação do referido acordo:

No dia 01 de julho de 2020 foi realizada a cisão parcial da Caixa Seguradora S.A. para a Caixa Vida e Previdência S.A., tendo como objeto de acervo cindido, os ativos e passivos vinculados às carteiras dos segmentos de vida e prestamista. Tendo em vista que essa operação é uma operação interna entre as controladas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., a mesma foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto para os clientes dessas carteiras.

O valor do acervo líquido cindido, conforme o laudo de avaliação, foi de R$ 887.362. A seguir apresentamos um resumo do acervo transferido no dia 1 de julho de 2020:

| Ativo | | Passivo e Patrimônio Líquido | |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | **1.408.119** | **Circulante** | **1.938.875** |
| Aplicações | 677.860 | Contas a pagar | 11.628 |
| Créditos das operações | 199.551 | Débitos de operações | 40.478 |
| Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas | 3.953 | Provisões técnicas | 1.886.769 |
| Títulos e créditos a receber | 12.176 | **Passivo não Circulante** | **3.016.594** |
| Custos de aquisições diferidos | 514.579 | Contas a pagar | 100.010 |
| **Ativo não Circulante** | **4.434.712** | Provisões técnicas | 2.858.072 |
| Aplicações | 3.240.372 | Outros débitos | 58.512 |
| Títulos e créditos a receber | 100.648 | **Patrimônio Líquido** | **887.362** |
| Custos de aquisição diferidos | 1.081.775 | Capital social | 753.650 |
| Intangível | 11.918 | Ajuste de avaliação patrimonial | 133.713 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **5.842.831** | **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | **5.842.831** |

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2022.

**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**2.3. Caixa e bancos**

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

**2.4. Ativos financeiros**

**2.4.1. Classificação e reconhecimento**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento**

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data-base do balanço. Os títulos sujeitos à negociação (valor justo por meio do resultado), antes de seu vencimento, têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perda.

**b. Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber, ativos de resseguro e outros créditos operacionais (créditos do SFH). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

**2.4.2. Mensuração**

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

**a.** Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

**b.** Ações: com base nas cotações de preço médio divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.

**c.** Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

**d.** Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**e.** Instrumentos financeiros derivativos: reconhecidos inicialmente pelo valor justo com os custos de transação incorridos no resultado do período, sendo classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**2.4.3. Instrumentos financeiros derivativos**

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo gestor de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

***2.5. Impairment***

***2.5.1. Impairment* de ativos financeiros**

**a. Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:47:04 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.
A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.
• A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os prêmios vencidos há mais de 60 dias, líquidos de recuperações e cessões, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
• Para os valores a recuperar de resseguro é constituído uma provisão para perda, caso a recuperação não ocorra em até 180 dias.
• Para cálculo da provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia especifica que está descrita na nota 6.1.2;
• Demais operações: Constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.
Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

**b. Ativos classificados como disponível para venda**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

***2.5.2. Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

**2.6. Ativos relacionados a resseguros**

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

**2.7. Outros valores e bens**

**2.7.1. Bens a venda - Salvados**

Salvados a venda são estoques constituídos através de recuperações, oriundas das indenizações integrais aos segurados.
Salvados estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros, de um determinado histórico. Registra-se esse ativo no grupo de "Outros valores e bens" conforme Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021).

**2.8. Imobilizado e intangível**

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a..
O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..

**2.9. Provisões técnicas**

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, a metodologia está em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os pagamentos futuros de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por provável, possível, remota, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, que é estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 4 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 16 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 8 trimestres para o Automóvel, observações de 12 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 24 trimestres para Habitacional (Fora do SFH), a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP).

**2.9.1. Tábuas**

No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021:

| Ramo | Produto | Tábua | Taxas de Carregamento |
|---|---|---|---|
| 14 | SEGURO LAR+ | | Corretagem: de 0,01% a 1,0%<br>Estipulante: de 0,01% a 30%<br>Prolabore: de 15% a 30%<br>Despesas Administrativas: de 15% a 36% |
| 18 | MULTIRISCO LOTÉRICO | | Corretagem: de 0,00% a 40,00%<br>Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00% |
| 51 | MULTIRISCO LOTÉRICO | | Corretagem: de 0,00% a 40,00%<br>Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00% |
| 20 | CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO | | Corretagem: de 0,10% a 30,00%<br>Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%<br>Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00% |
| 31 | CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO | | Corretagem: de 0,10% a 30,00%<br>Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%<br>Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00% |
| 42 | CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO | | Corretagem: de 0,10% a 30,00%<br>Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%<br>Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00% |
| 53 | CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO | | Corretagem: de 0,10% a 30,00%<br>Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%<br>Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00% |
| 61 | SBPE 2013 - MIP | AT 2000 M | Corretagem: de 0,01% a 14,50%<br>Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00%<br>Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50% |
| 65 | SBPE 2013 - DFI | | Corretagem: de 0,01% a 14,50%<br>Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00%<br>Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50% |
| 71 | RD - EQUIP. ARREND. E CEDIDOS A TERCEIROS | | Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00%<br>Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00%<br>Corretagem: de 0,10% a 30,00% |
| 14 | COMPREENSIVO RESIDENCIAL APORTE CAIXA | | Corretagem: de 0,01% a 1,0%<br>Estipulante: de 0,01% a 30%<br>Prolabore: de 15% a 30%<br>Despesas Administrativas: de 15% a 36% |
| 71 | RD - EQUIP. ARREND. E CEDIDOS A TERCEIROS | | Corretagem: de 0,10% a 30,00%<br>Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00%<br>Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00% |
| 20 | AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO | | Corretagem: de 0,10% a 30,00%<br>Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%<br>Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00% |
| 31 | AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO | | Corretagem: de 0,10% a 30,00%<br>Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%<br>Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00% |
| 42 | AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO | | Corretagem: de 0,10% a 30,00%<br>Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%<br>Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00% |
| 53 | AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO | | Corretagem: de 0,10% a 30,00%<br>Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00%<br>Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00% |
| 61 | SBPE 2011 - MIP | AT 2000 M | Corretagem: de 0,01% a 16,50%<br>Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50%<br>Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00%<br>Agenciamento: de 0,01% a 100,00% |
| 65 | SBPE 2011 - DFI | | Corretagem: de 0,01% a 16,50%<br>Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50%<br>Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00%<br>Agenciamento: de 0,01% a 100,00% |

**2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros**

**2.10.1. Passivos de contratos de seguros**

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (TAP); ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e iii) identificação de derivativos embutidos.

**2.10.2. Custos de aquisição diferidos**

Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que possuem uma relação direta e incremental com à emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custo diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco e seu prazo médio de diferimento em 2021 foi de 27 meses.

**2.10.3. Teste de adequação dos passivos (TAP)**

O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico e está disponível na sede da Companhia para o órgão regulador e demais fiscalizações. A Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.
Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:
a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP;
b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:
• Automóvel: 61,5%;
• Patrimonial: 25,3%;
• Pessoas: 20,5% para os produtos que não se aplicam tábua, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez;
• Habitacional: 3,9% cobertura de danos físicos ao imóvel, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez.
c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada grupo que compõe o estudo;
d) Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.
Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

**2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes**

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

**2.12. Apuração do resultado**

Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices ou do recebimento para os produtos de risco, o que ocorrer primeiro, em linha com a Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648/21, a partir de 03 de janeiro de 2022), com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura. A referida Circular alterou a prática contábil reconhecendo como receita os prêmios pagos antes da emissão, anteriormente registrados em conta de compensação.
As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

**2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.
A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de seguros privados para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

**2.14. Dentre as políticas contábeis adotadas em 2021, considera-se:**

**Adoção inicial da IFRS 16/ CPC 06 (R2)**

A adoção ao normativo IFRS 16/CPC 06 (R2) consiste no reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo. Anteriormente, a Companhia registrava seus aluguéis como despesa do período. Os ativos de direito de uso (em grande parte aluguéis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa incremental de financiamento.

**Definição de arrendamento**

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.
Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.
As notas explicativas nº 8.5 e nº 14 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.

**Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17**

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.
Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:
Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.
A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 1/1/2021.

**2.15. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As novas normas e interpretações emitidas e não adotadas, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:
**IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.
Para empresas não reguladas pela SUSEP, o CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, e será adotado pela Companhia quando a SUSEP aprovar este pronunciamento.
A Companhia já iniciou os estudos de classificação, mensuração e cálculo de perda esperada de seus ativos financeiros. Os estudos incluem a definição dos modelos de negócios, teste de SPPI (sigla em inglês para somente pagamento de principal e juros) e cálculo do ECL (sigla em inglês para expectativa de perda esperada). A companhia não tem intenção de contabilizar hedge em função da adoção da norma do IFRS 09.
**IFRS 17 - Contratos de Seguro**: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguros (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4/CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.
Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, para empresas não reguladas pela SUSEP, sendo que a Companhia adotará essa norma somente quando a SUSEP efetivamente aprová-la.
Os principais modelos de mensuração dos passivos de contratos de seguros estabelecidos pela norma são o *Building Block Approach* (BBA), que é o modelo padrão, e o *Premium Allocation Approach* (PAA), que é o modelo simplificado de mensuração que pode ser adotado caso sejam atendidos alguns critérios como por exemplo, os limites dos contratos não excedem 12 meses da data de emissão. Adicionalmente há a abordagem de *Variable Fee Approach* (VFA) que não é opcional e sim obrigatório se forem atendidos os requisitos da norma, ele considera o impacto da participação do segurado no resultado financeiro de determinados ativos. Também, segundo a norma, os contratos considerados como onerosos na sua emissão, terão o valor total da perda mensurada reconhecido no resultado na data de reconhecimento inicial.
Como ponto de partida, antes de definir o modelo de mensuração, a Companhia deve avaliar o nível de agregação dos contratos, bem como se há componentes contidos nesses contratos que não se caracterizem como seguros e, portanto, deveriam ser mensurados de acordo com outra norma (por exemplo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ou CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes).
A Companhia está em fase de implementação sendo os principais destaques, no momento:
· Agrupamento - Os portfólios IFRS 17 foram estabelecidos considerando riscos homogêneos gerenciados em conjunto. Sob essa premissa entre as duas entidades subsidiarias teremos a princípio oito portfólios. Para cada portfólio teremos os valores dos passivos separados por safra e por carimbo de rentabilidade, que é o nível de granularidade exigido pela norma.
· Modelos de mensuração - Os portfólios de seguros (vida, prestamista etc.) serão classificados no modelo BBA (*Building Block Approach*).
· A data de transição será 31 de dezembro de 2021 e em 1º de janeiro de 2022 será feito o balanço de abertura para poder ter, no ano 2023, o comparativo com 2022. A metodologia para boa parte do perímetro será MRA (*Modified Retrospective Approach*);
· Foram feitos exercícios de simulação tanto da transição como de fechamento contábil com o intuito de testar ferramentas, processos e dados e que servem como referência para os desenvolvimentos da implementação que continua em curso.

**2.16. Reapresentação de saldos comparativos**

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de:
(i) compensação de ativos e passivos correntes e diferidos, conforme CPC 32.
(ii) reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial.
Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados abaixo:

| | Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020 | Reclassificação | Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | **3.340.615** | **(664.041)** | **2.676.574** |
| Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas (ii) | 81.120 | (48.998) | 32.122 |
| Créditos tributários e previdenciários (i) | 640.809 | (615.043) | 25.766 |
| Outros | 2.618.686 | – | 2.618.686 |
| **Não Circulante** | **6.880.990** | **(11.723)** | **6.869.267** |
| Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas (ii) | 5.423 | 48.998 | 54.421 |
| Créditos tributários e previdenciários (i) | 888.929 | (60.721) | 828.208 |
| Outros | 5.986.638 | – | 5.986.638 |
| **Total do Ativo** | **10.221.605** | **(675.764)** | **9.545.841** |
| **Circulante** | **4.058.844** | **(1.514.382)** | **2.544.462** |
| Impostos e contribuições (i) | 794.792 | (615.044) | 179.748 |
| Provisões técnicas - seguros (ii) | 1.896.186 | (899.338) | 996.848 |
| Outros | 1.367.866 | – | 1.367.866 |
| **Não Circulante** | **3.524.327** | **838.619** | **4.362.946** |
| Tributos diferidos (i) | 68.161 | (60.720) | 7.441 |
| Provisões técnicas - seguros (ii) | 451.358 | 899.339 | 1.350.697 |
| Outros | 3.004.808 | – | 3.004.808 |
| **Patrimônio Líquido** | **2.638.433** | **–** | **2.638.433** |
| **Total do Passivo e do Patrimônio Líquido** | **10.221.604** | **(675.763)** | **9.545.841** |

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
Nota 2.10.1 - Classificação dos contratos de seguro;
Notas 2.9, 2.10.3 e 10.3 - Provisões técnicas, teste de adequação dos passivos;
Nota 5 - Aplicações; e
Notas 6.2.1 e 16 - Outros créditos operacionais- valores recuperáveis e Provisões judiciais.

## 4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas *pela European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos *(Chief Risk Officer)*, independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.
O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.
A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.
As principais responsabilidades da DIRRIS são:
• Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
• Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
• Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency* II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
• Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
• Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.
No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.
Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.
A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.
Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

**4.1. Riscos de seguro**

O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio.
O gerenciamento de capital visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características da empresa.

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:48:02 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no exercício:

**a. Bruto de resseguro**

| | | | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Região geográfica** | **Centro Oeste** | **Nordeste** | **Norte** | **Sudeste** | **Sul** | **Total** |
| Vida individual | 1.343 | 716 | 195 | 4.536 | 1.191 | 7.981 |
| Habitacional fora do SFH | 299.116 | 462.596 | 100.163 | 1.288.066 | 511.726 | 2.661.667 |
| Riscos de engenharia | 660 | 3.761 | 1.055 | 4.873 | 2.064 | 12.413 |
| Acidentes pessoais | 87 | 50 | 18 | 335 | 92 | 582 |
| Automóvel | 43.987 | 38.544 | 7.800 | 125.564 | 43.838 | 259.733 |
| Compreensivo residencial | 25.766 | 47.878 | 12.541 | 159.961 | 80.369 | 326.515 |
| Compreensivo empresarial | 13.183 | 25.426 | 8.101 | 39.370 | 18.736 | 104.816 |
| Demais ramos | 15.273 | 9.984 | 2.046 | 32.484 | 15.646 | 75.433 |
| **Total** | **399.415** | **588.955** | **131.919** | **1.655.189** | **673.662** | **3.449.140** |

| | | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Região geográfica** | **Centro Oeste** | **Nordeste** | **Norte** | **Sudeste** | **Sul** | **Total** |
| Vida em Grupo | 564.331 | 178.090 | 52.651 | 386.471 | 207.391 | 1.388.934 |
| Vida individual | 1.242 | 653 | 153 | 4.255 | 1.043 | 7.346 |
| Habitacional fora do SFH | 304.947 | 436.170 | 93.691 | 1.261.948 | 494.116 | 2.590.872 |
| Riscos de engenharia | 1.428 | 3.440 | 863 | 6.703 | 2.142 | 14.576 |
| Acidentes pessoais | 4.479 | 6.290 | 1.752 | 16.053 | 9.113 | 37.687 |
| Automóvel | 51.948 | 49.282 | 9.061 | 144.184 | 51.998 | 306.473 |
| Compreensivo residencial | 35.461 | 57.825 | 16.083 | 148.700 | 84.802 | 342.871 |
| Compreensivo empresarial | 17.799 | 30.093 | 9.752 | 57.706 | 27.580 | 142.930 |
| Demais ramos | 4.583 | 530 | (362) | 10.724 | 4.265 | 19.740 |
| **Total** | **986.218** | **762.373** | **183.644** | **2.036.744** | **882.450** | **4.851.429** |

**b. Líquido de resseguro**

| | | | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Região geográfica** | **Centro Oeste** | **Nordeste** | **Norte** | **Sudeste** | **Sul** | **Total** |
| Vida individual | 1.332 | 711 | 194 | 4.500 | 1.182 | 7.919 |
| Habitacional fora do SFH | 297.390 | 459.925 | 99.585 | 1.280.630 | 508.771 | 2.646.301 |
| Riscos de engenharia | 603 | 3.439 | 964 | 4.456 | 1.887 | 11.349 |
| Acidentes pessoais | 87 | 50 | 18 | 335 | 92 | 582 |
| Automóvel | 43.877 | 38.448 | 7.781 | 125.250 | 43.728 | 259.084 |
| Compreensivo residencial | 25.025 | 46.501 | 12.181 | 155.362 | 78.058 | 317.127 |
| Compreensivo empresarial | 12.619 | 24.337 | 7.754 | 37.684 | 17.933 | 100.327 |
| Demais ramos | 13.955 | 9.123 | 1.870 | 29.683 | 14.297 | 68.928 |
| **Total** | **394.888** | **582.534** | **130.347** | **1.637.900** | **665.948** | **3.411.617** |

| | | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Região geográfica** | **Centro Oeste** | **Nordeste** | **Norte** | **Sudeste** | **Sul** | **Total** |
| Vida em Grupo | 561.414 | 177.170 | 52.378 | 384.474 | 206.319 | 1.381.755 |
| Vida individual | 1.242 | 653 | 153 | 4.255 | 1.043 | 7.346 |
| Habitacional fora do SFH | 302.539 | 432.726 | 92.951 | 1.251.984 | 490.214 | 2.570.414 |
| Riscos de engenharia | 1.387 | 3.342 | 838 | 6.512 | 2.081 | 14.160 |
| Acidentes pessoais | 4.479 | 6.290 | 1.752 | 16.053 | 9.113 | 37.687 |
| Automóvel | 51.890 | 49.227 | 9.051 | 144.022 | 51.940 | 306.130 |
| Compreensivo residencial | 35.265 | 57.505 | 15.994 | 147.876 | 84.332 | 340.972 |
| Compreensivo empresarial | 16.802 | 28.407 | 9.206 | 54.474 | 26.035 | 134.924 |
| Demais ramos | 3.095 | 357 | (245) | 7.243 | 2.881 | 13.331 |
| **Total** | **978.113** | **755.677** | **182.078** | **2.016.893** | **873.958** | **4.806.719** |

**4.1.1. Controle do risco de seguro**

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, o qual inclui funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A CNP Seguros conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

**4.1.2. Estratégia de subscrição**

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

**4.1.3. Estratégia de resseguro**

A estratégia de resseguro da CNP Seguros Holding Brasil é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, negociados caso a caso. Qualquer que

seja o tipo de contrato, o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência. O programa de resseguro reflete a posição estratégica estabelecida pelo Comitê de Governança de Riscos, priorizando a retenção de prêmios pela seguradora. Há casos, também, em que a parceria com um ou mais resseguradores se destina mormente à aquisição de conhecimento e sua correspondente solidificação dentro do Grupo.

O Grupo adota uma postura bastante prudente e conservadora na linha dos chamados riscos especiais, onde não atua como líder. Os riscos especiais abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos, de modo a resguardar a seguradora não somente no aspecto financeiro, mas também quanto ao risco de imagem.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

| CONTRATO DE RESSEGURO | CARTEIRA | RESSEGURADORES | PARTICIPAÇÃO | RATING (1) | CONDIÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| GARANTIA | RISCOS FINANCEIROS | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 40,0% | A- | LOCAL |
| | | TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY | 60,0% | A+ | ADMITIDO |
| EXCESSO DE DANOS PATRIMONIAL POR RISCO | RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, HABITACIONAL (DFI) | MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A | 50,0% | A+ | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 20,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A- | LOCAL |
| | | LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472 | 10,0% | A | ADMITIDO |
| CATÁSTROFE DE RISCOS PATRIMONIAIS | RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, AUTOMÓVEL, HABITACIONAL (DFI) | MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A | 65,0% | A+ | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 15,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 10,0% | A- | LOCAL |
| | | LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472 | 10,0% | A | ADMITIDO |
| CATÁSTROFE UMBRELLA | RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, AUTOMÓVEL, HABITACIONAL (MIP/DFI), VIDA INDIVIDUAL | MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A | 48,0% | A+ | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 25,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A- | LOCAL |
| | | AWAC LLOYD'S 2232 | 7,0% | A | ADMITIDO |
| CATÁSTROFE DE RISCOS PESSOAIS | HABITACIONAL (MIP), VIDA INDIVIDUAL | HANNOVER RE | 20,0% | A+ | ADMITIDO |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 60,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A- | LOCAL |
| EXCESSO DE DANOS POR RISCO EM SEGUROS DE PESSOAS | HABITACIONAL (MIP), VIDA INDIVIDUAL | AUSTRAL RESSEGURADORA S/A | 20,0% | B++ | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 60,0% | A | LOCAL |
| | | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A- | LOCAL |
| BELO MONTE | RISCO DE ENGENHARIA | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 28,0% | A- | LOCAL |
| | | MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S/A | 19,4% | A+ | LOCAL |
| | | MUNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GE | 6,5% | A+ | EVENTUAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 1,1% | A | LOCAL |
| | | ALLIANZ GLOBAL CORP & SPEC SE | 5,2% | A+ | ADMITIDO |
| | | QBE UNDERWRITING LIMITED (LLOYD'S) | 2,7% | A | ADMITIDO |
| | | CANOPIUS MANAGING AGENTS LTD (LLOYD'S) | 1,0% | A | ADMITIDO |
| | | ACE PROPERTY & CASUALTY INSURANCE CO. | 2,0% | A++ | EVENTUAL |
| | | FEDERAL INSURANCE COMPANY | 6,7% | A++ | ADMITIDO |
| | | HDI - GERLING WELT SERVICE AG | 1,3% | A | ADMITIDO |
| | | CHUBB MANAGING AGENCY LTD (LLOYD'S) | 2,1% | A | ADMITIDO |
| | | TORUS (LLOYD'S SYNDICATE 1301) | 1,1% | A | ADMITIDO |
| | | STARR (LLOYD'S) | 3,1% | A | ADMITIDO |
| | | TOKIO MARINE GLOBAL (LLOYD'S) | 1,9% | A | ADMITIDO |
| | | VALIDUS REASEGUROS, INC (LLOYD'S) | 2,4% | A | ADMITIDO |
| | | XL INSURANCE COMPANY SE | 5,7% | A+ | ADMITIDO |
| | | ZURICH INSURANCE COMPANY | 8,8% | A+ | ADMITIDO |
| | | MARLBOROUGH RE (LLOYD'S) | 1,0% | A | ADMITIDO |
| FACULTATIVO EMPRESARIAL CEF | EMPRESARIAL (PATRIMÔNIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL) | IRB BRASIL RESSEGUROS S/A | 50,0% | A- | LOCAL |
| | | SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S/A | 20,0% | A+ | LOCAL |
| | | CHUBB RESSEGURADORA DO BRASIL S/A (2) | 20,0% | AA | LOCAL |
| | | MAPFRE BRASIL RE | 10,0% | A | LOCAL |

*(1) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou locais de origem estrangeira)*

*(2) Ratings pela agência Fitch*

**4.1.4. Gerenciamento de ativos e passivos**

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As reservas de acumulação de clientes, por serem resgatáveis imediatamente, estão sendo apresentadas no passivo circulante, enquanto que alguns ativos, que podem ser usados para cobrir essas reservas, estão sendo apresentados no ativo não circulante, em função do seu vencimento, entretanto, também são resgatáveis imediatamente, assim sendo, a Administração entende que não existe um problema de capital circulante líquido para o Grupo.

**4.1.5. Teste de sensibilidade**

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| **Sensibilidade** | **Bruto de resseguro** | **Líquido de resseguro** | **Bruto de resseguro** | **Líquido de resseguro** |
| Taxa +1% | -1,52% | -1,52% | -1,36% | -1,36% |
| Taxa -1% | 1,56% | 1,56% | 1,42% | 1,42% |
| Mortalidade/Sinistralidade +5% | 4,83% | 4,87% | 2,45% | 3,25% |
| Mortalidade/Sinistralidade -5% | -4,83% | -4,87% | -2,45% | -3,25% |
| Inflação +1% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Inflação -1% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |

*a) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duration e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;*

*b) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sobrevivência, consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:*

*IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e particpações+(Sinistros Ocorridos–Sinistros A) Resultados antes dos impostos e participações–1;*

*c) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.*

*Para o teste de conversibilidade, não se aplica a essa Companhia por não ter produtos de previdência.*

**4.2. Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras, e atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que encontra-se descrita na Nota 5.4) - (Os *ratings* não são auditados).

| | | | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Composição dos ativos** | **BB-** | **Sem Rating** | **Total** | **BB-** | **Sem Rating** | **Total** |
| **Valor justo por meio do resultado** | **767.446** | **298.834** | **1.066.280** | **190.033** | **294.942** | **484.975** |
| Ações | – | 49.958 | 49.958 | – | 92.149 | 92.149 |
| Caixa | – | 16 | 16 | – | 41 | 41 |
| Contas a pagar e receber | – | (57) | (57) | – | 674 | 674 |
| Fundos de investimentos | – | 248.917 | 248.917 | – | 202.078 | 202.078 |
| Letras financeiras do tesouro | 4.062 | – | 4.062 | 3.108 | – | 3.108 |
| Notas do tesouro nacional | 9.465 | – | 9.465 | – | – | – |
| Operações compromissadas (**) | 753.919 | – | 753.919 | 186.925 | – | 186.925 |
| **Disponíveis para venda** | **3.003.552** | **–** | **3.003.552** | **3.930.337** | **131.660** | **4.061.997** |
| Letras do tesouro nacional | 762.226 | – | 762.226 | 1.407.413 | – | 1.407.413 |
| Notas do tesouro nacional | 2.241.326 | – | 2.241.326 | 2.522.924 | – | 2.522.924 |
| Letras financeiras | – | – | – | – | 131.660 | 131.660 |
| **Mantidos até o vencimento** | **–** | **–** | **–** | **41.949** | **–** | **41.949** |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 41.949 | – | 41.949 |
| **Créditos das operações com seguros e resseguros** | **–** | **963.714** | **963.714** | **–** | **940.729** | **940.729** |
| **Créditos a receber junto ao FCVS (*)** | **1.214.276** | **–** | **1.214.276** | **1.168.957** | **–** | **1.168.957** |
| **Exposição máxima ao risco de crédito** | **4.985.274** | **1.262.548** | **6.247.822** | **5.331.276** | **1.367.331** | **6.698.607** |

(*) A contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o *rating* do risco Brasil (tesouro nacional);
(**) O lastro total é em título público federal.

**4.3. Risco de liquidez**

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

**4.3.1. Gerenciamento do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

| | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| | **Até 1 ano** | **Mais de 1 ano Até 5 anos** | **Mais de 5 anos** | **Total** |
| Valor justo por meio do resultado | 1.053.876 | 7.606 | 4.798 | 1.066.280 |
| Disponíveis para a venda | – | 3.002.792 | 760 | 3.003.552 |
| Prêmios a receber de segurados | 757.469 | 188.624 | – | 946.093 |
| Títulos e créditos a receber/créditos das operações | 611.552 | 840.594 | – | 1.452.146 |
| Ativos de resseguro - provisões técnicas | 28.954 | 45.991 | 1.910 | 76.855 |
| **Total dos ativos financeiros (*)** | **2.444.654** | **4.085.607** | **7.468** | **6.537.729** |
| Provisões técnicas (**) | 461.102 | 1.210.512 | 37.374 | 1.708.988 |
| Passivos financeiros | 1.556.936 | 97.345 | – | 1.654.281 |
| **Total dos passivos financeiros** | **2.018.038** | **1.307.857** | **37.374** | **3.363.269** |

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.
(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

**4.4. Risco de mercado**

**4.4.1. Gerenciamento de risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações e risco de derivativos.

**4.4.2. Controle de risco de mercado**

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 25.386 (31 de dezembro de 2020 - R$ 5.597).

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

**4.4.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco**

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à área de controle de risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

## 5. Instrumentos financeiros

**5.1. Resumo da classificação das aplicações**

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Sem Vencimento** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos** | **Acima de 05 anos** | **Percentual** |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | | | | |
| Ações | 49.958 | 49.620 | 92.149 | 78.733 | 49.957 | 1 | – | – | 1,23% |
| Fundos de investimento | 248.917 | 248.917 | 202.078 | 202.078 | 248.917 | – | – | – | 6,12% |
| Letras financeiras do tesouro | 4.062 | 4.059 | 3.108 | 3.109 | – | 1.123 | 2.939 | – | 0,10% |
| Notas do tesouro nacional | 9.465 | 10.351 | – | – | – | – | 4.667 | 4.798 | 0,23% |
| Operações compromissadas | 753.919 | 753.919 | 186.925 | 186.925 | – | 753.919 | – | – | 18,52% |
| Outros valores | (41) | (41) | 715 | 715 | (41) | – | – | – | 0,00% |
| **Subtotal** | **1.066.280** | **1.066.825** | **484.975** | **471.560** | **298.833** | **755.043** | **7.606** | **4.798** | **26,20%** |
| **Disponível para venda** | | | | | | | | | |
| Letras do tesouro nacional | 762.226 | 810.744 | 1.407.413 | 1.338.032 | – | – | 762.226 | – | 18,73% |
| Notas do tesouro nacional | 2.241.326 | 2.401.982 | 2.522.924 | 2.432.282 | – | – | 2.240.566 | 760 | 55,07% |
| Letras financeiras | – | – | 131.660 | 132.441 | – | – | – | – | 0,00% |
| **Subtotal** | **3.003.552** | **3.212.726** | **4.061.997** | **3.902.755** | **–** | **–** | **3.002.792** | **760** | **73,80%** |
| **Mantidos até o vencimento** | | | | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional | – | – | 41.949 | 41.932 | – | – | – | – | 0,00% |
| **Subtotal** | **–** | **–** | **41.949** | **41.932** | **–** | **–** | **–** | **–** | **0,00%** |

O saldo do balanço patrimonial é composto da seguinte forma: "Valor justo por meio do resultado" e "Disponível para venda" pelo "Valor a mercado" e "Mantidos até o vencimento" pelo "Valor do Custo atualizado".

**5.2. Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **4.588.904** | **9.964.092** |
| Aplicações | 2.371.967 | 9.203.177 |
| Resgates | (2.808.936) | (11.272.563) |
| Rendimentos | 286.311 | 799.320 |
| Ajustes TVM | (368.414) | (186.891) |
| Baixa de acervo cindido *(i)* | – | (3.918.231) |
| **Saldo final** | **4.069.832** | **4.588.904** |

*(i)* refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

**5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**a. Abertura por hierarquia**

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;

| | | | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor justo por meio do resultado** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** |
| Ações | 49.958 | – | **49.958** | 92.149 | – | **92.149** |
| Fundos de investimento | 248.917 | – | **248.917** | 202.078 | – | **202.078** |
| Letras financeiras do tesouro | 4.062 | – | **4.062** | 3.108 | – | **3.108** |
| Notas do tesouro nacional | 9.465 | – | **9.465** | – | – | **–** |
| Operações compromissadas | – | 753.919 | **753.919** | – | 186.925 | **186.925** |
| Outros valores | (41) | – | **(41)** | – | – | **–** |
| **Total** | **312.361** | **753.919** | **1.066.280** | **298.050** | **186.925** | **484.975** |
| **Disponível para venda** | | | | | | |
| | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** |
| Letras do tesouro nacional | 762.226 | – | **762.226** | 1.407.413 | – | **1.407.413** |
| Notas do tesouro nacional | 2.241.326 | – | **2.241.326** | 2.522.924 | – | **2.522.924** |
| Letras financeiras | – | – | **–** | – | 131.660 | **131.660** |
| **Total** | **3.003.552** | **–** | **3.003.552** | **3.930.337** | **131.660** | **4.061.997** |
| **Mantidos até o vencimento** | | | | | | |
| | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** |
| Notas do tesouro nacional | – | – | **–** | 41.949 | – | **41.949,00** |
| **Total** | **–** | **–** | **–** | **41.949** | **–** | **41.949** |

**5.4. Instrumentos financeiros derivativos**

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. -

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:49:09 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.
O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.
Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **DI - Compromissos/Compra** | | |
| Valor de referência | – | 259.758 |
| Valor justo | – | 259.758 |
| Resultado acumulado | – | 2.950 |

**5.5. Análise de sensibilidade**

**5.5.1. Carteira de ativos**

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: títulos para negociação, disponível para venda e mantidos até o vencimento.
O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.
O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

| **Fatores de Risco** | Value-at-Risk | DV-1 |
|---|---|---|
| Moeda | 1 | – |
| Ações | 79 | – |
| Fundos | 283 | – |
| Juros Pré | 12.525 | (42.680) |
| LFT | – | (12) |
| NTNB | 164 | (1.396) |
| **Total** | **13.052** | **(44.088)** |

**5.5.2. Carteira de derivativos**

A carteira de investimentos da Companhia possui apenas contratos futuros de taxa de juros.
Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.
As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma alta na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.
A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.
Não há exposição em derivativos no período em análise e em 31 de dezembro de 2020.
Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.
Ressaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

**5.6. Taxas de juros contratadas**

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

| **Título** | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Letras do tesouro nacional | Pré 5,51% a 8,49% | Pré 5,51% a 8,49% |
| Notas do tesouro nacional | Pré 4,89% a 7,44% | Pré 4,89% a 13,62% |
| Letras financeiras | – | IGPM + 6,07 % a.a. |

## 6. Créditos das operações

**6.1. Prêmios a receber de segurados**

**6.1.1. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo**

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ramo** | **Prêmios a receber de segurados** | **Provisão para risco de crédito** | **Prêmios a receber líquido** | **Prêmios a receber de segurados** | **Provisão para risco de crédito** | **Prêmios a receber líquido** |
| Habitacional - prestamista | 259.030 | (658) | 258.372 | 258.194 | (495) | 257.699 |
| Habitacional fora do SFH | 54.008 | (51) | 53.957 | 58.272 | (53) | 58.219 |
| Habitacional - Demais coberturas | 72.976 | (171) | 72.805 | 73.794 | (121) | 73.673 |
| Riscos de engenharia | 107 | – | 107 | 1.085 | – | 1.085 |
| Automóvel | 315.886 | (2.401) | 313.485 | 262.263 | (810) | 261.453 |
| Responsabilidade civil - veículos | 73.150 | (525) | 72.625 | 58.127 | (155) | 57.972 |
| Outras coberturas - veículos | 937 | (18) | 919 | 12.560 | (17) | 12.543 |
| Compreensivo residencial | 84.283 | (8.434) | 75.849 | 169.722 | (8.910) | 160.812 |
| Compreensivo empresarial | 90.756 | (1.274) | 89.482 | 19.476 | (1.404) | 18.072 |
| Demais ramos | 9.778 | (1.286) | 8.492 | 10.141 | (1.411) | 8.730 |
| **Total** | **960.911** | **(14.818)** | **946.093** | **923.634** | **(13.376)** | **910.258** |

**6.1.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **910.258** | **1.002.296** |
| Prêmios emitidos | 3.991.418 | 6.302.697 |
| IOF | 2.301 | 2.517 |
| Adicional de fracionamento | 54 | 214 |
| Prêmios cancelados | (445.820) | (439.999) |
| Recebimentos | (3.518.228) | (5.754.509) |
| Prêmios de RVNE | 8.202 | (29.778) |
| Outras constituições/reversões | (650) | 293 |
| Baixa de cisão parcial | – | (169.065) |
| **Saldo** | **947.535** | **914.666** |
| Constituição/(reversão) de provisão para perda | (1.442) | (4.408) |
| **Saldo total** | **946.093** | **910.258** |

**6.1.3. Faixas de vencimento**

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Prêmios a vencer** | **Prêmios a receber de segurados** | **Provisão para risco de crédito** | **Prêmios a receber líquido** | **Prêmios a receber de segurados** | **Provisão para risco de crédito** | **Prêmios a receber líquido** |
| De 1 a 60 dias | 482.182 | (2.488) | 479.694 | 469.265 | (1.310) | 467.955 |
| De 61 a 120 dias | 58.888 | (626) | 58.262 | 70.979 | (645) | 70.334 |
| De 121 a 180 dias | 55.053 | (590) | 54.463 | 58.868 | (541) | 58.327 |
| De 181 a 365 dias | 143.693 | (1.581) | 142.112 | 123.680 | (1.030) | 122.650 |
| Superior a 365 dias | 191.273 | (2.650) | 188.623 | 142.104 | (2.473) | 139.631 |
| **Prêmios Vencidos** | | | | | | |
| De 1 a 60 dias | 23.435 | (496) | 22.939 | 52.432 | (1.071) | 51.361 |
| De 61 a 120 dias | 434 | (434) | – | 701 | (701) | – |
| De 121 a 180 dias | 362 | (362) | – | 550 | (550) | – |
| De 181 a 365 dias | 1.171 | (1.171) | – | 1.640 | (1.640) | – |
| Superior a 365 dias | 4.420 | (4.420) | – | 3.415 | (3.415) | – |
| **Total** | **960.911** | **(14.818)** | **946.093** | **923.634** | **(13.376)** | **910.258** |

A Companhia opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2021 era 8 meses e 31 de dezembro de 2020 era de 8 meses.

**6.2. Outros créditos operacionais**

**6.2.1. Apresentamos a seguir informações referentes a outros créditos operacionais:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Créditos a receber do FCVS *(i)* | 1.346.094 | 1.289.354 |
| Valores recuperáveis *(ii)* | (131.819) | (120.398) |
| Outros créditos | – | 10 |
| **Total** | **1.214.276** | **1.168.967** |

*(i)* É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Companhia realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.
*(ii)* Representa a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS.
Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por motivos como: (i) ausência de comprovação de vínculo; (ii) ausência de documentos relacionados ao processo, entre outros. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde a estimativa dos montantes que serão efetivamente glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

**6.2.2. Apresentamos a movimentação dos créditos a receber do FCVS:**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **1.168.957** | **1.068.834** |
| Adições - Pagamentos realizados | 88.645 | 149.014 |
| Baixas - Por recebimentos | (31.905) | (45.399) |
| Recuperação ao valor recuperável | (11.421) | (3.492) |
| **Saldo final** | **1.214.276** | **1.168.957** |

## 7. Operações de resseguradora

Apresentamos a seguir informações referentes às operações de resseguro:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Sinistros pagos a recuperar | 19.537 | 27.320 |
| Provisão para risco de crédito | (13.087) | (12.489) |
| **Operações com resseguradoras** | **6.450** | **14.831** |
| Provisão de sinistros a liquidar | 51.777 | 65.823 |
| Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR | 4.638 | 7.618 |
| Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE | 10.188 | 11.887 |
| Provisão de prêmios não ganhos - RVNE | 729 | 406 |
| Provisão de despesas relacionadas | 590 | 809 |
| **Ativos de resseguros - Provisões técnicas** | **67.922** | **86.543** |
| **Total** | **74.372** | **101.374** |

## 8. Outros valores e bens

Apresentamos a seguir as informações referentes a bens a venda e outros valores:

**8.1. Composição**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Bens a venda-salvados automóveis (8.2) | 14.869 | 15.476 |
| Direito a salvados - estimado (8.4) | 1.813 | 2.106 |
| Bens de direitos de uso (8.5) | 111.907 | – |
| Outros | 2.468 | 1.497 |
| **Total** | **131.057** | **19.079** |

**8.2. Movimentação de bens a venda - salvados**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **15.476** | **10.178** |
| Aviso de ressarcimento | 39.077 | 28.167 |
| Reabertura de ressarcimento | (1.346) | (978) |
| Cancelamento de ressarcimento | 203 | 261 |
| Recebimentos | (46.748) | (23.745) |
| **Saldo final** | **14.869** | **15.476** |

**8.3. Faixas de vencimento**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| De 1 a 60 dias | 2.417 | 3.439 |
| De 61 a 120 dias | 3.419 | 3.825 |
| De 121 a 180 dias | 2.174 | 1.765 |
| De 181 a 365 dias | 2.013 | 2.524 |
| Superior a 365 dias | 4.846 | 3.923 |
| | **14.869** | **15.476** |

**8.4. Direitos e salvados estimados**

| | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Salvados | | Ressarcimentos | |
| | **Expectativa de realização** | **Efetivas realizações** | **Expectativa de realização** | **Efetivas realizações** |
| No mês do pagamento | 1.328 | 73,28% | 29 | 73,22% |
| 1 mês após o pagamento | 298 | 16,44% | 6 | 16,43% |
| 2 meses após o pagamento | 68 | 3,75% | 1 | 3,75% |
| 3 meses após o pagamento | 29 | 1,59% | 1 | 1,60% |
| 4 meses após o pagamento | 19 | 1,06% | 0 | 1,07% |
| 5 meses após o pagamento | 18 | 1,00% | 0 | 0,99% |
| 6 meses após o pagamento | 12 | 0,65% | 0 | 0,66% |
| 7 meses após o pagamento | 9 | 0,52% | 0 | 0,51% |
| 8 meses após o pagamento | 4 | 0,22% | 0 | 0,28% |
| 9 meses após o pagamento | 6 | 0,31% | 0 | 0,30% |
| 10 meses após o pagamento | 4 | 0,21% | 0 | 0,20% |
| 11 meses após o pagamento | 5 | 0,28% | 0 | 0,28% |
| De 12º ao 17º mês | 10 | 0,58% | 0 | 0,58% |
| De 18º ao 23º mês | 2 | 0,12% | 0 | 0,13% |
| De 24º ao 29º mês | – | 0,00% | – | 0,00% |
| Após 30º mês | – | 0,00% | – | 0,00% |
| | **1.813** | **100,00%** | **39** | **100,00%** |
| Circulante | 1.813 | – | 39 | – |

Atualmente a expectativa está baseada no primeiro ano.

**8.5. Ativo de direito de uso**

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

| | | Movimentações | | | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Direito de uso** | **Saldo em 01/01/2021** | **Novos contratos** | **Alterações/ cancelamentos de contratos** | **Despesa de depreciação do período** | **Custo** | **Depreciação acumulada** | **Valor líquido** |
| Imóveis | **118.994** | **7.004** | **(3.288)** | **(16.882)** | **122.710** | **(16.882)** | **105.828** |
| Máquinas e Equipamentos | **10.037** | **1.005** | **–** | **(4.963)** | **11.041** | **(4.963)** | **6.079** |
| **Total** | **129.030** | **8.009** | **(3.288)** | **(21.845)** | **133.751** | **(21.845)** | **111.907** |

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pelo CPC 06 (R2).
A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 16,39% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

## 9. Títulos e créditos a receber

**9.1. Títulos e créditos a receber**

Os títulos e créditos a receber são representados substancialmente por Rateio de despesas compartilhadas. O saldo dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 146.378 (31 de dezembro de 2020 - R$ 89.656).

**9.2. Créditos tributários e previdenciários**

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

**9.2.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários**

| | | | | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contribuição social | | Imposto de renda | | Outros tributos | | |
| | **Circulante** | **Não circulante** | **Circulante** | **Não circulante** | **Circulante** | **Longo Prazo** | **Total** |
| A compensar | 748 | 2.816 | 1.771 | 6.501 | 1.467 | 7.370 | 20.673 |
| Adições temporárias | – | 332.583 | – | 554.070 | – | – | 886.653 |
| Tributos diferidos - TVM | – | 31.376 | – | 52.294 | – | – | 83.670 |
| **Total** | **748** | **366.775** | **1.771** | **612.865** | **1.467** | **7.370** | **990.996** |

| | | | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contribuição social | | Imposto de renda | | Outros tributos | | |
| | **Circulante** | **Não circulante** | **Circulante** | **Não circulante** | **Circulante** | **Longo Prazo** | **Total** |
| A compensar | 2.052 | – | 15.229 | – | 8.485 | – | 25.766 |
| Adições temporárias | – | 333.348 | – | 555.580 | – | – | 888.928 |
| Tributos diferidos - TVM | – | (22.770) | – | (37.950) | – | – | (60.720) |
| **Total** | **2.052** | **310.578** | **15.229** | **517.630** | **8.485** | **–** | **853.974** |

**9.2.2. Expectativa da efetiva realização**

| | Diferenças Temporárias | | Ajustes TVM | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ano de Realização** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** |
| 2022 | 48.849 | 6% | – | 0% | 48.849 | 5% |
| 2023 | 460.503 | 52% | 31.790 | 38% | 492.293 | 51% |
| 2024 | 46.311 | 5% | 6.779 | 8% | 53.090 | 5% |
| 2025 | 37.905 | 4% | 45.035 | 54% | 82.940 | 9% |
| 2026 | 24.076 | 3% | – | 0% | 24.076 | 2% |
| A partir 2027 | 269.009 | 30% | 66 | 0% | 269.075 | 28% |
| **Total** | **886.653** | **100%** | **83.670** | **100%** | **970.323** | **100%** |

**9.2.3. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido**

| | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|
| | **Contribuição Social** | **Imposto de Renda** | **Total** |
| **Saldo inicial de créditos tributários** | **310.578** | **517.630** | **828.208** |
| **Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias** | | | |
| Contingências tributárias | 3.232 | 5.387 | 8.619 |
| Contingências cíveis | (2.247) | (3.745) | (5.992) |
| Contingências trabalhistas | (166) | (277) | (443) |
| Provisão para risco de crédito | 5.268 | 8.545 | 13.813 |
| Provisão para participações nos lucros | (459) | (766) | (1.225) |
| Operações de arrendamento - CPC 06 | 570 | 949 | 1.519 |
| Outras provisões | (6.963) | (11.604) | (18.567) |
| Tributos diferidos - TVM | 54.147 | 90.244 | 144.391 |
| **Saldo atual dos créditos tributários** | **363.959** | **606.364** | **970.323** |
| Efeito no resultado das constituições e realizações | 765 | 1.510 | 2.275 |

**9.3. Outros créditos**

Os valores de outros créditos registrados no ativo circulante são representados substancialmente por saldos bancários bloqueados por decisão judicial. O saldo dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 64.828 (31 de dezembro de 2020 - R$ 69.482).

## 10. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

**10.1. Abertura por ramo**

| | | | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ramos** | **PPNG** | **PSL** | **IBNR** | **PDR** | **Total das Provisões Técnicas** | **Custos de aquisição diferidos** |
| Habitacional prestamista | – | 398.307 | 296.262 | 27.137 | 721.706 | – |
| Habitacional demais coberturas | – | 261.936 | 39.282 | 27.522 | 328.740 | – |
| Habitacional fora do SFH | 1 | 227.159 | 31.537 | 22.483 | 281.180 | – |
| Créd. doméstico risco pessoa física | – | 353 | 108 | 101 | 562 | – |
| Crédito doméstico risco comercial | – | 1.587 | 1.074 | 159 | 2.820 | – |
| Automóvel | 293.523 | 38.716 | 1.568 | 1.315 | 335.122 | 5.155 |
| Responsabilidade civil - veículos | 68.641 | 15.199 | 381 | 952 | 85.173 | 1.603 |
| Compreensivo residencial | 261.422 | 6.135 | 3.375 | 2.145 | 273.077 | 62.547 |
| Compreensivo empresarial | 108.537 | 21.205 | 3.042 | 694 | 133.478 | 12.967 |
| Riscos de engenharia | 7.274 | 3.217 | 386 | 64 | 10.941 | 991 |
| Demais ramos | 34.192 | 70.401 | 13.860 | 6.481 | 124.934 | 5.717 |
| **Total** | **773.590** | **1.044.215** | **390.875** | **89.053** | **2.297.733** | **88.980** |

| | | | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ramos** | **PPNG** | **PSL** | **IBNR** | **PDR** | **Total das Provisões Técnicas** | **Custos de aquisição diferidos** |
| Habitacional prestamista | – | 353.324 | 297.567 | 40.773 | 691.664 | – |
| Habitacional demais coberturas | – | 209.314 | 14.477 | 34.148 | 257.939 | – |
| Habitacional fora do SFH | – | 222.448 | 39.235 | 33.354 | 295.037 | – |
| Créd. doméstico risco pessoa física | – | 240 | 336 | 61 | 637 | – |
| Crédito doméstico risco comercial | – | 1.557 | 403 | 226 | 2.186 | – |
| Automóvel | 243.113 | 29.678 | 2.148 | 5.950 | 280.889 | 5.029 |
| Responsabilidade civil - veículos | 54.308 | 11.865 | 600 | 2.225 | 68.998 | 1.071 |
| Compreensivo residencial | 479.326 | 6.673 | 3.328 | 2.145 | 491.472 | 123.536 |
| Compreensivo empresarial | 44.070 | 22.929 | 3.350 | 2.623 | 72.972 | 10.889 |
| Riscos de engenharia | 15.661 | 3.423 | 317 | 385 | 19.786 | 1.669 |
| Demais ramos | 53.209 | 79.979 | 13.584 | 19.193 | 165.965 | 8.220 |
| **Total** | **889.687** | **941.430** | **375.345** | **141.083** | **2.347.545** | **150.414** |

**10.2. Movimentação**

| | PPNG | PSL | IBNR | PDR | Total das Provisões Técnicas | Custos de aquisição diferidos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021** | **889.687** | **941.430** | **375.345** | **141.083** | **2.347.545** | **150.414** |
| Constituições | 703.763 | 2.450 | 50.075 | 10.230 | 766.518 | 23.158 |
| Diferimentos/reversões | (819.860) | (2.024) | (34.545) | (33.108) | (889.537) | (84.592) |
| Aviso de sinistros/despesas de sinistro | – | 1.364.747 | – | 33.923 | 1.398.670 | – |
| Pagamento de sinistros/benefícios/ despesas de sinistro | – | (1.423.348) | – | (26.302) | (1.449.650) | – |
| Ajuste de estimativa de sinistros/ despesas de sinistro | – | 22.525 | – | (36.773) | (14.248) | – |
| Atualização monetária e juros | – | 138.435 | – | – | 138.435 | – |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2021** | **773.590** | **1.044.215** | **390.875** | **89.053** | **2.297.733** | **88.980** |

| | PPNG | PSL | IBNR | PDR | Total das Provisões Técnicas | Custos de aquisição diferidos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo inicial em 01 de janeiro de 2020** | **4.773.221** | **1.268.202** | **899.101** | **158.686** | **7.099.210** | **1.647.964** |
| Constituições | 724.073 | – | – | 10.297 | 734.370 | 98.802 |
| Diferimento/reversões | (352.704) | (62.529) | (353.059) | – | (768.292) | – |
| Aviso de sinistros/despesas de sinistro | – | 1.061.428 | – | – | 1.061.428 | – |
| Pagamento de sinistros/ benefícios/despesas de sinistro | – | (1.149.040) | – | – | (1.149.040) | – |
| Ajuste de estimativa de sinistros/ despesas de sinistro | – | 50.558 | – | – | 50.558 | – |
| Atualização monetária e juros | – | 64.046 | – | – | 64.046 | – |
| Baixa de acervo cindido (i) | (4.254.903) | (291.235) | (170.697) | (27.900) | (4.744.735) | (1.596.352) |
| **Saldo final em 31 de dezembro de 2020** | **889.687** | **941.430** | **375.345** | **141.083** | **2.347.545** | **150.414** |

*(i)* refere-se à baixa do acervo cindido relacionado as carteiras do Vida e Prestamista em 01/07/2020, conforme indicado na nota 1.1.

**10.3. Garantia das provisões técnicas**

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Provisões técnicas** | **2.297.733** | **2.347.545** |
| **Total das exclusões** | **588.744** | **567.229** |
| Provisões técnicas - Resseguro (PSL, IBNR,PDR) | 57.005 | 74.251 |
| Direito creditórios | 465.424 | 398.496 |
| Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG | 47.052 | 79.869 |
| Depósitos judiciais | 19.264 | 14.613 |
| **Total a ser coberto** | **1.708.989** | **1.780.316** |
| **Total dos ativos garantidores:** | **3.946.023** | **4.549.338** |
| Títulos da dívida pública | 3.000.108 | 3.968.331 |
| Letra Financeira | – | 131.660 |
| Quotas fundos de investimentos | 945.915 | 449.347 |
| **Suficiência de cobertura** | **2.237.034** | **2.769.022** |

## 11. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

**11.1. Sinistros brutos de resseguro**

| **Conciliação** | 31/12/2021 |
|---|---|
| Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros | 1.044.215 |
| **Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** | **1.044.215** |

a. **Sinistros administrativos**

| **Data de Aviso** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| No ano do aviso | – | – | 402.487 | 482.102 | 557.219 | 597.385 | 685.811 | 758.995 | 735.574 | 1.456.581 | – |
| 1 ano depois | – | 67.401 | 483.583 | 576.200 | 683.913 | 695.280 | 785.239 | 901.208 | 866.390 | – | – |
| 2 anos depois | 5.801 | 79.449 | 492.429 | 585.174 | 699.725 | 710.989 | 791.978 | 908.799 | – | – | – |
| 3 anos depois | 10.478 | 85.519 | 495.026 | 589.669 | 711.353 | 715.054 | 797.145 | – | – | – | – |
| 4 anos depois | 12.789 | 86.863 | 496.161 | 591.612 | 714.165 | 720.815 | – | – | – | – | – |
| 5 anos depois | 13.717 | 87.314 | 496.974 | 592.228 | 716.903 | – | – | – | – | – | – |
| 6 anos depois | 14.108 | 87.509 | 497.164 | 593.780 | – | – | – | – | – | – | – |
| 7 anos depois | 14.384 | 87.878 | 497.682 | – | – | – | – | – | – | – | – |
| 8 anos depois | 14.989 | 87.942 | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| 9 anos depois | 15.234 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Estimativa corrente | 15.234 | 87.942 | 497.682 | 593.780 | 716.903 | 720.815 | 797.145 | 908.799 | 866.390 | 1.456.581 | 6.661.271 |
| Pagamentos acumulados até a data-base | 15.116 | 87.941 | 497.675 | 593.715 | 715.012 | 715.971 | 794.224 | 905.126 | 851.511 | 1.265.951 | 6.442.242 |
| Passivo reconhecido no balanço | 118 | 1 | 7 | 65 | 1.891 | 4.844 | 2.921 | 3.673 | 14.879 | 190.630 | 219.029 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2012 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 448 |
| PSL de Retrocessão | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 7.037 |
| Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | (7.239) |
| **Total do passivo incluso no balanço** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **219.276** |

b. **Sinistros judiciais**

| **Data de Aviso** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| No ano do aviso | – | – | 2.742 | 647 | 374 | 1.178 | 804 | 738 | 3.073 | 51.367 | – |
| 1 ano depois | – | 616 | 4.084 | 2.488 | 2.697 | 3.456 | 3.037 | 27.302 | 86.468 | – | – |
| 2 anos depois | 800 | 2.262 | 5.181 | 4.395 | 6.645 | 5.145 | 6.556 | 122.832 | – | – | – |
| 3 anos depois | 1.937 | 3.948 | 8.926 | 6.727 | 11.003 | 9.581 | 85.878 | – | – | – | – |
| 4 anos depois | 3.235 | 5.180 | 11.032 | 11.542 | 14.792 | 98.909 | – | – | – | – | – |
| 5 anos depois | 4.489 | 7.193 | 11.852 | 14.726 | 114.603 | – | – | – | – | – | – |
| 6 anos depois | 6.293 | 7.732 | 14.737 | 70.528 | – | – | – | – | – | – | – |
| 7 anos depois | 7.029 | 9.371 | 58.598 | – | – | – | – | – | – | – | – |
| 8 anos depois | 9.187 | 49.575 | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| 9 anos depois | 55.811 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Estimativa corrente | 55.811 | 49.575 | 58.598 | 70.528 | 114.603 | 98.909 | 85.878 | 122.832 | 86.468 | 51.367 | 794.569 |
| Pagamentos acumulados até a data-base | 9.983 | 10.977 | 16.277 | 17.228 | 20.018 | 12.734 | 10.219 | 31.122 | 4.389 | 1.317 | 134.264 |
| Passivo reconhecido no balanço | 45.828 | 38.598 | 42.321 | 53.300 | 94.586 | 86.175 | 75.659 | 91.710 | 82.079 | 50.050 | 660.305 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2012 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 164.634 |
| **Total do passivo incluso no balanço** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **–** | **824.939** |

**11.2. Sinistros líquidos de resseguro**

| **Valores em Reais mil** | 31/12/2021 |
|---|---|
| Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros | 996.537 |
| **Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** | **996.537** |

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:50:15 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

a. **Sinistros administrativos *(i)***

| Data de Aviso | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| No ano do aviso | – | – | 402.474 | 481.990 | 556.985 | 597.376 | 682.770 | 755.109 | 726.064 | 1.448.043 | – |
| 1 ano depois | – | 67.401 | 483.569 | 576.076 | 683.680 | 693.403 | 773.765 | 843.282 | 843.997 | – | – |
| 2 anos depois | 5.746 | 79.408 | 492.415 | 585.050 | 699.073 | 708.450 | 778.290 | 832.521 | – | – | – |
| 3 anos depois | 10.344 | 85.415 | 495.013 | 589.453 | 709.838 | 710.325 | 780.739 | – | – | – | – |
| 4 anos depois | 12.655 | 86.758 | 496.148 | 591.169 | 712.283 | 711.547 | – | – | – | – | – |
| 5 anos depois | 13.583 | 87.210 | 496.950 | 591.782 | 713.743 | – | – | – | – | – | – |
| 6 anos depois | 13.974 | 87.393 | 497.140 | 593.333 | – | – | – | – | – | – | – |
| 7 anos depois | 14.230 | 87.763 | 497.658 | – | – | – | – | – | – | – | – |
| 8 anos depois | 14.835 | 87.826 | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| 9 anos depois | 15.022 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Estimativa corrente | 15.022 | 87.826 | 497.658 | 593.333 | 713.743 | 711.547 | 780.739 | 832.521 | 843.997 | 1.448.043 | 6.524.430 |
| Pagamentos acumulados até a data-base | 14.962 | 87.825 | 497.651 | 593.269 | 712.995 | 709.745 | 778.830 | 830.680 | 834.794 | 1.259.250 | 6.320.001 |
| Passivo reconhecido no balanço | 60 | 1 | 7 | 65 | 749 | 1.802 | 1.909 | 1.841 | 9.203 | 188.793 | 204.429 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2012 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 334 |
| PSL de Retrocessão | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 7.037 |
| Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | (7.239) |
| **Total do passivo incluso no balanço** | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | **204.561** |

b. **Sinistros judiciais *(i)***

| Data de Aviso | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| No ano do aviso | – | – | 2.485 | 645 | 364 | 1.172 | 804 | 738 | 3.073 | 50.643 | – |
| 1 ano depois | – | 616 | 3.826 | 2.487 | 2.653 | 3.450 | 3.037 | 15.502 | 85.526 | – | – |
| 2 anos depois | 799 | 2.262 | 4.923 | 4.394 | 6.600 | 5.139 | 6.339 | 100.866 | – | – | – |
| 3 anos depois | 1.936 | 3.948 | 8.669 | 6.726 | 10.439 | 9.574 | 84.154 | – | – | – | – |
| 4 anos depois | 3.233 | 5.180 | 9.867 | 10.740 | 14.228 | 92.162 | – | – | – | – | – |
| 5 anos depois | 4.474 | 7.193 | 10.687 | 13.924 | 105.906 | – | – | – | – | – | – |
| 6 anos depois | 6.278 | 7.732 | 13.573 | 67.544 | – | – | – | – | – | – | – |
| 7 anos depois | 7.014 | 9.371 | 57.262 | – | – | – | – | – | – | – | – |
| 8 anos depois | 9.172 | 48.664 | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| 9 anos depois | 55.647 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Estimativa corrente | 55.647 | 48.664 | 57.262 | 67.544 | 105.906 | 92.162 | 84.154 | 100.866 | 85.526 | 50.643 | 748.374 |
| Pagamentos acumulados até a data base | 9.969 | 10.977 | 15.112 | 16.426 | 19.454 | 12.728 | 9.835 | 11.019 | 3.785 | 1.030 | 110.335 |
| Passivo reconhecido no balanço | 45.678 | 37.686 | 42.150 | 51.117 | 86.452 | 79.434 | 74.319 | 89.847 | 81.741 | 49.613 | 638.039 |
| Passivo em relação a anos anteriores a 2012 | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | 153.937 |
| **Total do passivo incluso no balanço** | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | **791.976** |

***Nota:***

*i. Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.*

## 12. Discriminação das provisões de sinistros judiciais

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do período** | **753.785** | **794.984** |
| Total pago no período | (31.299) | (66.427) |
| Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período | 44.538 | 53.779 |
| **Quantidade de ações pagas no período** | **561** | **958** |
| **Novas constituições no período** | **128.598** | **121.068** |
| Novas constituições referentes a citações do exercício-base | 103.863 | 17.287 |
| Novas constituições referentes a citações do exercício N-1 | 20.010 | 42.762 |
| Novas constituições referentes a citações do exercício N-2 | 530 | 30.367 |
| Novas constituições referentes a citações do exercício N-3 e anteriores | 4.195 | 30.652 |
| **Quantidade de ações referentes a novas constituições no período** | **1.766** | **1.964** |
| Baixa da provisão por êxito | (7.520) | (18.791) |
| Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade | (158.636) | (11.355) |
| Alteração da provisão por atualização monetária e juros | 140.011 | 55.597 |
| Baixa de acervo cindido (i) | – | (121.291) |
| **Total de sinistros judiciais** | **824.939** | **753.785** |

*(i)* refere-se à baixa do acervo cindido relacionado às carteiras do Vida e Prestamista em 1/7/2020, conforme indicado na nota 1.1.

## 13. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

**13.1. Obrigações a pagar**

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Fornecedores | 6.025 | 14.790 |
| Dividendos | 196.449 | 289.996 |
| Honorários e remunerações a Pagar | 47.870 | 51.649 |
| Outras Obrigações a Pagar | 3.839 | 3.528 |
| **Total** | **254.183** | **359.963** |

**13.2. Impostos e contribuições**

São representados substancialmente pelo IRPJ e pela CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 306.800 (31 de dezembro de 2020 - R$ 167.687).

**13.3. Outras contas a pagar**

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Serviços de terceiros operacional | 21.043 | 38.665 |
| Serviços de terceiros administrativo | 135.123 | 172.423 |
| Outras obrigações a pagar | 6.698 | 4.979 |
| **Total** | **162.864** | **216.067** |

**13.4. Tributos diferidos passivos**

São representados substancialmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 4 (31 de dezembro de 2020 - R$ 7.441).

## 14. Débitos diversos

**14.1. Passivo de arrendamento**

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

| | Passivo de arrendamento | Juros a transcorrer de contratos de arrendamento | Passivo de arrendamento líquido |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | **163.898** | **(34.868)** | **129.030** |
| Apropriação de juros transcorridos | – | 8.560 | 8.560 |
| Constituições/reavaliações de contratos | 8.391 | (1.208) | 7.183 |
| Pagamentos | (26.980) | – | (26.980) |
| Outras/Baixas | (1.815) | 179 | (1.636) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **143.494** | **(27.337)** | **116.157** |
| **Circulante** | **26.107** | **(7.291)** | **18.816** |
| **Não circulante** | **117.387** | **(20.046)** | **97.341** |

*(*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pelo CPC 06 (R2).*

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,01% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

## 15. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prêmios antecipados | Prêmios e emolumentos recebidos | Outros depósitos | Total | Prêmios antecipados | Prêmios e emolumentos recebidos | Outros depósitos | Total |
| De 1 a 30 dias | 889 | 56 | 33.756 | 34.701 | 1.744 | 7.715 | 10.952 | 20.411 |
| De 31 a 60 dias | 1.159 | 7 | 6.499 | 7.665 | – | 2.219 | 8.762 | 10.981 |
| De 61 a 120 dias | 3 | 49 | 10.141 | 10.193 | – | 1.327 | 699 | 2.026 |
| De 121 a 180 dias | – | 94 | 578 | 672 | – | 13.383 | 18.862 | 32.245 |
| De 181 a 365 dias | – | 1.872 | 73 | 1.945 | – | 36.299 | 6.265 | 42.564 |
| Acima de 365 dias | 236 | 72.962 | 38.306 | 111.504 | – | 20.807 | 11.772 | 32.579 |
| **Total** | **2.287** | **75.040** | **89.353** | **166.680** | **1.744** | **81.750** | **57.312** | **140.806** |

## 16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

| | Depósitos judiciais | | Provisões judiciais | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ações judiciais cíveis | 55.781 | 53.422 | 625.342 | 608.821 |
| Ações judiciais trabalhistas | 17.923 | 16.714 | 21.760 | 22.868 |
| Ações judiciais fiscais | 857 | – | – | – |
| Obrigações legais - fiscal | 1.360.910 | 1.310.457 | 2.411.593 | 2.372.204 |
| Outras Obrigações | – | – | 796 | 915 |
| **Total** | **1.435.471** | **1.380.593** | **3.059.491** | **3.004.808** |

Os depósitos judiciais de causas cíveis correspondem substancialmente a depósitos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial, contabilizados na conta de Sinistros a Liquidar. O valor contabilizado para os sinistros judiciais em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 824.939 (31 de dezembro de 2020 - R$ 753.785).

***Cíveis***

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.370 (2020 - 7.525) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 422.534 (31 de dezembro de 2020 - R$ 391.032).

***Trabalhistas***

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

***Fiscais***

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/RJ - Axa Seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado R$ 1.051.124 (R$ 1.029.576 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. Em decorrência do histórico das decisões em negar provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, não tendo mais matéria para agravar, o grupo optou por desistir do processo da Caixa Seguradora em outubro de 2021. Período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado R$ 1.360.310 (R$ 1.342.469 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa, os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/RJ - Axa Seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - R$ 203.719 (R$ 203.719 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso - R$ 148.517 (R$ 142.208 em 31 de dezembro de 2020);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é Provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo. Período de 09/2015 a 12/2018 - R$ 385.514 (R$ 385.514 em 31 de dezembro de 2020);

(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é Possível. Antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF - R$ 4.123. (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

**16.1. Segregação em função da probabilidade de perda**

| | Remota | Possível | Provável | 31/12/2021 Total |
|---|---|---|---|---|
| Cíveis | 197.410 | 107.124 | 625.342 | 929.876 |
| Trabalhistas | 287 | 20.032 | 21.760 | 42.079 |
| Natureza fiscal - Obrigações legais | – | 1.051.283 | 1.360.310 | 2.411.593 |
| Natureza fiscal - Contingências | – | 27.844 | – | 27.844 |
| Outras Obrigações | – | – | 796 | 796 |
| | **197.697** | **1.206.283** | **2.008.208** | **3.412.188** |

| | Remota | Possível | Provável | 31/12/2020 Total |
|---|---|---|---|---|
| Cíveis | 236.532 | 89.560 | 608.821 | 934.913 |
| Trabalhistas | 395 | 11.402 | 22.868 | 34.665 |
| Natureza fiscal - Obrigações legais | – | 1.029.735 | 1.342.469 | 2.372.204 |
| Natureza fiscal - Contingências | – | 27.617 | – | 27.617 |
| Outras Obrigações | – | – | 915 | 915 |
| | **236.927** | **1.158.314** | **1.975.073** | **3.370.314** |

**16.2. Movimentação das ações judiciais**

| | Saldo 31/12/2020 | Reversões | Baixas | Adições/atualizações monetárias | Saldo 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ações judiciais cíveis | 608.821 | (59.699) | (2.192) | 78.412 | 625.342 |
| Ações judiciais trabalhistas | 22.868 | (2.440) | (2.987) | 4.319 | 21.760 |
| Provisões judiciais fiscais | – | – | – | – | – |
| Obrigações legais - fiscais | 2.372.204 | (919) | – | 40.308 | 2.411.593 |
| Outras Obrigações | 915 | (392) | – | 273 | 796 |
| **Total** | **3.004.808** | **(63.450)** | **(5.179)** | **123.312** | **3.059.491** |

## 17. Débitos de operações com seguros e resseguros

**17.1. Prêmios a restituir**

Refere-se substancialmente às parcelas de prêmios de seguros cancelados que estão pendentes de restituição. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 412.222 (31 de dezembro de 2020 - R$ 407.936).

**17.2. Outros débitos operacionais**

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Comercialização | 21.726 | 34.029 |
| Arrendamento balcão | – | 4.091 |
| Outros débitos | 29.490 | 46.801 |
| **Total** | **51.216** | **84.921** |

## 18. Patrimônio líquido

**18.1. Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 8.465.054 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

**18.2. Gestão de Capital**

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

**18.3. Reservas de lucros**

a. **Reserva legal -** é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, sendo constituída no final de cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 102.409 (31 de dezembro de 2020 - R$ 61.052)**.**

b. **Reserva de retenção de lucros -** é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio, a cada final de exercício. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro 2021 era de R$ 1.283.906 (31 de dezembro de 2020 - R$ 1.404.951).

**18.4. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do período | 827.151 | 1.221.035 |
| (–) Reserva Legal | (41.357) | (61.052) |
| **Base de cálculo de dividendos** | **785.794** | **1.159.983** |
| Dividendo mínimo - 25% | 196.448 | 289.996 |
| Juros sobre o capital próprio bruto | 96.000 | – |
| IR retido de juros sobre o capital próprio pagos | (14.400) | – |
| Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos | 81.600 | – |
| Dividendos propostos | 114.849 | 289.996 |
| **Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de IR** | **196.449** | **289.996** |

## 19. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

| | 31/12/2021 |
|---|---|
| **Patrimônio líquido** | **2.342.159** |
| **(+) Ajustes contábeis** | **(1.049.690)** |
| Despesas antecipadas | (12.418) |
| Créditos tributários de dif. Temporárias que excederem 15% do CMR | (869.534) |
| Ativos Intangíveis | (137.275) |
| Obras de arte | (221) |
| Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG | (30.242) |
| **(–) PLA Nível 3 - (C)** | **100.790** |
| **PLA Nível 1 - (A)** | **1.191.680** |
| **Ajustes associados à variação dos valores econômicos** | |
| (+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.4.17, Limite def. item 2.4.19) (*) | 206.866 |
| **PLA Nível 2 - (B)** | **206.866** |
| Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR | 100.790 |
| **PLA Nível 3 - (C)** | **100.790** |
| PLA Nível 2 - (B) + PLA Nível 3 - 50% do CMR | 0 |
| PLA Nível 3 - 15% do CMR | 0 |
| **Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)** | **0** |
| **Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C) + (D)** | **1.499.336** |
| **Capital base e capital adicional** | |
| **Capital base** | **15.000** |
| Capital de risco de crédito | 177.466 |
| Capital de risco de subscrição | 520.589 |
| Capital de risco de mercado | 83.996 |
| Capital de risco de operação | 15.223 |
| Benefício da correção entre risco | (125.342) |
| **Capital mínimo requerido (CMR) - (E)** | **671.932** |
| **Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)** | **827.404** |
| **% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) - (E) / (E))** | **123%** |

(*) Ajuste refere-se ao acréscimo do superávit entre as provisões constituídas que são passíveis de gerar PCC - líquidas dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados à PPNG e dos ativos de resseguro ou retrocessão relacionados àquelas provisões - e o fluxo realista de entradas e saídas decorrentes de prêmios/contribuições registradas - considerando as operações de resseguro ou de retrocessão relacionadas, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

## 20. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), a sua controladora direta ou indireta é controladora ou acionista das demais empresas identificadas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com as empresas de controle comum da sua Controladora e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativos | (Passivos) | Receitas | (Despesas) | Ativos | (Passivos) | Receitas | (Despesas) |
| **Disponibilidades:** | | | | | | | | |
| Caixa Econômica Federal | 1.015 | – | – | – | 2.746 | – | – | – |
| **Dividendos** | | | | | | | | |
| CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. | – | (114.849) | – | – | – | (289.996) | – | – |
| **Juros sobre capital próprio** | | | | | | | | |
| CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. | – | (81.600) | – | – | – | – | – | – |
| **Contribuições para plano de previdência privada** | | | | | | | | |
| Caixa Vida e Previdência S.A. | – | – | – | (14.250) | – | – | – | (14.877) |
| **Contribuições para plano de odonto** | | | | | | | | |
| Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. | – | – | – | (1.020) | – | – | – | (2.118) |
| **Prestação de serviços e reembolsos: *(i)*** | | | | | | | | |
| Caixa Vida e Previdência S.A. | 67.679 | (1.257) | 123.167 | – | 14.219 | – | 80.316 | – |
| Caixa Capitalização S.A. | 3.716 | (63) | 29.447 | – | 3.391 | (131) | 31.165 | – |
| Caixa Consórcios S.A. | 5.133 | – | 32.826 | – | 4.201 | – | 35.943 | – |
| Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda. | – | (324) | – | – | – | (196) | – | – |
| CNP Assurances Brasil Holding Ltda. | 1.624 | – | – | – | 132 | – | – | – |
| Caixa Econômica Federal | – | (10.616) | – | (144.142) | – | (17.057) | – | (400.737) |
| Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. | – | – | 1.665 | – | – | – | – | – |
| CNP Seguros Holding Brasil S.A. | – | – | – | – | – | – | 32 | – |
| CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. | – | – | – | – | – | – | 184 | – |
| Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (ii) | – | (300) | – | (138.650) | – | (7.106) | – | (468.562) |
| Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. | 79 | – | (1) | – | 96 | – | – | – |
| Companhia de Seguros Previdência do Sul | 915 | (139) | 1.659 | – | – | (20) | – | – |
| XS5 Administradora de Consórcios S.A. | 902 | – | 1.277 | – | – | – | – | – |
| Fundos de Investimento Exclusivos | – | – | 17 | (112) | – | – | 17 | (558) |
| **Títulos de capitalização *(iii)*** | | | | | | | | |
| Caixa Capitalização S.A. | 1.082 | (63) | 82 | (1.049) | 1.816 | (131) | 922 | (7.085) |
| **Operações de seguros** | | | | | | | | |
| Caixa Vida e Previdência S.A. | – | – | 23 | – | – | – | 27 | – |
| Caixa Capitalização S.A. | – | – | 9 | – | – | – | 13 | – |
| Caixa Consórcios S.A. | – | – | 3.219 | (8) | – | – | 15.062 | (15) |
| Caixa Econômica Federal (iv) | 105 | (12.213) | 6.200 | (3.130) | 105 | (9.850) | 630 | (574) |
| Seguradora Líder - DPVAT | 954 | – | 1.203 | – | 1.861 | – | 410 | (1.279) |
| Youse Seguradora S.A. | – | – | 1 | – | – | – | – | – |
| Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. | – | – | 7 | – | – | – | 8 | – |
| CNP Seguros Holding Brasil S.A. | – | – | 1 | – | – | – | 1 | – |
| Companhia de Seguros Previdência do Sul | 919 | (146) | 30 | (1.662) | 5.568 | (15.397) | 27.084 | (10.021) |
| XS2 Vida e Previdência S.A. | – | – | 18 | – | – | – | – | – |
| XS5 Admin. Consórcio S.A | – | – | 4 | – | – | – | – | – |
| **Remuneração do pessoal-chave da administração** | | | | | | | | |
| Remuneração e benefícios de curto prazo | – | – | – | (4.777) | – | – | – | (5.597) |

*(i) Compreendem as receitas e despesas relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas, além da remuneração à Caixa Econômica Federal, decorrente do uso do balcão na comercialização dos produtos;*

*(ii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;*

*(iii) Referem-se aos produtos acoplados adquiridos junto à Caixa Capitalização S.A.;*

*(iv) Refere-se a contratos ativos de seguros contratados, sendo os valores apresentado os prêmios e sinistros dessas apólices.*

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

## 21. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **a) Sinistros ocorridos** | | |
| Indenizações avisadas | (1.409.429) | (1.148.580) |
| Despesas com sinistros | 11.948 | (58.994) |
| Serviços de assistência | (25.441) | (62.381) |
| Recuperação de sinistros | 23.378 | 38.608 |
| Salvados e ressarcimentos | 85.569 | 22.831 |
| Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados | (15.238) | (120.378) |
| **Total** | **(1.329.213)** | **(1.328.894)** |
| **b) Custos de aquisição** | | |
| Comissões de corretagem sobre vendas | (159.271) | (360.247) |
| Remuneração CAIXA | (137.469) | (523.916) |
| Variação das despesas de comercialização diferidas | (36.339) | 78.205 |
| Outras despesas de comercialização | (17.248) | (38.538) |
| **Total** | **(350.327)** | **(844.496)** |
| **c) Outras receitas/despesas operacionais** | | |
| Outras receitas com operações de seguros | (2.920) | (15.208) |
| Consórcio DPVAT | 1.203 | 344 |
| Tarifa de cobrança e uso de balcão | (8.662) | (25.103) |
| Despesas com administração de apólices ou contratos | – | (15.032) |
| Redução ao valor recuperável para recebíveis | 6.661 | (43.471) |
| Despesas com provisões cíveis | 14.981 | (17.988) |
| Títulos de capitalização | (1.049) | (7.222) |
| Custos processuais | (35.532) | (36.399) |
| Serviços com manuseio de documentos | (3.490) | (9.252) |
| Central de relacionamento | (5.560) | (9.545) |
| Serviços técnicos e vistorias | (3.152) | (13.386) |
| Publicidade e propaganda - produto | (7.639) | (12.788) |
| Despesas sobre faturamento | (13.289) | (24.944) |
| Serviços de terceiros | (14.315) | (18.470) |
| Outras despesas operacionais | (3.728) | (14.007) |
| **Total** | **(76.491)** | **(262.471)** |
| **d) Despesas administrativas** | | |
| Pessoal próprio | (101.830) | (128.361) |
| Serviços de terceiros | (34.885) | (190.377) |
| Localização | (29.123) | (90.038) |
| Publicidade e propaganda | (35.687) | (27.433) |
| Direito de uso - arrendamento | (22.493) | – |
| Outras despesas administrativas | (7.775) | (1.286) |
| **Total** | **(231.793)** | **(437.495)** |

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:51:18 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

| e) Despesas com tributos | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| IPTU e ISS | (1.064) | (1.294) |
| PIS/COFINS | (104.303) | (190.363) |
| Taxa de fiscalização | (4.376) | (4.335) |
| Tributos federais | (1.293) | (8) |
| Outras despesas com tributos | (49) | (531) |
| **Total** | **(111.085)** | **(196.531)** |
| **f) Receitas/despesas financeiras** | | |
| Resultado com títulos de renda variável | (10.315) | (36.189) |
| Resultado com títulos de renda fixa | 242.280 | 507.140 |
| Resultado com fundos de investimentos | 54.615 | 86.606 |
| Receitas financeiras com operações de seguros | 3.256 | 3.812 |
| Despesas financeiras com operações de seguros | (142.372) | (60.937) |
| Juros e atualizações - contingências tributárias | (22.343) | (24.151) |
| Outras receitas e despesas financeiras | 7.994 | (45.066) |
| **Total** | **133.115** | **431.215** |
| **g) Ganhos ou perdas com ativos não correntes** | | |
| Redução ao valor recuperável *(i)* | (11.421) | (3.492) |
| Outras despesas não correntes *(i)* | (31.502) | (66.535) |
| Outras despesas | (7.343) | (41.972) |
| **Total** | **(50.266)** | **(111.999)** |

*(i) Os valores de "Redução ao valor recuperável" e "Outras despesas não correntes" são relacionados a atividade do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, vide nota 6.2.*

### 23. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| Descrição | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda |
| Resultado antes dos tributos e após participações | 1.347.106 | 1.347.106 | 2.042.447 | 2.042.447 |
| (–) Juros sobre o capital próprio | (96.000) | (96.000) | – | – |
| **Base de cálculo** | **1.251.106** | **1.251.106** | **2.042.447** | **2.042.447** |
| Taxa nominal do tributo | 20,00% | 25,00% | 15,00% | 25,00% |
| **Tributos calculado a taxa nominal** | **(250.221)** | **(312.777)** | **(306.367)** | **(510.612)** |
| Ajustes do lucro real | (15.454) | (14.329) | 266.050 | 266.050 |
| Benefícios incentivados | (10.108) | (10.108) | – | – |
| Ajustes temporários diferidos | 3.827 | 6.041 | (249.569) | (249.569) |
| Ajuste de exercício anterior | 19.761 | (5.866) | – | – |
| Diferencial de alíquota até junho/2021 | (169.715) | – | – | – |
| **Total dos ajustes a base de cálculo** | **(171.689)** | **(24.262)** | **16.481** | **16.481** |
| **Tributos sobre os ajustes** | **34.338** | **6.066** | **(2.472)** | **(4.120)** |
| **Incentivos fiscais** | | 2.639 | | 2.159 |
| **Despesa contabilizada** | **(215.883)** | **(304.072)** | **(308.839)** | **(512.573)** |
| **Taxa efetiva** | **17,26%** | **24,30%** | **15,12%** | **25,10%** |

### 24. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.
Nos termos do regulamento do plano, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário-base do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 14.250 (31 de dezembro de 2020 - 14.877).

### 24. Abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento

Demonstramos a seguir os principais ramos de atuação da Companhia, além do índice de sinistralidade e de comercialização:

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ramos | Prêmio ganho | Índice de sinistralidade*(i)* | Índice de comissionamento | Prêmio ganho | Índice de sinistralidade*(i)* | Índice de comissionamento |
| Vida em grupo | – | 0,00% | 0,00% | 1.388.934 | 19,59% | 27,87% |
| Vida individual | 7.981 | 43,37% | 39,70% | 7.346 | 15,19% | 32,98% |
| Habitacional prestamista | 1.869.029 | 53,65% | 8,38% | 1.751.700 | 33,51% | 8,63% |
| Habitacional demais apólices | 582.014 | 5,53% | 8,69% | 564.154 | 17,37% | 8,64% |
| Habitacional fora do SFH | 210.624 | 8,68% | 0,82% | 275.018 | 17,42% | 0,74% |
| Riscos de engenharia | 12.413 | 28,17% | 9,62% | 14.576 | 14,14% | 9,94% |
| Acidentes pessoais | 582 | 134,07% | 0,00% | 37.687 | 12,00% | 33,37% |
| Automóvel | 259.733 | 64,37% | 12,65% | 306.473 | 56,16% | 12,68% |
| Compreensivo residencial | 326.515 | 16,14% | 24,76% | 342.871 | 22,02% | 44,63% |
| Compreensivo empresarial | 104.816 | 31,46% | 19,69% | 142.930 | 34,63% | 25,75% |
| Demais ramos | 75.433 | 20,32% | 3,11% | 19.740 | 96,37% | 52,74% |
| **Total** | **3.449.140** | **38,54%** | **10,16%** | **4.851.429** | **27,39%** | **17,41%** |

*(i) - Índice de sinistralidade obtido através da divisão dos Sinistros Ocorridos pelos Prêmios Ganhos.*

### 25. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

### 26. Outras informações

**a. Informações complementares - Investigação Canal Seguro.**
Em 26/11/2020, foi deflagrada uma nova fase da operação Descarte (13a) – Canal Seguro pela Polícia Federal ("Operação Canal Seguro"), que investiga um esquema pelo qual haveria a simulação e/ou superfaturamento de prestação de serviços para a Caixa Seguradora S.A., dentre outras empresas não pertencentes ao seu Grupo CNP Seguros Holding Brasil S.A.
É importante ressaltar que dentre as empresas do Grupo, somente a Caixa Seguradora S.A. foi mencionada nas peças do Inquérito Penal, instaurado para investigar os fatos relatados na Operação Canal Seguro.
Diante desse contexto, a Administração da CNP Seguros Holding Brasil S.A., determinou a constituição de um Comitê de Investigação e tomou várias medidas para lidar com a situação, como: criação de um Comitê de Crise; afastamento temporário das atividades dos profissionais que poderiam estar envolvidos no alegado esquema; contratação de empresas especializadas para assessoramento nesse processo, tendo sendo iniciado o processo de investigação interna conduzido pelo Comitê de Investigação constituído por auditor externo independente, escritório de advocacia especializado e um consultor independente.
Em 14/02/2022, o Relatório de Investigação, resultado da investigação conduzida pela Companhia, foi concluído e apresentado ao Presidente do Conselho de Administração, sem qualquer apontamento de violação de lei, bem como não foram identificados e apontados atos ou condutas ilícitas cometidas pela Companhia ou seus administradores anteriores ou atuais. Nesse contexto, frente à ausência de apontamento de violação de lei ou prática de atos ilícitos pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e/ou seus administradores, os trabalhos de investigação foram dados como concluídos e encerrados.

## Conselho de Administração

**Xavier Larnaudie-Eiffel** – Presidente
**Pedro Duarte Guimarães**
**Asma Zidani Ep Baccar**
**Eduardo Fabiano Alves da Silva**
**Camila de Freitas Aichinger**

## Diretoria Executiva

**Asma Zidani EP Baccar** – Diretora Presidente
**Paulo Otavio Silva Camara** – Diretor de Operações Centralizadas
**Eduardo Fabiano Alves da Silva** – Diretor Financeiro

## Conselho Fiscal

**José Marcolino Lincoln** – Membro do Conselho Fiscal
**Sergio Ruffoni Guedes** – Membro do Conselho Fiscal
**Gryecos Attom Valente Loureiro** – Membro do Conselho Fiscal

## Contador

**Marco Antonio Barbosa Pires**
Contador - CRC DF 014151/O-6

## Atuário

**Andrés Marco Botalla**
Atuário MIBA nº 3663

## Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ênfase emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

## Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
**Caixa Seguradora S.A.**
Brasília - DF

**Escopo da Auditoria Atuarial**
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**
A Administração da Caixa Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

**Outros assuntos**
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904
São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

**Anexo I - Caixa Seguradora S.A.** *(Em milhares de Reais)*

| 1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores | 31/12/2021 |
|---|---|
| **Total de provisões técnicas auditadas** | 2.297.733 |
| **Total de ativos de resseguro** | 67.922 |
| **Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros** | 6.428 |
| **2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas** | **31/12/2021** |
| **Provisões Técnicas auditadas (a)** | 2.297.733 |
| Valores redutores auditados (b) | 588.744 |
| **Total a ser coberto (a-b)** | **1.708.989** |
| **3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido** | **31/12/2021** |
| Capital Base (a) | 15.000 |
| Capital de Risco (CR) (b) | 671.932 |
| **Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)** | **671.932** |
| **4. Demonstrativo da Solvência** | **31/12/2021** |
| Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a) | 1.499.336 |
| Ajustes Econômicos do PLA | 206.866 |
| Exigência de Capital (CMR) (b) | 671.932 |
| **Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)** | **827.404** |
| Ativos Garantidores (d) | 3.946.023 |
| Total a ser Coberto (e) | 1.708.989 |
| **Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)** | **2.237.034** |
| **5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)** | **31/12/2021** |
| 0112 | 50 |
| 1601 | 1.100 |
| 0141, 0173, 0195, 0234, 0351, 0433, 0435, 0524, 0544, 0621, 0622, 0644, 0746, 0969, 0980, 1101, 1102, 1103, 1104, 1108, 1109, 1162, 1163, 1164, 1417, 1597 | 1.450 |
| 0310 | 2.500 |
| 0116, 0520, 0991, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391 | 3.000 |
| 0745 | 4.500 |
| 0114, 0118, 0167, 0171, 0531, 0542, 0553, 0654, 0740, 0819, 0870, 0929, 0981, 0982, 0984, 0986, 0987, 0993, 1065, 1068, 1198, 1377, 1433, 1535 | 5.750 |
| 1061 | 7.900 |
| 0775, 0776 | 8.550 |
| 0748, 0860 | 10.000 |
| 0111 | 11.000 |
| 0196 | 15.000 |
| 0977 | 20.000 |

## Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da**
**Caixa Seguradora S.A.**
*Brasília - DF*

**Opinião**
Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Reapresentação dos valores correspondentes**
Chamamos a atenção a nota 2.16, às demonstrações financeiras, que indica que as informações comparativas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas em função da compensação de certos ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, além da reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - créditos do SFH**

**Principal assunto de auditoria**
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, conforme detalhado na nota explicativa n° 6.2. A Companhia vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da condenação nos processos judiciais. A mensuração da redução ao valor recuperável dos referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas nestes processos. Consideramos a avaliação das premissas e metodologia adotadas pela administração para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, como principal assunto de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e do julgamento envolvido na determinação do saldo da referida provisão.

**Como auditoria endereçou esse assunto**
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos relacionados à identificação e registro dos créditos a receber do FCVS relativo ao seguro habitacional do SFH, bem como o processo de mensuração da respectiva redução ao valor recuperável; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na mensuração da redução ao valor recuperável dos créditos a receber do FCVS, tais como índice histórico de glosa e de recuperabilidade das ações de cobrança; (iii) recálculo da referida provisão com base no método e premissas adotadas pela Administração; (iv) inspeção, com base em amostragem, dos documentos suportes das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da precisão dos dados utilizados para cálculo da redução ao valor recuperável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Provisões técnicas de seguros (PSL, PDR e IBNR) e teste de adequação de passivos**

**Principal assunto de auditoria**
A Seguradora mantêm provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 conforme notas explicativas n° 2.9 e 10. Para mensurar o teste de adequação de passivos e certas provisões técnicas de - seguros, tais como provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a Seguradora utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem a expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas.

**Como auditoria endereçou esse assunto**
Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo: (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos. (ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: (vi) na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e PDR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; (vii) na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e PDR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; (viii) na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; (iv) testes de integridade e precisão das bases de dados que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, por meio do confronto com as bases analíticas suportes aos registros contábeis; bem como, testes de precisão dos sinistros avisados e pagos por meio do confronto com as respectivas documentações suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Outros assuntos**

**Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**
O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.16, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

**Érika Carvalho Ramos**
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:52:29 -03'00'

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

# Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Companhia)" (em fase de alteração da razão social para CNP Capitalização S.A.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
O lucro líquido da Companhia atingiu R$ 107,5 milhões, propiciando assim uma expressiva rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 32,1%. A receita com arrecadação de títulos de capitalização em 2021 foi de R$ 1.139,3 milhões, ficando 17,3% inferior ao valor registrado em 2020 de R$ 1.377,8 milhões. Já o resultado financeiro de 2021 de R$ 156,8 milhões, superou o resultado alcançado em 2020 em 15,7%.
Os ativos financeiros da Companhia ao final do exercício de 2021 totalizaram R$ 3.220,7 milhões, indicando um decréscimo de 10,9% em relação ao valor alcançado em 2020, que foi de R$ 3.614,9 milhões, sendo que essa variação teve um forte impacto da redução de reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda. As provisões técnicas totalizaram R$ 3.036,0 milhões, o que representa um decréscimo de 3,6% em relação ao saldo de 2020. O patrimônio líquido da Companhia no final do exercício de 2021 atingiu o patamar de R$ 244,8 milhões.
Continuamos com resultados sólidos, apesar de todos os desafios impostos pela Covid-19. A empresa terminou o ano com 1,3 milhão de clientes ativos. Destes, 7,7 mil foram contemplados no último ano e receberam um total de R$ 26,4 milhões em prêmios.
**Distribuição de Dividendos**
Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício. Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 648/21, serão mantidos até o vencimento.
**Considerações Finais e Agradecimentos**
A CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Seguros Participações Securitárias Ltda. (nova denominação social de Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.) e Icatu Seguros S.A. - do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo Financeiro, do Conselho Fiscal e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.
Brasília, 21 de fevereiro de 2022.
**A Administração**

## Balanço Patrimonial
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | |
| **CIRCULANTE** | | **844.673** | **1.081.115** |
| **Disponível** | | **561** | **1.417** |
| Caixa e bancos | | 561 | 1.417 |
| **Aplicações** | **5** | **820.570** | **1.054.026** |
| **Títulos e créditos a receber** | **6** | **18.698** | **17.213** |
| Títulos e créditos a receber | 6.1 | 17.598 | 9.274 |
| Créditos tributários e previdenciários | 6.2 | 943 | 7.827 |
| Outros créditos | | 157 | 112 |
| **Outros valores e bens** | | **208** | **211** |
| Outros valores | | 208 | 211 |
| **Despesas antecipadas** | | **108** | **132** |
| **Custos de aquisições diferidos** | | **4.528** | **8.116** |
| Capitalização | | 4.528 | 8.116 |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | **2.824.440** | **2.893.655** |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | **2.822.443** | **2.890.948** |
| **Aplicações** | **5** | **2.400.166** | **2.560.902** |
| **Títulos e créditos a receber** | | **397.041** | **294.545** |
| Créditos tributários e previdenciários | 6.2 | 92.053 | – |
| Depósitos judiciais e fiscais | 11 | 304.988 | 294.545 |
| **Outros valores e bens** | **7** | **4.690** | **–** |
| **Custos de aquisição diferidos** | | **20.546** | **35.501** |
| Capitalização | | 20.546 | 35.501 |
| **Investimentos** | | **4** | **4** |
| Outros Investimentos | | 4 | 4 |
| **Imobilizado** | | **13** | **74** |
| Bens móveis | | 13 | 74 |
| **Intangível** | | **1.980** | **2.629** |
| Outros intangíveis | | 1.980 | 2.629 |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **3.669.113** | **3.974.770** |

| | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO** | | | |
| **CIRCULANTE** | | **3.136.567** | **3.237.991** |
| **Contas a pagar** | | **88.441** | **76.451** |
| Obrigações a pagar | 8.1 | 31.252 | 32.241 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | | 1.064 | 1.307 |
| Encargos trabalhistas | | 474 | 481 |
| Impostos e contribuições | 8.2 | 52.541 | 38.729 |
| Outras contas a pagar | 8.3 | 3.110 | 3.693 |
| **Débitos de operações com capitalização** | | **10.836** | **11.652** |
| Débitos operacionais | | 10.836 | 11.652 |
| **Depósitos de terceiros** | **10** | **748** | **892** |
| **Provisões técnicas - capitalização** | **12** | **3.035.968** | **3.148.996** |
| Provisão para resgates | | 2.982.345 | 3.096.824 |
| Provisão para sorteio | | 37.481 | 38.849 |
| Provisão administrativa | | 16.142 | 13.323 |
| **Outros débitos** | | **574** | **–** |
| Débitos diversos | 9 | 574 | – |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | **287.706** | **312.689** |
| **Contas a pagar** | **8** | **–** | **31.346** |
| Tributos diferidos | 8.4 | – | 31.346 |
| **Outros débitos** | | **287.706** | **281.343** |
| Provisões judiciais | 11 | 283.440 | 281.343 |
| Débitos diversos | 9 | 4.266 | – |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **13** | **244.840** | **424.090** |
| Capital social | 13.1 | 210.000 | 210.000 |
| Reservas de lucros | 13.2 | 116.775 | 114.673 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | (81.935) | 99.417 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **3.669.113** | **3.974.770** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Receita líquida com títulos de capitalização** | | **128.418** | **231.071** |
| Arrecadação com títulos de capitalização | | 1.139.345 | 1.377.770 |
| Variação da provisão para resgate | | (1.010.927) | (1.146.699) |
| **Variação das provisões técnicas** | | **(2.819)** | **501** |
| **Resultado com sorteio** | | **(34.660)** | **(48.151)** |
| **Custos de aquisição** | **16.a** | **(49.839)** | **(96.225)** |
| **Outras receitas e despesas operacionais** | **16.b** | **41.582** | **26.282** |
| Outras receitas operacionais | | 56.122 | 43.482 |
| Outras despesas operacionais | | (14.540) | (17.200) |
| **Despesas administrativas** | **16.c** | **(44.069)** | **(49.552)** |
| Pessoal próprio | | (17.662) | (21.188) |
| Serviços de terceiros | | (10.876) | (11.375) |
| Localização e funcionamento | | (7.159) | (8.278) |
| Publicidade e propaganda | | (7.945) | (7.865) |
| Publicações | | (102) | (68) |
| Donativos e contribuições | | (183) | (192) |
| Despesas administrativas diversas | | (142) | (586) |
| **Despesas com tributos** | **16.d** | **(8.470)** | **(12.083)** |
| **Resultado financeiro** | **16.e** | **156.826** | **135.545** |
| Receitas financeiras | | 267.848 | 249.267 |
| Despesas financeiras | | (111.022) | (113.722) |
| **Resultado operacional** | | **186.969** | **187.388** |
| **Ganhos ou perdas com ativos não correntes** | | **(40)** | **–** |
| **Resultado antes dos impostos e participações** | | **186.929** | **187.388** |
| Imposto de renda | 17 | (47.532) | (46.056) |
| Contribuição social | 17 | (31.481) | (28.284) |
| Participações sobre o resultado | 18 | (408) | (946) |
| **Lucro líquido do exercício** | | **107.508** | **112.102** |
| **Quantidade de ações** | | **8.000** | **8.000** |
| **Lucro líquido por ação em R$** | | **13.438,57** | **14.012,78** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado Abrangente
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **107.508** | **112.102** |
| **Outros resultados abrangentes** | **(181.352)** | **1.216** |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | (302.253) | 2.027 |
| Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários | 120.901 | (811) |
| **Total dos resultados abrangentes para o exercício** | **(73.844)** | **113.318** |
| **Quantidade de ações** | **8.000** | **8.000** |
| **Lucro líquido por ação em R$** | **(9.230,43)** | **14.164,79** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Descrição | Capital Social | Reservas de Lucros | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2019** | **210.000** | **155.251** | **98.201** | **–** | **463.452** |
| Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020 | – | (126.056) | – | – | (126.056) |
| Ajustes com títulos e valores mobiliários | – | – | 1.216 | – | 1.216 |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 112.102 | 112.102 |
| **Proposta de destinação do Resultado** | | | | | |
| Reserva legal | – | 5.605 | – | (5.605) | – |
| Reserva de lucros | – | 79.873 | – | (79.873) | – |
| Dividendos (R$ 3.328,03 por ação) | – | – | – | (26.624) | (26.624) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2020** | **210.000** | **114.673** | **99.417** | **–** | **424.090** |
| Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021 | – | (79.873) | – | – | (79.873) |
| Ajustes com títulos e valores mobiliários | – | – | (181.352) | – | (181.352) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 107.508 | 107.508 |
| **Proposta de destinação do Resultado** | | | | | |
| Reserva legal | – | 5.375 | – | (5.375) | – |
| Reserva de lucros | – | 76.600 | – | (76.600) | – |
| Dividendos (R$ 3.191,66 por ação) | – | – | – | (25.533) | (25.533) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **210.000** | **116.775** | **(81.935)** | **–** | **244.840** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
### (Em milhares de reais)

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **107.509** | **112.102** |
| **Ajustes para:** | | |
| Depreciação e amortizações | 1.361 | 683 |
| Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16 | 355 | – |
| Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível | 40 | – |
| Ajuste de prescrição e penalidades de títulos | (55.588) | (19.141) |
| Custos de Aquisição Diferidos | 18.543 | 16.746 |
| Variação de Provisões Técnicas - Seguros, Resseguros e Capitalização | 2.819 | (501) |
| **Variação nas contas patrimoniais:** | | – |
| Ativos financeiros | 212.839 | (202.501) |
| Créditos fiscais e previdenciários | 6.883 | 4.376 |
| Ativo fiscal diferido | (92.053) | 35.144 |
| Depósitos judiciais e fiscais | (10.442) | (17.267) |
| Despesas antecipadas | 23 | (67) |
| Outros ativos | (8.373) | (1.559) |
| Impostos e contribuições | 42.017 | 28.813 |
| Outras contas a pagar | (481) | (172) |
| Débitos de operações com capitalização | (815) | (2.941) |
| Depósitos de terceiros | (143) | (2.308) |
| Provisões técnicas - capitalização | (60.259) | 293.459 |
| Provisões judiciais | 2.097 | 12.073 |
| Outros passivos | (362) | (146) |
| **Caixa gerado pelas operações** | **165.970** | **256.793** |
| Juros recebidos | 361 | 685 |
| Imposto sobre o lucro pagos | (59.794) | (94.825) |
| **Caixa líquido gerado nas atividades operacionais** | **106.537** | **162.653** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | |
| **Pagamento pela compra:** | **(5)** | **(2)** |
| Intangível | (5) | (2) |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos** | **(5)** | **(2)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** | | |
| Distribuição de dividendos | (106.497) | (168.075) |
| Outros | (891) | – |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos** | **(107.388)** | **(168.075)** |
| **Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa** | **(856)** | **(5.424)** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | **1.417** | **6.841** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | **561** | **1.417** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Caixa Capitalização S.A. (Em processo de alteração para CNP Capitalização S.A.), sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e tem por objeto social atuar no segmento de capitalização. A Companhia iniciou suas operações em julho de 1997 e mantém atualmente a comercialização dos seguintes produtos:
• Pagamento mensal: Cap Vencedor
• Pagamento único: Acoplados
A partir de 01/08/2021 a Companhia deixou de comercializar os produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continuará comercializando os produtos em outros canais de venda.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.
**2.1 Base de preparação**
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022) incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022.
**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real (R$) a moeda funcional e de apresentação da Companhia.
**2.3 Caixa e bancos**
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.
**2.4 Ativos Financeiros**
**2.4.1 Classificação e reconhecimento**
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.
**a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento**
Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data base do balanço. Os títulos da categoria valor justo por meio do resultado, antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponível para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.
**2.4.2 Mensuração**
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:
**a.** Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
**b.** Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.
**c.** Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos; ou
**d.** Instrumentos financeiros derivativos: reconhecidos inicialmente pelo valor justo com os custos de transação incorridos no resultado do período, sendo classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
**2.5 *Impairment***
**2.5.1 *Impairment* de ativos financeiros**
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.
**a. Ativos registrados ao custo amortizado**
Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.
**b. Ativos classificados como disponível para venda**
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.
**2.5.2 *Impairment* de ativos não financeiros**
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
**2.6 Adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2)**
A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2021, utilizando a abordagem retrospectiva modificada com a simplificação permitida pela norma, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2021. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2020 não serão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.
**Definição de arrendamento**
Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.
Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.
As notas explicativas nº 7 e nº 9.1 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.
**Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17**
Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.
Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:
Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.
A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 4/1/2021.
**2.7 Provisões técnicas**
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.
A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto.
A Provisão para Resgate (PR) contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contados a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.
A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela TR e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.
A Provisão de Sorteios a Pagar (PSP) é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela TR desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.
A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, através de comparação da projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos, sendo a parcela de carregamento líquida das despesas de comercialização e todas as projeções efetuadas considerando um cenário de *run-off*.
**2.7.1 Características dos Produtos**
O quadro a seguir apresenta as modalidades, taxas de carregamento e taxa de juros dos produtos comercializados pela Companhia em 31/12/2021:

| Produto | Modalidade | Taxas de carregamento | Taxas de juros |
|---|---|---|---|
| CAP Ganhador PM72 | PM | 1ª a 3ª 88,2905%<br>4ª a 17ª 28,2905%<br>18ª a 72ª 0,4687% | 0,35% |
| CAP Vencedor | PM | 1ª a 3ª 88,2905%<br>4ª a 17ª 28,2905%<br>18ª a 72ª 0,4687% | 0,35% |
| CAP Ganhador PU48 | PU | 12,1916% | 0,35% |
| CAP Aluguel 15 meses 95 | PU | 9,80917% | 0,35% |
| CAP Aluguel 12 meses 95 | PU | 10,50231% | 0,50% |
| SuperXCap (versão 2019) | PM | 1ª 85,6415%<br>2ª 86,4184%<br>3ª 85,4159%<br>4ª a 5ª 26,4184%<br>A partir da 6ª<br>Parcelas múltiplas de 3:<br>0,0583%<br>Demais: 1,0608% | 0,35% |
| Acoplados | Acoplados | Entre 11,1693% e 33,3185% | 0,16% |

**2.8 Ativos e passivos circulantes e não circulantes**
Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
**2.9 Custos de aquisição diferidos**
Os custos de aquisição diferidos, são aqueles pagos pelas vendas realizadas no balcão dos Correios e da CEF (comissão de balcão e indicador), e que possuem uma relação direta e incremental com a emissão dos títulos de capitalização, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de vigência do título e seu prazo médio de diferimento em 2021 foi de 68 meses (31 de dezembro de 2020 - 67 meses).
**2.10 Outras provisões, ativos e passivos contingentes**
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão.
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).
**2.11 Imobilizado e intangível**
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.
O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pela companhia é de 20% a.a.
**2.12 Apuração do resultado**
As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento.
Em relação aos títulos de pagamento único (PU), conforme previsto no inciso II, parágrafo 3º, art. 8º do anexo I à Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648), a partir de 1º de janeiro de 2022), a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas de forma integral no mês de sua emissão.

continua—☆

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:53:41 -03'00'

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

**2.13 Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de Capitalização para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

**2.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

**IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A administração aguarda aprovação do órgão regulador para implementação da referida norma.

**2.15 Reapresentação de saldos comparativos**

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de compensação de ativos e passivos correntes e tributos diferidos, conforme CPC 32.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

| | Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020 | Reclassificação | Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **1.105.778** | **(24.663)** | **1.081.115** |
| Créditos tributários e previdenciários | 32.490 | (24.663) | 7.827 |
| Outros | 1.073.288 | – | 1.073.288 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **2.928.587** | **(34.932)** | **2.893.655** |
| Créditos tributários e previdenciários | 34.932 | (34.932) | – |
| Outros | 2.893.655 | – | 2.893.655 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **4.034.365** | **(59.595)** | **3.974.770** |
| **CIRCULANTE** | **3.262.655** | **(24.663)** | **3.237.992** |
| Impostos e contribuições | 63.392 | (24.663) | 38.729 |
| Outros | 3.199.263 | – | 3.199.263 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **347.620** | **(34.932)** | **312.688** |
| Tributos diferidos | 66.278 | (34.932) | 31.346 |
| Outros | 281.342 | – | 281.342 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **424.090** | **–** | **424.090** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **4.034.365** | **(59.595)** | **3.974.770** |

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 e 12 - Provisões técnicas;
Nota 5 - Instrumentos financeiros; e
Nota 11 - Provisões judiciais

## 4. Gestão de risco

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

• Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
• Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
• Implementar todos os pilares dos normativos S*olvency II e Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
• Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
• Promover a gestão de risco na cultura da companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

**4.1 Risco de liquidez**

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

**4.1.1 Gerenciamento do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

| | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Até 1 ano | Mais de 1 ano Até 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
| Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado | 191.471 | 210.618 | 86.484 | 488.573 |
| Ativos financeiros disponíveis para a venda | 331.997 | 2.400.166 | – | 2.732.163 |
| Títulos e créditos a receber/créditos das operações | 17.755 | – | – | 17.755 |
| **Total dos ativos financeiros** | **541.223** | **2.610.784** | **86.484** | **3.238.491** |
| Passivos financeiros - capitalização | 1.167.220 | 1.868.748 | – | 3.035.968 |
| Passivos financeiros | 100.599 | 4.267 | – | 104.866 |
| **Total dos passivos financeiros** | **1.267.819** | **1.873.015** | **–** | **3.140.834** |

(*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(**) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

**4.2 Risco de mercado**

**4.2.1 Gerenciamento de risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia destacam-se: risco de taxa de juros, risco de derivativo e o risco de liquidez.

**4.2.2 Controle de risco de mercado**

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

• Modelo não-paramétrico;
• Intervalo de confiança de 99%;
• Horizonte temporal de um dia; e
• Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 7.582 (31 de dezembro de 2020 - R$ 5.597).

Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

**4.2.3 Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco**

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

• Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
• Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
• Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
• Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
• Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

• Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
• Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;
• Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
• Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
• Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
• Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

**4.3 Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (os *ratings* são obtidos com base nas agências avaliadoras de riscos que são *Standard & Poor´s, Fitch Ratings e Moody´s*). Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*.:

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Composição dos ativos** | **BB-** | **Sem *Rating*** | **Total** | **BB-** | **Sem *Rating*** | **Total** |
| **Valor justo por meio do resultado** | **486.959** | **1.614** | **488.573** | **236.071** | **91.403** | **327.474** |
| Fundos de investimento | – | 1.664 | 1.664 | – | 91.428 | 91.428 |
| Letras financeiras do tesouro | 297.102 | – | 297.102 | 89.635 | – | 89.635 |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 2.757 | – | 2.757 |
| Operações compromissadas (*) | 189.857 | – | 189.857 | 143.679 | – | 143.679 |
| Outros | – | (50) | (50) | – | (25) | (25) |
| **Disponíveis para venda** | **2.732.163** | **–** | **2.732.163** | **3.193.108** | **–** | **3.193.108** |
| Letras financeiras do tesouro | – | – | – | 29.048 | – | 29.048 |
| Letras do tesouro nacional | 2.164.255 | – | 2.164.255 | 2.369.832 | – | 2.369.832 |
| Notas do tesouro nacional | 567.908 | – | 567.908 | 794.228 | – | 794.228 |
| **Mantidos até o vencimento** | **–** | **–** | **–** | **94.384** | **–** | **94.384** |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 94.384 | – | 94.384 |
| **Títulos e créditos a receber** | **–** | **17.598** | **17.598** | **–** | **6.481** | **6.481** |
| **Exposição máxima ao risco de crédito** | **3.219.122** | **19.212** | **3.238.334** | **3.523.563** | **97.884** | **3.621.447** |

(*) O lastro total é em título público federal.

## 5. Instrumentos financeiros

**5.1 Resumo da classificação das aplicações**

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor de Mercado | Valor do Custo Atualizado | Valor de Mercado | Valor do Custo Atualizado | Sem Vencimento | Até 01 ano | Entre 01 e 05 anos | Acima de 05 anos | Percentual |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | | | | |
| Fundos de investimento não exclusivo | 1.664 | 1.664 | 91.428 | 91.428 | 1.664 | – | – | – | 0,05% |
| Letras financeiras do tesouro | 297.102 | 297.401 | 89.636 | 90.680 | – | – | 210.618 | 86.484 | 9,22% |
| Notas do tesouro nacional | – | – | 2.756 | 2.759 | – | – | – | – | 0,00% |
| Operações compromissadas | 189.857 | 189.857 | 143.679 | 143.679 | – | 189.857 | – | – | 5,89% |
| Outros valores | (50) | (50) | (25) | (25) | (50) | – | – | – | 0,00% |
| **Total** | **488.573** | **488.872** | **327.474** | **328.521** | **1.614** | **189.857** | **210.618** | **86.484** | **15,17%** |
| **Disponível para venda** | | | | | | | | | |
| Letras financeiras do tesouro | – | – | 29.048 | 29.052 | – | – | – | – | 0,00% |
| Letras do tesouro nacional | 2.164.255 | 2.281.475 | 2.369.832 | 2.246.709 | – | 331.997 | 1.832.258 | – | 67,20% |
| Notas do tesouro nacional | 567.908 | 587.246 | 794.228 | 751.652 | – | – | 567.908 | – | 17,63% |
| **Total** | **2.732.163** | **2.868.721** | **3.193.108** | **3.027.413** | **–** | **331.997** | **2.400.166** | **–** | **84,83%** |
| **Mantidos até o vencimento** | | | | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional | – | – | 94.384 | 94.346 | – | – | – | – | 0,00% |
| **Total** | **–** | **–** | **94.384** | **94.346** | **–** | **–** | **–** | **–** | **0,00%** |

O saldo do balanço patrimonial é composto da seguinte forma: "Valor justo por meio do resultado" e "Disponível para venda" pelo "valor a mercado" e "Mantidos até o vencimento" pelo "Valor do Custo atualizado".

**5.2 Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

| | 31/12/2021 |
|---|---|
| **Saldo inicial** | **3.614.928** |
| Aplicações | 3.183.686 |
| Resgates | (3.542.526) |
| Rendimentos | 266.901 |
| Ajuste ao valor justo | (302.253) |
| **Saldo final** | **3.220.736** |

**5.3 Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**a. Abertura por hierarquia**

• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
• Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor justo por meio do resultado** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** |
| Letras do tesouro nacional | 2.164.255 | – | 2.164.255 | 2.369.832 | – | 2.369.832 |
| Notas do tesouro nacional | 567.908 | – | 567.908 | 794.228 | – | 794.228 |
| **Total** | **2.732.163** | **–** | **2.732.163** | **3.193.108** | **–** | **3.193.108** |
| **Disponível para venda** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** |
| Fundos de investimento | 1.664 | – | 1.664 | 91.428 | – | 91.428 |
| Letras financeiras do tesouro | 297.102 | – | 297.102 | 89.637 | – | 89.637 |
| Operações compromissadas | – | 189.857 | 189.857 | – | 143.679 | 143.679 |
| Outros | (50) | – | (50) | 2.731 | – | 2.731 |
| **Total** | **298.716** | **189.857** | **488.573** | **183.795** | **143.679** | **327.474** |
| **Mantidos até o vencimento** | | | | | | |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 94.384 | – | 94.384 |
| **Total** | **–** | **–** | **–** | **94.384** | **–** | **94.384** |

**5.4 Instrumentos financeiros derivativos**

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Riscos, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

| | | | Vencimento em 31/12/2021 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Até 01 ano | Entre 01 e 05 anos | Acima de 05 anos |
| **DI - Compromissos/Venda** | | | | | |
| Valor de referência | – | 346 | – | – | – |
| Valor justo | – | 346 | – | – | – |
| Resultado acumulado | (20) | 36 | (33) | 50 | (37) |

**5.5 Análise de sensibilidade**

**5.5.1 Carteira de ativos**

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: mantidos até o vencimento, disponível para venda e valor justo por meio do resultado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

| **Fatores de Risco** | ***Value-at-Risk*** | **DV-1** |
|---|---|---|
| Fundos | 22 | |
| LFT | 11 | (10.182) |
| Curva de juros Pré | 7.550 | (28.819) |
| **Total** | **7.582** | **(39.001)** |

**5.6 Taxas de juros contratadas**

A carteira de investimentos da Companhia dos títulos possui as seguintes taxas de juros contratadas:

| **Título** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Letras do tesouro nacional | Pré 5,34% a 8,74% | Pré 2,38% a 8,74% |
| Notas do tesouro nacional | Pré 6,77% a 8,76% | Pré 6,77% a 13,75% |
| Notas do tesouro nacional | – | IPCA + 0,28% a 1,31% a.a |

## 6. Títulos e créditos a receber

**6.1 Títulos e créditos a receber**

A composição dos títulos e créditos a receber é a seguinte:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Créditos a receber - Seguradora | 63 | 131 |
| Créditos a receber - Diversos | 16.702 | 8.172 |
| Outros títulos e créditos a receber | 833 | 971 |
| **Total** | **17.598** | **9.274** |

**6.2 Créditos tributários e previdenciários**

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

**6.2.1 Composição dos créditos tributários e previdenciários**

| | 31/12/2021 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contribuição Social | | Imposto de Renda | | Outros Tributos | Outros Tributos | |
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| A compensar | – | – | – | 5.381 | 943 | – | 6.324 |
| Adições temporárias | – | 12.318 | – | 19.731 | – | – | 32.049 |
| Tributos diferidos - TVM | – | 20.484 | – | 34.140 | – | – | 54.624 |
| **Total dos créditos tributários** | **–** | **32.802** | **–** | **59.252** | **943** | **–** | **92.997** |

| | 31/12/2020 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contribuição Social | | Imposto de Renda | | Outros Tributos | Outros Tributos | |
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| A compensar | – | – | 6.742 | – | 1.085 | – | 7.827 |
| **Total dos créditos tributários** | **–** | **–** | **6.742** | **–** | **1.085** | **–** | **7.827** |

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:54:54 -03'00'

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

**6.2.2 Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários**

| | | | | | 31/12/2021 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Diferenças Temporárias | | Ajustes TVM | | Total | |
| Ano de Realização | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| **2022** | 5.251 | 16,38% | – | 0,00% | 5.251 | 6,06% |
| **2023** | 25.764 | 80,39% | 1.508 | 2,76% | 27.272 | 31,47% |
| **2024** | 252 | 0,79% | 37.568 | 68,78% | 37.820 | 43,64% |
| **2025** | 249 | 0,78% | 13.551 | 24,81% | 13.800 | 15,92% |
| **2026** | 255 | 0,80% | 1.997 | 3,66% | 2.252 | 2,60% |
| **A partir 2027** | 278 | 0,87% | – | 0,00% | 278 | 0,32% |
| **Total** | **32.049** | **100,00%** | **54.624** | **100,00%** | **86.673** | **100,00%** |

**6.2.3 Movimentação do ativo e passivo diferido**

| | 31/12/2021 | | |
|---|---|---|---|
| | Contribuição Social | Imposto de Renda | Total |
| **Saldo inicial de Créditos Tributários** | **(11.755)** | **(19.591)** | **(31.346)** |
| Contingências cíveis | (12) | (20) | (32) |
| Contingências trabalhistas | (2) | (3) | (5) |
| Provisão para risco de crédito | (73) | (921) | (994) |
| Provisão para participações nos lucros | (46) | (76) | (122) |
| Operações de arrendamento - CPC 06 | 23 | 38 | 61 |
| Outras provisões | (671) | (1.119) | (1.790) |
| Tributos diferidos - TVM | 45.338 | 75.563 | 120.901 |
| **Saldo Atual dos Créditos Tributários** | **32.802** | **53.871** | **86.673** |
| Efeito no resultado das constituições e realizações | 781 | 2.101 | 2.882 |

## 7. Outros valores e bens - Ativo de direito de uso

Refere se ao imóvel onde está situada a sede para a condução dos negócios da Companhia. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

| | | Movimentações | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Direito de uso** | Saldo em 01/01/2021 | Despesa de depreciação do período | Custo | Depreciação acumulada | Valor Líquido |
| Imóveis | 5.377 | (686) | 5.377 | (686) | 4.690 |
| **Total** | **5.377** | **(686)** | **5.377** | **(686)** | **4.690** |

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 12,77% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

## 8. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

**8.1 Obrigações a pagar**

A composição de obrigações a pagar, é a seguinte:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Fornecedores | 204 | 195 |
| Dividendos | 25.533 | 26.624 |
| Honorários e remunerações a pagar | 519 | 970 |
| Ressarcimento de custos a pagar | 3.716 | 3.391 |
| Outras obrigações a pagar | 1.280 | 1.061 |
| **Total** | **31.252** | **32.241** |

**8.2 Impostos e contribuições**

A composição de impostos e contribuições, é a seguinte:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| IRPJ e CSLL a recolher | 52.312 | 38.183 |
| PIS e COFINS a recolher | 229 | 546 |
| **Total** | **52.541** | **38.729** |

*(i)* os saldos de 31/12/2020 dos créditos tributários e previdenciários do grupo do ativo e impostos e contribuições do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza, tal como preconiza o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

**8.3 Tributos diferidos**

Não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 31.346).

## 9. Débitos diversos

**9.1 Passivo de arrendamento**

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

| | Passivo de arrendamento | Juros a transcorrer de contratos de arrendamento | Passivo de arrendamento líquido |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | 6.979 | (1.602) | 5.378 |
| Apropriação de juros transcorridos | – | 355 | 355 |
| Pagamentos | (893) | – | (893) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | 6.086 | (1.246) | 4.840 |
| **Circulante** | **891** | **(317)** | **574** |
| **Não circulante** | **5.197** | **(932)** | **4.266** |

(*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/ CPC 06 (R2).

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 7,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

## 10. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Depósito de terceiros | Outros depósitos | Total | Depósito de terceiros | Outros depósitos | Total |
| De 1 a 30 dias | 256 | – | 256 | 17 | 142 | 159 |
| De 31 a 60 dias | 2 | – | 2 | 11 | 72 | 83 |
| De 61 a 120 dias | 6 | – | 6 | 33 | – | 33 |
| De 121 a 180 dias | 10 | – | 10 | 3 | 2 | 5 |
| De 181 a 365 dias | 39 | – | 39 | 22 | 51 | 73 |
| Acima de 365 dias | 112 | 323 | 435 | 479 | 60 | 539 |
| **Total** | **425** | **323** | **748** | **565** | **327** | **892** |

## 11. Depósitos judiciais e fiscais, passivos contingentes e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

| | Depósitos judiciais | | Contingências passivas | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ações judiciais cíveis | 12 | 10 | 1.589 | 1.668 |
| Ações judiciais trabalhistas | 196 | 157 | 450 | 460 |
| Ações judiciais fiscais | 1.898 | 1.898 | – | – |
| Obrigações legais - fiscal | 302.882 | 292.480 | 280.994 | 278.788 |
| Outras Obrigações | – | – | 407 | 427 |
| **Total** | **304.988** | **294.545** | **283.440** | **281.343** |

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a: (i) questões relativas a sorteios e; (ii) questões relativas ao valor de resgates e devoluções.

Fiscais -A companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado R$ 63.734.

(ii) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. No entanto, em 2021 tivemos uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Capitalização em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, com isso, não tendo mais como recorrer, optamos por desistir do processo. Período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado R$ 182.439;

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração. Período de 09/2015 a 12/2018- R$ 34.812.

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - R$ 30.710;

(ii) Mandado de Segurança -Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF. R$ 1.188.

**11.1 Segregação em função da probabilidade de perda**

| | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| | Remota | Possível | Provável | Total |
| Cíveis | 635 | 674 | 1.589 | 2.898 |
| Trabalhistas | – | 1.281 | 450 | 1.731 |
| Natureza fiscal - Obrigações legais | – | 63.743 | 217.251 | 280.994 |
| Natureza fiscal - Contingências | – | 1.912 | – | 1.912 |
| Outras Obrigações | – | – | 407 | 406 |
| | **635** | **67.610** | **219.290** | **287.535** |

| | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| | Remota | Possível | Provável | Total |
| Cíveis | 1.039 | 1.541 | 1.668 | 4.248 |
| Trabalhistas | – | 1.536 | 460 | 1.996 |
| Natureza fiscal - Obrigações legais | – | 98.547 | 180.241 | 278.788 |
| Natureza fiscal - Contingências | – | 1.912 | – | 1.912 |
| Outras Obrigações | – | – | 427 | 427 |
| | **1.039** | **103.536** | **182.796** | **287.371** |

**11.2 Movimentação das contingências**

| | Saldo 31/12/2020 | Reversões | Baixas | Adições/ atualizações monetárias e juros | Saldo 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Contingências cíveis | **1.668** | (4) | (662) | 587 | **1.589** |
| Contingências trabalhistas | **460** | – | (62) | 52 | **450** |
| Obrigações legais - fiscal | **278.788** | – | – | 2.206 | **280.994** |
| Outras Obrigações | **427** | (43) | – | 23 | **407** |
| **Total** | **281.343** | **(47)** | **(724)** | **2.868** | **283.440** |

## 12. Provisões técnicas

**12.1 Abertura e movimentação das provisões técnicas**

| | Provisão Matemática para Capitalização | Provisão para Resgates | Total das Provisões para Resgates | Provisão para Sorteios a Realizar | Provisão para Sorteios a Pagar | Total das Provisões para Sorteios | Demais Provisões | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31/12/2020** | **2.690.243** | **406.581** | **3.096.824** | **30.766** | **8.083** | **38.849** | **13.323** | **3.148.996** |
| Constituição de provisão | 1.014.492 | – | **1.014.492** | 33.502 | 35.876 | **69.378** | 150.276 | **1.234.146** |
| Cancelamento de títulos ou reversão de provisão | (4.269) | (2.513) | **(6.782)** | (35.123) | – | **(35.123)** | (147.457) | **(189.362)** |
| Encargos financeiros sobre provisões | 108.795 | 388 | **109.183** | 924 | 123 | **1.047** | – | **110.230** |
| Solicitações de resgates antecipados | (588.202) | 588.202 | **–** | – | – | **–** | – | **–** |
| Prescrição de títulos | – | (30.518) | **(30.518)** | – | (125) | **(125)** | – | **(30.643)** |
| Vencimento de títulos | (830.362) | 830.362 | **–** | – | – | **–** | – | **–** |
| Reativação de títulos | 3.170 | (3.161) | **9** | – | – | **–** | – | **9** |
| Revenda de títulos | – | (49.140) | **(49.140)** | – | – | **–** | – | **(49.140)** |
| Pagamentos efetuados | – | (1.129.802) | **(1.129.802)** | – | (36.545) | **(36.545)** | – | **(1.166.347)** |
| Outras movimentações de provisões | – | (21.921) | **(21.921)** | – | – | **–** | – | **(21.921)** |
| **Saldos em 31/12/2021** | **2.393.867** | **588.478** | **2.982.345** | **30.069** | **7.412** | **37.481** | **16.142** | **3.035.968** |

| | Provisão Matemática para Capitalização | Provisão para Resgates | Total das Provisões para Resgates | Provisão para Sorteios a Realizar | Provisão para Sorteios a Pagar | Total das Provisões para Sorteios | Demais Provisões | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31/12/2019** | **2.477.955** | **343.377** | **2.821.332** | **36.177** | **3.847** | **40.024** | **13.824** | **2.875.180** |
| Constituição de provisão | 1.152.671 | – | **1.152.671** | 40.914 | 54.335 | **95.249** | 163.633 | **1.411.553** |
| Cancelamento de títulos ou reversão de provisão | (7.421) | (1.934) | **(9.355)** | (47.516) | – | **(47.516)** | (164.134) | **(221.005)** |
| Encargos financeiros sobre provisões | 107.721 | 111 | **107.832** | 1.191 | (114) | **1.077** | – | **108.909** |
| Solicitações de resgates antecipados | (470.192) | 470.192 | **–** | – | – | **–** | – | **–** |
| Prescrição de títulos | – | (23.620) | **(23.620)** | – | (135) | **(135)** | – | **(23.755)** |
| Vencimento de títulos | (573.691) | 573.691 | **–** | – | – | **–** | – | **–** |
| Reativação de títulos | 3.200 | (3.190) | **10** | – | – | **–** | – | **10** |
| Revenda de títulos | – | (132.011) | **(132.011)** | – | – | **–** | – | **(132.011)** |
| Pagamentos efetuados | – | (804.072) | **(804.072)** | – | (49.850) | **(49.850)** | – | **(853.922)** |
| Outras movimentações de provisões | – | (15.963) | **(15.963)** | – | – | **–** | – | **(15.963)** |
| **Saldos em 31/12/2020** | **2.690.243** | **406.581** | **3.096.824** | **30.766** | **8.083** | **38.849** | **13.323** | **3.148.996** |

**12.2 Garantia das provisões técnicas**

A composição da garantia das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Provisões técnicas** | **3.035.968** | **3.148.996** |
| **Total a ser coberto** | **3.035.968** | **3.148.996** |
| **Total dos ativos garantidores:** | **3.219.072** | **3.613.426** |
| Títulos da dívida pública | 2.732.163 | 3.287.454 |
| Quotas de outros fundos financeiros *(i)* | 486.909 | 325.972 |
| **Suficiência de cobertura** | **183.105** | **464.430** |

*(i) Para a cobertura de reserva técnica é utilizado um único fundo, o Nogueira, pois somente ele é exclusivo e pode ser oferecido para a cobertura das reservas.*

## 13. Patrimônio líquido

**13.1 Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 8.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

**13.2 Gestão de Capital**

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

**13.3 Reservas de lucros**

**a. Reserva legal -** é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 40.175 (31 de dezembro de 2020 - R$ 34.800).

**b. Reserva de retenção de lucros -** é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo mínimo e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 76.600 (31 de dezembro de 2020 - 79.873).

**13.4 Dividendos**

Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 107.508 | 112.102 |
| (–) Reserva Legal | (5.375) | (5.605) |
| **Base de cálculo de dividendos** | **102.133** | **106.497** |
| Dividendo mínimo - 25% | 25.533 | 26.624 |
| **Total provisionado de dividendos propostos** | **25.533** | **26.624** |

## 14. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio líquido ajustado - PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital base e o Capital de risco - CR.

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

| | 31/12/2021 |
|---|---|
| **Patrimônio líquido** | **244.840** |
| **(+) Ajustes contábeis** | **(104.696)** |
| Despesas antecipadas | (108) |
| Créditos tributários de dif. temporárias que excederem 15% do CMR | (77.529) |
| Ativos Intangíveis | (1.980) |
| Obras de arte | (4) |
| Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG | (25.075) |
| **(–) PLA Nível 3 - (C)** | 9.143 |
| **PLA Nível 1 - (A)** | **131.001** |
| **Ajustes associados à variação dos valores econômicos** | |
| (+) Valor do ajuste = menor (60% do item 2.6.14, Limite def. item 2.6.16) (*) | 22.129 |
| **PLA Nível 2 - (B)** | **22.129** |
| Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR | 9.143 |
| **PLA Nível 3 - (C)** | **9.143** |
| PLA Nível 2 - (B) + PLA Nível 3 - 50% do CMR | 795 |
| PLA Nível 3 - 15% do CMR | – |
| **Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)** | **(795)** |
| **Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C) + (D)** | **161.478** |
| **Capital base e capital adicional** | |
| **Capital base** | **10.800** |
| Capital de risco de crédito | 9.018 |
| Capital de risco de subscrição | 34.649 |
| Capital de risco de mercado | 32.517 |
| Capital de risco de operação | 2.973 |
| Benefício da correção entre risco | (18.204) |
| **Capital mínimo requerido (CMR) - (E)** | **60.953** |
| **Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)** | **100.523** |
| **% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) / (E))** | **165%** |

(*) Acréscimo do *superávit* entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista das sociedades de capitalização, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

## 15. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), as demais empresas identificadas são Controladas e Coligadas de sua Controladora direta ou indireta, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativos | (Passivos) | Receitas | (Despesas) | Ativos | (Passivos) | Receitas | (Despesas) |
| **Disponibilidades:** | | | | | | | | |
| Caixa Econômica Federal | 445 | – | – | – | 1.136 | – | – | – |
| **Dividendos** | | | | | | | | |
| Icatu Seguros S.A. | – | (12.511) | – | – | – | (13.046) | – | – |
| CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. | – | (13.022) | – | – | – | (13.578) | – | – |
| **Contribuições para plano de previdência privada** | | | | | | | | |
| Caixa Vida e Previdência S.A. | – | – | – | (269) | – | – | – | (438) |
| **Contribuições para plano de odonto** | | | | | | | | |
| Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. | – | – | – | (20) | – | – | – | – |
| **Prestação de serviços e reembolsos:** | | | | | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. *(i)* | 63 | (3.716) | – | (29.447) | 131 | (3.391) | – | (31.165) |
| Caixa Econômica Federal *(ii)* | – | – | – | (5.550) | – | (606) | – | – |
| Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)* | – | – | – | (528) | – | (195) | – | (6.461) |
| Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. | 1 | – | – | – | – | – | – | – |
| Fundos de investimento Exclusivos | – | – | – | (186) | – | – | – | – |
| **Títulos de capitalização** | | | | | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. | 62 | (1.082) | 1.049 | (82) | 131 | (1.816) | 7.085 | (922) |
| Caixa Vida e Previdência S.A. | 506 | (8.649) | 8.863 | (805) | 809 | (13.118) | 7.230 | (582) |
| Companhia de Seguros Previdência do Sul | 46 | (617) | 557 | (248) | 161 | (1.120) | 1.081 | (508) |
| XS2 Vida e Previdência S.A. | 265 | (4.621) | 4.596 | (162) | – | – | – | – |
| **Operações de seguros** | | | | | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. | – | – | – | (9) | – | – | – | (13) |
| **Remuneração do pessoal-chave da administração** | | | | | | | | |
| Remuneração e benefícios de curto prazo | – | – | – | (1.446) | – | – | – | (1.409) |

*(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo dos membros do conselho da administração e diretoria executiva;*

*(ii) Despesas comerciais, que abrangem a remuneração decorrente do uso do balcão, e a prestação de serviços pela CAIXA de cobrança e administração de ativos;*

*(iii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;*

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:56:02 -03'00'

CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. (Em processo de alteração para CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.)
CNPJ: 01.599.296/0001-71

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

### 16. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

O quadro a seguir traz o detalhamento das contas de resultado:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **a) Custos de aquisição** | | |
| Despesas de corretagem | (236) | (765) |
| Despesas de custeamento | (49.603) | (95.460) |
| **Total** | **(49.839)** | **(96.225)** |
| **b) Outras receitas e despesas operacionais** | | |
| Resgates antecipados | 24.945 | 19.140 |
| Resultado com títulos prescritos | 30.643 | 23.755 |
| Central de relacionamento | (3.454) | (3.779) |
| Incentivo e manutenção de vendas | (59) | (598) |
| Fretes e correspondências | (1.788) | (1.833) |
| Custos processuais | (886) | (1.505) |
| Publicidade e propaganda - produto | (2.380) | (934) |
| Serviços com manuseio de documentos | (150) | (195) |
| Serviços de terceiros | (2.224) | (2.743) |
| Outras receitas e despesas operacionais | (3.065) | (5.026) |
| **Total** | **41.582** | **26.282** |
| **c) Despesas administrativas** | | |
| Pessoal próprio | (17.662) | (21.188) |
| Serviços de terceiros | (10.876) | (11.375) |
| Localização | (7.159) | (8.278) |
| Publicidade e propaganda | (7.945) | (7.865) |
| Publicações | (102) | (68) |
| Donativos e contribuições | (183) | (192) |
| Outras despesas administrativas | (142) | (586) |
| **Total** | **(44.069)** | **(49.552)** |
| **d) Despesas com tributos** | | |
| PIS | (979) | (1.499) |
| COFINS | (6.027) | (9.228) |
| Taxa de fiscalização - SUSEP | (1.340) | (1.278) |
| Outras despesas com tributos | (124) | (78) |
| **Total** | **(8.470)** | **(12.083)** |

| **e) Receitas e despesas financeiras** | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Resultado com títulos de renda fixa | 246.673 | 235.899 |
| Resultado com fundos de investimentos | 20.228 | 7.722 |
| Despesas com provisões técnicas - capitalização | (110.230) | (108.909) |
| Outras receitas e despesas financeiras | 155 | 833 |
| **Total** | **156.826** | **135.545** |

### 17. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Contribuição Social** | **Imposto de Renda** | **Contribuição Social** | **Imposto de Renda** |
| Resultado antes dos tributos e após participações | 186.521 | 186.521 | 186.442 | 186.442 |
| **Base de cálculo** | **186.521** | **186.521** | **186.442** | **186.442** |
| Taxa nominal do tributo | 20,00% | 25,00% | 15,00% | 25,00% |
| **Tributos calculado a taxa nominal** | **(37.304)** | **(46.630)** | **(27.966)** | **(46.611)** |
| | – | – | – | – |
| Ajustes do lucro real | (4.860) | (4.633) | 1.590 | 1.590 |
| Ajustes temporários diferidos | 3.908 | 8.405 | 531 | 531 |
| Efeito do diferencial da alíquota até jun/21 | (28.166) | – | – | – |
| **Total dos ajustes a base de cálculo** | **(29.118)** | **3.772** | **2.121** | **2.121** |
| | – | – | – | – |
| **Tributos sobre os ajustes** | **5.824** | **(943)** | **(318)** | **(530)** |
| **Efeito do adicional de IR e incentivos fiscais** | **–** | **42** | **–** | **1.085** |
| **Despesa contabilizada** | **(31.481)** | **(47.532)** | **(28.284)** | **(46.056)** |
| **Taxa efetiva** | **16,88%** | **25,48%** | **15,17%** | **25,48%** |

### 18. Plano de previdência

A Companhia é co-patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*) contratado junto à coligada Caixa Vida e Previdência S.A.. O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 269 (31 de dezembro de 2020 - R$ 438).

### 19. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

## Conselho de Administração

**Asma Zidani Ep Baccar** - Presidente

**Alexandre Petrone Vilardi**
**Luciano Snel Corrêa**
**Pedro Duarte Guimarães**
**Paulo Otavio Silva Camara**

## Conselho Fiscal

**Humberto Cavalcante Lacerda**
Membro do Conselho Fiscal

**José Francisco da Conceição**
Membro do Conselho Fiscal

**Anderson Alves Bastos**
Membro do Conselho Fiscal

## Diretoria Executiva

**André Mourão Passos Coutinho**
Diretor Superintendente

**Rubens Bordinhão de Camargo Junior**
Diretor Presidente

## Contador

**Marco Antonio Barbosa Pires**
Contador - CRC DF 014151/O-6

## Atuário

**Andrés Marco Botalla**
Atuário MIBA nº 3663

## Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

## Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da
**Caixa Capitalização S.A.**
Brasília - DF

**Escopo da Auditoria Atuarial**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Caixa Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.
04711-904
São Paulo - SP - Brasil

**Joel Garcia**
Atuário MIBA 1131

**Anexo I - Caixa Capitalização S.A. -** *(Em milhares de Reais)*

| **1. Provisões Técnicas** | **31/12/2021** |
|---|---|
| **Total de provisões técnicas auditadas** | 3.035.968 |

| **2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido** | **31/12/2021** |
|---|---|
| Capital Base (a) | 10.800 |
| Capital de Risco (CR) (b) | 60.953 |
| **Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)** | **60.953** |

| **3. Demonstrativo da Solvência** | **31/12/2021** |
|---|---|
| Patrimônio Líquido Ajustado Total (a) | 161.478 |
| Ajustes Econômicos do PLA | 22.129 |
| Exigência de Capital (CMR) (b) | 60.953 |
| **Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)** | **100.525** |
| Ativos Garantidores (d) | 3.219.072 |
| Total a ser Coberto (e) | 3.035.968 |
| **Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)** | **183.105** |

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da**
**Caixa Capitalização S.A.**
Brasília - DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

| **Provisões para resgates** | |
|---|---|
| **Principal assunto de auditoria** | **Como auditoria endereçou esse assunto** |
| Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.7 e 12, a Caixa Capitalização possui provisão para resgates. Para mensurar estas provisões, a Companhia adota como metodologia a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos as provisões para resgates como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos perante as demonstrações financeiras. | Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:<br>i) Entendimento do processo de mensuração das provisões para resgates, compreendendo:<br>(i) parametrização do cálculo da provisão no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto; (ii) processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; e (iii) precisão dos dados dos títulos de capitalização que foram utilizados no cálculo da provisão para resgates oriundos do sistema de administração de títulos;<br>ii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão dos valores pagos de resgates, bem como dos valores arrecadados com os respectivos comprovantes de liquidação financeira;<br>iii) envolvimento de especialistas atuariais para o recálculo da provisão para resgates, conforme as condições gerais do produto, bem como da respectiva incidência de juros e atualização monetária;<br>iv) avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes pela Companhia. |

**Outros assuntos**

**Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.15, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

– A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

– Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

– A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

**Érika Carvalho Ramos**
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:57:13 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

# Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia obteve no exercício de 2021, um lucro líquido de R$ 119,2 milhões, um expressivo incremento de 33,0% quando comparado ao resultado alcançado no ano de 2020. Com esse resultado, a taxa de rentabilidade sobre o seu patrimônio líquido médio foi 43,0%.

Ao longo do ano de 2021, a Companhia acumulou uma receita de prestação de serviços de R$ 500,8 milhões, representando uma pequena redução de 2,7% em relação aos R$ 514,7 milhões auferidos em 2020.

O patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2021 atingiu R$ 286,9 milhões, o que representa um crescimento de 7,1% em relação ao valor de R$ 268,0 milhões alcançado em 2020.

Os investimentos em instrumentos financeiros atingiram o valor de R$ 435,2 milhões em 2021, ficando praticamente no mesmo patamar do exercício de 2020, que foi de R$ 428,1 Milhões.

A Companhia tem como prática a distribuição de seus resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

A Companhia encerrou o exercício de 2021 com 29 mil bens entregues.

**Considerações Finais e Agradecimentos**

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) à regulação do setor e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e de todos os parceiros que distribuem os produtos da Empresa. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia

Brasília, 21 de fevereiro de 2022

**A Administração**

## Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| ATIVO | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | **361.828** | **424.840** |
| **Disponibilidade** | | **304** | **947** |
| **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** | **5** | **350.454** | **360.621** |
| Carteira própria | | 350.878 | 361.553 |
| (Provisões para desvalorizações) | | (424) | (932) |
| **Outros créditos** | | **10.910** | **62.576** |
| Créditos específicos | | – | 42 |
| Diversos | 6.1 | 10.910 | 62.534 |
| **Outros valores e bens** | | **160** | **696** |
| Outros valores e bens | | 160 | 170 |
| Despesas antecipadas | | – | 526 |
| **Ativo realizável a longo prazo** | | **153.263** | **79.826** |
| **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** | **5** | **84.761** | **67.459** |
| Carteira própria | | 84.761 | 67.459 |
| **Outros créditos** | | **68.502** | **12.367** |
| Diversos | 6.1 | 68.502 | 12.367 |
| **Permanente** | | **3.558** | **4.261** |
| **Imobilizado de uso** | | **158** | **275** |
| Outras imobilizações de uso | | 319 | 452 |
| Depreciações acumuladas | | (161) | (177) |
| **Intangível** | | **3.400** | **3.986** |
| Ativos intangíveis | | 8.615 | 8.027 |
| Amortização acumulada | | (5.215) | (4.041) |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **518.649** | **508.927** |

| PASSIVO | | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Passivo circulante** | | **225.495** | **234.149** |
| **Outras obrigações** | **7** | **225.495** | **234.149** |
| Sociais e estatutárias | 7.a | 30.499 | 23.393 |
| Fiscais e previdenciárias | 7.b | 12.486 | 11.129 |
| Diversas | 7.c | 182.510 | 199.627 |
| **Passivo exigível a longo prazo** | | **6.213** | **6.814** |
| **Outras obrigações** | | **6.213** | **6.814** |
| Fiscais e previdenciárias | 7.b | – | 1.770 |
| Diversas | 7.c | 6.213 | 5.044 |
| **Patrimônio líquido** | **8** | **286.941** | **267.964** |
| Capital | | 105.000 | 100.000 |
| De domiciliados no país | 8.a | 105.000 | 100.000 |
| Reservas de lucros | 8.b | 187.908 | 165.002 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (5.967) | 2.962 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **518.649** | **508.927** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Demonstração do resultado | Nota | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| Receitas da intermediação financeira | 11 | **14.018** | **24.302** | **15.936** |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 14.018 | 24.302 | 15.936 |
| **Resultado bruto da intermediação financeira** | | **14.018** | **24.302** | **15.936** |
| Outras receitas/despesas operacionais | | **88.973** | **158.407** | **121.523** |
| Receitas de prestação de serviços | 12 | 244.911 | 500.842 | 514.693 |
| Despesas de pessoal | 13 | (14.605) | (30.012) | (30.534) |
| Outras despesas administrativas | 14 | (140.339) | (299.483) | (331.941) |
| Despesas tributárias | 15 | (34.416) | (69.938) | (69.687) |
| Outras receitas operacionais | 16 | 49.703 | 97.764 | 87.018 |
| Outras despesas operacionais | 16 | (16.281) | (40.766) | (48.026) |
| **Resultado operacional** | | **102.991** | **182.709** | **137.459** |
| Resultado não operacional | | 412 | 354 | – |
| **Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações** | | **103.403** | **183.063** | **137.459** |
| Imposto de renda e contribuição social | 17 | (34.607) | (61.335) | (45.521) |
| Provisão para imposto de renda | 17 | (25.431) | (45.068) | (33.244) |
| Provisão para contribuição social | 17 | (9.176) | (16.267) | (12.277) |
| Participações estatutárias no lucro | | (1.418) | (2.507) | (2.280) |
| **Lucro líquido do semestre/exercício** | | **67.378** | **119.221** | **89.658** |
| **Quantidade de ações** | | **7.711.637** | **7.711.637** | **7.711.637** |
| **Lucro por ação em Reais** | | **8,74** | **15,46** | **11,63** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Descrição | Capital Social | Aumento de Capital em Aprovação | Reservas de Lucros – Legal | Reservas de Lucros – Retenção de lucros | Ganhos/Perdas não Realizados com T.V.M. | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019** | **100.000** | **–** | **14.285** | **95.158** | **3.735** | **–** | **213.178** |
| Dividendos complementares AGOE de 29/04/2020 | – | – | – | (12.804) | – | – | **(12.804)** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | 89.658 | **89.658** |
| Títulos e valores mobiliários | – | – | – | – | (773) | – | **(773)** |
| **Proposta de destinação do lucro líquido:** | | | | | | | **–** |
| Reserva legal - (Nota 8.b) | – | – | 4.483 | – | – | (4.483) | **–** |
| Dividendos propostos (R$ 2761,24 por lote de mil ações) - (Nota 8.c) | – | – | – | – | – | (21.295) | **(21.295)** |
| Reserva de retenção de lucros - (Nota 8.b) | – | – | – | 63.880 | – | (63.880) | **–** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020** | **100.000** | **–** | **18.768** | **146.234** | **2.962** | **–** | **267.964** |
| Aumento de capital AGOE em 30/03/2021 | – | 5.000 | (5.000) | – | – | – | **–** |
| Dividendos complementares AGOE de 29/04/2021 | – | – | – | (63.000) | – | – | **(63.000)** |
| Aprovação de aumento de capital Ofício 17.435/2021-BCB/Deorf/GTCUR | 5.000 | (5.000) | – | – | – | – | **–** |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | – | 119.221 | **119.221** |
| Títulos e valores mobiliários | – | – | – | – | (8.929) | – | **(8.929)** |
| **Proposta de destinação do lucro líquido:** | | | | | | | |
| Reserva legal - (Nota 8.b) | – | – | 5.961 | – | – | (5.961) | **–** |
| Dividendos propostos (R$ 3671,74 por lote de mil ações) - (Nota 8.c) | – | – | – | – | – | (28.315) | **(28.315)** |
| Reserva de retenção de lucros - (Nota 8.b) | – | – | – | 84.945 | – | (84.945) | **–** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021** | **105.000** | **–** | **19.729** | **168.179** | **(5.967)** | **–** | **286.941** |
| **SALDOS EM 30 JUNHO DE 2021** | **100.000** | **5.000** | **16.360** | **120.172** | **(2.432)** | **–** | **239.100** |
| Aprovação de aumento de capital Ofício 17.435/2021-BCB/Deorf/GTCUR | 5.000 | (5.000) | – | – | – | – | **–** |
| Lucro líquido do semestre | – | – | – | – | – | 67.378 | **67.378** |
| Títulos e valores mobiliários | – | – | – | – | (3.535) | – | **(3.535)** |
| **Proposta de destinação do lucro líquido:** | | | | | | | |
| Reserva legal | – | – | 3.369 | – | – | (3.369) | **–** |
| Dividendos propostos (R$ 2.075,09 por lote de mil ações) | – | – | – | – | – | (16.002) | **(16.002)** |
| Reserva de retenção de lucros | – | – | – | 48.007 | – | 48.007 | **–** |
| **SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021** | **105.000** | **–** | **19.729** | **168.179** | **(5.967)** | **–** | **286.941** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do período** | **67.378** | **119.221** | **89.658** |
| **Outros lucros abrangentes** | **(3.535)** | **(8.929)** | **(773)** |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | (5.387) | (13.772) | (1.204) |
| Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários | 1.852 | 4.844 | 430 |
| **Total dos lucros abrangentes para o período** | **63.843** | **110.292** | **88.885** |
| **Quantidade de ações** | **7.711.637** | **7.711.637** | **7.711.637** |
| **Lucro por ação em Reais** | **8,28** | **14,30** | **11,53** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | | |
| **Lucro líquido do semestre/exercício** | **67.378** | **119.221** | **89.658** |
| **Ajustes para:** | | | |
| Depreciação e amortizações | 645 | 1.239 | 876 |
| Ganho na alienação de imobilizado e intangível | 8 | 66 | – |
| **Variação nas contas patrimoniais:** | | | |
| Ativos financeiros | 14.442 | (16.062) | (108.723) |
| Créditos fiscais e previdenciários | 50.054 | 49.959 | (6.181) |
| Ativo fiscal diferido | (53.843) | (54.866) | (999) |
| Depósitos judiciais e fiscais | (1.027) | (1.270) | (160) |
| Despesas antecipadas | 531 | 526 | (187) |
| Outros Ativos | (2.799) | (1.348) | (2.149) |
| Impostos e contribuições | 37.871 | 57.048 | 49.510 |
| Outras contas a pagar | (9.954) | (10.544) | 6.278 |
| Depósitos de terceiros | 1.722 | 2.160 | 1.156 |
| Provisões para contingências | 1.456 | 1.169 | 214 |
| Outros passivos | (9.776) | (8.643) | 41.341 |
| **Caixa gerado pelas operações** | **91.708** | **138.655** | **70.634** |
| Juros pagos | – | (5) | (2) |
| Juros recebidos | 2.843 | 3.065 | 687 |
| Imposto sobre o lucro pagos | (32.035) | (57.462) | (42.840) |
| **Caixa líquido gerado nas atividades operacionais** | **62.516** | **84.253** | **28.479** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | | |
| **Pagamento pela compra:** | **(4)** | **(603)** | **(2.359)** |
| Imobilizado | – | – | (79) |
| Intangível | (4) | (603) | (2.280) |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos** | **(4)** | **(603)** | **(2.359)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** | | | |
| Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio | (63.000) | (84.293) | (25.609) |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos** | **(63.000)** | **(84.293)** | **(25.609)** |
| **Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa** | **(488)** | **(643)** | **511** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício** | **792** | **947** | **436** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício** | **304** | **304** | **947** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | | |
| **Circulante** | | **5.122.460** | **5.122.460** | **4.752.763** |
| **Disponibilidades** | | **666** | **666** | **939** |
| Depósitos bancários | | 666 | 666 | 939 |
| **Aplicações interfinanceiras de liquidez** | **19** | **2.206.851** | **2.206.851** | **2.094.891** |
| Disponibilidade do grupo | 19 | 185.087 | 185.087 | 188.751 |
| Aplicações financeiras vinculadas à contemplação - SELIC | 19 | 2.021.764 | 2.021.764 | 1.906.140 |
| **Outros créditos** | | **2.914.943** | **2.914.943** | **2.656.933** |
| Direitos junto a consorciados contemplados - normais | | 2.863.759 | 2.863.759 | 2.614.975 |
| Direitos junto a consorciados contemplados - em atraso | | 51.184 | 51.184 | 41.958 |
| **Compensação** | | **22.414.365** | **22.414.365** | **24.165.452** |
| Previsão mensal receitas a receber de consorciados | | 136.726 | 136.726 | 131.765 |
| Contribuições devidas ao grupo | | 11.798.092 | 11.798.092 | 12.676.020 |
| Valor dos bens ou serviços a contemplar | | 10.479.547 | 10.479.547 | 11.357.667 |
| **TOTAL GERAL DO ATIVO** | | **27.536.825** | **27.536.825** | **28.918.215** |
| **Circulante** | | **5.122.460** | **5.122.460** | **4.752.763** |
| Obrigações com consorciados | | 1.988.665 | 1.988.665 | 1.779.083 |
| Valores a repassar | | 56.941 | 56.941 | 54.615 |
| Obrigações por contemplações a entregar | | 2.021.764 | 2.021.764 | 1.906.140 |
| Recursos a devolver a consorciados | | 715.055 | 715.055 | 681.198 |
| Recursos do grupo | | 340.035 | 340.035 | 331.727 |
| **Compensação** | | **22.414.365** | **22.414.365** | **24.165.452** |
| Recursos mensais a receber de consorciados | | 136.726 | 136.726 | 131.765 |
| Obrigações do grupo por contribuições | | 11.798.092 | 11.798.092 | 12.676.020 |
| Bens ou serviços a contemplar | | 10.479.547 | 10.479.547 | 11.357.667 |
| **TOTAL GERAL DO PASSIVO** | | **27.536.825** | **27.536.825** | **28.918.215** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração Consolidada das Variações das Disponibilidades de Grupos
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| **Disponibilidades no início do período** | **2.152.702** | **2.095.831** | **2.107.548** |
| Depósitos bancários | 791 | 940 | 945 |
| Aplicações financeiras - grupos | 178.957 | 188.751 | 182.695 |
| Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações | 1.972.954 | 1.906.140 | 1.923.908 |
| **(+) Recursos coletados** | **1.613.166** | **3.183.136** | **3.127.848** |
| Contribuições para aquisição de bem | 1.234.755 | 2.445.561 | 2.392.269 |
| Taxa de administração | 249.035 | 510.320 | 527.177 |
| Contribuições ao fundo de reserva | 52.835 | 105.032 | 103.171 |
| Rendimento de aplicações financeiras | 52.881 | 73.875 | 48.658 |
| Multas e juros moratórios | 5.364 | 10.990 | 12.545 |
| Prêmios de seguros | 12.021 | 25.008 | 30.297 |
| Custas judiciais | 1 | 160 | 733 |
| Outros | 6.274 | 12.190 | 12.998 |
| **(–) Recursos utilizados** | **1.558.351** | **3.071.450** | **3.139.566** |
| Aquisição de bens | 1.112.384 | 2.154.879 | 2.192.945 |
| Taxa de administração | 249.401 | 510.356 | 523.641 |
| Multas e juros moratórios | 2.601 | 5.402 | 6.256 |
| Prêmios de seguros | 12.198 | 25.419 | 30.928 |
| Custas judiciais | 1 | 162 | 727 |
| Devolução a consorciados desligados | 71.480 | 143.929 | 124.040 |
| Outros | 110.286 | 231.303 | 261.029 |
| **Disponibilidades no final do período** | **2.207.517** | **2.207.517** | **2.095.830** |
| Depósitos bancários | 666 | 666 | 939 |
| Aplicações financeiras - grupos | 185.087 | 185.087 | 188.751 |
| Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações | 2.021.764 | 2.021.764 | 1.906.140 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, doravante referida também como "Companhia", iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2002, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances.

A Companhia tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis e serviços, conforme definido na legislação em vigor.

A partir de 23/08/2021, a Companhia deixou de comercializar os produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continua comercializando os produtos nos mais de 250 parceiros comerciais que atuam em parceria com a Companhia.

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022.

### 3. Principais práticas contábeis da Administradora

**a. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**b. Disponibilidades**

A Companhia considera como caixa e bancos e os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

**c. Ativos e passivos circulantes**

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

**d. Títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

O registro e a avaliação da carteira própria de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração, sendo a carteira própria alocada em títulos para negociação (valor justo por meio do resultado) e disponíveis para venda.

- Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado): os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

- Títulos disponíveis para venda: nessa categoria os títulos são ajustados ao valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações são levadas aos resultados, quando das realizações dos respectivos títulos.

**e. Imobilizado de uso e intangível**

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização.

**f. Provisões, ativos e passivos contingentes**

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

**g. Apuração do resultado**

A apuração do resultado obedece ao regime de competência, exceto pela taxa de administração, que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento. As despesas relacionadas à utilização do balcão da CAIXA são reconhecidas por ocasião da venda das cotas de consórcios e as de formalização de garantia e custo de contemplação por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.

**h. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

**i. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Novas normas contábeis que entraram em vigor ainda não foram aprovadas pelo órgão regulador e a que pode gerar um efeito relevante encontra-se a IFRS 9 e a IFRS 16. Tendo em vista que tais

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:58:42 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros. A Companhia está finalizando os trabalhos de avaliação para os efeitos que as IFRS podem vir a apresentar nas demonstrações financeiras e suas divulgações e aguardará referendo do órgão regulador para adoção.

**IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:** Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

**IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

**j. Gerenciamento de riscos**

O Gerenciamento de Riscos segue a política de riscos adotada na estrutura do Grupo CNP Seguros. Neste contexto, os riscos que foram mapeados e aplicáveis à operação de Consórcios são: Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional. Contudo não observamos exposição significativa da Companhia.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados, e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, à prevenção à fraude, entre outros.

**3.1 Reapresentação de saldos comparativos**

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de compensação de ativos e passivos correntes, em função da entrada em vigor da Resolução BCB nº 15/20.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

**Balanço Patrimonial**

| | Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020 | Reclassificação | Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|---|
| Diversos (circulante) | 105.374 | (42.840) | 62.534 |
| Outros | 446.394 | – | 446.393 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **551.768** | **(42.840)** | **508.927** |
| Fiscais e Previdenciárias (circulante) | 53.970 | (42.840) | 11.130 |
| Outros | 497.797 | – | 497.797 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **551.768** | **(42.840)** | **508.927** |

A seguir apresentamos o impacto na demonstração do resultado pela reclassificação de saldos de outras despesas operacionais para outras despesas administrativas, conforme orientação do Banco Central:

**Demonstração do resultado**

| | Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020 | Reclassificação | Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020 |
|---|---|---|---|
| Outras despesas administrativas | (15.026) | (144.713) | (159.739) |
| Outras despesas operacionais | (169.355) | 144.713 | (24.642) |
| **Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações** | **69.861** | **–** | **69.861** |
| **Lucro líquido do período** | **45.471** | **–** | **45.471** |

## 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários - TVM
- Nota 7.d - Depósitos judiciais e provisões passivas

## 5. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os fundos de investimentos exclusivos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Valor de Mercado** | **Valor do Custo Atualizado** | **Sem Vencimento** | **Até 01 ano** | **Entre 01 e 05 anos** | **Acima de 05 anos** |
| **Títulos para negociação** | | | | | | | | |
| Ações | 5.177 | 5.138 | – | – | 5.177 | – | – | – |
| Fundos de investimento | 301.556 | 301.556 | 257.049 | 257.049 | 301.556 | – | – | – |
| Letras financeiras do tesouro | 1.086 | 1.087 | 1.073 | 1.076 | – | – | 953 | 133 |
| Notas do tesouro nacional | – | – | 92 | 92 | – | – | – | – |
| Operações compromissadas | 602 | 602 | 484 | 484 | – | 602 | – | – |
| Outros valores | 103 | 103 | (12) | (12) | 103 | – | – | – |
| **Total** | **308.524** | **308.486** | **258.686** | **258.689** | **306.836** | **602** | **953** | **133** |
| **Disponível para venda** | | | | | | | | |
| Letras do tesouro nacional | 126.691 | 135.731 | 164.304 | 159.574 | – | 41.930 | 84.761 | – |
| Notas do tesouro nacional | – | – | 5.090 | 5.088 | – | – | – | – |
| **Total** | **126.691** | **135.731** | **169.394** | **164.662** | **–** | **41.930** | **84.761** | **–** |

**5.1. Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **428.080** | **320.131** |
| Aplicações | 503.262 | 606.585 |
| Resgates | (506.657) | (513.585) |
| Rendimentos | 24.302 | 16.153 |
| Ajustes TVM | (13.772) | (1.204) |
| **Saldo final** | **435.215** | **428.080** |

**5.2. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**a. Abertura por hierarquia**

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Total** |
| **Títulos para negociação** | | | | | | |
| Ações | 5.177 | – | **5.177** | – | – | **–** |
| Fundos de investimento | 301.556 | – | **301.556** | 257.049 | – | **257.049** |
| Letras financeiras do tesouro | 1.086 | – | **1.086** | 1.073 | – | **1.073** |
| Notas do tesouro nacional | – | – | **–** | 92 | – | **92** |
| Operações compromissadas | – | 602 | **602** | – | 484 | **484** |
| Outros valores | 103 | – | **103** | (12) | – | **(12)** |
| **Total** | **307.922** | **602** | **308.524** | **258.202** | **484** | **258.686** |
| **Disponíveis para a venda** | | | | | | |
| Letras do tesouro nacional | 126.691 | – | **126.691** | 164.304 | – | **164.304** |
| Notas do tesouro nacional | – | – | **–** | 5.090 | – | **5.090** |
| **Total** | **126.691** | **–** | **126.691** | **169.394** | **–** | **169.394** |

## 6. Outros créditos - Administradora

**6.1 Créditos diversos**

Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

| **Outros créditos - diversos** | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Créditos tributários (nota 6.2) | 70.067 | 65.160 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 115 | 66 |
| Títulos e créditos a receber s/ característica de concessão de crédito | 3.620 | 5.559 |
| Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas (nota 7d) | 4.808 | 3.538 |
| Outros valores | 802 | 578 |
| **Total dos outros créditos - diversos** | **79.412** | **74.901** |

**6.2 Créditos Tributários**

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

**a. Composição**

| | 31/12/2021 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contribuição Social | | Imposto de Renda | | Outros Tributos | | |
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | Circulante | Longo Prazo | Total |
| A compensar *(i)* | 1 | 2.163 | 6.303 | 50.855 | 68 | 1.164 | 60.554 |
| Adições temporárias | – | 1.704 | – | 4.735 | – | – | 6.439 |
| Tributos diferidos - TVM | – | 814 | – | 2.260 | – | – | 3.074 |
| **Total** | **1** | **4.681** | **6.303** | **57.850** | **68** | **1.164** | **70.067** |

| | 31/12/2020 | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contribuição Social | | Imposto de Renda | | Outros Tributos | | |
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante | Circulante | Longo Prazo | Total |
| A compensar *(i)* | 2.206 | – | 52.933 | – | 1.193 | – | 56.332 |
| Adições temporárias | – | 2.336 | – | 6.492 | – | – | 8.828 |
| **Total** | **2.206** | **2.336** | **52.933** | **6.492** | **1.193** | **–** | **65.160** |

*(i) Referem-se a tributos retidos pendentes de compensação e ou homologação de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.*

Os saldos de 31/12/2020 dos Diversos (créditos tributários) do grupo do ativo e Fiscais e Previdenciários do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza.

**b. Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários**

| | Diferenças Temporárias | | Ajustes TVM | |
|---|---|---|---|---|
| **Ano de Realização** | **Valor** | **%** | **Valor** | **%** |
| **2022** | 3.699 | 57% | 161 | 5% |
| **2023** | 445 | 7% | – | 0% |
| **2024** | 417 | 6% | 2.913 | 95% |
| **2025** | 458 | 7% | – | 0% |
| **2026** | 315 | 5% | – | 0% |
| **De 2027 a 2031** | 1.105 | 17% | – | 0% |
| **Total** | **6.439** | **100%** | **3.074** | **100%** |

**c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido**

| | 31/12/2021 | | |
|---|---|---|---|
| | Contribuição Social | Imposto de Renda | Total |
| **Saldo inicial de Créditos Tributários** | **2.337** | **6.492** | **8.829** |
| Contingências cíveis | – | 1 | 1 |
| Contingências trabalhistas | 105 | 292 | 397 |
| Provisão para risco de crédito | (46) | (127) | (173) |
| Provisão para participações nos lucros | 8 | 21 | 29 |
| Outras provisões | (700) | (1.944) | (2.644) |
| Ajuste de títulos a valor justo - TVM | 814 | 2.260 | 3.074 |
| **Saldo Atual dos Créditos Tributários** | **2.518** | **6.995** | **9.513** |
| Efeito no resultado das constituições e realizações | 633 | 1.757 | 2.390 |

## 7. Outras obrigações - Administradora

**a. Obrigações sociais e estatutárias**

Os valores que compõem as obrigações sociais e estatutárias são representados substancialmente por dividendos provisionados a pagar e podem ser assim apresentados:

| **Sociais e estatutárias** | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Dividendos a pagar | 28.315 | 21.295 |
| Gratificações e participações | 2.184 | 2.098 |
| **Total** | **30.499** | **23.393** |

**b. Obrigações fiscais e previdenciárias**

Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

| **Fiscais e previdenciárias** | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Impostos retidos | 2.485 | 2.727 |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 10.001 | 8.402 |
| Impostos sobre ajustes TVM | – | 1.770 |
| **Total** | **12.486** | **12.899** |

Os saldos de 31/12/2020 dos Diversos (créditos tributários) do grupo do ativo e Fiscais e Previdenciários do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza.

**c. Outras obrigações - diversas**

Os valores que compõem as outras obrigações diversas podem ser assim apresentadas:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Recursos não procurados de grupos encerrados | 130.396 | 133.704 |
| Despesas de pessoal | 1.297 | 1.327 |
| Comissões a pagar | 26.874 | 30.080 |
| Incentivos e manutenção de vendas | 2.488 | 2.441 |
| Contingências cíveis (nota 7.d) | 4.423 | 4.420 |
| Contingências trabalhistas (nota 7.d) | 1.790 | 624 |
| Serviços de terceiros operacional | 3.261 | 12.699 |
| Honorários | 6.468 | 7.046 |
| Ressarcimento de custos a pagar | 5.230 | 4.759 |
| Outros valores | 6.496 | 7.571 |
| **Total** | **188.723** | **204.671** |

**d. Depósitos judiciais e provisões passivas**

Demonstramos a seguir composição dos depósitos judiciais e provisões constituídas na Companhia:

| | Depósitos judiciais | | Contingências passivas | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ações judiciais cíveis | 4.147 | 3.252 | 4.423 | 4.420 |
| Ações judiciais trabalhistas | 661 | 286 | 1.790 | 624 |
| **Total** | **4.808** | **3.538** | **6.213** | **5.044** |

Os depósitos judiciais cíveis correspondem substancialmente a valores oriundos de demandas judiciais envolvendo as devoluções de valores e parcelas pagas pelos consorciados, cujos grupos não tenham sido encerrados.

Os critérios levados em consideração pelos assessores jurídicos para quantificar as provisões para contingências são: a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. Mediante esta avaliação, a constituição de provisão ocorre para as causas judiciais classificadas com probabilidade de perda provável.

A Companhia tem uma ação no polo ativo que foi integralmente recolhida e por isso não está contingenciada. Caso a decisão seja favorável, transitando em julgado, obterá o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos: (i) PIS e COFINS - Lei 9.718/98 desde 1999, R$ 4.589.

Demonstramos a seguir a segregação em função da probabilidade de perda:

| | | | | 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| | **Remota** | **Possível** | **Provável** | **Total** |
| Cíveis | 2.258 | 3.616 | 4.423 | 10.297 |
| Trabalhistas | 9 | 8.215 | 1.790 | 10.014 |
| | **2.267** | **11.831** | **6.213** | **20.311** |

| | | | | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|
| | **Remota** | **Possível** | **Provável** | **Total** |
| Cíveis | 4.970 | 4.083 | 4.420 | 13.473 |
| Trabalhistas | 8 | 2.650 | 624 | 3.282 |
| | **4.978** | **6.733** | **5.044** | **16.755** |

**e. Movimentação das ações judiciais e provisões passivas**

| | Saldo 31/12/2020 | Reversões | Baixas | Adições/ atualizações monetárias | Saldo 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Natureza cível | **4.420** | (704) | (629) | 1.336 | **4.423** |
| Natureza trabalhista | **624** | – | (65) | 1.231 | **1.790** |
| **Total** | **5.044** | **(704)** | **(694)** | **2.567** | **6.213** |

| | Saldo 31/12/2019 | Reversões | Baixas | Adições/ atualizações monetárias | Saldo 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Natureza cível | **4.316** | (600) | (252) | 956 | **4.420** |
| Natureza trabalhista | **513** | – | (91) | 202 | **624** |
| **Total** | **4.829** | **(600)** | **(343)** | **1.158** | **5.044** |

## 8. Patrimônio líquido - Administradora

**a. Capital social**

O capital social no valor de R$ 105.000, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 7.711.637 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

**b. Reservas de lucros**

i. A Reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada semestre até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 19.729 (31 de dezembro de 2020 - R$ 18.767).

ii. Reserva de retenção de lucros é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do semestre após considerar o dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 168.179 (31 de dezembro de 2020 - R$ 146.235).

**c. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 25% sobre o lucro líquido do semestre/exercício, após a destinação da reserva legal. Os dividendos provisionados foram calculados como segue:

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido do semestre/exercício | 67.378 | 119.221 | 89.658 |
| (–) Reserva Legal | (3.369) | (5.961) | (4.483) |
| **Base de cálculo de dividendos** | **64.009** | **113.260** | **85.175** |
| Dividendo mínimo - 25% | 16.002 | 28.315 | 21.295 |
| **Dividendo provisionado - 25%** | **16.002** | **28.315** | **21.295** |

## 9. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora direta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Latam Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com as empresas de controle comum da sua Controladora e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** |
| **Disponibilidades** | | | | | | | | |
| Caixa Econômica Federal | 131 | – | – | – | 406 | – | – | – |
| **Dividendos** | | | | | | | | |
| CNP Seguros Holding Brasil S.A. | – | (28.315) | – | – | – | (21.294) | – | – |
| **Contribuições para plano de previdência privada** | | | | | | | | |
| Caixa Vida e Previdência S.A. | – | – | – | (977) | – | – | – | (925) |
| **Contribuições para plano de odonto** | | | | | | | | |
| Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. | – | – | – | (81) | – | – | – | (71) |

| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** |
| **Prestação de serviços e reembolsos** | | | | | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. *(i)* | – | (5.133) | – | (32.826) | – | (4.201) | – | (35.943) |
| Caixa Econômica Federal *(ii)* | – | (31) | – | (14.627) | – | (1.397) | – | (23.711) |
| Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A.. | – | (14) | – | (151) | – | (13) | – | (169) |
| CNP Seguros Holding Brasil S.A. | – | (83) | – | – | – | (544) | – | – |
| Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)* | – | – | – | (4.118) | – | (2.340) | – | (34.877) |
| XS5 Admin. Consórcio S.A. | 256 | – | – | – | – | – | – | – |
| Fundos de investimento Exclusivos | – | – | 75 | (29) | – | – | 2 | (14) |

| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** | **Ativos** | **(Passivos)** | **Receitas** | **(Despesas)** |
| **Operações de seguros** | | | | | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. *(iv)* | – | – | 8 | (3.219) | – | – | 15 | (15.062) |
| Caixa Vida e Previdência S.A. *(v)* | – | (5) | 18 | (16.436) | – | (1.469) | 14 | (9.676) |
| Companhia de Seguros Previdência do Sul *(v)* | 478 | (7.803) | 6.616 | (94.717) | 841 | (8.430) | 8.121 | (85.406) |
| XS2 Vida e Previdência S.A. *(v)* | – | – | – | (175) | – | – | – | – |
| **Remuneração do pessoal-chave da administração** | | | | | | | | |
| Remuneração e benefícios de curto prazo | – | – | – | (1.469) | – | – | – | (1.195) |

*(i) Compreendem as despesas relativas ao apoio administrativo prestado pela companhia indicada;*
*(ii) São decorrentes do uso do balcão na comercialização dos produtos e custos relacionados às contemplações;*
*(iii) Valores referentes ao comissionamento e incentivos a vendas;*
*(iv) Compreendem os valores relativos as apólices de seguros dos funcionários e as apólices de seguros dos grupos de consórcios; e*
*(v) Compreendem os valores relativos as apólices de seguros dos grupos de consórcios.*

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

## 10. Plano de previdência patrocinado - Administradora

A Companhia é copatrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*).

O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Foram efetuadas contribuições no *Previnvest* no montante de R$ 977 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 925).

## 11. Receitas da intermediação financeira

A composição das receitas da intermediação financeira pode ser resumida como segue:

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Receita com títulos de renda fixa | 4.494 | 10.931 | 10.944 |
| Receita com fundos de investimento | 9.524 | 13.371 | 4.992 |
| | **14.018** | **24.302** | **15.936** |

## 12. Receitas de prestação de serviços - Administradora

São representadas integralmente por taxa de administração recebida de consorciados.

## 13. Despesas de pessoal - Administradora

A composição das despesas de pessoal pode ser resumida como segue:

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Honorários | (294) | (534) | (469) |
| Benefícios | (1.666) | (3.745) | (3.506) |
| INSS e FGTS | (1.092) | (2.118) | (1.802) |
| Salários | (3.653) | (7.716) | (7.200) |
| Despesas compartilhadas | (6.789) | (14.791) | (17.475) |
| Outras despesas de pessoal | (1.111) | (1.108) | (82) |
| **Total** | **(14.605)** | **(30.012)** | **(30.534)** |

continua

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 05:59:53 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ: 05.349.595/0001-09

# Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
## (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

### 14. Outras despesas administrativas - Administradora

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Serviços de terceiros | (1.696) | (4.087) | (4.757) |
| Localização e funcionamento | (1.874) | (3.717) | (3.903) |
| Publicidade e propaganda | (2.245) | (4.968) | (5.389) |
| Eventos administrativos | (1) | (2) | (2) |
| Serviços do sistema financeiro | (28) | (52) | (62) |
| Publicações legais | (38) | (68) | (71) |
| Ressarcimentos de recursos não procurados | (3.726) | (5.068) | (2.513) |
| Despesas compartilhadas | (8.508) | (17.967) | (18.455) |
| Comissões | (120.091) | (255.498) | (272.538) |
| Arrendamento de balcão | (2.497) | (8.042) | (23.711) |
| Outras despesas administrativas | 365 | (14) | (539) |
| **Total** | **(140.339)** | **(299.483)** | **(331.940)** |

### 15. Despesas tributárias - Administradora

A composição das despesas tributárias pode ser resumida como segue:

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| ISS | (6.599) | (13.405) | (13.216) |
| PIS e COFINS | (27.811) | (56.399) | (56.363) |
| Despesas compartilhadas | (3) | (68) | (11) |
| Outras despesas tributárias | (3) | (66) | (98) |
| **Total** | **(34.416)** | **(69.938)** | **(69.688)** |

### 16. Outras receitas e (despesas) operacionais - Administradora

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Receita com multas e juros | 5.712 | 8.900 | 12.746 |
| Taxa de permanência | 33.601 | 67.352 | 58.430 |
| Honorarios e custas processuais | (2.817) | (5.503) | (5.013) |
| Outras rendas operacionais | 10.390 | 21.512 | 15.842 |
| Formalização e custo de contemplação | (969) | (2.035) | (2.774) |
| Propaganda e correspondência | 6.984 | 6.050 | (2.295) |
| Despesas acessórias com vendas | (657) | (711) | (330) |
| Serviço de recuperação de crédito | (566) | (1.304) | (1.314) |
| Mídia produto | (3.577) | (3.678) | (24) |
| Central de relacionamento | (915) | (1.817) | (1.513) |
| Serviços de terceiros | (4.549) | (14.031) | (17.969) |
| Indenizações judiciais | (1.406) | (4.972) | (5.595) |
| Pagamento obrigatório ao estipulante | (5.980) | (8.056) | (3.956) |
| Outras despesas operacionais | (1.829) | (4.709) | (7.243) |
| **Total** | **33.422** | **56.998** | **38.992** |

### 17. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda |
| Resultado antes dos tributos e após participações | 180.556 | 180.556 | 135.179 | 135.179 |
| **Base de cálculo** | **180.556** | **180.556** | **135.179** | **135.179** |
| Taxa nominal do tributo | 9% | 25% | 9% | 25% |
| **Tributos calculado a taxa nominal** | **(16.250)** | **(45.139)** | **(12.166)** | **(33.795)** |
| Ajustes do lucro real | (6.840) | (6.802) | 4.172 | 4.172 |
| Ajustes temporários diferidos | 7.029 | 7.029 | (2.939) | (2.939) |
| **Total dos ajustes a base de cálculo** | **189** | **227** | **1.233** | **1.233** |
| **Tributos sobre os ajustes** | **(17)** | **(57)** | **(111)** | **(308)** |
| **Incentivos fiscais** | – | 128 | – | 859 |
| **Despesa contabilizada** | **(16.267)** | **(45.068)** | **(12.277)** | **(33.244)** |
| | – | | | |
| **Taxa efetiva** | **9,01%** | **24,96%** | **9,08%** | **24,59%** |

### 18. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios

**a. Ativo circulante**

**i. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

**ii. Direitos junto a consorciados contemplados**

Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

**b. Passivo circulante**

**i. Obrigações com consorciados**

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

**ii. Valores a repassar**

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.

**iii. Obrigações por contemplações a entregar**

Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

**iv. Recursos a devolver a consorciados**

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

**v. Recursos do grupo**

Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

**c. Compensação**

**i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados**

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

**ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições**

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

**iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar**

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

**d. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos**

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

**i. Recursos coletados**

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

**ii. Recursos utilizados**

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

**e. Resumo das operações de consórcios**

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

| | Quantidades | |
|---|---|---|
| **Operações de consórcios:** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
| Grupos em andamento | 157 | 182 |
| Consorciados ativos | 158.423 | 171.034 |
| Consorciados desistente ou excluídos - total [1] | 159.257 | 147.882 |
| Consorciados desistente ou excluídos - no período | 30.010 | 34.855 |
| Consorciados contemplados | 142.326 | 136.119 |
| Bens pendentes de entrega | 45.169 | 44.066 |
| Bens entregues - total [2] | 97.157 | 92.053 |
| Bens entregues - no período | 29.255 | 30.158 |
| Taxa média de inadimplência dos contemplados [3] | 13,41% | 12,68% |

*[1] Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;*

*[2] Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;*

*[3] A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.*

### 19. Aplicações financeiras - Grupos

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas como segue:

| | 2º semestre de 2021 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Letras financeiras do tesouro | 2.017.626 | 2.017.626 | 1.972.985 |
| Quotas de fundos de investimento | 189.225 | 189.225 | 121.906 |
| **Total** | **2.206.851** | **2.206.851** | **2.094.891** |

### 20. Provisões

As ações judiciais em que a companhia é ré, em sua maior parte envolvem pedido de devolução de valores pagos. Os valores pagos pelos consorciados ficam registrados nas rubricas: i) obrigações com consorciados; ou ii) recursos a devolver a consorciados até o encerramento dos grupos, quando então são devolvidos aos consorciados.

Para as ações que envolvem pedido de indenização por danos morais é realizada provisão na Administradora para aquelas em que a probabilidade de perda for considerada provável. (Nota 7.d.)

## Conselho de Administração

**Paulo Otavio Silva Camara -** Presidente | **Rosana Techima Salsano** | **Antônio Carlos Paiva Futuro** | **Maximiliano Alejandro Villanueva** | **Pedro Duarte Guimarães**

## Parecer do Conselho Fiscal

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ênfase emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

## Conselho Fiscal

**Humberto Fernandes de Moura**
Membro do Conselho Fiscal

**José Marcolino Lincoln**
Membro do Conselho Fiscal

**José Antônio Lima Tenório**
Membro do Conselho Fiscal

## Diretoria Executiva

**Maximiliano Alejandro Villanueva**
Diretor Presidente

**Mozart de Oliveira Farias**
Diretor Operacional

## Contador

**Ana Paula Rodrigues Coelho**
CRC PE - 020428/O-0 T-DF

## Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Para o exercício de sua missão institucional, o Comitê realiza reuniões periódicas, de acordo com seu Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas no período estão registradas em atas, cobrem o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

**Principais Atividades**

O Comitê de Auditoria realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente e de Diretores Executivos do Grupo, dos Auditores Independentes, de representantes da Auditoria Interna, da Conformidade, do Controle de Riscos, da Governança Corporativa e da Ouvidoria. Referidas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

Ao longo de 2021, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 da CNP Seguros Holding Brasil S.A. e das seguintes controladas : Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul, Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.. e Youse Seguradora S.A., também revisou as notas explicativas, o Relatório da Administração e os relatórios dos Auditores Independentes.

**Conclusões:**

Com base em suas avaliações ao longo do período e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

Não foram constadas evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP n.º 321/15.

A auditoria contábil externa foi efetiva e realizou suas atividades de forma objetiva e independente. As informações fornecidas pela KPMG constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.

A auditoria interna foi efetiva, concluiu o conjunto de trabalhos ajustados com o Coaud para o exercício e desempenhou suas funções com independência e objetividade.

O sistema de controles internos mostrou-se adequado e preparado para os desafios que o Grupo está enfrentando, em razão da reorganização societária e das reestruturações internas.

Não foram constatadas evidências de falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares pertinentes que possam colocar em risco a continuidade do negócio.

As práticas contábeis relevantes utilizadas pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e controladas, na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas aos princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira e às demais normas aplicáveis.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022
Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da**
**Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios**
Brasília - DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre o exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Reapresentação dos valores correspondentes**

Chamamos a atenção a nota 3.1, às demonstrações financeiras, que indica que as informações comparativas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas em função da compensação de certos ativos e passivos fiscais correntes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros assuntos**

**Auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício anterior**

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 3.1, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao semestre e exercício findos nessa data e as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2020, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Administradora referentes ao semestre e exercício findos nessa data e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

**Érika Carvalho Ramos**
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 06:01:14 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

## Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da YOUSE SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R$ 752,0 mil, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 1,5%. Como a Companhia ainda não está comercializando produtos, esse resultado foi alcançado substancialmente em decorrência do resultado financeiro dos recursos aplicados.

Os ativos financeiros da Companhia, ao final do exercício de 2021, totalizaram o valor de R$ 49.045,0 mil, superando em 1,2% o valor alcançado no final do ano anterior, já seu patrimônio líquido alcançou o valor de R$ 48.767,0 mil.

**DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de dividendos a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no período.

**Considerações Finais e Agradecimentos**

A YOUSE SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros.

Brasília, 21 de fevereiro de 2022

A Administração

## Balanço Patrimonial
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 | | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **ATIVO** | | | | **PASSIVO** | | | |
| **CIRCULANTE** | | **49.256** | **35.087** | **CIRCULANTE** | | **911** | **1.119** |
| **Disponível** | | **168** | **395** | **Contas a pagar** | | **911** | **1.119** |
| Caixa e bancos | | 168 | 395 | Obrigações a pagar | 7.1 | 258 | 331 |
| **Aplicações** | **5** | **49.045** | **33.296** | Impostos e encargos sociais a recolher | | 44 | 60 |
| **Títulos e créditos a receber** | **6** | **–** | **1.353** | Encargos trabalhistas | | 64 | 20 |
| Créditos tributários e previdenciários | 6.1 | – | 1.353 | Impostos e contribuições | 7.2 | 448 | 662 |
| **Despesas antecipadas** | | **43** | **43** | Outras contas a pagar | | 97 | 46 |
| **NÃO CIRCULANTE** | | **422** | **15.206** | **NÃO CIRCULANTE** | | **–** | **457** |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | | **405** | **15.179** | **Contas a pagar** | | **–** | **457** |
| **Aplicações** | **5** | **–** | **15.169** | Tributos diferidos | 7.3 | – | 457 |
| **Títulos e créditos a receber** | **6** | **405** | **10** | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **8** | **48.767** | **48.717** |
| Créditos tributários e previdenciários | 6.1 | 405 | 10 | Capital social | 8.1 | 40.000 | 40.000 |
| **Imobilizado** | | **4** | **8** | Reservas de lucros | 8.2 | 8.889 | 8.032 |
| Bens móveis | | 4 | 8 | Ajuste de avaliação patrimonial | | (122) | 685 |
| **Intangível** | | **13** | **19** | | | | |
| Outros intangíveis | | 13 | 19 | | | | |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **49.678** | **50.293** | **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **49.678** | **50.293** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | NOTA | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|---|
| Despesas administrativas | 11 | (1.222) | (630) |
| Despesas com tributos | 11 | (191) | (182) |
| Resultado financeiro | 11 | 2.799 | 2.917 |
| **Resultado operacional** | | **1.386** | **2.105** |
| **Resultado antes dos impostos e participações** | | **1.386** | **2.105** |
| Imposto de renda | 12 | (310) | (529) |
| Contribuição social | 12 | (245) | (332) |
| Participações sobre o resultado | | (79) | (48) |
| **Lucro líquido do exercício** | | **752** | **1.196** |
| **Quantidade de ações** | | **40.000.000** | **40.000.000** |
| **Lucro líquido por ação em R$** | | **0,02** | **0,03** |

### Demonstração do Resultado Abrangente

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | | **752** | **1.196** |
| **Outros lucros abrangentes** | | **(807)** | **(171)** |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | | (1.345) | (285) |
| Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários | | 538 | 114 |
| **Total dos (Prejuízos)/Lucros abrangentes para o exercício** | | **(55)** | **1.025** |
| **Quantidade de ações** | | **40.000.000** | **40.000.000** |
| **(Prejuízo)/Lucro líquido por ação em R$** | | **(0,00)** | **0,03** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Discriminação | Capital Social | Reservas de Lucros | Ajustes de Avaliação Patrimonial | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2019** | **40.000** | **6.857** | **857** | **–** | **47.714** |
| Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 27.04.2020 | – | 263 | – | – | 263 |
| Títulos e valores mobiliários | – | – | (171) | – | (171) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 1.196 | 1.196 |
| **Proposta para distribuição do resultado:** | | | | | |
| Reserva legal | – | 60 | – | (60) | – |
| Reserva de lucros | – | 852 | – | (852) | – |
| Dividendos | – | – | – | (284) | (284) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **40.000** | **8.032** | **685** | **–** | **48.717** |
| Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 30.03.2021 | – | 284 | – | – | 284 |
| Títulos e valores mobiliários | – | – | (807) | – | (807) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | 752 | 752 |
| **Proposta para distribuição do resultado:** | | | | | |
| Reserva legal | – | 37 | – | (37) | – |
| Reserva de lucros | – | 536 | – | (536) | – |
| Dividendos | – | – | – | (179) | (179) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **40.000** | **8.889** | **(122)** | **–** | **48.767** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** | | |
| **Lucro líquido do exercício** | **752** | **1.196** |
| **Ajustes para:** | | |
| Depreciação e amortizações | 9 | 10 |
| **Variação nas contas patrimoniais:** | | |
| Ativos financeiros | (1.388) | (1.182) |
| Créditos fiscais e previdenciários | 1.353 | 325 |
| Ativo fiscal diferido | (395) | (6) |
| Despesas antecipadas | – | (43) |
| Outros ativos | (19) | (188) |
| Impostos e contribuições | 87 | 745 |
| Outras contas a pagar | 84 | 62 |
| Outros passivos | 46 | – |
| **Caixa gerado pelas operações** | **529** | **919** |
| Juros pagos | (3) | – |
| Juros recebidos | 19 | 188 |
| Imposto sobre o lucro pagos | (772) | (864) |
| **Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais** | **(227)** | **243** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | | |
| **Pagamento pela compra:** | **–** | **(5)** |
| Imobilizado | – | (5) |
| **Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos** | **–** | **(5)** |
| **Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa** | **(227)** | **238** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** | **395** | **157** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** | **168** | **395** |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021
### (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Youse Seguradora S.A."Companhia", foi constituída em 11 de maio de 2016, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e atua em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de seus produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional. Tem por objeto social a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

A autorização para exploração das operações de seguros de danos e pessoas foi publicada pela SUSEP em 26 de março de 2018, mas as operações de seguros não foram iniciadas até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras.

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em de 21 de fevereiro 2022.

**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**2.3. Caixa e bancos**

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

**2.4. Ativos financeiros**

**2.4.1. Classificação e reconhecimento**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento**

A Companhia não possui títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "para valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

**2.4.2. Mensuração**

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

**a.** Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

**b.** Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

***2.5. Impairment***

***2.5.1. Impairment* de ativos financeiros**

**a. Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;

• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais.

**b. Ativos classificados como disponível para venda**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

***2.5.2. Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

**2.6. Imobilizado e intangível**

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática - 20% a.a.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada pela Companhia é de 20% a.a.

**2.7. Ativos e passivos circulante e não circulante**

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

**2.8. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

**2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de seguros privados para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

**2.10. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

**IFRS 9 Instrumentos Financeiros - CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, porém a administração avaliou que a Companhia cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17), em 1º de janeiro de 2023, tendo em vista que suas operações, quando iniciadas, serão predominantemente relacionadas a seguros. Além disso, dependerá da aprovação do órgão regulador.

**IFRS 17 - Contratos de seguro** - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A nota explicativa 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações) inclui: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

**3.1. Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros**

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

### 4. Gestão de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas *pela European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos *(Chief Risk Officer)*, independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

• Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;

• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;

• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;

• Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;

• Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency* II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;

• Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;

• Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

continua—☆

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 06:02:26 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

**4.1. Risco de crédito**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Composição dos ativos** | **BB-** | **Sem Rating** | **Total** | **BB-** | **Sem Rating** | **Total** |
| **Valor justo por meio do resultado** | **–** | **34.817** | **34.817** | **–** | **12.347** | **12.347** |
| Fundos de investimentos | – | 34.817 | 34.817 | – | 12.347 | 12.347 |
| **Disponíveis para venda** | **14.228** | **–** | **14.228** | **36.118** | **–** | **36.118** |
| Letras do tesouro nacional | 14.228 | – | 14.228 | 35.069 | – | 35.069 |
| Notas do tesouro nacional | – | – | – | 1.049 | – | 1.049 |
| **Exposição máxima ao risco de crédito** | **14.228** | **34.817** | **49.045** | **36.118** | **12.347** | **48.465** |

**4.2. Risco de liquidez**

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

**4.2.1. Gerenciamento do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

## 5. Instrumentos financeiros

**5.1. Resumo da classificação das aplicações**

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento.

| | Valor de Mercado | Valor do Custo Atualizado | Valor de Mercado | Valor do Custo Atualizado | Sem Vencimento | Até 01 ano | Entre 01 e 05 anos | Percentual |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | | | |
| Fundos de investimento | 34.817 | 34.817 | 12.347 | 12.347 | 34.817 | – | – | 70,99% |
| **Subtotal** | **34.817** | **34.817** | **12.347** | **12.347** | **34.817** | **–** | **–** | **70,99%** |
| **Disponível para venda** | | | | | | | | |
| Letras do tesouro nacional | 14.228 | 14.432 | 35.069 | 33.927 | – | 14.228 | – | 29,01% |
| Notas do tesouro nacional | – | – | 1.049 | 1.048 | – | – | – | 0,00% |
| **Subtotal** | **14.228** | **14.432** | **36.118** | **34.975** | **–** | **14.228** | **–** | **29,01%** |

**5.2. Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **48.465** | **47.455** |
| Aplicações | 49.299 | 608 |
| Resgates | (50.238) | (2.118) |
| Rendimentos | 2.864 | 2.805 |
| Ajustes TVM | (1.345) | (285) |
| **Saldo final** | **49.045** | **48.465** |

**5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**a. Abertura por hierarquia**

A totalidade das aplicações apresentadas na nota 5.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

**b. Taxas de juros contratadas**

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

| **Título** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Letras do Tesouro Nacional | Pré 8,10% | Pré 7,33% a 9,01% |
| Notas do Tesouro Nacional | – | Pré 9,80% |

## 6. Títulos e créditos a receber

**6.1. Créditos tributários e previdenciários**

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

| | 31/12/2021 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Contribuição social | | Imposto de renda | | |
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| A compensar | – | – | – | 282 | 282 |
| Adições temporárias | – | 16 | – | 26 | 42 |
| Tributos diferidos - TVM | – | 30 | – | 51 | 81 |
| **Total** | **–** | **46** | **–** | **359** | **405** |

| | 31/12/2020 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Contribuição social | | Imposto de renda | | |
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total |
| A compensar | – | – | 1.353 | – | 1.353 |
| Adições temporárias | – | 4 | – | 6 | 10 |
| **Total** | **–** | **4** | **1.353** | **6** | **1.363** |

## 7. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

**7.1. Obrigações a pagar**

Os saldos são demonstrados conforme a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Fornecedores | – | 47 |
| Dividendos | 179 | 284 |
| Participação nos lucros - bônus | 79 | – |
| **Total** | **258** | **331** |

**7.2. Impostos e contribuições**

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 448 (31 de dezembro de 2020 - R$ 662).

**7.3. Tributos diferidos**

São representados integralmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. Não apresentou saldo nessa rubrica em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R$ 457).

## 8. Patrimônio líquido

**8.1. Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado está composto por 40.000.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada.

**8.2. Gestão de Capital**

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

**8.3. Reservas de lucros**

**a. Reserva legal** - É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 453 (31 de dezembro de 2020 - R$ 416).

**b. Reserva de retenção de lucros -** É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 8.436 (31 de dezembro de 2020 - R$ 7.616).

**8.4. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do período | 752 | 1.196 |
| (–) Reserva Legal | (37) | (60) |
| **Base de cálculo de dividendos** | **715** | **1.136** |
| Dividendo mínimo - 25% | 179 | 284 |
| Dividendos propostos | 179 | 284 |
| **Dividendos provisionados** | **179** | **284** |

## 9. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

| | 31/12/2021 |
|---|---|
| **Patrimônio líquido** | **48.767** |
| **(+) Ajustes contábeis** | **(55)** |
| Despesas antecipadas | (43) |
| Ativos Intangíveis | (12) |
| **(–) PLA Nível 3 - (C)** | **124** |
| **PLA Nível 1 - (A)** | **48.588** |
| **PLA Nível 2 - (B)** | **–** |
| Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR | 124 |
| **PLA Nível 3 - (C)** | **124** |
| **Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)** | **–** |
| **Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C)** | **48.712** |

| **Capital base e capital adicional** | **31/21/2021** |
|---|---|
| **Capital base** | **15.000** |
| Capital de risco de crédito | 2.866 |
| Capital de risco de mercado | 7.458 |
| Benefício da correção entre risco | (1.691) |
| **Capital mínimo requerido (CMR) - (E)** | **15.000** |
| **Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)** | **33.712** |
| **% Suficiência – (F)/(E)** | **225%** |

## 10. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

| | 31/12/2021 | | | | 31/12/2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativos | (Passivos) | Receitas | (Despesas) | Ativos | (Passivos) | Receitas | (Despesas) |
| **Disponibilidades:** | | | | | | | | |
| Caixa Econômica Federal | 94 | – | – | – | 194 | – | – | – |
| **Dividendos** | | | | | | | | |
| CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. | – | (179) | – | – | – | (284) | – | – |
| **Operações de seguros** | | | | | | | | |
| Caixa Seguradora S.A. | – | – | – | 1 | – | – | – | – |
| **Remuneração do pessoal-chave da administração** | | | | | | | | |
| Remuneração e benefícios de curto prazo | – | – | – | (703) | – | – | – | (240) |

## 11. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

| **Despesas administrativas** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Pessoal próprio | (910) | (355) |
| Serviços de terceiros | (216) | (106) |
| Localização | (28) | (21) |
| Publicações legais | (40) | (40) |
| Contribuições para entidade de classe | (28) | (108) |
| **Total** | **(1.222)** | **(630)** |

| **Despesas com tributos** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Taxa de fiscalização | (191) | (182) |
| **Total** | **(191)** | **(182)** |

| **Receitas/despesas financeiras** | **31/12/2021** | **31/12/2020** |
|---|---|---|
| Resultado com títulos de renda fixa | 1.484 | 2.504 |
| Resultado com fundos de investimentos | 1.380 | 301 |
| Outras receitas e despesas financeiras | (65) | 112 |
| **Total** | **2.799** | **2.917** |

## 12. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| **Descrição** | Contribuição Social | Imposto de Renda | Contribuição Social | Imposto de Renda |
| Resultado antes dos tributos e após participações | 1.307 | 1.307 | 2.057 | 2.057 |
| **Base de cálculo** | **1.307** | **1.307** | **2.057** | **2.057** |
| Taxa nominal do tributo | 20,00% | 25,00% | 15,00% | 25,00% |
| **Tributos calculado a taxa nominal** | **(261)** | **(327)** | **(308)** | **(514)** |
| Ajustes do lucro real | 108 | 108 | 171 | 171 |
| Ajustes temporários diferidos | (60) | (80) | (13) | (13) |
| Efeito do diferencial da alíquota até jun/21 | (131) | – | – | – |
| **Total dos ajustes a base de cálculo** | **(83)** | **28** | **158** | **158** |
| **Tributos sobre os ajustes** | **16** | **(7)** | **(24)** | **(39)** |
| **Incentivos fiscais** | **–** | **24** | **–** | **24** |
| **Despesa contabilizada** | **(245)** | **(310)** | **(332)** | **(529)** |
| **Taxa efetiva** | **18,73%** | **23,69%** | **16,14%** | **25,74%** |

## 13. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no • 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

## Conselho de Administração

**Eduardo Fabiano Alves da Silva -** Presidente | **Claudio Salituro** | **Maximiliano Alejandro Villanueva** | **Pedro Duarte Guimarães** | **Asma Zidani Ep Baccar**

## Diretoria Executiva

**Marcos Centin Dornelles**
Diretor Presidente

**Federico Javier Tapia Salazar**
Diretor Financeiro

## Contador

**Marco Antonio Barbosa Pires**
Contador - CRC DF 014151/O-6

## Atuário

**Andrés Marco Botalla**
Atuário MIBA nº 3663

## Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
**Youse Seguradora S.A.**
Brasília - DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

| Aplicações financeiras | |
|---|---|
| **Principal assunto de auditoria** | **Como auditoria endereçou esse assunto** |
| Conforme descrito na notas explicativas n°1, 2.4 e 5, a Companhia ainda não iniciou a comercialização de seguros, todavia possui aplicações financeiras em títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos, que representam parte substancial do total do ativo.<br>Devido a relevância das aplicações financeiras e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras da Companhia, consideramos as aplicações financeiras como o principal assunto de auditoria. | Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:<br>(i) entendimento do processo de registro, valorização e custódia das aplicações financeiras;<br>(ii) com o auxílio dos nossos especialistas de instrumentos financeiros efetuamos o recálculo independente do valor justo e do custo amortizado das aplicações financeiras, utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos;<br>(iii) avaliação da existência desses ativos por meio de confirmação independente com os órgãos custodiantes; e<br>(iv) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. |

**Outros assuntos**

**Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

KPMG

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

**Érika Carvalho Ramos**
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 06:03:42 -03'00'

CNP Seguros holding | Brasil

cnpbrasil.com.br

Documento assinado digitalmente conforme Lei Federal nº 13.819/19, em conformidade com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).

SA CORREIO BRAZILIENSE:00001172000180
2022.02.26 06:05:06 -03'00'

**Editor:** José Carlos Vieira (Cidades)
*josecarlos.df@dabr.com.br* e
**Tels. : 3214-1119/3214-1113**
**Atendimento ao leitor: 3342-1000**
*cidades.df@dabr.com.br*



**LEGISLATIVO**

# CPIs NA CÂMARA têm poucos resultados

Instrumento de fiscalização do parlamento, as comissões de inquérito servem como pressão política sobre o Executivo. Dois requerimentos são motivos de embate: CPI do Iges e a da Pandemia. Único processo finalizado nesta legislatura foi o do feminícidio

» EDIS HENRIQUE PERES
» PABLO GIOVANNI*

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são importantes ferramentas de fiscalização do Poder Legislativo. Ao longo do atual governo, uma CPI foi concluída, duas estão em andamento na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), e sete aguardam assinaturas suficientes para serem prioridade no parlamento. No entanto, além de um dispositivo de fiscalização, as comissões desempenham um papel de articulação política e estratégia.

No governo Ibaneis Rocha (MDB), a CLDF concluiu a CPI do Feminicídio, com a entrega do relatório final em maio de 2021. Presidente da Comissão, Cláudio Abrantes (PDT) destaca que a investigação desafiou todos os envolvidos. "Foi um mergulho na realidade da mulher que, de alguma forma, vive em situação de risco, vítima de abusos e agressões. Vale lembrar, por exemplo, que a condução dos trabalhos teve como um dos entraves a pandemia, em um período de ainda mais incertezas e sem a presença das vacinas. O principal recado que a CPI deixa, inclusive para a política, é a necessidade de que haja integração entre toda a sociedade e do poder público. A educação, o engajamento permanente de todos, o combate ao silêncio, sem espaço para qualquer tipo de omissão ou procrastinação, é o que vai construir uma realidade positiva para a mulher", pondera.

O relatório final produzido avaliou que "os serviços especializados funcionassem de forma integrada e fossem coibidas práticas de violência institucional" as "trágicas mortes de mulheres entre 2019 e 2020 poderiam ser evitadas". Diversas ações foram propostas pelos parlamentares, incluindo medidas para o Judiciário, para o Legislativo e para o Executivo, entre elas, a criação de um Observatório do Feminicídio e o monitoramento integrado das medidas protetivas de urgências. Em agosto, o *Diário Oficial do Distrito Federal* (*DODF*) publicou a decisão que acrescentou o observatório entre as medidas de proteção à mulher.

No entanto, desde 2019, não houve outra CPI finalizada pela CLDF. Cientista política, Fernanda Barros destaca que a comissão "tem um caráter de identificar os atos omissos e as improbidades feitas pelo Poder Executivo". "Ela também tem um papel na proposta política, enquanto um grupo de pressão da agenda governamental, e tem uma função bastante precisa. Essa medida (da CPI) está dentro do nosso rito constitucional, justamente para que o nosso Legislativo possa judicializar e fiscalizar o Executivo, cobrando aquilo que se espera dos governantes", explica.

Essa ação é considerada um instrumento de minoria, pois prevê o quorum de aprovação de um terço dos parlamentares, conforme detalha o advogado e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB) Caio Morau. "Os membros da comissão tem poderes iguais aos de autoridade judiciais, e a CPI oferece uma leva de instrumentos muito grande de investigação, como convocação de autoridade para depor, quebra de sigilo fiscal, bancário e de telefone, busca e apreensão e uma série de dispositivos previstos na Constituição", enumera.

Caio cita que, ao final do processo, a CPI entrega um relatório com duas partes principais. "O indiciamento das pessoas, se há indício de autoria e materialidade de possíveis crimes; e o aperfeiçoamento de determinadas normas para que sejam criadas novas leis ou medidas referente ao tema", complementa o professor. Após essa fase o documento é entregue ao Ministério Público (MP), que vai decidir se oferece uma denúncia.

## Raio-X

Entre 2019 e 2022, a CLDF concluiu uma CPI e tem duas em andamento na Casa, além de sete requerimentos protocolados. Confira:

### REQUERIMENTOS

**CPI do Iges**
Investigar denúncias de direcionamento de contratação de empresas, sobrepreço em contratos, gastos em cartões corporativos e aluguel de imóveis em superfaturamento. Assinado em 28 de abril de 2021. De autoria da base do governo e da oposição.

**CPI da Pandemia**
Investigar a regularidade dos atos praticados pelo Executivo em decorrência da pandemia. Assinado em 4 de agosto de 2020. De autoria da oposição.

**CPI dos Contratos da Saúde**
Investigar irregularidades em auditorias e inspeções da Controladoria Geral do DF na execução de despesas, formalização e execução de contratos com a Secretaria de Saúde. Assinado em 16 de setembro de 2020. De autoria da base do governo.

**CPI da Secretaria de Saúde**
Investigar irregularidades e causas de desvios endêmicos entre 1º de janeiro de 2011 a 10 de setembro de 2020. Assinado em 15 de setembro de 2020. De autoria da base do governo.

**CPI da Papuda**
Investigar superfaturamento e prejuízo de mais de R$ 4 milhões em obras dos Centros de Detenção Provisória no Complexo Penitenciário da Papuda. Assinado em 15 de setembro de 2020. De autoria da base do governo.

**CPI das Pirâmides Financeiras**
Investigar operações fraudulentas em empresas de serviços financeiros ligados a criptomoedas e na divulgação de informações falsas. Assinado em 26 de agosto de 2020. De autoria da base do governo.

**CPI da Fake News**
Investigar a produção e propagação de notícias falsas, desinformações e boatos. Assinado em 14 de abril de 2020. De autoria da base do governo e da oposição.

### EM ANDAMENTO

**CPI da Sonegação Fiscal**
Investiga instituições financeiras por possíveis fraudes na arrecadação de Impostos Sobre Serviços (ISS). Assinada em 8 de setembro de 2020. De autoria da oposição e da base do governo.

**CPI dos Maus-tratos contra animais**
Investiga diversos maus-tratos a animais. Assinada em 26 de março de 2019. De autoria da base do governo.

### CONCLUÍDA

**CPI do Feminicídio**
Investigou os casos de feminicídio no DF e apontou diversas recomendações para o Executivo, Legislativo e Judiciário, com o objetivo de reduzir as vítimas desse crime. Assinada em 12 de setembro de 2019. De autoria da base do governo e da oposição.



Pacífico/CB/D.A Press

Poliana Gomes/Divulgação



**Após a CPI, foi estabelecida a criação do Observatório do Feminicídio, conforme o *Diário Oficial do DF***

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



**Votação para composição de membros da CPI do Feminicídio. Única concluída neste mandato**

## Em mãos

Duas CPIs estão em andamento na Câmara Legislativa. Presidente da Comissão de Sonegação Fiscal, Rodrigo Delmasso (Republicanos) avalia que os trabalhos estão "em bom andamento". "Fizemos alguns requerimentos e pedimos informações para a Secretaria de Economia. Recebemos parte desse retorno. A área técnica está analisando, e esperamos concluir a primeira etapa até 7 de março. A ideia é verificar se existe uma sonegação por parte dos bancos e, caso exista, queremos aumentar a arrecadação do DF", adianta o deputado.

A segunda CPI em andamento trata sobre maus-tratos a animais. Daniel Donizet (PL), presidente da Comissão, argumenta que diariamente os animais são vítimas de violência. "A natureza dos casos registrados vai desde atos de crueldade até a morte, perseguição, caça, apanho e utilização de espécimes da fauna silvestre. Portanto, é incontestável a necessidade de que a situação seja investigada e fiscalizada", defende o parlamentar.

Apesar disso, segundo Donizet, "as próprias autoridades do DF confessaram não fiscalizar e apurar boa parte das denúncias de crimes contra animais por falta de efetivo ou de local para levar os animais resgatados. Eu recebo inúmeras mensagens, diariamente, de cidadãos reclamando". O deputado ressalta que a CPI busca mapear os casos de maus-tratos e "solicitar informações aos órgãos do governo, à Polícia Civil, ai Instituto Brasília Ambiental e ao Tribunal de Justiça do DF e Territórios".

## Interferência

Com tais prerrogativas, as CPIs desempenha um papel de articulação política. Neste governo, dois requerimentos estão parados: a da Pandemia, que pretende investigar a regularidade dos atos praticados pelo Poder Executivo; e a do Instituto de Gestão Estratégica (Iges) que avalia a contratação de empresas e o sobrepreço em contratos e gastos corporativos do instituto. Uma das parlamentares que assinou e propôs as duas CPIs é Arlete Sampaio (PT), oposição da base do governo.

A parlamentar destaca que "13 deputados fizeram o requerimento da CPI da pandemia, ou seja, a maioria da Casa, pois somos 24 parlamentares". "Era obrigação da Mesa conseguir prioridade para a CPI da Pandemia. Contudo, depois, um deputado retirou a assinatura. O que vale dizer é que o nosso objetivo não é a condenação prévia de ninguém, é uma apuração séria do que aconteceu com a Saúde. Da mesma forma com a CPI do Iges, que temos as oito assinaturas necessárias, mas não o suficiente para ela ser considerada prioridade, e só podemos ter, pelo regulamento da Casa, duas CPIs em andamento. A gente percebe que algumas propostas de CPIs são apenas uma manobra de direcionamento do governo", opina Arlete.

Cientista político e advogado, Valdir Pucci explica que esse é um movimento comum dentro da política. "A CPI é instrumento desse jogo, porque, muitas vezes, um deputado que é desprestigiado pelo governador coloca o nome em um pedido de CPI, uma vez que o instrumento permite a retirada do nome até a Comissão ser instaurada, afim de buscar um prestígio junto ao Poder Executivo", conta.

Na avaliação de Valdir, algumas CPIs que aguardam para serem aprovadas na CLDF não devem ser emplacadas até o fim desta legislatura. "Pela força do governador, não acredito na instauração de CPI contra a (Secretaria) de Saúde e o Iges passarem por esse processo, porque os deputados assinaram e, depois, retiraram a assinatura. O apoio ao governo é majoritário na Câmara", destaca.

Apesar dos esforços para a aprovação de uma CPI, e do tempo que dura a investigação da Comissão, nem sempre o MP considera que há materialidade para instaurar um inquérito. Especialista em direito público, Amanda Caroline explica o motivo de a população muitas vezes ficar com a impressão de que a investigação "acabou em pizza". "A CPI no relatório final pode arquivar o fato, caso não tenha indício de fraude ou crime, ou apresentar o processo ao Ministério Público, pois ele é o detentor da ação penal", afirma.

"Muitas pessoas pensam que a CPI vai punir os responsáveis, porque, passados tantos dias ouvindo-os, se acredita que esse será o fim do procedimento. No entanto, a Comissão não tem esse poder. Será o MP que avaliará se a denúncia tem provas e indícios fortes, com materialidade e autoria, para que a ação seja iniciada. Nem sempre o processo vai adiante, e o MP pode simplesmente dizer que as provas são frágeis, como no caso que todo o país presenciou, da CPI da Covid-19, quando o Ministério Público, sem exemplificar quais provas, apenas disse que o indiciamento estava frágil", detalha Amanda Caroline.

***Estagiário sob a supervisão de Guilherme Marinho**

**Palavras de especialista**

## *Poderes Investigativos*

*"As Comissões Parlamentares de Inquérito estão previstas no art. 58, § 3º, da Constituição, tendo seu regramento detalhado na Lei nº 1.579/52 e nos Regimentos Internos das Casas (Senado Federal, Câmara dos Deputados Federal e Congresso). A instauração da CPI somente ocorrerá após o preenchimento de três requisitos: o requerimento de, no mínimo, um terço dos parlamentares; a indicação do fato determinado que será o objeto da apuração; e o prazo de sua duração.*

*Importante esclarecer que, preenchidos os três requisitos, a CPI deve ser instaurada, não havendo qualquer discricionariedade por parte do presidente da Casa ou da Mesa Diretora para impedir sua criação. Isso porque, como decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o direito constitucional de investigar, expressamente outorgado às minorias das Casas, deve prevalecer.*

*Ainda, necessário pontuar que, embora a CPI tenha poderes investigativos, a Comissão não tem autonomia para indiciar qualquer autoridade pública que figure como investigada, bem como não possui competência para julgar ou punir os investigados, se limitando a encaminhar, ao final, um relatório com suas conclusões ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União (AGU) para que sejam adotadas as medidas criminais e cíveis aplicáveis."*

**Raíssa Isac, advogada criminalista**

**DESCASO /** Jovens promoveram aglomeração e desfilaram da 408 até a 413 Norte, em um bloco de carnaval. A maioria dos participantes estava sem máscaras. Evento surpreendeu e gerou protestos de comerciantes e moradores

# Desrespeito ao decreto do GDF

» ARTHUR DE SOUZA

Reprodução/Arquivo pessoal



**Moradores protestaram contra o desfile do bloco promovido por jovens sem máscara e aglomerados, em plena pandemia**

Mesmo com a proibição do Governo do Distrito Federal, por meio de decreto publicado em janeiro, centenas de pessoas se reuniram para desfilar num bloco de pré-carnaval que começou na noite de quinta-feira e só parou na madrugada de ontem, percorrendo várias quadras comerciais da Asa Norte. Comerciantes e moradores da região contaram ao **Correio** que foram surpreendidos pela algazarra e que a concentração do bloco aconteceu na 408 Norte, e passou pela 410 e pela 413.

A Polícia Militar (PMDF) e a Secretaria DF Legal foram chamadas ao local para intervir. A pasta informou que os integrantes não estavam utilizando máscaras no momento da abordagem, além de não estarem respeitando o distanciamento, mas acrescentou que não foi possível identificar os organizadores do bloco. "Para não prejudicar os comerciantes, que não tinham relação com a folia não autorizada, foi solicitado e acordado por eles que os estabelecimentos fechassem enquanto ocorria a dispersão das pessoas, para que não corressem o risco de serem multados", revelou o DF Legal.

## Repercussão

Um morador, que não quis se identificar, relatou que a família mora na 410 Norte há 42 anos e considerou o ocorrido como uma falta de respeito. "Vivemos um momento de pandemia, com milhares de pessoas ainda doentes, no hospital ou morrendo, e a gente ficou impressionado com a quantidade de gente que estava ali", comentou. No bloco, ainda de acordo com o morador, poucas pessoas estavam utilizando máscara, confirmando a informação dada pelo DF Legal. "Não é momento da gente estar se aglomerando dessa forma, eu acho que o momento disso acontecer vai voltar, mas, por enquanto, a gente precisa ter consciência, respeito e esperar o momento disso acontecer", lamentou.

O **Correio** procurou um dos estabelecimentos por onde o bloco passou. João Vitor de Oliveira é proprietário do bar e restaurante Recanto Favorito, no bloco D da 410 Norte. O dono do estabelecimento, que está no ponto desde 2017, afirma que não teve nada a ver com o fato. De acordo com João, o bloco estava passando pela quadra e parou em frente ao bar, por cerca de cinco minutos. O proprietário comenta que não concorda com o ocorrido e, desde que a pandemia se instaurou, respeita as normas de saneamento, o distanciamento, além de todas as precauções que são indicadas pelas autoridades de saúde.

## Prevenção

João também destaca que não tem segurança de trabalhar na pandemia. "Fiquei extremamente preocupado ontem, quando o bloco passou pela quadra", protestou. O empresário explica que o ocorrido não corresponde à forma de trabalhar do bar. "Todo mundo está passando por esse período de crise, uma pandemia que tirou e está tirando a vida de muitas pessoas. Nós, como uma empresa, temos uma função social, e a gente preza por ela ao máximo", ressalta João. "Qualquer tipo de aglomeração ou evento, que seja irresponsável e traga mais malefícios do que benefícios a nossa comunidade, é fortemente repreendido por nós", frisou João.

Na tentativa de combater as festas clandestinas, o GDF vai intensificar a fiscalização durante o feriado de carnaval. As equipes de segurança e órgãos fiscalizadores, como os agentes da DF Legal, farão uma força-tarefa que contará com policiais civis, militares, bombeiros, agentes do Departamento de Trânsito (Detran) e do DF Legal, da Vigilância Sanitária, do Procon, do Instituto Brasília Ambiental (Ibram) e da Secretaria de Transporte e Mobilidade (Semob).

### O que pode e o que não pode?

**Proibidos:**

- Eventos carnavalescos (pagos ou não), sejam eles bailes, shows, blocos, desfiles ou em bares, restaurantes, casas de festas, casas noturnas, etc;
- Shows e festivais com cobrança de ingresso ou qualquer contribuição do público, ainda que revertida em consumo;
- Bares, restaurantes, boates e casas noturnas que tenham espaço para dança;
- Festas com cobrança de ingresso.

**Permitidos:**

- Funcionamento de bares com música ao vivo, sem cobrança de ingresso e sem pista de dança;
- Shows, festivais sem cobrança e sem espaço para dança;
- Eventos esportivos, mediante uso de máscara pelos participantes;
- Casas e estabelecimentos de festas (casamento, aniversário ou batizado) sem cobrança de ingressos ou contribuição;
- Festas privadas, em condomínios e residências, sem cobrança de ingresso e/ou qualquer contribuição.

**Fonte:** GDF

PANDEMIA

# Elevado índice de mortes em 2020

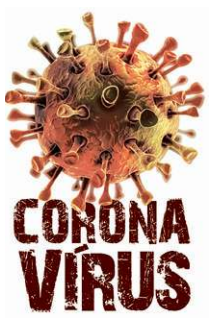
» ANA MARIA POL

Ed Alves/CB



**Sara Mota lamenta perda do padrinho para a covid-19**

O Distrito Federal está entre as unidades federativas com maior taxa de mortalidade registrada no primeiro ano da pandemia: foram 1.397 óbitos por milhão de habitantes. O dado faz parte de uma análise do Ministério da Saúde, publicada neste mês, que traça um raio X da pandemia no país no período que vai de 26 de fevereiro de 2020 até 2 de janeiro de 2021. Para especialistas, o resultado do mapeamento é um reflexo da falta de vigilância epidemiológica na capital federal, que sofre, ainda hoje, com a deficiência de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da covid-19.




A análise detalha, ainda, a crise que aconteceu no Complexo Penitenciário da Papuda, que viveu um surto de covid-19 entre 1º de abril e 17 de julho de 2020. De acordo com o levantamento, dos 1.877 casos registrados no período, 1.648 (87,8%) ocorreram entre os integrantes da população privada de liberdade; 201 (10,7%) entre policiais penais; 17 (0,9%) entre profissionais da saúde; e 11 (0,6%) entre trabalhadores de serviços terceirizados. A letalidade geral por covid-19 foi de 0,2%. Para o doutor em saúde pública e professor na Universidade Católica, Roberto José Bittencourt, o estudo revela que não houve medidas eficazes de combate à pandemia.

De acordo com Roberto, existem três modelos de combate à disseminação do vírus, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS): supressão (isolamento seletivo), contenção (distanciamento social e uso de máscaras, por exemplo) e inação. "O modelo de inação significa deixar a infecção acontecer e, através da contaminação ou imunidade em massa, as taxas caem. À medida que as pessoas ficam doentes, o sistema de atenção hospitalar entra em ação", diz.

O especialista avalia que no DF houve falta de vigilância epidemiológica. "Nós tínhamos, todos os dias, o levantamento de casos e óbitos no DF. Os agentes das UBSs tinham que ser notificados e as equipes deveriam visitar essas pessoas contaminadas, realizar o isolamento e, dessa forma, fazer a supressão e contenção do vírus. Mas isso não foi feito", lamenta.

Para Roberto, ainda hoje colhemos as consequências das altas taxas registradas no primeiro ano de pandemia. As consequências biológicas são as sequelas, mas há também o ponto de vista coletivo. "A economia não consegue se reestruturar, são ondas e ondas de contaminação que afastam as pessoas das ruas, da convivência, de uma economia que precisa se reerguer", aponta. Ele diz que é preciso que o governo aja. "Nenhuma sociedade vai se reerguer sem a participação do governo, e ele existe para isso. Para quando houver uma tragédia, providenciar uma forte ação estatal. Muitas lições ficaram, do ponto de vista individual, de política, de saúde, de estrutura hospitalar, de turbinar a atenção básica, reestruturar a vigilância epidemiológica", completa.

### Óbitos por milhão de habitantes em 2020

| | |
|---|---|
| **Sul** | |
| 1º) Rio Grande do Sul | 782 |
| 2º) Santa Catarina | 730 |
| 3º) Paraná | 695 |
| **Sudeste** | |
| 1º) Rio de Janeiro | 1.475 |
| 2º) Espírito Santo | 1.258 |
| 3º) São Paulo | 1.011 |
| 4º) Minas Gerais | 565 |
| **Nordeste** | |
| 1º) Ceará | 1.090 |
| 2º) Sergipe | 1.078 |
| 3º) Pernambuco | 1.006 |
| 4º) Paraíba | 914 |
| 5º) Piauí | 868 |
| 6º) Rio Grande do Norte | 847 |
| 7º) Alagoas | 747 |
| 8º) Maranhão | 634 |
| 9º) Bahia | 615 |
| **Norte** | |
| 1º) Amazonas | 1.266 |
| 2º) Roraima | 1.247 |
| 3º) Amapá | 1.076 |
| 4º) Rondônia | 1.016 |
| 5º) Acre | 892 |
| 6º) Pará | 830 |
| 7º) Tocantins | 779 |
| **Centro-Oeste** | |
| 1º) DF | 1.397 |
| 2º) Mato Grosso | 1.269 |
| 3º) Goiás | 957 |
| 4º) Mato Grosso | 840 |

O **Correio** procurou a Secretaria de Saúde e questionou acerca das medidas adotadas durante o período de 2020. Até a publicação da reportagem, a pasta não havia se pronunciado.

A família da psicóloga Renata Teixeira, 38 anos, viveu de perto os rastros que a pandemia deixou. Além de ser contaminada no pós parto, ela sofreu o luto de perder o padrinho para a doença, em maio do ano passado. "Foi um momento muito difícil porque aconteceu no auge dos casos do ano passado, não tinha mais vagas nos hospitais para UTI", diz. Ela lembra que a família se mobilizou para buscar uma vaga na unidade de tratamento intensiva, e o padrinho ficou cerca de 50 dias internado. "Ele faleceu no dia do meu aniversário. A perda foi um baque para todos nós porque ele era um homem forte, e infelizmente a vacina não chegou em tempo pra ele. Se ele tivesse se vacinado estaria aqui, com certeza", lamenta.

Renata conta que após todo o sofrimento da família, fica o sentimento de impotência, dor e raiva. "Como o governo se despreocupou em fazer a parte dele. Tudo poderia ter sido diferente para muitas famílias. Assim como para minha. Fica um vazio.

A estudante universitária Sara Moreira Mota, 22, conta que também se contaminou com o vírus. No final de setembro do ano passado, recebeu o diagnóstico. "Amanheci num sábado cedo desconfiando da minha temperatura e vi que era febre. Tive um mal estar horrível, dores no corpo e resolvi fazer o teste", recorda. Ela diz que os sintomas foram leves. "A vacina serve como atenuante de sintomas, e, por isso, a sua importância. As pessoas se descuidam, o que acaba não ajudando em nada a situação da nova variante", completa.

## Presídios

Já é sabido que o novo coronavírus pode se espalhar amplamente em ambientes confinados como as instituições penais. O sistema prisional do DF, por exemplo, viveu um surto de covid-19 em 2020. Segundo o epidemiologista Wildo Navegantes de Araújo, a ocorrência destes surtos se dá pelas falta de iluminação por incidência solar, umidade, falta de distanciamento e dificuldade de implementação das demais medidas de controle da pandemia.

Ele compara a transmissibilidade da covid-19 a "uma faísca em gasolina". "A doença se dissemina muito rapidamente, podendo demandar leitos clínicos e de UTI, em espaço curto de tempo. Seja para a massa prisional, seja para os profissionais que trabalham no sistema, além de familiares que os visitam", ressalta.

A reportagem procurou a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seape). Até a publicação da reportagem, a pasta não se pronunciou.

# Menor taxa de transmissão do ano

» RAFAELA MARTINS

A taxa de transmissão do novo coronavírus caiu pelo décimo segundo dia e chegou a 0,74, de acordo com o Boletim Epidemiológico divulgado ontem pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). O número demonstra que um grupo de 100 pessoas contaminadas pode infectar outras 74. Quando o índice está abaixo de 1, aponta controle da pandemia.

Em 24 horas, a pasta notificou 11 mortes em decorrência da covid-19. Ao todo, 11.409 mil vítimas morreram na capital do país desde o início da pandemia. Destas, 984 residiam em outro estado, sendo 846 de Goiás e 138 de localidades não informadas.

A média móvel de infecções está em 1.887, o que representa queda de 62% em relação a 14 dias atrás. Já a média móvel de óbitos está em 13 — aumento de 4%, indicando estabilidade.

Segundo a Secretaria de Saúde, nas últimas 24 horas, 929 novos casos positivos para covid-19 foram registrados e o total de infectados chegou a 680.841. A secretaria contabiliza que mais de 606 mil são moradores do DF, 35 mil de Goiás, 8 mil de outros estados e 29 mil estão em investigação.

A 1ª dose foi aplicada em 2,4 mil pessoas, e 2,2 milhões já têm o ciclo vacinal completo. Já foram aplicadas 926.181 doses de reforço. E 139.252 crianças de 5 a 11 anos já estão vacinadas.



# Crônica da Cidade

**ADSON BOAVENTURA** | adsonboaventura.df@dabr.com.br

## Imunizadão

Li no **Correio** que exercitar-se logo após tomar a vacina contra a covid-19 aumenta a produção de anticorpos. Foi o que descobriu uma pesquisa da Universidade Estadual de Iowa, nos Estados Unidos. Inicialmente, me senti mega imunizado.

Há 20 dias tomei a terceira dose. Ao contrário da testagem, quando penei por mais de sete horas na fila para saber se estava ou não com covid, a vacinação foi tranquila, todas as três vezes. Tomei a dose de reforço na UBS da Praça do Bicalho, em Taguatinga. Fiquei menos de 20 minutos na fila para completar o ciclo vacinal.

Era uma segunda-feira de folga, o clima estava agradável e o preço do carro por aplicativo nas alturas. Pensei: "Quer saber? Vou dar uma caminhada". Vindo de uma pessoa sedentária, essa escolha merecia ser acompanhada por aquela musiquinha que anuncia uma notícia bombástica na tevê (Tam-tam-tam-tam-tam, tantam-tantam... "Estamos aqui com Adson Boaventura, que deixou de chamar um carro por aplicativo para, acreditem, caminhar", noticiaria o repórter).

E fui caminhando em direção ao Pistão Norte. A missão era percorrer praticamente toda a via, em direção ao centro de Taguatinga. Passei por vários trechos arborizados, o que tornou a experiência mais prazerosa e menos cansativa. Não lembrava que aquela parte da cidade era tão verde e agradável. Pessoas corriam ou caminhavam no calçadão, outras andavam de bicicleta. Enquanto isso, no asfalto, os carros estavam em um longo engarrafamento. Realmente, foi uma boa ideia caminhar.

Estava nublado, não fazia calor e nem senti que havia caminhado por 30 minutos. Me dei conta do tempo de exercício quando decidi mudar a rota e passar pelas quadras residenciais de Taguatinga Norte. E eis que no meio do caminho tinha um boteco. Tinha um boteco no meio do caminho. Pensei: "pô, deu uma sede essa caminhada, heim? E eu todo imunizadão, bonitão. Merece uma cervejinha, né?". E todo o meu momento saudável seria anulado. Em questão de minutos, ganharia as calorias que havia perdido na caminhada.

Obviamente, ainda na primeira dose (da vacina), havia pesquisado na internet: "pode beber depois de tomar vacina?". Essa, por sinal, foi uma das perguntas mais feitas pelos brasileiros ao Google durante a pandemia. Como não há restrição, fui tomar umas geladas.

Graças ao esforço físico, pelo menos eu estava com mais anticorpos contra o coronavírus. Bacana... Só que não. Relendo a matéria sobre a pesquisa norte-americana, reparei um pequeno detalhe: eu teria de ter caminhado por, pelo menos, 90 minutos, e não 40 como eu havia feito. Poxa vida, por 50 minutos eu não me tornei um mega imunizado. Era isso mesmo? Será que os anticorpos não dão um desconto pelo meu sedentarismo e levam em conta a caminhada, mesmo finalizada com uma cervejinha?

Mas tudo bem. Pelo menos eu completei o ciclo vacinal, fiz uma caminhada bucólica e economizei a grana do carro por aplicativo. Grande dia. Brinquem o carnaval com moderação e sem aglomeração, com a 'responsa' de que a pandemia ainda está na área. E a crônica até dá marchinha em ritmo de funk: "Esse é o bonde do imunizadão/Bora tomar vacina e dar um corridão..." Credo, meu Deus. Não. Enfim, pelo menos vacinem-se e não se aglomerem. E bebam água.

**HOMENAGEM /** Dida Sampaio sofreu um AVC em 10 de fevereiro, não conseguiu se recuperar e teve morte cerebral

# Fotojornalismo de luto

» RAFAELA MARTINS

O fotojornalismo brasileiro perdeu uma referência profissional, política, social e humanitária. O fotógrafo Francisco de Assis Sampaio, mais conhecido como Dida Sampaio, 52 anos, contava histórias por meio das lentes e dos cliques de suas câmeras. Os registros do fotógrafo rodaram o mundo e ganharam prêmios importantes da América Latina. O comunicólogo sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC) em 10 de fevereiro e teve morte cerebral confirmada, ontem, pelos médicos.

"Estou tentando absorver a notícia ainda. Dida Sampaio foi excepcional, uma pessoa e jornalista ímpares, e um fotógrafo que não tem outro igual. Fizemos diversas coberturas internacionais e nacionais juntos, e ele me ajudava sempre. Costumo dizer que o Dida era o melhor e o pior concorrente, porque ele tirava o melhor de mim", disse o fotógrafo e amigo Alan Marques. Casado, Dida deixa a esposa Ana e três filhos.

Nascido em 1969, no Ceará, Dida mudou-se ainda jovem para Brasília, onde, além de trabalhar no **Correio Braziliense**, também foi correspondente de outros jornais e portais de fora da capital federal. Com uma foto da ex-presidente Dilma Rousseff pedalando em uma via pública de Brasília, com um lava-jato ao fundo (uma referência à extinta operação da Polícia Federal), Dida Sampaio ganhou o Prêmio Exxonmobil de Fotografia em 2015.

No mesmo ano, ele ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo, na categoria Regional Sudeste, o Vladimir Herzog e o Direitos Humanos de Jornalismo, Esso de Fotografia. O jornalista trabalhava atualmente no jornal *O Estado de S. Paulo*.

O trabalho de Dida também fez parte de exposições, como uma realizada no Centro Português de Fotografia, em janeiro de 2011, com o título *Narrativas Brasileiras*, em Lisboa. Em 2020, no começo da pandemia no Brasil, Dida Sampaio foi agredido por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, em frente ao Palácio do Planalto. A ação foi repudiada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ), que apoiaram o fotógrafo.

### Referência

Educado, comunicativo e sorridente, Dida Sampaio andava pelos anexos da Câmara dos Deputados dia e noite. Quem teve a possibilidade de cruzar com o profissional, comenta que ele era extremamente cuidadoso e exigente com o trabalho, porém ajudava a todos. É o caso do diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal Wanderlei Pozzembom. "Neste momento que precisamos sair em defesa do jornalismo. A perda de Dida Sampaio nos deixa um pouco órfãos. Ele ajudaria a salvar essa profissão, mas com certeza ele eternizou a história fotográfica da política brasileira. Como profissional, ele era excelente, então, ele deixa um legado enorme para o fotojornalismo. Sem contar que o Dida era um amigo de verdade", ressaltou.

Arquivo Pessoal



**O fotojornalista Dida Sampaio, de 52 anos, deixa esposa e três filhos**

O empresário Ailton de Freitas também lembra de Dida como um grande amigo. Ailton foi parceiro de trabalho do fotógrafo e lembra do companheirismo e do profissionalismo que ele tinha. "Sempre foi muito companheiro. Eu tive uma demissão há três anos e ele me ligava e falava comigo diariamente, para saber como eu estava. Sem máquinas, éramos grandes amigos, mas não brincava quando entrava em serviço: era muito profissional e sempre aplicado. Ganhou todos os prêmios possíveis", lembra.

Ailton destacou o lado familiar do repórter fotográfico, que priorizava a esposa e os filhos. "Dida Sampaio vai fazer muita falta para a família dele. Quando voltava de viagens internacionais, ele compensava o tempo para aproveitar em família", disse o amigo.

### Depoimentos

***"Conheci Dida no início de carreira. Fomos colegas juntos no Estadão ao lado de uma geração de brilhantes repórteres-fotográficos que só aparecem de tempos em tempos, quando o universo permite. Sua genialidade está marcada e sua amizade será sempre eterna",***

**Bartolomeu Rodrigues,** secretário de Cultura do Distrito Federal

***"É com uma dor sem tamanho que recebi a notícia de que perdemos o Dida Sampaio. Mais do que um dos maiores fotógrafos e jornalistas do Brasil, ele era daqueles amigos que marcam a nossa vida. Foram muitas aulas de jornalismo e de vida que ele me deu. Descanse em paz, amigo querido",***

**Clarissa Oliveira,** colunista de Política na revista *Veja*

***"Dida Sampaio foi um gigante. Tinha o jornalismo na veia. Vibrava com a notícia. Dia triste para todos nós, que tivemos a honra de trabalhar com ele. Siga em paz, amigo",***

**Rodrigo Rangel,** diretor da *Revista Crusoé*

**VIOLÊNCIA**

# Criança é agredida na saída da escola

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) investiga o caso de uma criança, de 11 anos, agredida por Stéfanie Mendes de Araújo, 35, na saída do Centro de Ensino Fundamental 19, em Ceilândia, na quinta-feira. A agressora foi intimada a comparecer na 23ª Delegacia de Polícia (P Sul) para prestar esclarecimentos acerca do fato. Câmeras de segurança de um comércio captaram o momento das agressões.

Em entrevista ao **Correio**, a mãe da criança lamentou a situação e disse não acreditar no que aconteceu. A gerente de negócios estava no trabalho quando recebeu a ligação do esposo informando o fato. "Minha filha chegou em casa por volta de 13h40. Era para o meu marido ter ido buscá-la, mas ele acabou ficando preso no trânsito. Quando ela chegou, contou tudo e ele me telefonou. Fiquei desesperada na hora", desabafou.

A mãe da criança viu o vídeo das agressões somente depois. Nas imagens, Stéfanie desce de um carro prata, vai até a criança, que está uniformizada e no meio-fio, e começa a agredi-la com socos, tapas, empurrões e puxões de cabelo. "Ela ainda retorna por duas vezes e dá continuidade às agressões. Depois, entra no veículo e sai", afirmou o delegado-adjunto da 23ª Delegacia de Polícia (P Sul), Vander Braga.

Segundo as investigações, a filha da agressora teria se envolvido em uma briga com uma colega da vítima, mas a situação teria se resolvido na própria escola. Não satisfeita, Stéfanie seguiu a criança e a agrediu. Após o ocorrido, a suspeita ainda voltou na escola e confessou ter agredido a menina e afirmou que, se pudesse, "teria passado o carro por cima". A conversa foi filmada por testemunhas. "Minha filha nunca deu trabalho na escola, sempre foi uma aluna exemplar", disse a mãe. "É revoltante. A gente geralmente sente medo de assalto, acidente ou sequestro, mas não de uma coisa dessas. Uma mulher fazer isso, nesse ato de covardia, é revoltante", acrescentou.

### Histórico de crimes

Stéfanie Mendes tem 10 passagens criminais por injúria, ameaça e lesão corporal. Ela chegou a ficar presa na Penitenciária Feminina do DF (PFDF) e está em liberdade provisória em decorrência de uma sentença condenatória de 2017. "Diante das práticas, vamos oficiar o caso à Vara de Execuções Penais (VEP) e há a possibilidade de a Justiça regredir a pena e ficar em regime fechado", acrescentou o delegado que investiga o caso.

O **Correio** apurou que, após a repercussão do caso, a acusada alegou aos familiares que precisou viajar a trabalho.

## Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

**Sepultamentos realizados no dia 25 de fevereiro de 2022**

**» Campo da Esperança**

Antônio Saraiva de Sousa Neto, 56 anos
Eni Domingues Abate, 69 anos
Eunack Jorge Mendes Maciel, 86 anos
Gersonita Alves No, 82 anos
Gustavo Costa Nascimento dos Reis, 14 anos
Higino Dias Silva, 64 anos
José Domingos, 94 anos
Joselita Gomes Torquato, 91 anos
Juvencio Bizerra da Silva, 75 anos
Maria Creusa de Lima, 75 anos
Marisa dos Santos Pereira, 58 anos
Neusa Maria Pereira Peixoto da Silva, 69 anos
Valdomiro da Silva Lima, 67 anos
Walmir de Freitas Cavalcante, 58 anos

**» Brazlândia**

Senhorinha Pereira de Souza, 90 anos

**» Gama**

Delzuite Josina de Souza, 86 anos
Jorge Basto, 57 anos
Zélia Paulo de Morais, 80 anos

**» Planaltina**

Cândido Barboza dos Santos, 81 anos
Izabel Vieira Pereira, 85 anos
Joaquina Lopes dos Santos, 95 anos
Marcos Darlan Bonfim de Oliveira, 39 anos

**» Sobradinho**

Edinei Nunes de Jesus, 19 anos
Lucas Araújo de Andrade, 27 anos
Severino Alves de Araújo, 56 anos

**» Taguatinga**

Antonio Barbosa da Silva, 73 anos
Antonio Vaz da Silva, 87 anos
Clarinda dos Santos Barbosa, 66 anos
Ernando Edson de Barros, 59 anos
Francisca Maria de Aguiar Machado, 85 anos
Gabriel Henrique de Godois Heloterio, 6 anos
Jaci Candido de Souza, 77 anos
João Bosco Issa Mesquita, 67 anos
João Simplicio Borges de Carvalho, 68 anos
Maria Helena Baiano da Costa, 74 anos
Maurício dos Santos Borges, 52 anos
Odilon de Freitas, 59 anos
Sebastião José da Costa, 77 anos
Sérgio Cardoso de Souza, 51 anos
Verônica Lopes dos Santos, 19 anos
Virna Lis Araújo Pazos, 28 anos
Wanderson José Pereira da Silva, 41 anos

**» Jardim Metropolitano**

Álvaro de Freitas Martins, 85 anos
Ercilia Pires da Silva, 90 anos
Joel da Conceição Oliveira, 22 anos
Ligiane da Silva Claro Lima, 37 anos
Maria Lúcia de Sousa da Costa, 61 anos
Vicente Alves Sousa, 71 anos
Dinah Marques de Abreu, 89 anos (cremação)
Isabel Maria Aparecida Silva, 65 anos (cremação)
Luiz Puppim Netto, 87 anos (cremação)
Maria Vitória Ferreira da Silva, menos de 1 ano (cremação)
Rosalvo Pereira, 80 anos (cremação)
Teresinha Ladeira de Medeiros, 87 anos (cremação)
Vanessa Rossi Rosa Galli Manso, 38 anos (cremação)

# Eixo Capital



**JÉSSICA EUFRÁSIO**
*jessicaeufrasio.df@dabr.com.br*

Sinpol-DF/Divulgação



## Polícia Civil quer posicionamento sobre recomposição salarial até 11 de março

A suspensão da paralisação do serviço voluntário gratificado (SVG) nas delegacias, anunciada ontem pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), tem data-limite: 11 de março. A expectativa é de que o GDF resolva a questão da recomposição salarial e a regulamentação da assistência à saúde da categoria até lá. Caso contrário, os servidores da Polícia Civil pretendem reagir novamente.

### Voto de confiança

Os movimentos do Palácio do Buriti em prol dos policiais civis agradaram a categoria, que decidiu dar um voto de confiança ao Executivo local. A interrupção do SVG — e o consequente comprometimento dos serviços prestados — funcionou como forma de chamar atenção do governo às reivindicações dos servidores.

### Conquistas

Recentemente, os policiais civis da ativa comemoraram duas vitórias relevantes: a criação do auxílio-uniforme e a suplementação do auxílio-alimentação. Na segunda-feira, Ibaneis Rocha (MDB) assinou a lei que trata dos temas. Dois dias depois, o governador se reuniu com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, para tratar do reajuste das forças de segurança do DF.

### Promessas

Nesta semana, Anderson Torres e representantes do Sinpol-DF se encontraram duas vezes. Na primeira ocasião, o ministro teria se prontificado a dar encaminhamento ao pedido. Na segunda, informou que faria a interlocução com o presidente Jair Bolsonaro (PL). A previsão é de que a demanda chegue ao Palácio do Planalto na semana seguinte ao carnaval.

### "Indignação e adoecimento"

Integrantes de 14 entidades que representam servidores das forças de segurança do DF debateram o tema, ontem. Eles querem a recomposição dos salários pela variação inflacionária e enfatizaram que a "indignação e (o) adoecimento dos nossos profissionais, em face da falta de recomposição salarial, já (se) refletem na qualidade da prestação de serviços à sociedade".

Sinpol-DF/Divulgação



Divulgação/Agência Alagoas




### Um terço dos trabalhadores sem carteira assinada

Com 1,52 milhão de pessoas ocupadas entre outubro e dezembro, o DF teve aumento de 33,7% na quantidade de trabalhadores sem carteira assinada, na comparação com o trimestre anterior. No período considerado, 169 mil brasilienses atuavam na informalidade, segundo dados divulgados nesta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa corresponde a pouco mais de um terço do total de empregados no Distrito Federal.

### STF cobra informações do GDF sobre vacinação infanto-juvenil

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 10 dias para o Governo do Distrito Federal (GDF) se manifestar sobre a não exigência do passaporte de vacinação nas escolas públicas. O Partido Verde (PV) entrou com arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) na Corte, depois de uma recomendação emitida pelo Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) à Secretaria de Educação não prever a cobrança do documento para a volta às salas de aula.



Getty Images

### "Experimental"?

Desde o início do ano letivo, não há exigência do cartão de vacinação dos estudantes no DF. E a ADPF destaca que o Executivo local teria acolhido a recomendação do Ministério Público — a qual, entre os pontos mais polêmicos, menciona que os imunizantes atualmente em uso teriam caráter "experimental".

### Previsão legal

A arguição acrescenta que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a obrigatoriedade da vacinação de meninas e meninos nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Para o advogado da sigla, Lauro Rodrigues, "o quadro que se passa hoje em relação à vacinação infantil está prenhe de um terraplanismo que, para os parâmetros jurídicos, é inaceitável".

**327 MIL**
**Empregados do setor público no quarto trimestre**

**318 MIL**
**Brasilienses atuavam por conta própria**

**111 MIL**
**Exerciam função de trabalhador doméstico**

**SIGA O DINHEIRO**

R$ 504.897.965,00

Crédito suplementar que a Secretaria de Economia do DF quer abrir para atender despesas com "manutenção do equilíbrio financeiro do sistema de transporte público coletivo"

### Observação

Ao contrário do mencionado neste espaço ontem, a federação da qual o PV deve fazer parte não inclui a Rede Sustentabilidade. As tratativas do Partido Verde envolvem PCdoB, PSB e PT.

**Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb**

»Entrevista | **FABIO SOUSA,** PRESIDENTE DA CEASA

*CB.Agro* debate o papel da central de abastecimento durante a pandemia e as ações solidárias de segurança alimentar

# DF ganhará um Mercado Central

» CARLOS SILVA*

*Ao* CB.Agro *— parceria do* ***Correio*** *com a TV Brasília —, o presidente da Central de Abastecimento do Distrito Federal (Ceasa/DF), Fabio Sousa confirmou a criação de um mercado central em Brasília, além de 10 novas unidades para comerciantes na central. Entre outros temas, foi debatido o papel da Ceasa durante a pandemia e a segurança alimentar dos brasilienses. Na bancada, a entrevista foi conduzida pela jornalista Samanta Sallum.*

**Como é a movimentação de público na central?**

A gente tem uma diversidade enorme de público, tem espaço para todos. Tanto para comercialização, quanto para consumo. Nós temos três grandes dias na Ceasa, que são os de grande movimento, atraindo cerca de 15 mil pessoas na segunda, na quinta e no sábado. Sendo que na segunda-feira é o atacado. O comerciante que vai comprar para revender no sacolão, verdurão, hipermercado ou restaurante. É uma venda em grandes volumes na segunda e na quinta-feira. Geralmente, quem compra na segunda é para manter o seu restaurante até quinta. Temos também o sábado, que é o público do varejo. O varejo são pessoas que vão lá diariamente comprar um quilo, meio quilo, uma dúzia de produtos diversos. Nós queremos ampliar esse consumo com o lançamento do Mercado Central. É uma grande novidade que a gente fala aqui em primeira mão: o lançamento do Mercado Central. A licitação vai acontecer neste ano. Brasília é a capital de um país, a gente não tem um, como os grandes centros, São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis. Foi um trabalho de muita pesquisa, uma comissão que montou esse projeto do Mercado Central de Brasília que vai funcionar da Ceasa, se assemelhando não só aos mercados centrais municipais do país, mas de Barcelona e Lisboa, trazendo algo muito moderno, totalmente sustentável. Não será só um ambiente de comercialização de produtos diferenciados, como os outros mercados, mas também um polo gastronômico que Brasília merece.

**A licitação já foi divulgada?**

Estamos no processo de análise do Tribunal de Contas, finalizamos todos os trâmites processuais, o edital está pronto. Lembrando que não vai ter investimento nenhum do GDF e nem da própria Ceasa, será uma concessão. Então a Ceasa só vai ganhar, porque a empresa que for construir, vai administrar essa concessão e repassará o recurso para a Central. Deixo sempre muito claro, a Ceasa é uma empresa e não recebe recursos do Distrito Federal, tudo que é produzido, tudo que é gasto dentro da Central ou investido é recurso próprio. A gente tem autonomia administrativa e financeira. Assim, a Ceasa é uma empresa, apesar de o GDF ser o sócio majoritário. Não existe recurso público dentro da Ceasa.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press




**E a infraestrutura está sendo melhorada?**

Estamos fazendo um grande trabalho nesses 49 anos de criação para que a Ceasa chegue ao seu cinquentenário com a qualidade que ela merece. Estamos trocando toda a iluminação externa do local, com a iluminação moderna de Led. A Ceasa vai ficar muito mais bonita, muito mais iluminada e isso vai trazer mais segurança. Porque a Central começa a funcionar de madrugada. Às 3h, a gente está lá abrindo, 3h30 e 4h os consumidores e produtores estão lá, no escuro ainda.

**A Central aborda também a questão da segurança alimentar. Como funciona?**

Temos programas nessa área, como o banco de alimentos, que atende instituições filantrópicas cadastradas. Essas entidades atendem crianças, adultos e pessoas em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal. O governo também adquire alimentos diretos dos produtores rurais. Esse programa tem duas vertentes positivas. Uma é adquirir produtos, por exemplo, da agricultura familiar, gerando renda no campo. Também formamos cestas desses produtos agrícolas e as entregamos para instituições filantrópicas, previamente cadastradas. Durante a pandemia, isso foi de grande importância, porque a gente sabe que várias famílias tiveram uma perda econômica muito grande. A outra vertente é o desperdício zero dentro da Ceasa. A gente trabalha ali com os comerciantes, com os produtores que comercializam dentro da Ceasa para não jogar nada fora e transformar o lixo. Temos uma equipe que recolhe produtos descartados, faz uma seleção e, a partir daí, montamos cestas e distribuímos para essas instituições.

**No período da pandemia, com as escolas fechadas, os estudantes precisaram de uma distribuição de cestas com frutas e legumes para as famílias desses alunos. Como isso era feito?**

O governo do Distrito Federal inovou com isso, e a coincidência é que eu estava na gestão da Secretaria de Educação quando a gente trabalhou essa Cesta Verde. Foi uma inovação, e a preocupação do governador Ibaneis Rocha era atender nossos estudantes com alimentação nutritiva e de qualidade. A pandemia atingiu a todos nós, todas as famílias. Esse programa estava fazendo diferença. Era também uma forma de ajudar o produtor, porque ninguém esperava uma pandemia.

***Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira**



# 360 Graus por Jane Godoy

"O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos sem caráter, dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons!"

**Martin Luther King**

**Por Jane Godoy** • *janegodoy.df@dabr.com.br*

Fotos: Grazi Goulart/Divulgação



**As acadêmicas antigas e as empossadas em foto oficial**

## O Dia Internacional da Língua Materna

Fundada por Nazareth Tunholi, em 1997, a convite dela, Palmerinda Donato assumiu a primeira gestão como presidente da Academia Internacional de Cultura (AIC).

Desde então, o mundo cultural e artístico de Brasília ficou movimentado, pois a AIC se encarregava de promover eventos importantes, sempre apoiados por órgãos públicos sediados no DF, como o Tribunal de Contas da União (TCU), Foyer do Teatro Nacional de Brasília, entre outros.

Com o isolamento social que a atual circunstância exigiu, as acadêmicas recomeçaram suas atividades.

A gerontóloga Shirley Pontes, eleita presidente para o biênio 2022/2024 recebeu da presidente anterior, Nazareth Tunholi, o bastão de comando da entidade, sendo empossada em 2021.



**O violinista Roberto Veríssimo**

Para dar início às atividades de 2022, foi comemorado o Dia da Língua Materna, em sessão solene no auditório do Edifício City Offices, no SIG. Houve, também, a posse de duas confreiras: Andréia Sales e Maia Benchimol.

O Dia Internacional da Língua Materna tem como objetivo promover a diversidade linguística e cultural, entre as diferentes nações. Além de preservar as particularidades linguísticas e culturais, de cada sociedade.

"O movimento começou em Bangladesh, em 1952, com uma história de heroísmo de um povo que lutou por décadas pelo direito de manter viva a sua língua materna", informa Shirley.

O violinista Roberto Veríssimo se apresentou e, após a cerimônia, houve um coquetel de confraternização.



**O juramento da escritora Maia Benchimol (patroneada por Golda Meyir) e da escritora e jornalista Andreia Sales (patroneada pelo escritor e jornalista italiano Alberto Moravia)**



**Nazareth Tunholi, Andreia Sales, Shirley Pontes e Maia Benchimol**

## >>PINCELADAS

Donizete Garcia/Divulgação



» Na quarta-feira (23), na Galeria Fayga Ostrower, no Eixo Monumental, às 10h foi inaugurada a exposição *Maravilhas do México*, começando as iniciativas Ibero-Americanas, que farão parte do programa Brasília Ibero-Americana da Cultura, em 2022. A artista Plástica Irany Poubel (foto) participou com uma belíssima obra, que batizou de *Pensativa* e fez o maior sucesso entre os presentes.

» Ainda sobre a exposição na Galeria Fayga Ostrower, na quarta-feira, uma visitante, diplomata da embaixada da Colômbia, Stefanny Moncada (foto) se identificou muito com obra *Pensativa* e, como ela, fez pose.



Irany Poubel/Divulgação

» Funcionárias da Embaixada do México se apresentaram caraterizando personagens do folclore e da cultura mexicana, como Frida Kahlo, Nayarit e o famoso Charro (foto), são conhecidos e admirados no mundo inteiro. Nomes que ilustraram muito bem a exposição.

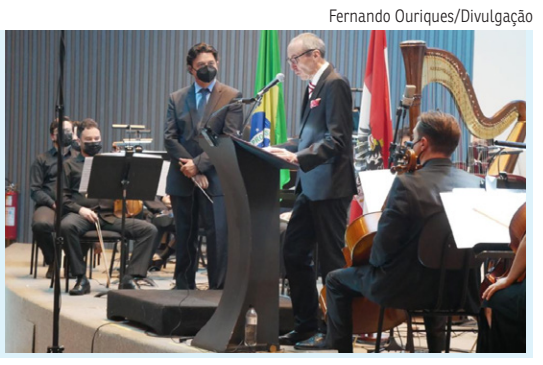


Donizete Garcia/Divulgação

## >>PAINEL

**Uma homenagem austríaca /** Foi o que o maestro Claudio Cohen mereceu, na terça-feira (22). No Museu Nacional da República, às 20h. A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro apresentou o concerto austríaco em homenagem ao escritor Stefan Zweig, tocando Gustav Mahler, W. A. Mozart e Richard Strauss, com Ellyos Lucas (trompa solista). Antes do concerto, logo após a abertura do evento, o embaixador Stefan Scholz prestou uma homenagem ao Maestro Cláudio Cohen, concedendo a ele a Cruz de Ouro da Arte e da Ciência, do governo da Áustria. Depois do concerto, no Museu nacional da República, o embaixador Stefan Scholz e a embaixatriz Angelika receberam o maestro para um jantar na residência oficial daquela embaixada. Uma noite de cultura, boa música e gastronomia.

Fernando Ouriques/Divulgação



**LOTERIA /** Brasilienses procuram as lotéricas para fazer as apostas da Mega-Sena acumulada e tentar levar o prêmio de R$ 50 milhões. O sorteio ocorre hoje, às 20h, e os jogos podem ser feitos até as 19h. Ainda dá tempo de ficar rico

# Sonho milionário no carnaval

» JÚLIA ELEUTÉRIO
» ANA MARIA POL

O prêmio da Mega-Sena acumulou mais uma vez e a expectativa é alta para aqueles que planejam passar o carnaval com vida nova. Isso porque a estimativa para o próximo concurso é de R$ 50 milhões para quem acertar os seis números. Motivados pela possibilidade de ganhar, muitos brasilienses buscaram lotéricas espalhadas pelo Distrito Federal para arriscar um palpite e, quem sabe, se tornar o próximo milionário na cidade. O sorteio ocorre hoje, às 20h. O evento será transmitido ao vivo nas redes sociais da Caixa Econômica Federal. Os apostadores podem fazer tentativas até as 19h nas lotéricas credenciadas ou pela internet.

Pensando em mudar de vida, José Medeiros, 62 anos, faz frequentemente jogos da Mega-Sena. Ele conta que costuma alternar os números, mas não deixa de apostar toda semana. "Quando vejo o prêmio aumentando, é quando eu corro mesmo para a lotérica para fazer um jogo", diz o comerciante. Morador de Taguatinga Sul, José sonha em ter um descanso, após anos de trabalho. "Já trabalhei demais, meu plano, se eu ganhar, é ter um sossego, poder viajar mais, aproveitar mais minha casa e minha família", planeja o apostador.

O cobrador de ônibus Raimundo Souza, 46, aproveitou para fazer uma aposta enquanto pagava as contas de casa. "Eu quase não jogo na Mega-Sena, mas vi o prêmio e decidi tentar dessa vez", diz Raimundo. "Se eu ganhasse, iria ajudar minha família. Não tenho um sonho de comprar casa e carro, queria mesmo ajudá-los", conta o morador de São Sebastião, sobre o planos enquanto fazia o jogo na lotérica da Rodoviária do Plano Piloto.

Ed Alves/CB/D.A Press




**Apostadores fazem uma fezinha no prêmio acumulado**

Assim como Raimundo, a servidora pública Graça Galvino, 55, não costuma jogar. "Estava passando e resolvi arriscar dessa vez. As chances são muito pequenas, mas vai que dá certo e eu seja uma das ganhadoras", comenta, ao pagar um dos jogos já prontos, os chamados bolões. "Eu não tenho um sonho para caso ganhe, mas garanto que vou continuar com o meu trabalho", revela a servidora, destacando que viagens, por agora, estão fora de possibilidade devido à pandemia, mas que daria para viver tranquila com o valor do prêmio.

Ao contrário de Graça, a vendedora Sônia Ferreira, 47, faz vários planos com o dinheiro do prêmio. "Eu quero viajar bastante e ajudar minha família também, além de quitar minhas dívidas", ressalta, com humor, a moradora de Ceilândia Norte. "Eu aposto mais na Lotofácil, é mais frequente do que na Mega-Sena. Só que, com um prêmio desse tamanho, quem não quer arriscar?", acrescenta a vendedora. Ela comenta que fez três jogos, mas está pensando em fazer um bolão com a família para ter mais chances.

O concurso 2.457, que aconteceu na última quinta-feira, realizado no Espaço Loterias Caixa, no terminal Rodoviário Tietê, em São Paulo, sorteou as dezenas 10 - 19 - 46 - 47 - 49 - 50. Apesar de ninguém ter ganhado o prêmio no último concurso, 51 apostas acertaram a quina e levaram R$ 62 mil. Um dos ganhadores foi de Brasília. A quadra também teve ganhadores, com 4.414 apostas premiadas com R$ 1.038,76. A arrecadação total do concurso chegou a R$ 55.668.172,50.

### Confira como jogar on-line

» Para as pessoas que costumam ou pretendem fazer seus jogos pela internet, é preciso ter alguns cuidados na hora de apostar. Primeiro é necessário esclarecer que somente pessoas maiores de 18 anos com CPF podem se cadastrar nas Loterias Online. Para apostar, é preciso fazer um cadastro e possuir cartão de crédito.

» Dois passos são necessários: informar seus dados pessoais e depois fazer a validação do token de cadastramento, encaminhado para o e-mail. A senha deve ser cadastrada com 6 números. Uma dica da Caixa é que o salvamento de senhas não seja feito, pois é a palavra-chave o que garante sua identidade no portal, controlando suas apostas e eventuais premiações. Caso não se lembre da senha, basta clicar em acessar e acionar a opção "Esqueci minha senha" no Login CAIXA. Depois siga os passos do e-mail enviado.

» No Loterias Online, o apostador pode efetivar as apostas de no mínimo R$ 31,50 e no máximo R$ 945,00 por dia. O portal recebe 24h as apostas. Mas, é preciso ter atenção com o horário de fechamento de concurso, que é o mesmo praticado nas Casas Lotéricas (1h antes dos sorteios).

» As apostas on-line são feitas como se fossem no volante de papel. O jogador vai selecionar os números em um volante virtual e depois colocá-los no carrinho de apostas. Vale lembrar que o portal não comercializa o bolão.

» Outro fator importante é que não se pode fazer jogos para outras pessoas, no Loterias Online. As apostas estão vinculadas ao CPF do cadastro e o pagamento de eventual prêmio também. É possível visualizar as apostas do carrinho, com detalhamento individual, assim como o valor total do carrinho. Será solicitado um Cartão de Crédito válido para processar o pagamento via Mercado Pago.

» Caso ganhe algum prêmio, é preciso imprimir o comprovante de aposta e geração do Código de Resgate (que deve ser memorizado) e ir até a lotérica de preferência, onde serão digitados CPF e código gerado.

» Para excluir seu cadastro ligue para: 3004 1104 (Capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 726 0104 (demais regiões).

### Cautela para gastar

O educador financeiro Francisco Rodrigues avalia esse próximo sorteio como uma grande chance para melhorar de vida, mas é preciso ter calma ao ganhar a bolada do prêmio. "Somos a segunda cidade mais premiada do país. A primeira é São Paulo. Nós temos uma situação muito positiva e devemos aproveitar essa oportunidade. A dica é ter muita cautela, identificar o perfil financeiro, evitar cair em armadilhas nesse primeiro momento, não sair ajudando amigos e parentes, respirar fundo, agradecer e buscar informações de qualidade para saber gastar esse dinheiro com consciência. Aqui, nós temos também o dado relevante: de cada 10 ganhadores da loteria, sete ficam muito mais pobres do que eram antes", comenta o especialista.

Além de ter atenção e cuidado caso ganhe, Francisco ressalta que investir sempre é uma boa opção. No entanto, o tipo de investimento vai variar conforme o perfil de cada pessoa, se é mais conservador, moderado ou agressivo. "Esse perfil é que vai dar o direcionamento de como fazer esse melhor investimento, porque o melhor investimento está relacionado ao que a pessoa deseja alcançar. É importante saber colocar no devido lugar a emoção e a razão. Então, o que eu digo é tenha emoção para jogar e tenha razão para gastar", destaca o educador. "Ganhar na loteria é bom, mas saber cuidar e investir para ter tranquilidade financeira é melhor ainda", conclui.

### Como jogar

A aposta mínima, com seis números, custa R$ 4,50. O valor aumenta, assim como a probabilidade de ganhar, quanto mais números forem marcados, podendo ser escolhidos até 15 números. Sete números custam R$ 31,50 e têm probabilidade de acerto de 1 em 7.151.980. Já 15 números custam R$ 22.522,50 e têm probabilidade de acerto de 1 em 10.003. As apostas também podem ser realizadas pelo portal Loterias Caixa ou aplicativo Loterias Caixa.

Para receber o prêmio o ganhador pode optar por ir a uma casa lotérica, portando comprovante da aposta e número de resgate (em memória), gerado no portal Loterias Caixa, com validade de 24h. Apostas realizadas no portal ou pelo aplicativo também podem ser recebidas em qualquer agência Caixa, para valores líquidos de até R$ 1.332,78 (ou R$ 1.903,98 bruto).

Ed Alves/CB/D.A.Press

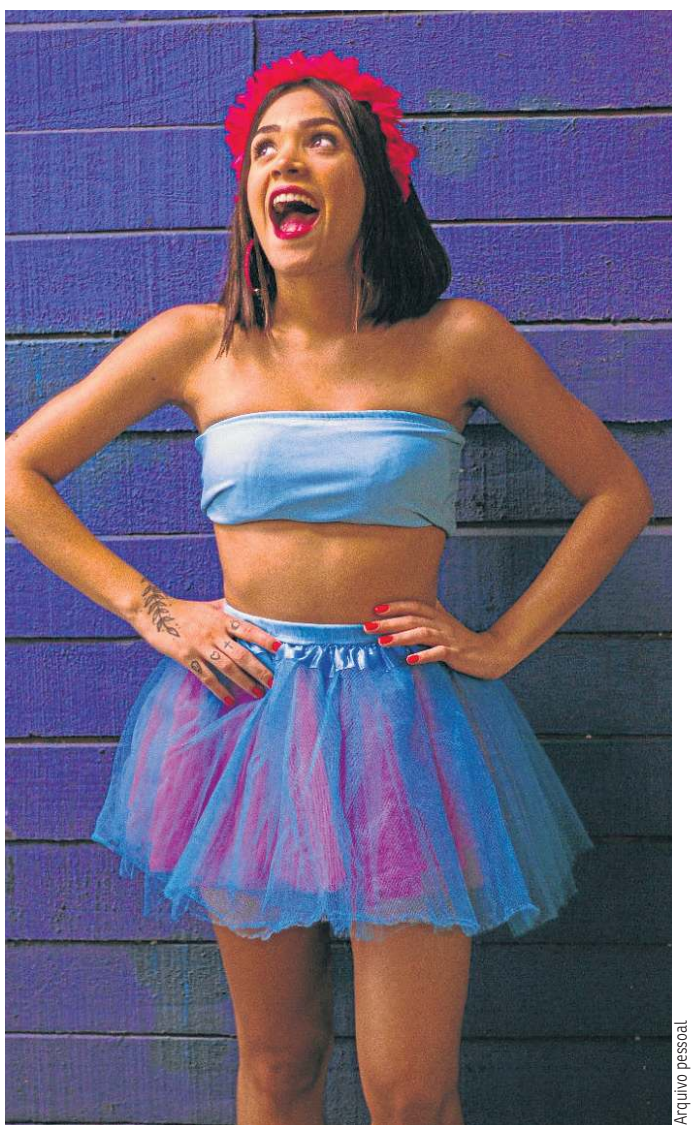


**Manuela Lima teve seu filho, Fernando, um dia após o domingo de carnaval de 2019**

Arquivo Pessoal



**Mariana Carvalho e a família passam o carnaval juntos desde quando ela tinha meses de idade**



Arquivo pessoal

**Gabriela de Oliveira, 23, foi ao carnaval pela primeira vez aos 16 anos e desde então ousa nas fantasias e no glitter**

# QUE SAUDADE DA FOLIA!

## Após dois anos de ruas vazias, brasilienses contam sobre suas lembranças de épocas carnavalescas

» ARTHUR RIBEIRO*
» EDUARDO FERNANDES*

"Ai que saudade que eu tenho, dos carnavais de outrora…" Como já diz a tradicional marchinha, os dois anos sem carnaval deixaram saudosos aqueles que são fanáticos pela celebração e colecionam memórias e bons momentos da folia. Diante desse hiato causado pela pandemia da covid-19, as alegrias, roupas e histórias são os meios encontrados por muitos para acalentar a falta das festas nas ruas e da energia proporcionada durante o período.

A tradição do carnaval de Brasília se confunde com a trajetória da cidade, conforme Ian Viana, de 25 anos, sociólogo e fundador do Setor Carnavalesco Sul. Com o tempo, o Distrito Federal se tornou um dos destinos de turistas, especialmente por causa dos carnavais de rua, como explica o jovem. "A capital passou por um momento de declínio. Com os blocos característicos, a cidade voltou a ter força no cenário nacional, o que tornou Brasília uma alternativa para aqueles que desejam se desvencilhar do eixo Rio/São Paulo", conta.

A paixão pelo carnaval está enraizada na vida de Mariana Carvalho, 20, desde quando era pequena. Com meses de idade, ela era levada no colo da mãe para os bloquinhos da capital, o que ajudou na construção do sentimento pela data que tanto leva com carinho. Segundo a jovem, chegou a participar de dez carnavais no DF, deixando de ir somente em quatro. Contudo, aos 14 anos, o pai conseguiu um trabalho no exterior e precisou se mudar para Portugal.

Mesmo passando três anos longe do Brasil, o amor pelo clima carnavalesco não foi deixado de lado. Ela se juntou a outros brasileiros para aproveitar os blocos de rua. "A gente ia de casaco, porque é um período frio no início do ano. Lá é mais simples, porque a festa não tem todo esse apoio cultural como tem no Brasil", diz.

Ainda que não houvesse o calor e a alegria dos brasilienses, ela destaca que saudade do carnaval brasileiro foi minimizada quando ela participou da folia em solo português. Ao voltar para o Distrito Federal, em 2018, não perdeu a oportunidade de presenciar as festas e de reaproveitar o tempo perdido, indo em todos os carnavais até o início da pandemia.

Apesar de todas as dificuldades vividas em decorrência da covid-19, ela procurou uma maneira de curtir a folia neste ano. "A minha família e a do meu namorado sempre comemoram juntas aqui em casa, as duas viraram uma só. A família dele sempre amou o carnaval e, há muitos anos, criaram o próprio bloquinho: os Maruins, que é inspirado no bloco Muriçoca, de João Pessoa", pontua.

### Mãe no carnaval

O sangue nordestino e festeiro sempre fez parte da trajetória da Manuela Bennett, 38 anos, nascida em Aracaju. Enquanto morou na cidade, a sergipana pulou em vários carnavais. Em 2007, ela se mudou para Brasília e se deparou com um ambiente de festejo menos animado. "Naquele período, os carnavais de rua não tinham tanta força entre os moradores da capital", lembra.

Porém, Manuela viu que a alegria carnavalesca passou a crescer em Brasília, com o passar do tempo, e começou a frequentar os eventos da cidade. E foi assim que, em 2019, um dos momentos mais memoráveis de sua vida aconteceu. No dia 2 de março, Manuela estava grávida de 35 semanas.

Como o nascimento do filho estava previsto somente para o próximo mês, ela alega que resolveu sair para aproveitar a folia. A tranquilidade era tanta que decidiu fazer a mala da maternidade apenas na quarta-feira de cinzas. Buscando alguma festa que chamasse sua atenção, andou por todos os lugares até encontrar o bloco Concentra. Pulou, dançou, ficou até o fim, comeu acarajé com pimenta e depois foi para casa.

Durante a madrugada, Manuela se sentiu estranha, mas achou que era um mal-estar e não se importou. Na manhã do dia 3, pediu ao marido que comprasse pão na padaria, mas quando o pai voltou o bebê estava prestes a nascer. "Corremos para a maternidade e minha obstetra demorou a chegar porque estava num bloquinho com a filha. Chegou maquiada no hospital, e meu bebê nasceu cinco minutos depois, em pleno domingo de carnaval", complementa.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



**Frederico Tomé gosta de se fantasiar de vários "Freds", dentre eles, Fred Flintstone**

Os amigos e primos que festejaram com ela no dia anterior não acreditaram quando a mãe falou sobre a chegada do pequeno Fernando, hoje com dois anos. Ainda que tenha nascido longe do dia imaginado, o pequeno não teve complicações e veio ao mundo com 2,645kg e 47cm. Descontraída, ela afirma que a farra e a comida tiveram uma parcela de responsabilidade na chegada antecipada do filho.

### Fantasia nota 10!

Gabriela de Oliveira, 23 anos, demorou um pouco para pular seu primeiro carnaval. Os pais permitiram que a filha fosse aproveitar a folia com conhecidos aos 16. Foi quando ela não parou mais. "Eu costumava ir para o Galinho e o BabyDoll de Nylon", cita. Mas, conforme os anos foram passando, o desejo de viajar tornou-se realidade. Em dois anos seguidos, ela foi curtir a folia na Bahia. Quando pensou em conhecer o carnaval de Belo Horizonte, não conseguiu devido à pandemia.

Um ritual do carnaval que ela cumpre desde o início é a paixão pela liberdade em usar fantasias. Em sua visão, a magia da época carnavalesca está justamente no fato de se fantasiar e celebrar. "Cada ponto do carnaval é importante e, sem sombra de dúvidas, o personagem que ganha o papel principal nesse enredo é a fantasia", destaca. Em todos os carnavais que foi, não deixou de exagerar e ousar no glitter, combinar roupas e fantasias com os amigos. Para ela, esse ritual torna tudo mais lúdico e envolvente.

### Relembrar

Para o psicanalista Frederico Tomé, 45, o carnaval é, além da celebração, uma rememoração e recriação de suas memórias, desde a infância, quando saía com sua família para curtir a folia em Uberaba (MG), sua terra natal. Hoje morador da Asa Norte, ele mantém os costumes de jovem e é figurinha marcada nos blocos de rua na capital. Já no segundo ano sem carnaval, Fred se diz melancólico sobre a realidade, mas tem esperança de que a folia volte no próximo ano.

Ansioso para o próximo carnaval, ele diz não haver uma "fantasia perfeita" para o retorno dos bloquinhos, porém, tem uma tradição especial para os adereços carnavalescos. "Eu tinha o costume de me fantasiar de Fred, é um alter ego. Era uma metalinguagem, digamos assim, uma meta-fantasia de carnaval, estar fantasiado e ser um outro, mas ao mesmo tempo ser o Fred. Era o Freddie Mercury, Freddy Krueger, Fred Flintstone, Fred da Turma do Scooby-Doo e o Quico, do Chaves, que na verdade é Frederico. Com esses cinco 'Freds' eu desfilei pelas ruas de Brasília", lembra.

Com a bagagem de 45 anos no festejo, ele acumula diversas memórias, especialmente nos bloquinhos "Vai Quem Fica" e "Calango Careta", seus preferidos. "Foram muitos momentos. Cada dia, uma história, um amor, um encantamento. Um marcante foi quando venci um concurso de fantasias do Calango Careta, estava de Freddie Mercury. Talvez não seja a mais marcante, mas deve ser a mais emblemática nesse sentido, sair fantasiado, subverter uma certa ordem, viver uma fantasia de uma outra pessoa. Tenho essa memória com carinho. E que venham outras, que essa pandemia acabe e que possamos construir memórias carnavalescas", finaliza.

***Estagiários sob a supervisão de Adson Boaventura**


PRI
MEI
RO
Lugar
A gente tá PULANDO de alegria, porque a Clube deu mais um SALTO na audiência! Graças a você, a suuua Clube não para de subir.
Clube 105.5 Fm
CLUBE.FM
Disponível na App Store
APLICATIVO ANDROID Google play
Fonte: NEXTDIAL| Praça: Distrito Federal | Janeiro/2022 CLUBE FM | 05-05 |Todos os dias
Fonte: Kantar IBOPE Media EasyMedia4 | DFE | DFE-NOV/2021 A JAN2022 | DFE-CLUBE 105 FM/WEB | DFE-AMBOS | 05-05 | 2a-Dom | OPM#

Fax: 3214-1166 • e-mail: grita.df@dabr.com.br

# Tome Nota

**As informações para esta seção são publicadas gratuitamente.** O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

## CURSOS

**Profissionais da saúde**
O Hospital Alemão Oswaldo Cruz, em parceria com a Johnson & Johnson Brasil, disponibiliza um curso on-line e gratuito para agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal. O curso tem quatro horas de duração, com estratégia pedagógica que apresenta simulações realísticas da atuação durante visitas domiciliares, videoaulas, além de orientações para esses profissionais na hora de identificar sinais e sintomas da covid-19. Inscrições: *inova.eadhaoc.org.br*.

**Audiovisual**
A TV Cultura oferece em seu canal no YouTube uma série de palestras com grandes nomes do audiovisual. Especialistas em áreas relacionadas ao universo da comunicação, do jornalismo e da produção cinematográfica dividem com alunos e com o público em geral experiências profissionais e questões de interesse dos jovens. Todos os vídeos contam com tradução em Libras e uma versão com audiodescrição. Inscrições: *bit.ly/36LtSIM*.

**Escrita criativa**
O Instituto Brasileiro de Estudos do Inconsciente (Ibei) oferece curso prático de escrita criativa por meio de videoaulas e para grupos de até três pessoas. Serão três encontros virtuais pelo Skype. Informações pelo WhatsApp: 61 9 9225-3849.

**Compreensão**
Visando acelerar a criatividade, compreensão e a criticidade dos leitores, a pedagoga e escritora Dinorá Couto Cançado promove oficinas personalizadas virtuais para crianças e adultos. A aprendizagem ocorre de forma individualizada, lúdica e, depois, compartilhada. O curso inclui certificado de 40 horas. Para se inscrever, é necessário comprar os seis livros do kit da autora. Informações: 61 9 9970-1366.

**Transações imobiliárias**
O Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (Ceteb) promove curso técnico em transações imobiliárias. O pagamento pode ocorrer por meio de boleto bancário, com entrada mais seis parcelas. Informações: (61) 3352-6527, (61) 3218-8330 ou pelo WhatsApp (61) 98597-1252.

## *Desligamentos programados de energia*

**» SOBRADINHO**
Horário: 9h às 12h
Local: Vila Basevi, ARs 01 a 05; Chapada Contagem, ARs 01, 03 ao 05.

**Tecnologia e sustentabilidade**
A Universidade Católica de Brasília EAD disponibiliza em sua plataforma o curso Tecnologia e Sustentabilidade, que abrange a relação entre os dois temas. Além disso, durante as aulas, estudos sobre o problema do e-lixo, a abordagem ecológica nas empresas e entre outros assuntos também serão apresentados. O curso é gratuito e tem seus temas divididos em sete unidades. A carga horária máxima é de 40h. Mais informações: *https://ead.catolica.edu.br/esperancar/tecnologia-e-sustentabilidade?hsLang=pt-br*.

**Alimentação e saúde**
A Fundação Bradesco disponibiliza o curso Biologia: Alimentação e Saúde, onde o aluno terá a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a composição nutricional de cada alimento. Além disso, o curso ensinará a interpretar da melhor maneira os rótulos de alimentos industrializados e as tabelas nutricionais. O curso é dividido em quatro etapas e tem carga horária de 3h. Mais informações: *https://www.ev.org.br/cursos/Biologia-Alimentacao-Saude*.

**Capacitação**
O Sebrae possui cursos on-line e gratuitos para você investir na sua capacitação e não parar de evoluir. Separados em mais de 15 categorias, os cursos do Sebrae oferecem ebooks, webinares, aulas por WhatsApp e jogos para te auxiliar a aprender. Os cursos do Sebrae possuem um certificado digital de participação após a conclusão do curso.

**Arteterapia**
O UP Cursos Online Gratuitos disponibiliza o curso de Arteterapia, em que são apresentados os princípios da arteterapia e as vantagens da metodologia. O curso conta com apostilas em PDF, que podem ser baixadas para serem estudadas até mesmo sem acesso à internet. A carga horária é de 40h, e para concluir, basta responder e ser aprovado em uma avaliação ao final. Para emitir o certificado é preciso pagar uma taxa de R $59,90. Os cursos estão disponíveis por tempo permanente. Mais informações: *https://upcursosgratis.com.br/curso-online-gratis/arteterapia*

## OUTROS

**Mostra Sonora**
Está em exibição a Mostra Sonora: John Williams, no CCBB. O espaço fica aberto das 9h às 21h e a exposição acontece até 4 de março. Obras raras podem ser encontradas no local, como Tubarão (1975), de Steven Spielberg e Esqueceram de Mim (1990), de Chris Columbus. A entrada é gratuita e o ingresso deve ser retirado na bilheteria 1h antes da entrada na sessão. Para saber mais, acesse: *ccbb.com.br/brasilia/programacao/mostra-sonora-john-williams/*

**Organizando o orçamento**
O coletivo Jovem de Expressão promove um workshop virtual e gratuito nesta quinta-feira, das 19h às 20h. O evento orientará os participantes a respeito da organização de orçamentos de vendas. As empreendedoras Dayane Gonçalves e Wemmia Anita estarão presentes no workshop. Para se inscrever basta retirar um ingresso, de forma gratuita, na plataforma virtual do Sympla. Para mais informações, acesse o Instagram do coletivo, *@jovemdeexpressao*.

**Athos Bulcão**
A exposição Brasília em 10 Athos fica até 11 de abril na galeria do Sesc Estação 504 Sul Alberto Salvatore Giovanni Vilardo. Estão em exibição os diferentes trabalhos que o pintor, escultor e arquiteto executou em edifícios de Brasília. A curadoria foi motivada pela inauguração do painel de azulejos Bulcão na fachada principal do Sesc 504 Sul. A seleção apresenta obras com diferentes cores e formas, e com distintas maneiras de composição. A entrada é gratuita.

## Telefones úteis

| | | | |
|---|---|---|---|
| Polícia Militar | 190 | Doação de Órgãos | 3325-5055 |
| Polícia Civil | 197 | Farmácias de Plantão | 132 |
| Aeroporto Internacional | 3364-9000 | GDF - Atendimento ao Cidadão | 156 |
| SLU - Limpeza | 3213-0153 | Metrô - Atendimento ao Usuário | 3353-7373 |
| Caesb | 115 | Passaporte (DPF) | 3245-1288 |
| CEB - Plantão | 116 | Previsão do Tempo | 3344-0500 |
| Corpo de Bombeiros | 193 | Procon - Defesa do Consumidor | 151 |
| Correios | 3003-0100 | Programação de Filmes | 3481-0139 |
| Defesa Civil | 3355-8199 | Pronto-Socorro (Ambulância) | 192 |
| Delegacia da Mulher | 3442-4301 | Receita Federal | 3412-4000 |
| Detran | 154 | Rodoferroviária | 3363-2281 |
| DF Trans | 156, opção 6 | | |

**Autorização para vaga especial**
Divtran I - Plano Piloto
SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h
Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran
Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte
Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle
Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF

# Isto é Brasília

Jardim Botânico de Brasília/Divulgação



## Jardim do Cerrado

O Jardim Botânico de Brasília é um museu vivo e abriga coleções de Jardins Temáticos abertos à visitação pública. Os jardins Evolutivo, de Cheiros, Japonês e de Contemplação proporcionam o contato com a diversidade das espécies existentes no planeta . Predominantemente composto por vegetação do Cerrado, o JBB tem excelentes trilhas para se percorrer a pé e também de bicicleta. Aberto de terça-feira a domingo, inclusive feriados, das 9h às 17h, com entrada permitida até às 16h40.

**Poste sua foto com a hashtag *#istoebrasiliacb* e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos** ***#istoebrasiliacb***

## » Destaques

### Congresso
» A UnB realizará, de 9 a 10 de março, o Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria. O evento reunirá tomadores de decisão de empresas de todos os portes, representantes do governo, da academia e de instituições de ciência e tecnologia. O foco do encontro é pensar e debater a inovação como principal estratégia de crescimento e competitividade. Para acessar o site do evento e saber mais, acesse: *https://www.congressodeinovacao.com.br/*

### Semana da mulher
» A Casa Jasmim, localizada na SGHN 716, realizará a Semana da Mulher Jasminas Cultural a partir de 4 de março. O evento recebe inscrições até segunda-feira (28/2) e a ficha de inscrição está disponível na descrição do Instagram (*@acasajasmim*). O evento é voltado para mulheres, especialmente negras, e contará com shows de artistas locais, feira de expositoras, aula de kundalini yoga, sessão de cinema para mulheres, colagem de lambe lambe pela cidade, contação de histórias, palestra, e muito mais. O evento ocorrerá até o dia 8/3, gratuitamente.

## Acompanhe o Correio nas redes sociais

(61) 99256.3846
/correiobraziliense
@cbfotografia
@correio

Quem quiser fazer sugestões ao **Correio** pode usar o canal de interação com a redação do jornal por meio do WhatsApp. Com o programa instalado em um smartphone, adicione o telefone à sua lista de contatos.

## O tempo em Brasilia

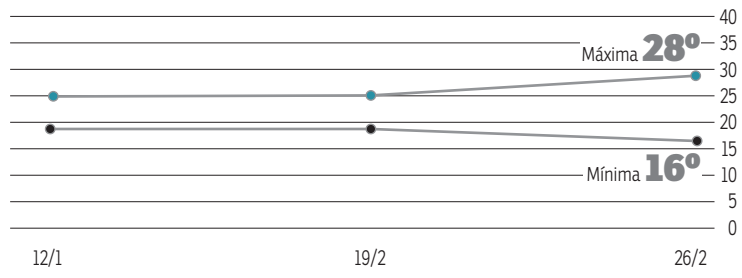
Muitas nuvens, com pancadas de chuva isoladas.



## Umidade relativa

Máxima **95%** Mínima **40%**

## A temperatura




## O sol

Nascente **6h11**
Poente **18h40**

## A lua

Cheia **18/3**
Minguante **25/3**
Nova **2/3**
Crescente **10/3**

# grita geral

**grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)**

GAMA

## RUA ESBURACADA




O engenheiro civil Raphael Gomes de Lima, 29 anos, morador do Gama, entrou em contato com a coluna *Grita Geral* para relatar problemas com buracos em sua rua, na Quadra 19, Setor Oeste da cidade: "No Gama, buraco é o que não falta. Nas entrequadras está absurdo, sem falar na pista que liga o Recanto das Emas ao Gama, que também é uma coisa de louco", afirma. Raphael diz que, quando são realizados reparos nas ruas da cidade, são paliativos com pouca qualidade que não corrigem realmente o asfalto : "A massa fria não aguenta a primeira chuva".

*» A Administração Regional do Gama informa que realiza reparos em vias todos os dias. A massa fria é utilizada quando, devido à forte chuva, há impossibilidade de trazer massa quente da Novacap, uma vez que ela não suporta água. A fim de não suspender o tapa buracos, a massa fria é utilizada em casos tecnicamente viáveis, avaliados por engenheiros da RA. A Administração do Gama tem mapeado os buracos que surgem na cidade, e verificou-se que, devido às repentinas chuvas, o asfalto do Gama tem sofrido mais com intempéries.*

PLANALTINA

## PARQUINHO ABANDONADO

A estudante Maiza Alves, 24 anos, moradora de Planaltina, entrou em contato com a coluna *Grita Geral* para relatar problemas com um parquinho localizado na Estância 4, no Setor Mestre D'Armas, próximo à Unidade Básica de Saúde (UBS): "Há mais de quatro anos que o parquinho está abandonado, todos os brinquedos enferrujados, quebrados; o solo está apenas com cascalho e com o mato crescendo ao redor. As crianças não têm lugar para brincar, meus irmãos pequenos me pedem para levá-los, mas não há condições de brincar ali", diz.

*» A Administração de Planaltina informa que o parque infantil em questão encontra-se em uma área particular, por isso o GDF não pode realizar nenhum serviço na região. Porém, há um projeto para construção de um Complexo de Esporte e Lazer na área ao lado que irá contemplar quadras esportivas, praça e parque infantil. Informamos ainda que foi construída uma quadra sintética no local que será entregue para comunidade nos próximos dias. Posteriormente serão construídos os demais equipamentos públicos no local, quando houver disponibilidade orçamentária. A Administração de Planaltina vem revitalizando dezenas de espaços públicos na região. Ao todo, mais de 20 quadras esportivas e parques infantis já foram revitalizados e entregues para a comunidade.*

CORREIO BRAZILIENSE

SUPER ESPORTES

www.df.superesportes.com.br - **Subeditor:** Marcos Paulo Lima E-mail: *esportes.df@dabr.com.br* Telefone: (61) **3214-1176**

### COI sugere cancelamentos

O comitê executivo do Comitê Olímpico Internacional (COI) instou, ontem, que todas as federações internacionais cancelem ou realoquem as competições marcadas na Rússia e em Belarus. Além disso, pediu que as bandeiras das regiões em ofensiva contra os ucranianos não sejam hasteadas em nenhum evento esportivo mundial e que não toquem o hino nacional dos dois países, especificou a organização em um comunicado, que estimou que ambas as nações violaram a trégua olímpica.




**Após covid-19, guerra provoca terceira mudança seguida na final da Liga dos Campeões. Com avanço do conflito entre russos e ucranianos, Uefa tirou de São Petersburgo e levou a Orelhuda para Paris. FIA também cancela GP de Sochi**

# Rota reprogramada

DANILO QUEIROZ

Susana Vera/AFP




**Com ataque russo sobre a Ucrânia, entidade europeia optou por levar a taça do seu principal torneio para Paris, na França**

*"A Uefa gostaria de expressar seu agradecimento ao presidente Emmanuel Macron pelo apoio pessoal e comprometimento para que o jogo de clubes mais prestigiado da Europa fosse movido para a França neste tempo de crise sem paralelos"*

**Uefa**, através de comunicado

Referência no modelo de final única com palco pré-definido meses, ou até anos antes, a Uefa encara, mais uma vez, a necessidade de mudar o palco da final da Liga dos Campeões por uma situação extra-campo. Nos últimos dois anos, a entidade europeia precisou agir pelo avanço da covid-19. Ontem, no segundo dia de elevação das tensões da guerra entre Rússia e Ucrânia, a organizadora do futebol no Velho Continente anunciou a retirada da decisão de São Petersburgo e a transferência para a França. As seleções e os clubes dos dois países terão de jogar em campo neutro.

Embora em escala muito menor de proporção, a Uefa vive o drama enfrentado pela Conmebol na final da Libertadores de 2019. Na ocasião, a entidade sul-americana organizava a primeira decisão única em campo neutro e havia escolhido o Estádio Nacional, em Santiago, para abrigar o jogo. Porém, as tensões provocadas por protestos sociais no Chile forçaram uma mudança para o Monumental, em Lima, no Peru. À época, a decisão foi tomada com pouco mais de 20 dias para o confronto entre Flamengo e River Plate, vencido pelo rubro-negro.

No Leste Europeu, o clima bélico causado pelo avanço das tropas russas na Ucrânia causam tensões humanitárias muito além do esporte. Após advertir a Rússia e "condenar fortemente" o conflito, a Uefa decidiu em reunião, ontem, tirar a final da Gazprom Arena, em São Petersburgo, e colocar a partida no Stade de France, em Paris. "A Uefa gostaria de expressar seu agradecimento ao presidente Emmanuel Macron pelo apoio pessoal e comprometimento para que o jogo de clubes mais prestigiado da Europa fosse movido para a França neste tempo de crise sem paralelos", disse a entidade, em comunicado.

Precursora do modelo de final única com palco pré-definido, a Uefa encara a necessidade de mudança de planos de última hora pelo terceiro ano seguido. Com as facilidades logísticas de deslocamento pela Europa, a entidade popularizou o formato de antecipação do palco da final, adotado desde os anos 1950, quando a competição ainda se chamava Taça dos Clubes Campeões Europeus. Nos últimos dois anos, a pandemia de covid-19 provocou a realocação das decisões. Nas duas ocasiões, Istambul, na Turquia, deu lugar a Lisboa, em Portugal, por questões ligadas à doença.

## Kremlin critica

Pouco depois da mudança de sede, o Kremlin criticou a transferência da final da Liga dos Campeões para Paris. "É uma pena que tal decisão tenha sido tomada", disse o porta-voz do poder russo, Dmitry Peskov. "São Petersburgo teria proporcionado as condições ideais para a realização do evento", completou. Presidente da Federação Russa de Futebol (RFU) e do conselho de administração da Gazprom, patrocinadora da entidade, Alexander Dyukov endossou a reclamação. "Acreditamos que a decisão de mudar o local foi ditada por razões políticas. A RFU sempre adere ao princípio do esporte estar fora da política", ressaltou.

O Comitê Executivo da entidade também decidiu sobre clubes e seleções dos dois países. Até "segunda ordem", essas equipes terão de atuar em estádios considerados neutros durante os torneios. A ação é uma resposta ao pedido da Polônia sobre o jogo contra a Rússia pela repescagem das Eliminatórias da Copa do Mundo. A Ucrânia também está envolvida, mas pega a Escócia, fora de casa, no fim de março. "A Uefa vai dar suporte a vários envolvidos para garantir o resgate de jogadores de futebol e suas famílias na Ucrânia, que enfrentam terríveis sofrimentos humanos, destruição e deslocamento", destacou.

# Fórmula 1 cancela prova da Rússia

O Grande Prêmio da Rússia de Fórmula 1, previsto para 25 de setembro, em Sochi, foi cancelado, anunciou, ontem, a empresa que administra o Mundial da categoria. Assim como a saída da final da Liga dos Campeões da Europa de São Petersburgo, a ação é uma consequência da invasão da Ucrânia pelo exército russo. O circuito integrava a lista oficial da temporada desde 2014.

"Na quinta-feira à noite, a Fórmula 1, a Federação Internacional de Automobilismo (FIA) e as equipes discutiram o posicionamento do nosso esporte e a conclusão é que, levando-se em consideração a opinião de todas as partes afetadas, é impossível organizar o GP da Rússia nas atuais circunstâncias", afirmou a empresa Formula One Group, em um comunicado. "Acompanhamos os acontecimentos na Ucrânia com tristeza, assustados e esperamos uma solução rápida e pacífica para a situação atual", acrescentou a nota.

Essa decisão ocorre um dia depois de vários pilotos do grid, incluindo os campeões mundiais Max Verstappen (2021) e Sebastian Vettel (2010, 2011, 2012 e 2014), exigirem o cancelamento da corrida. "É horrível ver o que está acontecendo. De minha parte, minha opinião é que não devo ir. Não vou", declarou Vettel, em uma coletiva de imprensa durante os treinos de pré-temporada que estão ocorrendo no circuito de Montmeló, perto de Barcelona (nordeste da Espanha). "Quando um país está em guerra, o correto é não correr lá, com certeza. Mas o que conta não é o que eu penso, será decidido por todo paddock", acrescentou o atual campeão mundial, o holandês Max Verstappen, da Red Bull Racing.

Ontem, no último dia de treinos de pré-temporada da categoria, a equipe Haas, cujos carros costumam usar as cores azul, branco e vermelho, que coincidem com as da bandeira russa, trouxe chassis totalmente brancos, sem referências ao seu principal patrocinador Uralkali, uma empresa russa especializada em potássio. O chefe da equipe, Günther Steiner, declarou que anuncia, na próxima semana, o futuro da colaboração entre as partes.

Kirill Kudryavtsev/AFP




**Disputada desde 2014, corrida da Rússia foi cortada do calendário**

**Destaque do dia**

## Apoio iluminado

Ontem, a Allianz Arena e o Wanda Metrolitano casas de Bayern de Munique e do Atlético de Madrid, se iluminaram de azul e amarelo, cores da bandeira ucraniana, em apoio ao país do Leste Europeu, assolado pelo avanço do ataque da Rússia. "O Bayern está apoiando a cidade de Munique na defesa da paz e da solidariedade com a Ucrânia e a cidade irmã Kiev. A Prefeitura de Munique está hasteando a bandeira da Europa e da Ucrânia e está iluminada com as cores da Ucrânia, assim como a Torre Olímpica", diz o comunicado do clube alemão.

Divulgação/Bayern de Munique




# Jogadores continuam na Ucrânia

Ontem, a Embaixada do Brasil em Kiev emitiu um comunicado divulgando a possibilidade de fuga para a fronteira com a Romênia aos brasileiros em solo ucraniano. Os jogadores tupuniquins que atuam no campeonato do país do Leste Europeu, porém, alegaram falta de segurança e optaram por não tentar embarcar no trem com destino a Chernivtsi, no oeste da região em guerra. Ao todo, 43 atletas nacionais estão espalhados entre times das três divisões do futebol do Ucrânia.

De acordo com os atletas, seria necessário caminhar cerca de 52 quilômetros para chegar na Romênia, após eventual desembarque na cidade ucraniana. O percurso, porém, precisaria ser feito de madrugada, quando as tropas russas costumam intensificar os ataques sobre o território da Ucrânia. A incerteza de segurança causou temor nos atletas. A maioria deles está acompanhado de familiares, principalmente mulheres e crianças.

"Começou o bombardeio e nos avisaram que vai ter bastante confronto nas ruas. A gente não pegou esse trem, continuamos no hotel", explicou o atacante Vitinho, ex-Athletico-PR, em entrevista ao portal GE.com. Em conversa com o **Correio** no primeiro dia da invasão russa à Ucrânia, o volante Maycon, revelado pelo Corinthians, relatou a situação tensa dos brasileiros em meio ao conflito entre os países do Leste Europeu.

"Temos duas preocupações: uma delas é com a alimentação. Não sabemos até quando teremos comida, principalmente para as crianças. Muitos de nós estamos com os filhos aqui. A outra questão é a comunicação. Não sabemos até quando teremos internet para falar com os nossos parentes e, principalmente, solicitar ajuda", explicou.

**ESTADUAIS** Longe da elite nacional em 2022, Vasco e Grêmio têm em confrontos locais contra Fluminense e Internacional jogos ideais para avaliar evolução no ano

# Clássicos testes de fogo

DANILO QUEIROZ

Fadados à disputa da Série B do Campeonato Brasileiro de 2022, Vasco e Grêmio encaram a temporada como ano de reconstrução na tentativa de retornar à elite nacional. Hoje, com pouco mais de um mês de atividade nos Campeonatos Estaduais, o cruzmaltino e o tricolor terão clássicos encarados como verdadeiros testes de fogo em seus projetos. Às 17h, os cariocas encaram o Fluminense, no Nilton Santos. Às 19h, os gaúchos medem forças com o Internacional, no Beira-Rio.

Organizando a casa para disputar a divisão de acesso pelo segundo ano seguido, o Vasco pode encaminhar a classificação para a etapa final do Campeonato Carioca se tiver sucesso sobre o rival. O tricolor lidera a primeira fase, mas está focado no compromisso de terça-feira contra o Millonarios, pela Libertadores. Após perder o primeiro confronto regional para o Botafogo, por 2 x 0, o Cruzmaltino vê no Fluminense a possibilidade de aumentar o grau de dificuldade dos enfrentamentos regionais.

"Acho que não merecemos perder para o Botafogo, tivemos uma performance para pelo menos empatar. O Fluminense vai ser um jogo complicado, montou um elenco forte, tem um treinador experiente. Trabalhar com o máximo de atenção, fazer uma boa estratégia para fazer um bom jogo e conquistar um bom resultado", alertou o técnico Zé Ricardo. O tricolor deve, inclusive, entrar em campo com um time misto no clássico.

Lucas Uebel/Gremio



**Tricolor gaúcho recebeu apoio da torcida antes de encarar o rival em partida-chave para o crescimento**

Líder da primeira fase do Gaúcho, o Grêmio passou por instabilidade com troca de técnico no início do ano, mas vê no confronto com o Internacional a possibilidade de se afirmar de vez de olho na sequência da temporada e na tentativa de retornar à primeira divisão. Recém-chegado ao comando, o treinador Roger Machado não cogita, sequer, poupar jogares diante da partida contra o maior rival, mesmo com o compromisso do meio de semana pela Copa do Brasil. "Como posso dizer que vou preservar jogadores? Vão tirar o meu rim. Vamos com força máxima. Trabalhar para chegar nas melhores condições", disse.

No primeiro confronto do ano contra o Grêmio, o Internacional também chega muito pressionado. Contratado no início da temporada, o técnico Alexander Medina convive com a cobrança por vitórias. "Sabemos o que significa jogar um Gre-Nal. É uma partida diferente de todas as outras. Aqui não é decepção, se vê com muita paixão. É evidente que, se chegássemos ganhando, nos daria outro estado de ânimo, mas isso tem que ser uma motivação para todos os jogadores e o entorno", avaliou.

## » Santos anuncia técnico

O Santos anunciou oficialmente, ontem, que o argentino Fabián Bustos é o novo técnico da equipe. O treinador, que estava no Barcelona de Guayaquil-EQU, assinou o acordo, restando ainda o contrato definitivo para assumir o comando do time nos próximos dias. "A proposta é sempre trazer um profissional que seja vencedor, que busque títulos. Junto com o Departamento de Futebol, buscamos a melhor opção do mercado. Que ele faça um grande trabalho", disse o presidente Andres Rueda.

**SELEÇÃO**

## Tite diz que deixará o comando do Brasil após Copa do Mundo

VICTOR PARRINI*

A Copa do Mundo do Catar ainda está longe de começar, mas o técnico Tite revelou que essa será a sua última grande disputa com a prancheta tupiniquim nas mãos. O comandante canarinho garantiu, em entrevista ao programa *Redação SporTV*, que não seguirá no cargo de líder da Seleção Brasileira após dezembro de 2022, quando termina o torneio internacional.

A declaração veio após o técnico tentar fugir da pergunta sobre o futuro. "Estou muito focado no meu trabalho. Sei do ciclo. Sou, talvez, um cara que tenha tido a oportunidade como tantos outros ao longo da história. (...) Estou fugindo (da pergunta), né? Não convém responder agora, mas eu tenho consciência exata da minha participação", respondeu Tite.

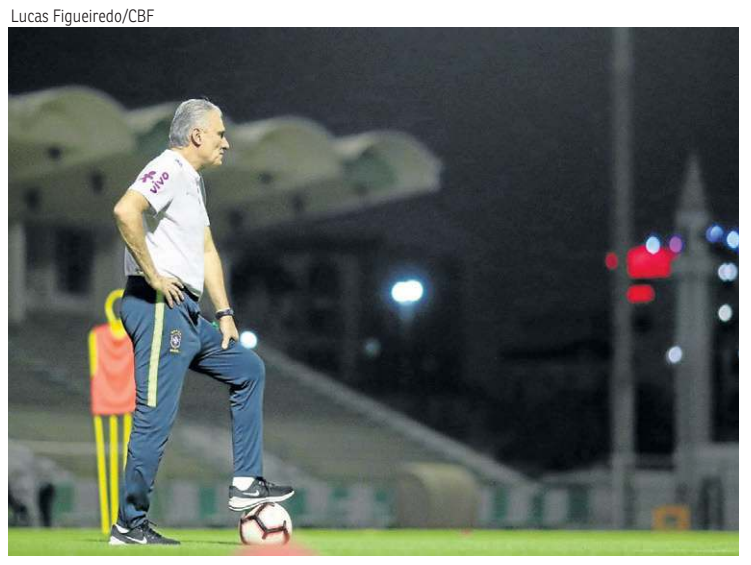
Na sequência, o treinador retomou o assunto e fez a revelação de que não seguirá à frente da amarelinha após a Copa. "Vou até o fim do Mundial. Não tenho por que mentir aqui", garantiu. "Não quero vencer de qualquer forma. Venci tudo na minha carreira, só me falta o Mundial", continuou.

A história de Tite na Seleção Brasileira dura seis anos. O técnico chegou em 2016, com a missão de recolocar a equipe nos trilhos e garantir uma vaga na Copa do Mundo da Rússia, em 2018. De lá para cá, foram 70 jogos, com 51 vitórias, 14 empates e apenas cinco derrotas.

Hoje, o Brasil é líder invicto e isolado das Eliminatórias Sul-Americanas, com 39 pontos. O escrete canarinho é um dos 15 países garantidos na Copa do Mundo do Catar. Na mesma entrevista, Tite voltou a lamentar não enfrentar europeu durante a preparação para a busca do hexa. "Gostaríamos, mas não há possibilidade", lamentou ao falar sobre o calendário.

***Estagiário sob a supervisão de Danilo Queiroz**

Lucas Figueiredo/CBF



**Técnico garantiu que sairá do cargo após a disputa do Mundial no Catar**



## HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

**Data estelar:** Lua míngua em Capricórnio.Projeta tua mente ao mais distante futuro possível, imagina a complexidade do cenário mundial em que precisarás continuar desenvolvendo tua incansável busca de bem-estar pessoal, porque o que vem vindo por aí desafiará tudo que davas por sabido. Nada mais dês por garantido, o reino humano ingressa num período de profunda reinvenção do processo mundial, conhecido por civilização, que não tem precedente em nada do que conhecemos como história. As forças que se digladiam não são apenas físicas e formais, céu e terra se envolvem de forma dramática, tanto é o que está em jogo. Porém, não te confundas com romantismos inúteis, pois, não é o apocalipse, mas o alvorecer de uma civilização madura e sábia. Os personagens torpes da atualidade não têm poder de frear esse movimento.



### ÁRIES
**21/03 a 20/04**

Procure deixar de lado a necessidade de descansar, porque se encontra disponível a chance de avançar substancialmente nas questões que sejam do seu interesse, e que não avançarão por si sós, mas com sua ajuda.



### TOURO
**21/04 a 20/05**

Cuide para não se distrair com ideias que são sedutoras, porém, carecem de qualquer aplicação prática para o momento em que você se encontra. Em primeiro lugar, resolva o que é prático, depois idealize na imaginação.



### GÊMEOS
**21/05 a 20/06**

O temor é paralisante, mas não significa que você deva acreditar nele. O temor anuncia desastres que raramente se concretizam, mas isso você só fica sabendo depois de ter evitado fazer o que estava ao seu alcance.



### CÂNCER
**21/06 a 21/07**

Nunca é fácil fazer caber todos os interesses que as pessoas têm, e pelos quais lutam. Há momentos, como agora, em que o conflito se manifesta e, de alguma maneira, há de se esperar que as coisas se acalmem um pouco.



### LEÃO
**22/07 a 22/08**

Você não precisa de mais nada nem de ninguém, tudo que você precisa se encontra disponível. Porém, é como uma receita de cozinha, se você não mistura os ingredientes e segue os passos, o prato não acontece por si só.



### VIRGEM
**23/08 a 22/09**

Leve a sério seu divertimento, porque é a oportunidade de você se libertar de um tanto de seus pudores e, assim, viver algumas experiências que enriquecerão seu caráter, por mostrar a você nuances desconhecidas.



### LIBRA
**23/09 a 22/10**

Evite procrastinar, porque cair nessa tentação seria perder a chance de adiantar muito algumas questões que, se resolvidas, tirariam um peso enorme de suas costas. Tome a iniciativa, se desapegue dos resultados.



### ESCORPIÃO
**23/10 a 21/11**

ESCORPIÃO: Nem sempre estamos com essa bola toda para prestar atenção e valorizar o que se apresenta, inclusive porque, como agora, a apresentação do que é importante vem na forma de algo banal, superficial até.



### SAGITÁRIO
**22/11 a 21/12**

Se você não produz benefícios para as pessoas com que você se relaciona, tenha certeza de que sua vida individual sofrerá com isso também. Seu bem-estar particular depende do bem-estar social que você produzir.



### CAPRICÓRNIO
**22/12 a 20/01**

Remova os obstáculos que, aparentemente, impeçam seu avanço, porém, não se demore demais nessa atividade, porque assim correria o risco de ver todos seus recursos investidos num ambiente de conflito.



### AQUÁRIO
**21/01 a 19/02**

Se quiser evitar que suas palavras e ideias sejam mal interpretadas, a única alternativa é silenciar e, se quiser seguir em frente com suas intenções, agir da forma mais discreta possível. Assim daria certo.



### PEIXES
**20/02 a 20/03**

Se a sua atividade beneficia um pouco o mundo, que é feito das pessoas com que você se relaciona, tenha certeza de que você está em processo de enriquecimento. O benefício dos grupos será seu enriquecimento.

## CRUZADAS

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Hidrelétrica de RO inaugurada em 2016<br>Consequência da insuficiência cardíaca | ↓ | | Atrasar; delongar | Divisão de prédio comercial<br>O policial que foi alvo de desacato | ↓ | | Sucesso de Gilberto Gil | Penitente que vive isolado |
| → | ↓ | | ↓ | | ↓ | | ↓ | ↓ |
| Significado de "empeine", em espanhol | → | | | | | | | |
| Mover-se com ondulações (a bandeira) | → | | | Venda, em inglês | → | | | |
| Orelha, em inglês | → | | | | | Centímetro (símbolo) | → | |
| Passar por transformação<br>Que produz resultado | → | Prova de motociclismo "off-road" | | Santo festejado em 1º de dezembro | → | ↓ | | |
| → | | ↓ | | | | "(?) Aqui", site de queixas do consumidor | ↓ | |
| Inscrição nos carros da ONU (ing.) | → | | Sobra de metal que foi lixado | → | | | | |
| Lei de Diretrizes e Bases (sigla) | → | | | És-sudeste (abrev.)<br>A (?): te | → | | | Apelido do Santa Cruz-PE (fut.) |
| "Muitos", em "multiface" | → | | | ↓ | | Nome frequente entre islâmicos | | ↓ |
| Orlando Rangel, químico brasileiro | → | | (?) Rossi, ator brasileiro | → | | ↓ | | |
| → | | | ← | 41, em romanos<br>Dotar de asas | → | | | |
| Aço (?), material de certas panelas | | Genuína; autêntica | → | | | | | |
| Incômodo da sintonização de rádios | → | | | | | "(?) País", jornal espanhol | → | |

**BANCO** 2/el. 3/ear. 4/sale. 5/coral. 6/ilíma. 7/reclame. 8/drapejar. 9/peito do pé. 13/desrespeitado.

47

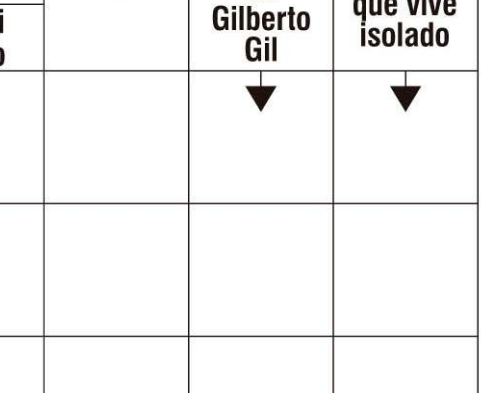
© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | W | | | | V | | |
| B | A | I | X | O | P | E | S | O |
| | G | L | I | C | E | R | O | L |
| | E | S | C | A | B | E | L | O |
| | N | O | A | | A | D | I | R |
| L | T | N | | R | | I | D | O |
| | E | | B | U | S | C | A | S |
| | S | C | R | I | P | T | | O |
| | E | R | A | | L | O | A | |
| | C | | U | A | I | | T | C |
| P | R | O | N | U | N | C | I | A |
| | E | N | | | T | R A | V | E |
| | T | I | E | T | E | | O | T |
| | O | X | | C | R | A | S | E |

SUDOKU DE ONTEM

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | 9 | 6 | 4 | 7 | 1 | 3 | 8 | 5 |
| 5 | 8 | 7 | 6 | 3 | 9 | 1 | 4 | 2 |
| 1 | 3 | 4 | 5 | 8 | 2 | 9 | 6 | 7 |
| 8 | 4 | 2 | 3 | 9 | 5 | 7 | 1 | 6 |
| 3 | 6 | 9 | 7 | 1 | 8 | 5 | 2 | 4 |
| 7 | 1 | 5 | 2 | 4 | 6 | 8 | 3 | 9 |
| 9 | 7 | 8 | 1 | 6 | 4 | 2 | 5 | 3 |
| 6 | 5 | 3 | 8 | 2 | 7 | 4 | 9 | 1 |
| 4 | 2 | 1 | 9 | 5 | 3 | 6 | 7 | 8 |




## CARNAVAL

divulgação



**Psirico se apresentando em roda de samba on-line**

# Folia virtual

» FELIPE MACEDO*

Com o cancelamento oficial do carnaval de rua de 2022, a celebração se assemelha com a do ano passado. Tendo em vista o avanço da pandemia da covid-19, prevalece o formato de shows virtuais. Os foliões acompanham de casa diversas atrações on-line na semana mais festejada do país. As lives ocorrem no Youtube, Instagram e TikTok; há programação de shows prevista até o dia 13 de março.

A semana da folia, que teve início oficial ontem, contou com uma grande variedade de apresentações. A escola de tambores afro-brasileiro, Olodum, junto a Alceu Valença e Barões da Pisadinha, serão algumas das atrações que se apresentam nas redes sociais. Os artistas entrarão ao vivo na página especial de carnaval do TikTok para levarem animação e boa música para todos.

O aplicativo de vídeos curtos, TikTok, preparou um conjunto de ações para animar o carnaval das pessoas que celebram a data de casa. Com muita música, histórias e efeitos especiais para os festeiros, a campanha, que começou dia 21 de fevereiro, contou com o lançamento da websérie Histórias de carnaval, em que participantes compartilham vivências memoráveis ocorridas durante a maior festa do mundo. São casos engraçados, histórias de amor, ou até mesmo dificuldades. Pela facilidade de produção e postagem, todos os carnavalescos são incentivados a participar.

Em Manaus, as escolas de samba adiaram as apresentações para os dias 17, 18 e 19 de março, no sambódromo do Centro de Convenções, sem a presença de público. Na primeira noite, nove escolas de samba do grupo de acesso B, irão desfilar. As nove agremiações do grupo de acesso A, comandam a live na segunda noite e, para encerrar, o grupo especial, com oito escolas, fecha as transmissões ao vivo na sexta-feira.

### Carnaval no DF

O Carnaval em casa da rádio cafuné 2022, começou ontem, e segue até o dia primeiro de março. Os blocos e artistas se revezam em programação que fica 24hs no ar, em três salas simultâneas, dentro da plataforma do Zoom da rádio. Juliana Pagul, 41 anos, programadora do evento, coordenadora da rede carnavalesca e da plataforma Praça dos Prazeres, explica como será a programação: "As salas no Zoom ficam abertas 24 horas, simultaneamente, as pessoas vão trocando de acordo com a preferência. Nós da Praça dos Prazeres comandamos a sala de estreia do abre alas, da Rádio Cafuné. A praça dos Prazeres vai se apresentar de 18h às 21h."

"Os foliões podem esperar muita diversidade cultural, bastante interação entre as pessoas presentes", completa a coordenadora.

Nesta quinta-feira, o Galinho de Brasília recebe Asé Dudu, às 19h, em primeira transmissão do grupo em março. No dia seguinte, o Bloco dos Raparigueiros recebe Menino de Ceilândia, a partir das 19h; no dia 10 de março, às 19h, Menino de Ceilândia recebe Bloco dos Raparigueiros; as comemorações carnavalescas se estendem até 13 de março, com a Liga dos Blocos Tradicionais, que encerra o evento, entrando ao vivo a partir das 19h. Todas as transmissões ocorrem no Youtube.

**Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco**

# TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Quero ser
uma parede
açoitada
pelo vento.
A corrosão
do mar
me batendo
na cara
até sentir
a pele fervendo,
os olhos cheios
de água.
Ser musgo
líquen.
E então
pela primeira vez
saber quem sou.

***Gracia Cantanhede***

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

## SUDOKU

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 8 | | 9 |
| | | 6 | | 8 | 1 | | | 7 |
| | 3 | | | 5 | 7 | 6 | | |
| | | 1 | | | | | | |
| 6 | | | | | | 3 | 4 | |
| | | | 7 | | 2 | | | |
| | | | | | | | | |
| | 6 | | | 4 | 8 | 1 | | |
| | | 9 | 2 | 1 | 6 | | | 4 |

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

**Editor:** José Carlos Vieira
*josecarlos.df@dabr.com.br*
**cultura.df@dabr.com.br**
**3214-1178/3214-1179**
**Correio Braziliense**
Brasília, sábado, 26 de fevereiro de 2022

# Música com novas cores

EM ENTREVISTA AO **CORREIO**, A BANDA GILSONS, INTEGRADA POR FILHO E NETOS DE GILBERTO GIL, FALA SOBRE O ÁLBUM ***PRA GENTE ACORDAR*** E SOBRE A INFLUÊNCIA DO MUSICO BAIANO

» PEDRO IBARRA

Em 2019, uma banda de três jovens músicos caiu na graça dos brasileiros revivendo *Várias queixas*, música conhecida pelo Olodum. Conhecidos como os Gilsons, Francisco, João e José Gil agora voam mais alto e lançaram nas plataformas de streaming o primeiro álbum do trio, que tem em comum o parentesco com o lendário músico Gilberto Gil. Pra gente acordar, mostra por meio de nove faixas a identidade dessa banda que, mesmo com apenas três anos de existência, já movimenta o país.

"Desde que os Gilsons começaram a alavancar mesmo, a gente estava na vontade de lançar um disco, de ter uma obra mais completa" conta João Gil em entrevista ao **Correio**. Ele entende que o EP  havia aberto o caminho para a banda crescer e  estão aproveitando o álbum para se consolidar como mais que um nome promissor da nova cena da música brasileira. "O EP é como se fosse um conto e o álbum é como um romance", completa.

O álbum é uma chance deles mostrarem mais, mas eles garantem que não é uma mudança e, sim, um crescimento. "Esse disco tem muito de uma estética que já vínhamos trabalhando. Ele traz coisas novas, outras cores, mas tudo dentro da paleta que a gente propôs lá no início", analisa João, que é neto de Gilberto Gil. "É uma expansão do que a gente estava construindo, só que com pinceladas e linguagens que a gente já havia utilizado", adiciona.

O título *Pra gente acordar* também é a faixa de abertura e transmite a mensagem inicial que os Gilsons querem: "Há de nascer um novo amanhã, pra gente acordar e dançar", canta Francisco. "*Pra gente acordar* é uma música pré-pandêmica. que ganha significado com a pandemia", conta José Gil, filho de Gilberto. "A gente não estava em um tempo muito fácil no Brasil, a gente já vem de pandemia política e de burrice há alguns anos", acrescenta o artista, que também produziu o disco, apontando que a banda tem um discurso para além do entretenimento.

Porém a música que pretendem fazer é popular e para todos. "Queremos fazer, mesmo que de uma forma moderna, música popular", afirma José sobre o projeto. O disco tem, além do discurso, influências que vão do MPB ao R&B americano; tem violão, mas explora sintetizadores; vai do simples ao complexo de forma natural. "São elementos tradicionais da nossa MPB que estão ali misturados com as nossas referências. Dá para atingir todos os gostos e várias idades", conclui.

## Influência de casa

Quando o assunto é Gilsons, um nome inevitável  é o de Gilberto Gil. O trio é formado por dois netos e um filho do lendário artista e um dos criadores do movimento da tropicália na música brasileira. A banda exalta muito a figura do músico e dá muita importância para o parentesco. "Com certeza, a gente tem muito da influência de Seu Gilberto na nossa formação musical e principalmente da vivência do palco, do backstage, de saber como tudo aquilo acontece. Com ele, a gente aprendeu sobre equipamentos, a necessidade das pessoas, a valorizar quem trabalha por trás de tudo", pontua o produtor do álbum. "É um privilégio enorme ter contato com isso desde pequeno, a gente começou  sabendo lidar com tudo", adiciona.

"A grande inspiração é ver como o Seu Gilberto tem uma obra diversa e abrange vários estilos. De cara, essa coisa de a gente misturar ritmos é uma referência clara que temos dele", pondera João. "O que mais pega, para mim, é a escrita. Seu Gilberto consegue falar sobre uma infinidade de temas, consegue escrever sobre muitos assuntos de diversos interesses. Esse é o maior desafio que eu sinto como músico hoje, é ter essa capacidade de composição, que é mágica", complementa José.

Contudo, a banda sabe o lugar e o tempo em que está e não quer só viver da referência do lendário parente. "Nos anos 1960, ele misturava uma coisa e a gente em 2020 vai misturar outra", afirma o João. "Ao mesmo tempo, a gente não quer fazer igual, nem pretende. A gente quer fazer o que gosta. Quer  que saia de nós e as pessoas gostem do que nós fazemos do jeito que fazemos", continua.

O plano tem dado certo, os Gilsons têm cada vez mais se deparado com fãs que descobriram a relação deles com Gil após ouvi-los. "A gente tem contato com o público em shows e nas redes, e muitas pessoas começaram a ouvir Gilsons sem saber que nós éramos relacionados ao Gilberto Gil", conta José. "A gente acha isso muito legal", finaliza João.



**Os Gilsons: José Gil, João Gil e Francisco Gil**



Zabenzi/Divulgação

CORREIO BRAZILIENSE

# CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, sábado, 26 de fevereiro de 2022

Para anunciar ▸ 3342-1000



## 1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

### 1.1 APARTHOTEL

REVENDA PaulOOctavio

**BRASIL 21** - desocupado, canto, nascente, vista livre - esplanada, dividido, 60,12 mts, 2 varandas, sem mobília - 98238-0962/CJ-1700

**VENDO HOTEL** Tradicional em Brasília 110 apto. Ocupação de 90% ano. 99294-6408 c6271

**VENDO HOTEL** Tradicional em Brasília 110 apto. Ocupação de 90% ano. 99294-6408 c6271

### 1.2 APARTAMENTOS

#### ÁGUAS CLARAS

##### 2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

**RUA 12 SUL** - Vilarindo Lima, desocupado, novo, canto, varanda, 72 mts priv, 01 vaga de garagem, lazer completo - 98313-1395/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

**RUA 18 NORTE** - WAVE Residênce, reformadíssimo, alto padrão, vista livre, 75 mts priv, 01 vaga de garagem, lazer completo - 98313-1395/CJ-1700

#### ÁGUAS CLARAS

REVENDA PaulOOctavio

**RUA 12 SUL.** Novo e Pronto p/morar 2 qts. Lazer Completo 62 a 68m². Ligue: 3326-2222

##### 3 QUARTOS

**R ALECRIM** Grande oportunidade, vdo barato! 3qtos, armários em todos os cômodos, nascente, vista livre p/ estação metrô, comércios variados nas proximidades. Tratar com o proprietário. Jair 61 99986-0751

REVENDA PaulOOctavio

**RUA ALECRIM** - Villa Clara, nascente, armários 96 mts priv, 01 vaga de garagem, lazer seco - 98570-3210/CJ-1700

##### 4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

**AV. DAS ARAUCÁRIAS** - PENINSULA, 3 suítes, home, 180mts, 3 vagas de garagem, lazer completo - 98313-1395/CJ-1700

PaulOOctavio

**PENÍNSULA** PRONTO P/MORAR, 4 Qts 203m². Clube de Lazer. Grg. T: 3326-2222 CJ 1700

#### ASA NORTE

##### 1 QUARTO

BARRA IMOBILIÁRIA cj 4232
Desde 1985
Avaliações Gratuitas
QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL?
AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO !
(61) 3352-4544
www.barraimobiliaria.com.br

#### ASA NORTE

REVENDA PaulOOctavio

**SHCGN 708/709** - dividido, 28,55 m² privativo, ótima localização - 98238-0962/CJ-1700

##### 2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

**105** SQN - DESOCUPADO, nascente, vazado, original, 97m² privativo - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

**212** SQN - ZEFERINI VAZ - DESOCUPADO, ótima cobertura, nascente, vista livre, suíte, 187,37 mts privativos, 01 vaga de garagem - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

**CLN 410** - reformado, ótima localização, sala 2 amb. Ampla cozinha, 82,00 metros priv., - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

**SHCGN 704** -Baltazar Mendonça, cobertura Desocupada, sendo 01 suíte, completo de armários, 136,47 mts, 02 vagas no subsolo - 98238-0962/CJ-1700

##### 4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

**115,** SQN - Desocupado - Nunca Habitado, completo de armário, 239,47 mts priv., Canto, vazado, 3 suites + closet, 3 vagas soltas - 98238-0962/CJ-1700

#### ASA NORTE

PaulOOctavio

**208** Sqn Pronto P/ Morar 4 Qts, Novo, 127 M², 2 Vg Grg. T: 3326-2222 Cj 1700

REVENDA PaulOOctavio

**AVALIA** Gratuitamente, Vende com rapidez, Clientes Cadastrados, Aprovamos Financiamento, Consulte-nos, CJ-1700 - 99619-2488

#### ASA SUL

##### 2 QUARTOS

**GRANDE OPORTUNIDADE**
**412 SQS** 2qts todo reformado. P/ morar ou investir. 99567-0883 c10859

**PARK SUL PRIME**
**SMAS TR 03** 2 suítes dos sonhos ! Reforma de alto padrão, 70m², andar alto, duas vagas, lindo lazer, R$1.260.000,00. 98585-9000 c13429

##### 3 QUARTOS

**JOIA RARA!**
**SQS 204** 3qts + DCE, 98m² andar alto, nascente, vista livre, prédio meio da quadra, fachada reformada. R$1.370.000,00. Desocupado. Tratar: 61 98585-9000 c13429

**207 SUL** Prédio todo reformado, o + bonito da 207. 170M² Vista livre vazio 3qtos sendo 2stes hidro, reformado. 4°andar Tr:99395-2720 c6271

**216 3QTOS** c/1ste refornascente. 168m² vazio. Tr:99294-6408 c6271

**316 REFORMADO** 160m² 3quartos sendo 1suíte. Desocupado. Tr: 99395-2720 c6271

**OPORTUNIDADE**
**411 SUL** 3qts+DCE c/ 80m² todo reformado aceito imóvel 1qts na troca. 99567-0883 c10859

**216 3QTOS** c/1ste refornascente. 168m² vazio. Tr:99294-6408 c6271

#### ASA SUL

**COBERTURA LINEAR**
**SMAS TR 03** 3 quartos - 126m² - 2 vagas, condomínio Villagio Ágio + Saldo devedor Valor total: R$1.800.000,00. 98585-9000 c13429

##### 4 OU MAIS QUARTOS

**309 BLOCO K** p/ morar ou reformar, 171m2 interno + 92m2 área comum + 72m2 duas garagens, 5qts 1 suíte (de canto 6º andar). Particular! Só interessados R$ 1.890.000, Cel. (61) 98126-0009 (zap)

#### CRUZEIRO

##### 3 QUARTOS

**QD 1201** Vdo apto 3qts suite 1°and. Só R$ 490.000 Ac prop. Urgente 99983-1953 c3149

**QD 605** Bl.D 3q R$380 mil 986214352 c21756

#### GUARÁ

##### 3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

**QI 33** Novo e Pronto p/ morar 3 qts. Lazer Completo 114m². Ligue: 3326-2222

REVENDA PaulOOctavio

**QI 04** - Lote em ótima localização, terreno de 200 mts, com uma casa antiga nele edificada - 98313-1395/CJ-1700

#### LAGO NORTE

##### 1 QUARTO

REVENDA PaulOOctavio

**CA - 09** GREEN HILLS - desocupado, Duplex, armários, 57 mts privativos, 01 vaga de garagem - 98238-0962 / CJ-1700

#### NOROESTE

##### 3 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

**SQNW 103** Jacy Burmann, Canto, nascente, 02 suítes, 02 vagas soltas, 123m² priv, cobertura coletiva - 98238-0962/CJ-1700

**3 SUÍTES, VISTA LIVRE**
**SQNW 111** 2vagas de gar 3°andar lazer compl. 98421-2587 c5263

##### 4 OU MAIS QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

**SQNW 310** LIBERTATE - 04 Suítes, Alto Padrão, nascente, canto, completo de armários, 298 mts, cobertura coletiva, 4 vagas - 98238-0962/CJ-1700

#### SUDOESTE

##### 3 QUARTOS

**OPORTUNIDADE ÚNICA**
**SQSW 105** 3qtos 1ste arm°s DCE 4°and vista livre nascente, desocupado 1 garagem ac financ/ Fgts 98466-1844 c7432

##### 4 OU MAIS QUARTOS

**305 SQSW** Cobertura c/ vista 386m² vazia, de canto c/ lazer. 3 vgas Prédio reformado Linda!! Tr:99395-2720 c6271

REVENDA PaulOOctavio

**AVALIA** Gratuitamente, Vende com Rapidez, Clientes Cadastrados, Aprovamos Financiamento, Consulte-nos, CJ-1700 - 99619-2488/98238-0962

#### TAGUATINGA

##### 4 OU MAIS QUARTOS

BARRA IMOBILIÁRIA cj 4232
Desde 1985
Avaliações Gratuitas
QUER VENDER OU ALUGAR SEU IMÓVEL?
AQUI NÃO PERDEMOS NEGÓCIO !
(61) 3352-4544
www.barraimobiliaria.com.br

#### VALPARAÍSO

##### 2 QUARTOS

**COND PARK** Club 5, reformado, armários, gar escrit bom preço, aceito carro 985157777 c11447

**COND PARK** Club 5, reformado, armários, gar escrit bom preço, aceito carro 985157777 c11447

### 1.3 CASAS

#### ASA SUL

##### 4 OU MAIS QUARTOS

**710 4 QTOS** casa reformada 2 pavimentos 329m2 de área útil, churrasq. 999707721 c5525

#### GUARÁ

##### 2 QUARTOS

REVENDA PaulOOctavio

**QE 26** - Ótima localização, 02 qts, 46 mts privativos, casa nos fundos, lote de 200mts - 98313-1395/CJ 1700

REVENDA PaulOOctavio

**QE 26** - Ótima localização, 02 qts, 46 mts privativos, casa nos fundos, lote de 200mts - 98313-1395/CJ 1700

FACULDADE CERRADO
CURSO BACHAREL DIREITO
PAGUE APENAS 299,00 MENSAL DURANTE PRIMEIRO SEMESTRE
Mais Informações:
61 3541-8247
61 9 8260-3701
www.faculdadecerrado.com.br



LUXO E ESTILO COM LAZER NAS ALTURAS
INFINITY residence
3 QUARTOS
1 SUÍTE +
2 SEMI-SUÍTES
OBRAS ACELERADAS
PISCINA COM BORDA INFINITA



www.veconconstrutora.com.br
Caixa Econômica Federal BRB Banco de Brasília
Stand em frente à Praça da Estação Concessionárias do Metrô
VECON CONSTRUTORA
BITTER Empreendimentos
(61) 3435-4422
(61) 98606-8311
Rg. Cont. 3ª DF/DF Nº 876381B/032/2020

1.3 GUARÁ

## 1.3 CASAS

### GUARÁ

**2 QUARTOS**

REVENDA PaulOOctavio

**QI 14** - reformada, sala, 02 qts, ampla cozinha, 97 mts de construção, área de serviço, despensa - 98313-1395 / CJ-1700

**4 OU MAIS QUARTOS**

REVENDA PaulOOctavio

**QE 04** - 04 quartos, sendo 02 suítes, 550 mts de construção, com ELEVADOR - 98313-1395/ CJ-1700

### LAGO NORTE

**4 OU MAIS QUARTOS**

**VENDE-SE**

**CA 06** casa nova e moderna 4 suítes área lazer completa c/habit-se 99981-1117 c9027

**QI 07** Conj.17 Casa c/ 2 pavimentos original 4 qtos Lazer completo. 99970-7721 c5525

REVENDA PaulOOctavio

**QI 08** - Ótima localização, com 501,57 mts, construção, em lote de 1.200 mts, com 04 qts, sendo 1 suíte, 2 banheiros sociais, lazer completo - 98238-0962 / CJ-1700

### LAGO SUL

**4 OU MAIS QUARTOS**

REVENDA PaulOOctavio

**JARDIMBOTÂNICO**-Ouro Vermelho II, reformadíssima, 07 qts com 04 suítes, lazer completo, 800 mts construção, lote 1.000m² - 98238-0962 / CJ-1700

**QI 05** Casa c/ 2 pavtos lazer compl 7qtos sendo 4 suítes, R$ 3.800.000. 99970-7721 c5525

REVENDA PaulOOctavio

**SHIS QI 19** c-05 suítes, lavabo, 300mts de construção, lazer completo - 98238-0962/CJ-1700

**QI 21** Cs terrea, reformado, 4qtos 2stes 1mil m² área verde. Otima casa. Tr: 99395-2720 c6271

1.3 LAGO SUL

REVENDA PaulOOctavio

**SHIS QI 29** casatérrea, ótima localização, em lote UNICO com 20 mil m², lazer - 98238-0962 / CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

**SHIS QI 05** - Ótima localização, lote de 3.728 mts, escriturado, casa com 647 mts, 04 quartos, sendo 02, condomínio regularizado - 98238-0962/CJ-1700

**QL 08** Vdo/Alugo 2 pav. 4Stes.ExcelenteResidência! 99395-2720 c6271

### LUZIÂNIA

**3 QUARTOS**

**CIDADE OSFAYA/**Luziânia Vd exc cs 3qts 1st, 1banh social, cozinha e sala, lt 360m² R$80mil Ac carro(61)99901-0712

**CIDADE OSFAYA/**Luziânia Vd exc cs 3qts 1st, 1banh social, cozinha e sala, lt 360m² R$80mil Ac carro(61)99901-0712

### PARK WAY

**4 OU MAIS QUARTOS**

**QD 26** Cond. alto padrão casa 2 pav. 4qtos 4vgs gar lazer completo Tr: 99970-7721 c5525

### PLANALTINA

**4 OU MAIS QUARTOS**

**R 1° DE JUNHO** Planaltina-DF Excel casa pavimento alto padrão R$ 800mil Tr: (61) 99603-8896

### RIACHO FUNDO

**3 QUARTOS**

REVENDA PaulOOctavio

**QN 07** - REFORMADISSIMA, ótimo acabamento, completa de armários, Vale a pena conferir - 98313-1395/CJ-1700

### SAMAMBAIA

**3 QUARTOS**

REVENDA PaulOOctavio

**COLÔNIA AGRÍCOLA SAMAMBAIA** - Reformada, Ótimo acabamento, armários, toda na Laje, piscina - 98313-1395 / CJ-1700

1.3 TAGUATINGA

### TAGUATINGA

**3 QUARTOS**




REVENDA PaulOOctavio

**QNC 11,** OTIMO para clinicas e laboratórios, próximo ao hospital Anchieta, lote 300mts - 98313-1395/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

**QNE 23,** desocupada, térrea, toda na laje, suíte, 150 mts de construção em lote de 300 mts - 98313-1395/CJ-1700

**4 OU MAIS QUARTOS**

REVENDA PaulOOctavio

**SETOR DE MANSÕES** de Taguatinga, conjunto 13, 4 suítes com varandas, reformada, lote de 900 mts, construído 350 mts - 98313-1395 / CJ-1700

## 1.4 LOJAS E SALAS

### LOJAS

### ASA SUL

REVENDA PaulOOctavio

**BRASIL 21** - desocupada, sem acabamento, monte seu negócio em área nobre de Brasília - 98238-0962/CJ-1700

### NÚCLEO BANDEIRANTE

**AVENIDA CENTRAL** Prédio no Núcleo Bandeirante c/ 25 aptos - 1, 2 e 3qtos, todos alugados c/ vagas de Garagens. + 60 em construção + 1 loja. Com renda de R$45mil mensais. Tr: 99294-6408 c6271

1.4 VALPARAÍSO

### VALPARAÍSO

**OPORTUNIDADE ÚNICA**

**QD 01** prédio frente BR Shopping Valparaíso 1.500 m2 área construída. Alugado por R$ 29.500,00. 98466-1844/ 981751911 c7432

### SALAS

### SAAN/SIA/SIG/SOF

PaulOOctavio

**C.E.PARQUE BSB** . Sl C/ Grg Excel. Local. Telefone: 3326-2222 Cj 1700

REVENDA PaulOOctavio

**SIG- PARQUE BRASÍLIA,** Sala dividida, armários, 36,54 mts privativa, 01 vaga de garagem - 98238-0962/CJ 1700

### TAGUATINGA

**ED ALAMEDA TOWER** Alugo Sala com 67m², 02 wc, no 8º andar. Tratar Jorge 98122-9816

**ED TAGUACENTER**

**OPORTUNIDADE, VENDO** sala, frente nascente. 99585-8326 c4138

## 1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

### GAMA

REVENDA PaulOOctavio

**QUADRA 01,** ótimo lote, em excelente localização, medindo 312 mts - 98570-3210/CJ-1700

### GUARÁ

**COL AGRICOLA** IAPI 800m²+744m² Ac casa 99982-2672 c7187

**QE 30** Lote vazio de 200m² no Guará II pronto para construir DOC 100% R$630.000,00. Tr: 99294-6408 c6271

### JARDIM INGÁ

**PARQUE ESTRELA** Dalva IX. Vendo 1.180m² todo mudado c/casa, todo asfaltado. 3354-4312 99585-8326 c3505

**PARQUE ESTRELA** Dalva 8, vdo terreno 1.000m2 Tr 98187-6947

### LAGO SUL

**QL 10** Lote esquina 1.320m² + 2.000m² área verde.R$6.000.000,00. Único 993952720 c6271

1.5 LAGO SUL

REVENDA PaulOOctavio

**SCES TRECHO 02** - OPORTUNIDADE, lote beira lago, 1.000m², ótima localização - 98238-0962/CJ-1700

REVENDA PaulOOctavio

**SMDB 12** Excelente Lote, com 11.709,84 m² + área verde em, ótima localização - 98238-0962 / CJ-1700

### PLANALTINA

**PLANALTINA-DF** 20.000 m², comercial/resid, escriturado/ registrado R$ 2.900.000,00 Tr: (61) 99603-8896

### TAGUATINGA

REVENDA PaulOOctavio

**SIGTAGUATINGA,** escriturado e registrado, ótimo para investimentos ou sede própria, 300 mts de construção - 98313-1395/CJ-1700

## 1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

### DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

REVENDA PaulOOctavio

**LAGO OESTE,** Gleba 01, 40.000 m², toda cercada e plana, excelentes pastos - 98238-0962/ CJ-1700

### OUTROS ESTADOS

**ALEXÂNIA - GO** 02 hectares c/córrego, plano, energia, internet, próx. asfalto. R$110.000,00 à vista. Tr c/ proprietário: (62) 99806-3490/ (62) 98406-5441/ (62) 98233-1836

**TRINTADE-GO 53 alq, cultura, rica em água, 3 represas, 7km Trindade Tr: (62)99327-8228/ (62)98423-3134**

**VALE DO PARANÁ - GO** distante 270 km BSB, 2.800 Ha, 1.500 Ha formado, bastante água, 40 divisões de pasto, boa sede, 2 currais, ót. preço. 99978-1485

## 1.7 SERVIÇOS E CRÉDITO IMOBILIÁRIO

### CONSÓRCIO

**VENDE-SE**

**CARTA NÃO CONTEMPLADA** Bancorbrás R$542.850 pago 77x 1.880,87. Bom desconto 99981-1117 c9027

1.7 CONSÓRCIO

**BANCORBRAS**

**OUTROS COMPRO,** Vendo Carta Contemplada ou não. Tr: 99552-8132 Whats.

**VENDE-SE**

**CARTA NÃO CONTEMPLADA** Bancorbrás R$746.374 pago 58x 2.687. Bom desconto 99981-1117 c9027

**CARTA CONTEMPLADA**

**TEMOS BASTANTE** opções, comptramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 6199982-7676. visite o site: www.quero contempladodf.com.br

## 2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

## 2.1 APARTHOTEL

**IMPERIAL APARTS** Frigo Ar, Tv, Wifi, coz. A.s Zap 99981-9265 c4559

## 2.2 APARTAMENTOS

### ASA NORTE

**1 QUARTO**

**706/707** Bl B ent 46 apt 201 alg 1qt arm. emb. cortina sl coz wc R$ 1.350 991577766 c9495

**2 QUARTOS**

**708 W3 NORTE** Alugo Apartamento c/02 quartos com armários, sala, cozinha, área serviço, todos cômodos separados 54m², em cima do comercio. Tratar: 98122-9816 Jorge

**3 QUARTOS**

**STN SOF** Norte Qd 02 Bl B lt 13 ap 101 alg ap 3q a.emb sl cz R$1.400. 99157-7766 c9495

### ASA SUL

**1 QUARTO**

**504 SUL** alugo, apt 1qt, sala, cozinha, varanda, armários, elevador. Particular. Tratar : 99977-1760

### JARDIM BOTÂNICO

**3 QUARTOS**

**COND JARDIM botanico V, apto 01, 3 qts, 1 st. Tr: 98260-2143**

2.2 SUDOESTE

### SUDOESTE

**3 QUARTOS**

**101 SQSW** Bl I, 1 ste, DCE, armários, decorado rede e telas janelas vista livre refor, ar cond, garagem cob. Vale a pena ver! R$ 3.900, cond R$ 740. F: 99972-3726

## 2.4 LOJAS E SALAS

### LOJAS

### ASA NORTE

**SCLRN 705** Bloco A W3 Norte alugo loja 90m2. Tr 99961-9568

### SALAS

### ASA SUL

**ED BRASIL 21** 42m² c/ar, 02 ambientes, WC, ao lado Torre de TV, frente Park da Cidade. (61) 99987-9698 ou Whats.

**SCS QD 02** Ed Ariston sala c/85m², 89m², 110m², 175m2 e 395m², c/opção de vaga de garagem. Dir. c/proprietário. 3964-3144 **Jorge**

## 2.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

### CIDADES SATÉLITES

**SIA TR 02** Alugo lote com 2.000m². Tratar direto com o proprietário Fone: 3964-3144 Jorge

**SIA TR 02** Prédio comercial com 720m², composto por subsolo, térreo e piso superior, com vagas cobertas de estacionamento privado. Tr: 3964-3144 Jorge

## 3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

## 3.1 AUTOMÓVEIS

### FABRICANTES

**VOLKS**

**FOX 20/21** Connection 1.6 prata 9.000km R$63.000 F:99366-5053

## 3.6 PEÇAS E SEVIÇOS

### ALUGUEL

**LOCA VIP**

**AUTOMOVEIS COM AR** cond, dh e km livre. Não exigimos cartão. A partir de R$ 60,00. Tr: 98282-5660 whats

3.6 CONSÓRCIO

### CONSÓRCIO

**VENDE-SE**

**CARTA CONTEMPLADA** Bancorbrás R$73.500 entrada R$ 27.000 + 42x R$ 1.607 99981-1117

**CARTA CONTEMPLADA**

**TEMOS BASTANTE** opções, compramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 61 99982-7676. visite o site: www.quero contempladodf.com.br

**CARTA CONTEMPLADA**

**TEMOS BASTANTE** opções, compramos e vendemos, faça sua cotação!! End: SBN QD 02 Bl J salas 1112/1115. 61-3326-1280/61-98406-1067/ 61 99982-7676. visite o site: www.quero contempladodf.com.br

## 4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

## 4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

### CONSTRUÇÃO

### MATERIAIS

**CALHAS, RUFOS** , Pingadeiras 06 mts qquer qtde e bitola. 61 99623-5265

### PISCINA

**BANHEIRA DUPLA** com hidro e aquecimento . Lucas 995535119

## 4.3 SAÚDE

### MASSAGEM TERAPÊUTICA

**ESPAÇO TERAPÊUTICO**

**MASSAGEM, DEPILAÇÃO** masculina L2 Norte. Fone 61 99649-2935

## 4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

### ENGENHARIA

**CONSTRUÇÃO,REFORMAS** e Projetos. Cobrimos orçamentos. Agenda aberta 99831-5874

**CONSTRUÇÃO CIVIL** do básico ao acabamento/ contruçoes /pintura/ piso/elétrica e etc... Interessados entrar em contato 61-996247880

4.5 ENGENHARIA

## 4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

### ENGENHARIA

**CENTROSUL ENGENHARIA** reformas c/ ART. Realizamos todos diversos serviços. Orçamento 61 9.9447-0999

### ESPECIALIZADO

**FABRICA DE BANHEIRAS** , Spa e Ofurô 61-995535119 Lucas

### OUTROS PROFISSIONAIS

**DIAGRAMAÇÃO DE LIVROS** Procuro escritores que precisem formatar livro. 61-998410469

**INSTALACAO E MANUTENÇÃO** de Ar condicionado 61-999746854

**LADRILHEIROCONTRATO** com experiência. Trabalhar em Águas Claras. 99606-0530

### SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

**DETETIVE ALESSANDRA**
**ADULTÉRIO FOTOS**
Nº 1 com filmagens, flagrante. Sigilo e discrição. Gps / Monitoro 24h.Trabalho todas as áreas.(61)99810-6976

**DETETIVE ALESSANDRA**
**ADULTÉRIO FOTOS**
Nº 1 com filmagens, flagrante. Sigilo e discrição. Gps / Monitoro 24h.Trabalho todas as áreas.(61)99810-6976

4.7 CÃES

## 4.7 DIVERSOS

### ANIMAIS DOMÉSTICOS

### CÃES

**BULDOG FRANCES** Filhotes. 98320-8154

**PASTOR ALEMÃO** - filhote 2 meses, c/ pedigree 61-981151109

### MÓVEIS E ESTOFADOS

**ELEGANCES MÓVEIS** Fabricação própria e reformas 61-996946959

### OUTROS

**LEILÃO DE ARTE,** Relógios e Joias. Casa Amarela 61-999053050

5

# NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES


**5.1 Agricultura e Pecuária**
**5.2 Comunicados, Mensagens e Editais**
**5.3 Infomática**
**5.4 Oportunidades**
**5.5 Pontos Comerciais**
**5.6 Telecomunicações**
**5.7 Turismo e Lazer**


## 5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

### SEMENTES E MUDAS

**SEMENTES FERNANDES** pastagens 40 anos de tradição menor preço da região. Promoção da semana, Branquiarão, massai. Tr. 99876-9673 99904-5099

5.2 MÍSTICOS

## 5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

### MÍSTICOS

**DONA PERCÍLIA**
**PREVINA-SE CONTRA** os obstáculos que se apresentam em seus caminhos e esclareça suas maiores dúvidas sobre sua vida amorosa, profissional ou familiar. Dona Percília faz e desfaz qualquer tipo de trabalho. Somente para o bem! Saúde, Amor não correspondido, Inveja, Depressão, Vício, Intriga, Insônia, Falta de paz, União de casal. Endereço: QSA 07 casa 14 Tag.Sul Rua do Colégio Guiness. Site: www.donaperciliamentoraespiritual.com F: 3561-1336 / 99666-0730 / 98363-5506 (Zap)

## 5.4 OPORTUNIDADES

### CRÉDITO

### DINHEIRO E FINANÇAS

**DINHEIRO NA HORA**
**DINHEIRO NA HORA** Para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/ serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

**DINHEIRO NA HORA**
**DINHEIRO NA HORA** Para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/ serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

5.4 FRANQUIAS E SOCIEDADES

## NEGÓCIOS

### FRANQUIAS E SOCIEDADES

**EMPRESA DE CONTABILIDADE** vendo Ativa desde 2016 com 9 clientesmensalistas.Interessados: 61-991097494

**PROCURO**
**INVESTIDOR PARA** recompra imóveis Caixa lucro 10% ao mês c/ garantia real 61 98668-2008

**PROCURO**
**INVESTIDOR PARA** recompra imóveis Caixa lucro 10% ao mês c/ garantia real 61 98668-2008

## 5.5 PONTOS COMERCIAIS

### CIDADES SATÉLITES E ENTORNO

**EXCELENTE LOJA!! ROUPAS E ACESSÓRIOS**
**LOJA COMPLETA** e funcionando, mais de 13 anos na Asa Norte. Comece a recuperar seu investimento no dia seguinte! (61)98111-1531

### PLANO PILOTO

**CONSULTÓRIO MÉDICO**
**716 ED. MEDICAL** Center. Vdo c/ CNPJ completo 35m² canto quitada 99970-7721 c5525

5.5 OUTROS ESTADOS

## OUTROS ESTADOS

**FRIGORÍFICO EM GOIÂNIA - VENDO**
**FRIGORÍFICO CIFE** Federal abate 1.000 bois diários, 90% , Pronta a construção. Ótimo local (62) 98405-3733 Zap

**FRIGORÍFICO EM GOIÂNIA - VENDO**
**FRIGORÍFICO CIFE** Federal abate 1.000 bois diários, 90% , Pronta a construção. Ótimo local (62) 98405-3733 Zap

## 5.6 TELECOMUNICAÇÕES

### SERVIÇOS

**800 MEGA RESIDENCIAL COMERCIAL a TV Top das Top Pega tudo! CLARO, VIVO e OI R$ 100,00 a mensalidade 98119-9280/99854-1714**

## 5.7 TURISMO E LAZER

### NEGÓCIOS

### CLUBE

**TÍTULO VENDO** sócio remido, park aquático, chalés, camping Itiquira Park ac prop 981525063

**VENDO 7** diárias Bancorbras. Valor : R$2.100,00 Interessados ligar: (61) 98227-4865

**A REDE COLOR CONSTRUÇAO EIRELI**
**CNPJ: 18.114.995/0001-87**
**Torna público que está requerendo ao IBRAM/DF LICENÇA DE OPERAÇÃO atividade INDÚSTRIA DE TINTAS na QI 05 LOTES 33/34 Taguatinga/DF. SEI/DF 00391-00017746/2021-01**

5.7 HOSPEDAGEM

## SERVIÇOS

### HOSPEDAGEM

**CALDAS NOVAS-GO** alugo apto para o Carnaval na Ilhas do Lago Eco Resort 998725678

**PORTO SEGURO-BA** Temporada apto 2 qtos na praia de Taperapuan 61-999896659

**COMPRO TÍTULOS** Sócio fundador ou vitalicio da Pousada Rio Quente 64-992364389

**COMPRO TÍTULO** pousada Rio Quente Ligar para: (64)99236-4389

**CALDAS NOVAS-GO** alugo apto para o Carnaval na Ilhas do Lago Eco Resort 998725678

**PORTO SEGURO-BA** Temporada apto 2 qtos na praia de Taperapuan 61-999896659

### TEMPORADA

**HOTEL HOT SPRINGS CALDAS NOVAS (GO)** Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

5.7 ACOMPANHANTE

## OUTROS

### ACOMPANHANTE

**Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso**

**ACÁSSIAGOSTOSA** Tarada Oral guloso 2 relax 61 98482-3506 Cei

**CRYSTAL LOIRA** 80 Relax safada Asa Norte (61)99450-9440

**MASSAGISTA PRECISO COM/ SEM EXPERIÊNCIA** p/ semana ou fim d semana 61 98474-3116

5.7 ACOMPANHANTE

**APE DELIRIUS**
**VENHA SE DELICIAR** 61 98528-1834

**ORAL ATÉ O FIM**
**FAÇO ORAL** até o fim em homens. Surpreenda-se!! 61 98473-3483

**WWW.SEDUCAOBSB.COM** modelos alto nível 61 98153-0736

### MASSAGEM RELAX

**ADÉLIA GOSTOSA** Tarada oral guloso 2rlx+ mas 61 99339-3141 Cei

**ANE COROA TOP**
**P/SRS** massg oral até o fim 61 991921318 406N

**AS+TOPS DAS GALÁXIAS**
**BEMESTARMASSAGENS.COM** .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

**PRISCILA FEITA A PINCEL**
**NAMORADA LINDA** 21ª capa revista totalm d+ 406N 6199645-7413

**AS+TOPS DAS GALÁXIAS**
**BEMESTARMASSAGENS.COM** .br as 20 todas lindas 61 985621273/ 3340-8627

EDITAL DE INTIMAÇÃO - LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imó veis do Distrito Federal, na forma da Lei. etc. - F A Z S A B E R aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a BANCO BRADESCO S/A, na qualidade de CREDORES FIDUCIÁRIOS, pelo requerimento de 13/04/2021, requereu a este Serviço Registral as intimações de THIAGO DA SILVA TAVARES, autônomo, e sua mulher GABRIELLA DE MIRANDA FARIA TAVARES, advogada, brasileiros, inscritos no CPF sob os nºs 733.215.911-20 e 036.452.191-02, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade. na Quadra QSS 05 Rua 310 Apartamento n° 306 — Lote 01, Bloco "D", Águas C laras. DF, na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei n° 9.514/1997. para que satisfaça o pagamento da importância de R$ 59.770,55 (cinquenta e nove mil e setecentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos), atualizada até o dia 17/02/2022. correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como. encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação Fiduciária do Lote nº 23, da Rua COCAL — do loteamento denominado "Morada de Deus", desta cidade, objeto da matricula nº 104.600. Os Devedores Fiduciarios não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com a certidão do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, ficam os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS — QUADRA 08 — BLOCO "B n° 60" — SALA 140C — "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 23, da Rua COCAL — do loteamento denominado "Morada de Deus", desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 07 (sete) dias do mês de janeiro de 2022. - LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL — OFICIAL




# CUIDADO COM OS GOLPES E AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos abaixo alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego.

- Não pagar para obter um diploma para determinada vaga;
- Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

**FIQUE ATENTO!**

**DISQUE-DENÚNCIA 181**



Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.

# FÁCIL DE ANUNCIAR

PARA PUBLICAÇÕES, ALTERAÇÕES OU INFORMAÇÕES ENTRE EM CONTATO CONOSCO

61 3342-1000
OPÇÃO 04

61 99463-2159

ASA SUL
SCLS, 107 BL A LOJA 22

SETOR GRÁFICO
QD 02, LT 340 BLOCO 2

TAGUATINGA CENTRO
C12 BL C LOJA 12

HORÁRIO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL OU PELA CENTRAL DE ANÚNCIOS SEGUNDA A SEXTA-FEIRA 9H ÀS 17H E AOS SÁBADOS DE 8H ÀS 12H

@classificadoscb

@classificadoscb

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR NO QR CODE PARA ENTRAR EM CONTATO CONOSCO!

6

## TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

**6.1 Oferta de Emprego**
**6.2 Procura por Emprego**
**6.3 Ensino e Treinamento**

### 6.1 OFERTA DE EMPREGO

#### NÍVEL BÁSICO

**ATENDENTE/AUXILIAR** Cozinha, Aux.Serviços Gerais (Limpeza) e atendente loja p/ empresa Marzuk. Vagas p/ Aguas Claras e Asa Norte. Cv p/: adm.aux@marzuk.com.br

**AUXILIAR DE . MANUTENÇÃO** Estamos contratando Tr: (61) 99680-6512

**CANTEIRISTA DE MARMORARIA** Cv p/: vagas sahara@gmail.com

**CASEIRO EXPERIÊNCIA** com trator. Rancho Sobradinho. Whatsapp 98151-0007

**CASEIRO COM EXPERIÊNCIA** em trator. Rancho Sobradinho. Só whatsapp 61 99861-8777

**CASEIRO COM REFERÊNCIA** e experiência em jardinagem. para trabalhar no Lago Norte (residência), que possa dormir no emprego. Tr: horário comercial 98439-3924 Zap ou CV: adrianamendes@mota.adv.br

**COPEIRA/COZINHEIRA** com exper. Enviar CV p/ rh22.selecao@hotmail.com

**COZINHEIRO CHURRASQUEIRO** Aux de Cozinha todos c/exp p/ Rest SIA 99909-9896

**DOMÉSTICA QUE DURMA** com experiência e referência p/ trabalhar de Segunda à sábado para Asa Sul R$ 1.412,00. Interessadas contato: 98203-0265.

**CONTRATA-SE**
**DOMÉSTICA QUE SAIBA** fazer todo o serviço, seja proativa! Somente c/ referência . Trabalhar no Paranoá R$1.400,00 + VT Tr:(61)99924-2575

**MANICURE PEDICURE** p/ salão no Núcleo Bandeirante 61-99528-7019

#### 6.1 NÍVEL BÁSICO

**MASSAGISTA CONTRATA-SE** com e sem experiência pra Ceilândia (dia e noite) ótimos ganhos, começo imediato. (61) 99155-1267 Zap

**MASSAGISTA PRECISO**
**COM/ SEM EXPERIÊNCIA** p/ semana ou fim d semana 6198474-3116

**MOTORISTA** Estamos contratando. Interessados favor ligar (61) 99680-6512

**PEDREIRO/LADRILHEIRO** p/ Águas Claras salário a combinar. Enviar currículo: gestaopessoaspec@gmail.com

**PROFISSIONAIS CONTRATAMOS** Temos vagas de emprego disponíveis! Salário da Categoria + Benefícios. Interessados enviar currículo para: vagas@bendita consultoria.com.br

**SELECIONADOR DE MATERIAIS** Recicláveis - Estamos contratando. Informações: (61) 99680-6512

**SERVIÇOS GERAIS**, auxiliar de loja e vendedora c/ experiência. Video de apresentação + currículo p/ 61-98152-6196

**SUSHIMAN OPORTUNIDADE** p/ trab. Vila Planalto. 61-999764639

**CONTRATA-SE**
**TRABALHADOR RURAL** p/ Serviços Gerais, que saiba fazer cerca arame liso, manutenção geral de fazenda e conhecimento em trator e caminhão. Ter disponibilidade de morar na fazenda. Planaltina DF. 61 99208-9905

**VIDRACEIRO,INSTALADOR** de vidros temperados com experiência e CNH para início Imediato CLT fixo + produtividade + VA + VT. CV p/: vagas.taguabox@gmail.com ou p/ whatsapp: 99133-5195

**DOMÉSTICA PROCURO** forno e fogão todo serviço. De seg a sáb whatsapp 981728302

#### NÍVEL MÉDIO

**ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** ASWN Engenharia contrata, desejável, excek, word, e rotinasadministrativas.Interessados entrar em contato: 61 3037-3997 ou 61 99205-7520

#### 6.1 NÍVEL MÉDIO

**ASSISTENTE DE CONTABILIDADE** Experiência em DP e eSocial $ 1.429+VT+VA Enviar CV: dptoderecrutamento@gmail.com

**ATENDENTE / CAIXA** p/ Cafeteria Lago Sul. CV p/: lagosulcontrata2022@gmail.com

**ATENDENTE CONTRATAMOS** c/ perfil dinâmico. CV p/: tudoticadp@gmail.com

**ATENDENTE CONTRATA-SE** c/ experiência em Ifood escala 12x36. Cv p/. crdutraalimentos@gmail.com

**ATENDENTE CONSULTÓRIO** p/ Clínica no Lago Sul. Enviar Cv: vaga atendenteconsultorio@gmail.com

**AUXILIAR DE LOGISTICA** Habilitado - B Contrata-se p/ serviços de entrega Clínicas e Hospitais. Cv p/: translaser.logistica@hotmail.com

**AUXILIARADMINISTRATIVO** Loja de Veículos Semi-novos em Taguatinga contrata. Interessados enviar currículo para: rh.atendimentoloja@gmail.com 61-0

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PARA ESCRITÓRIO** p/ execução de faxina/limpeza e serviços Gerais, jornada de 44hs semanais R$ 1.251,00 + VT+ VR CV para: vagasdf12@gmail.com

**AUXILIARADMNISTRATIVO** e de cobrança. Cv p/: gerenciafotoshow@gmail.com

**AUXILIARDECONTABILIDADE** Experiência em DP E-Social $ 1.430+VT+VA . Enviar CV: dptoderecrutamento@gmail.com

**BOMB HIDRÁULICO** Currículo: recrutamento controlar@gmail.com.Taguatinga-DF

**CUMARIM CONTRATA**
**CHAPEIRO, UXILIAR** de Cozinha, Garçom, Cumim e Caixa. Maior de 18 anos, segundo grau completo, com ou sem experiência.Disponibilidade de horário. CV para cumarimrecrutamento@gmail.com Especificar qual vaga de interesse.

#### 6.1 NÍVEL MÉDIO

**CONSTRUTORA CONTRATA**
**COMPRADOR COM** experiência no Software de gestão UAU. Enviar currículo para: contratacomprador2022@gmail.com

**CORRETOR(A) DEIMÓVEIS** CV p/: contato@planoimoveis.com.br

**DIGITADOR/DEGRAVADOR** para a atividade de transformar/digitar áudio para texto. Requisitos: Excelenteportuguês,conhecimentosintermediários de informática, preferência graduação em Letras. Local de trabalho: Valparaíso, segunda a sábado. Interessados enviar currículo para: rhrdkselecao2020@gmail.com

**DOMESTICA/ARRUMADEIRA** p/ trabalhar no Lago Sul, p/ casa de casal. De 2ª a 6ªfeira 999671737 / 3364-1737

**DOMÉSTICA QUE CUIDE** de criança, da casa e cozinhe p/ Lago Norte 61 99864-5490

**ESTOQUISTACONTRATA-SE** Fixo + VT+ VA. Currículo para: fale@casadaquimicadf.com.br

**FLORISTA COM EXPERIÊNCIA** que tenha disponibilidade para ir para os Estados Unidos com visto. Interessadas enviar CV p/: fatimasouzausa@hotmail.com

**GERENTE DE MONTAGEM** de Eventos Externos. Flexib. de horário, disponib. viagens. hab. B e D. Cv: r8m5svagas@gmail.com

**MOTORISTA CARTEIRA D** só DF. Sal fixo + VT + VA. CV p/: fale@casadaquimicadf.com.br

**MOTORISTA VAGA** cat. D. Currículo p/: 98151-0001 só whats

**CONTRATA-SE PROFISSIONAL** Comissão de até 50% na venda e mensal no aluguel. Imobiliária de alto padrão na Asa Sul. Exigimos CRECI e carro. 61-981307920

**PROFISSIONALDEPARTAMENTO** Fiscal Sistema Alterdata contrata-se. Interessados enviar Currículo para o email : jnildo .imperio@hotmail.com

**PROJETISTA DE MÓVEIS** e estud. de Designer de Interiores. Whatsapp 99265-8742 ñ ligar

#### 6.1 NÍVEL MÉDIO

**PROMOTOR(A)/REPOSITOR** de mercadorias contratamos p/ trabalhar em rota c/ experiência comprovada em CTPS. Interessados enviar CV p/: rh@germana.com.br

**REPRESENTANTE COMERCIAL** c/ experiência. CV p/: gerenciafotoshow@gmail.com

**SECRETARIACONTRATA-SE** com experiência em vidraçaria. Trabalhar no Lago Sul. (61)9.9658-7445

**TECNICO ELETRONICA** e ou auxiliar com experiencia em conserto de equip. em bancada 99396-5121

**TÉCNICO COM EXPERIÊNCIA** em instalação de sistemas de telefonia, antena coletiva e rede. Enviar currículo p/: rh.adm.bsb@gmail.com

**TÉCNICO CONTÁBIL** eSocial. Vaga p/ Suporte na utilização do software contábil. Experiência em DP, eSocial, EF e CT $1.430+VR+VT. Interessados enviar Currículo: dptoderecrutamento@gmail.com

**TÉCNICO DE AR** Condicionado e Refrigeração c/ experiência comprovada. Enviar CV p/: vagas.tecnico01@gmail.com

**TÉCNICO(A) DE ENFERMAGEM**
**ESTAMOS RECRUTANDO** Técnicos(as) de Enfermagem para atuar em assistência domiciliar / regime de Home Care. Os interessados(as) entrar em contato através do número (61) 99979-0034

**TÉCNICO ELETRÔNICA** e ou auxiliar c/ exper. em manut. nobreak Mensal ou diária. Tr via whatsapp 99989-7472

**TÉCNICO ELETRONICA** e ou auxiliar c/ experiencia. Favor em conserto de equip bancada, no-break. Tr: 99396-5121

**TÉCNICO EM SEGURANÇA** eletrônica c/ experiência. Salário + benefícios. CV no e-mail: tulio@tsas.com.br

**VENDEDOR(A) DE MÓVEIS** e Colchões c/ experiência. Interessados enviar currículo p/ o e-mail: rh.newonline@gmail.com

#### 6.1 NÍVEL MÉDIO

**VENDEDOR(A) VAGA** vendas de empréstimo consignado. Enviar CV p/: selecaorwpromotora@gmail.com

**VENDEDOR(A) PRECISO** p/ marmoraria . Cv p/: vagassahara@gmail.com

**VENDEDOR(A)C/EXPERIÊNCIA** em vidros temperados c/ CNH e veículo próprio. CLT Fixo + comissão + VA + aux combustível. Cv p/: vagas.taguabox@gmail.com / whatsapp 99133-5195

**VENDEDOR (A) INTERNO** - Oportunidade de ganhos de até R$ 6 mil reais mensais em home-office, Flexibilidade de horário, Regime MEI, Ajuda de custo. Enviar currículo p/: administrativo@descomplicarecuperadora. com.br

**GERENTE DE VENDAS** captação de novos alunos. R$ 4.000,00 fixo + comissões, PLR, outros. Interessaos enviar CV para: seevan.co@gmail.com ou Tel:61-35222560

**ASSISTENTE COMERCIAL** Contrata-se.Interessados entrar em contato: 61-983236292

**EMPRESA EM EXPANSÃO** Contrata. Maiores informações entrar em contato no telefone 61-982081888

**VENDEDOR COM** experiência, contrata-se. Interessados entrar em contato através do número: (61)98129-4307

**CONSULTOR DE VENDAS:** Externo. Contrata-se. Interessados entrar em contato 61-982958028

**TECNICO EM CONTABILIDADE** - Vaga para trabalhar em escritório de contabilidade no Lago Norte, que tenha experiencia no sistema COM21. Interessados enviar Currículo para: warley@wguerra.com.br

**VENDEDOR (A) INTERNO** - Oportunidade de ganhos de até R$ 6 mil reais mensais em home-office, Flexibilidade de horário, Regime MEI, Ajuda de custo. Enviar currículo p/: administrativo@descomplicarecuperadora. com.br

**EMPRESA EM EXPANSÃO** Contrata. Maiores informações entrar em contato no telefone 61-982081888

#### NÍVEL SUPERIOR

**CONTRATA-SE**
**ASSISTENTE ADMINISTRATIVO** que esteja cursando arquivologia a partir do 6º semestre, que tenha experiência na área administrativa de no mínimo 02 (dois) anos. Para trabalhar em Taguatinga Norte. Salário a combinar. Interessados enviar currículos para o e-mail: edvaldo@ redeigrejinha.com.br

**ANALISTA DE MÍDIAS** Sociais de 2ª a 6ª 8h às 18h e sab de 8h às 12h CV p/: recrutamento clinica2020@gmail.com

**AUXILIAR DE DEPARTAMENTO** Fiscal c/ exper. e CRC. CV p/: josimalbs@bol.com.br

**BIOMEDICA ESTETA** Registrada no CRBM. CV para: recrutamento clinica2020@gmail.com

**PROFESSOR(A) DE INGLÊS** Colégio Arvense seleciona p/ Asa Norte. CV p/: selecaoarvense@gmail.com

**PROFESSOR(A) DE FRANCÊS** c/ experiência. Interessados enviar Cv: professordefrances2022@gmail.com

**PROFESSOR(A) DE INGLÊS** p/ Asa Norte. Enviar CV: selecaoarvense@gmail.com

**PROFISSIONAL MARKETING** Digital e Redes Sociais. Salário a combinar. Enviar CV p/: buscadetalentos169@gmail.com

**SECRETARIA P/ CONTABILIDADE** Cv: contato@araujocontabilidades.com.br

#### 6.1 NIVEL SUPERIOR

**FISIOTERAPEUTAS RPG** Contrata-se.Interessados entrar em contato no telefone: (61) 99651-8115

**PROFESSOR DE INGLÊS** Curso de inglês de alto padrão contrata com experiência Interessados entrar em contato no telefone: (61)98178-4426

### 6.2 PROCURA POR EMPREGO

#### NÍVEL BÁSICO

**MOTORISTA E CASEIRO** Ofereço meus serviços, refer/ experiência 3625-3212/ 99679-4545

**DIARISTA, FAXINEIRA** e passadeira. Moro em São Sebastião. Tenho exper e refer 99386-6226

#### NÍVEL MÉDIO

**FAXINEIRA PASSADEIRA** ou Babá Ofereço meus serviços R$ 160. Tratar: 61 993293208

**MOTORISTA PARTICULAR** arrumadeira, cuidadora ofereço os meus serviços. 99191-8299

### 6.3 ENSINO E TREINAMENTO

#### SERVIÇOS

#### CURSOS

**AVALIADOR DE DIAMANTES.** Curso online. Zap (62) 99952-7265

Disque-Denúncia
Secretaria de Segurança Pública.
Uma nova arma contra a criminalidade
Sigilo absoluto.
181